

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

CAROLINA AROUCA GOMES DE BRITO

**ANTROPOLOGIA DE UM JOVEM DISCIPLINADO: A
TRAJETÓRIA DE DARCY RIBEIRO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO
AOS ÍNDIOS (1947-1956)**

Rio de Janeiro
2017

CAROLINA AROUCA GOMES DE BRITO

**ANTROPOLOGIA DE UM JOVEM DISCIPLINADO: A TRAJETÓRIA DE
DARCY RIBEIRO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1947-1956)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nísia Trindade Lima

Rio de Janeiro
2017

CAROLINA AROUCA GOMES DE BRITO

II

**ANTROPOLOGIA DE UM JOVEM DISCIPLINADO: A TRAJETÓRIA DE
DARCY RIBEIRO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1947-1956)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História das Ciências e da Saúde.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Nísia Trindade Lima (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz) – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Helena Bomeny Garchet (Instituto de Ciências Sociais – UERJ)

Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos (ENSP – Fiocruz)

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Prof. Dr. Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dr. Rômulo de Paula Andrade (Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Prof^a. Dr^a. Alejandra Judith Josiowicz (CPDOC – FGV)

Rio de Janeiro
2017

B862a Brito, Carolina Arouca Gomes de.

Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no serviço de proteção aos índios (1947-1956) / Carolina Arouca Gomes de Brito – Rio de Janeiro: s.n., 2017.
240 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Bibliografia: 180-198f.

1. Antropologia – História. 2. População Indígena. 3. Darcy Ribeiro. 4. Serviço de Proteção aos Índios. 5. Brasil.

CDD 614

Para Lizete, minha avó, como todo o amor que houver nessa vida!

AGRADECIMENTOS

Em pouco mais de quatro anos de trabalho, muitas foram as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta tese. Pelo compartilhamento das angústias e das alegrias, agradeço a todos que dividiram essa trajetória comigo: familiares, amigos, professores e funcionários. Sob a pena de esquecer alguém, já me desculpo de antemão.

Agradeço à minha orientadora, Nísia Trindade Lima, que me acompanha desde a Iniciação Científica, pela confiança, incentivo e pela amizade com a qual conduziu nossa relação nesses quase 10 anos de convivência. Agradeço, sobretudo, pela generosidade acadêmica, tão importante para o desenvolvimento deste trabalho. Ao apoio decisivo na mudança do tema de pesquisa e na construção do novo projeto. Agradeço também por seu estímulo à realização do Doutorado-Sanduíche na Universidade de Lisboa, mesmo com a correria dos prazos e das burocracias. Obrigada pela paciência nesse período final de escrita da tese, pela compreensão nos momentos difíceis e por nem sequer considerar meus anseios de desistir. Obrigada pela sua força!

Aos professores e aos funcionários da coordenação e da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, pelo apoio e estímulo acadêmico constante. Em especial agradeço à professora Dominichi Miranda de Sá, que me co-orientou na Iniciação Científica e me apresentou ao mundo da História das Ciências e da metodologia da pesquisa científica com entusiasmo e profundo conhecimento. Obrigada pela seriedade e dedicação no processo de orientação. À Tamara Rangel Vieira, pela parceria acadêmica, por sua torcida, e por sua amizade tão importantes nos momentos difíceis. O sorriso do Gael alegrou muitos dos meus dias nessa etapa final. À Alejandra, que foi uma agradável surpresa no caminho da tese, pela amizade e pela leitura do meu texto ainda em fase inicial, suas contribuições ultrapassaram a revisão acadêmica e me deram fôlego em um momento delicado. Aos funcionários Sandro, Paulo, Maria Claudia e Nelson, o meu muito obrigada pela paciência e pronta ajuda nesses anos todos. Agradeço, também, à Eneida pelo apoio e amizade de sempre.

Agradeço à Susana de Matos Viegas, que supervisionou meu trabalho em Portugal, por sua seriedade e comprometimento com a antropologia indígena e pelo interesse recente na obra de Darcy Ribeiro, que foi muito instigante para a pesquisa. Agradeço também a oportunidade de participar das discussões da disciplina “Estudos Brasileiros”, no âmbito do Mestrado em Estudos Brasileiros oferecido pelo ICS, em conjunto com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Nossos encontros de orientação foram de grande valor para o resultado final deste trabalho. Lembro com saudades de nossa última reunião realizada no “comboio” entre Lisboa e Coimbra, permeada de sugestões de encaminhamentos à pesquisa ainda no início naquele momento.

Agradeço também aos professores e a toda equipe do ICS da Universidade de Lisboa, que receberam em seus cursos de teoria e metodologia em antropologia uma historiadora brasileira interessada na atuação e na obra de Darcy Ribeiro. Aos professores João Vasconcelos, Cristiana Bastos, Erin Taylor, também as queridas Simone Frangella e Elza Peralta que contribuíram diretamente para o meu crescimento intelectual no âmbito da etnografia, e se tornaram amigas especiais ao longo dos meses que estive por lá. Agradeço ainda aos alunos do curso de “Doutoramento em Antropologia” da UL, que foram sempre carinhosos comigo

durante minha estada no instituto. Levo ainda com carinho a amizade de Eliseo, Sandra, Rita e especialmente de Joana, uma pessoa incrível, de grande sensibilidade e generosidade latente. Também agradeço à Érica, uma baiana, quase lisboeta pelo apoio, amizade e companhia. Obrigada por tornar a saudade de casa mais amena, sua amizade foi, sem dúvidas, um dos maiores presentes que as terras lusitanas me deram. Agradeço também a Linda pela acolhida em Lisboa.

Aos professores que compõem a banca de defesa desta tese, escolhidos com muito carinho por terem participado cada um a seu modo e em estágios distintos da elaboração desse trabalho. Ao professor Ricardo Ventura Santos, membro também da banca de defesa do meu mestrado, que a partir de sua arguição contribuiu diretamente para o aprofundamento de questões presentes hoje nesta tese. À professora Helena Bomeny, membro da banca de qualificação deste trabalho e importante interlocutora acerca da vida e obra de Darcy Ribeiro. Ao professor Robert Wegner, também membro da banca de qualificação desta tese, pelas contribuições e indicações bibliográficas para a composição do texto final desse trabalho. Ao professor Marcos Chor Maio, importante referência bibliográfica para o desenvolvimento de parte desta tese.

Além dos citados, agradeço também aos demais professores e pesquisadores que passaram pela minha trajetória de formação acadêmica, como o professor André Botelho (UFRJ) pela sensibilidade em torno do pensamento social brasileiro, base importante para a estrutura deste trabalho e ao professor Antônio Brasil Jr. (UFRJ) pela generosidade e pela oportunidade de realizar meu estágio docente sob sua supervisão.

Aos profissionais dos arquivos e das bibliotecas onde realizei minhas pesquisas agradeço pela disponibilidade e auxílio dispensados, fundamentais para a escrita deste trabalho. Aos funcionários do arquivo e da biblioteca do Museu do Índio do Rio de Janeiro, especialmente ao Rodrigo Piquet, chefe da Biblioteca e do Arquivo do Museu que abriu algumas exceções para que eu pudesse pesquisar nos arquivos ainda em processo de reforma e digitalização do acervo. Às funcionárias Ester e Margareth, do Memorial Darcy Ribeiro, que viabilizaram minhas visitas ao enorme acervo alocado no *campus* da UnB. Também aos funcionários dos arquivos da Fesp-SP, agradeço pelo auxílio prestado. À equipe da Seção de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional, que disponibilizou o Fundo Heloisa Alberto Torres para minha consulta neste último semestre.

Aos meus colegas da COC, que dividiram as alegrias e as ansiedades que a construção de uma tese demanda. A Ingrid, amiga querida que partilhou comigo todo o período de formação acadêmica desde a IC. Hoje me orgulho muito da profissional dedicada e competente que você tem se tornado. Ao Ricardo pelo incentivo constante, pelas caronas na Av. Brasil e pela receptividade em Paris, guardo com carinho todos esses momentos mais ou menos “Belos” na sua companhia. À Dani pela parceria de sempre que dividiu até mesmo o seu primeiro endereço em Lisboa comigo. Às queridas Diadney e Lorena, que se tornaram minhas amigas, verdadeiros presentes que o doutorado me trouxe.

Agradeço especialmente a minha amiga e comadre Vanessa. Na graduação da UFF nos conhecemos em 2005 e, desde então, nunca mais saímos uma da vida da outra; a COC nos uniu ainda mais e foi com ela que dividi as angústias mais profundas desse longo caminho de formação acadêmica. Sua seriedade e capacidade intelectual foram sempre uma inspiração pra mim. Obrigada por tanto!

Agradeço também aos meus amigos que suportaram todas as minhas ausências ao longo desses anos, especialmente nesses últimos meses, pela torcida e pelo carinho dispensado a mim. As minhas amigas-irmãs Clarisse e Luciana, pelo apoio e incentivo de sempre. A amizade de vocês me salvou muitas vezes nesses anos tensos e intensos. Muito obrigada! Também à Amanda, amiga querida que sempre teve a convicção que tudo daria certo e me colocou no eixo quando eu mais precisei, sua *expertise* com os sistemas tecnológicos ajudaram e muito a uma historiadora perdida em meio às fontes. À Eliane, que deixou de ser minha vizinha para tornar-se minha *coach* e minha amiga no momento em que mais precisei. Muito obrigada pelo seu profissionalismo e por sua amizade.

Aos meus afilhados: Bento e Alice. Bento ainda pequeno para entender tanta ausência da madrinha nesses últimos meses, mas que ainda assim reservava sempre o melhor sorriso nos nossos encontros. À Alice, pelo carinho de sempre e pela torcida constante para que eu terminasse a tese, sempre com a pergunta: “E aí tia, terminou?” – obrigada pelo carinho de vocês, meus pequenos.

À minha família que conviveu com meus atrasos e faltas ao longo desses anos, pelo apoio e incentivo. Meus tios e tias, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas, pela torcida e pelo carinho nesses anos. Aos queridos primos Flavio, Lu, Pedro e Júlia que me receberam em casa todas as vezes que fui à Brasília “visitar o Darcy”, obrigada pela acolhida tão carinhosa. Um agradecimento especial a minha vozinha Lizete, que mesmo não compreendendo mais as demandas e as urgências desse mundo me inspirou com seu olhar e as suas, já poucas, palavras a prosseguir. “Te amo, Vó!”

Aos meus pais: amigos e cúmplices da minha jornada de vida, a minha mais sincera gratidão, por terem suportado meu humor e a falta dele, minhas inseguranças e ansiedades sem nunca desistirem de mim. Obrigada, Dinora e Antônio Carlos, por tanto amor, a conclusão deste trabalho é também pra vocês e por vocês que me deram a vida e seguem ao meu lado dia a dia. Agradeço a Deus pelo zelo permanente sobre a minha vida e pela família maravilhosa que formamos.

Ao meu amor, Willy, simplesmente por tudo. Sem você ao meu lado eu não conseguiria. Não seria possível lidar com tudo que assumi para minha vida sem a sua parceria e compreensão, por isso também te agradeço. Obrigada ainda pelo suporte e pelo colo, por sonhar comigo nessa jornada, pela cumplicidade e pela torcida desmedida. Obrigada por tanto amor, carinho e paciência. Que o fim dessa etapa seja o início de uma nova etapa também pra nós. Que venham novos sonhos e novas realizações pra nós dois!

Por fim, agradeço à Capes, agência de fomento que financiou essa pesquisa e que viabilizou a elaboração desta tese.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a formação e a atuação institucional de Darcy Ribeiro no âmbito da questão indígena nacional. O recorte cronológico definido para esse estudo justifica-se por ser o período exato que ele esteve vinculado ao Serviço de Proteção aos Índios (1947-1956). Entendo sua atividade antropológica no SPI como uma importante contribuição para a formação de um campo de análise acerca do indígena brasileiro. Fundamento esse argumento contrapondo outro recorrente sobre a sua trajetória: o de que ele nunca almejou carreira acadêmica por produzir ciência fora da academia. Ao analisar a documentação de seu arquivo pessoal e suas inserções acadêmicas e profissionais desse período, pude mapear o interesse de sua inserção no campo científico a partir da produção de artigos para revistas especializadas, de participações em congressos da área e em concursos para universidades. Isso se evidenciou particularmente na correspondência com o antropólogo alemão Herbert Baldus, que caracterizou o que passei a denominar como uma orientação de longa duração, na qual esses projetos acadêmicos se revelaram e também o papel do SPI neles. Proponho, ainda, uma análise acerca das principais teses e diagnósticos de Darcy Ribeiro ao longo de sua atuação como antropólogo, sobretudo em relação à temática da queda demográfica e da saúde do indígena brasileiro no período. Por fim, dedico minha análise à atuação institucional de Darcy Ribeiro, tanto no âmbito do SPI, quanto na elaboração de políticas públicas de assistência ao indígena brasileiro.

Palavras-chaves: Darcy Ribeiro. Antropologia indígena. SPI.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze the formation and institutional performance of Darcy Ribeiro within the scope of the National Indigenous issue. The chronological cut defined for this study is justified because it is the exact period that the character was linked to the Service of Protection to the Indians (1947-1956). I understand his anthropological activity in SPI as an important contribution to the formation of a field of analysis about Brazilian Indians. I base this argument against another applicant on his trajectory: that he never sought an academic career for producing science outside academia. When analyzing the documentation of his personal archive and his academic and professional insertions of this period, I was able to map the interest of his insertion in the scientific field from the production of articles for specialized magazines, participation in Area Congresses and competitions for universities. This was particularly evident in the correspondence with the German anthropologist Herbert Baldus, who characterized what I have come to call a long-term orientation in which these scholarly projects were revealed and also the role of SPI in them. I also propose an analysis of the main theses and diagnoses of Darcy Ribeiro throughout his work as an anthropologist, especially in relation to the demographic decline and the health of the Brazilian Indian in the period. Finally, I dedicate my analysis to the institutional performance of Darcy Ribeiro, both within the scope of the SPI, and in the elaboration of public policies of assistance to the Brazilian indigenous people.

Keywords: Darcy Ribeiro. Indigenous anthropology. SPI.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AIA	Instituto de Assuntos Interamericanos
Caac	Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural
Capes	Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cedoc	Centro de Documentação
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
COC	Casa de Oswaldo Cruz
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Deneru	Departamento Nacional de Endemias Rurais
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
ERX	Expedição Roncador-Xingu
Fesp-SP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FLACSO	Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
MDR	Memorial Darcy Ribeiro
MI	Museu do Índio
MN	Museu Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PI	Posto Indígena
PIX	Posto Indígena do Xingu
PNI	Parque Nacional de Itatiaia
RBA	Reunião Brasileira de Antropologia
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SE	Seção de Estudos
Sedoc	Serviços de Documentação
Semear	Seção de Memória e Arquivo
Senai	Serviço Nacional de Indústrias
Sesp	Serviço Especial de Saúde Pública
SNT	Serviço Nacional de Tuberculose
SOA	Seção de Orientação e Assistência
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Susa	Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas
UB	Universidade do Brasil
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Manchetes sobre a ELSP	47
Quadro 2 – Primeiro Programa da Disciplina “Etnologia Brasileira” de Herbert Baldus – 1939	57
Quadro 3 – Histórico escolar de Darcy Ribeiro	60
Quadro 4 – Principais Correspondentes de Darcy no período analisado	76
Quadro 5 – Exposições temáticas anuais organizadas durante a gestão de Darcy Ribeiro no MI	153
Quadro 6 – Seminários Caac	156
Quadro 7 – Primeira turma do Caac e suas respectivas formações.....	158
Quadro 8 – Segunda turma do Caac e suas respectivas formações.....	159
Quadro 9 – Trabalhos de campo orientados por Darcy Ribeiro no Caac.....	160
Quadro 10 – Conferências da IIRBA	168
Quadro 11 – Programa de Etnografia Brasileira e Língua Tupi – Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade do Brasil.....	174
Quadro 12 – Pesquisas de Campo de Darcy Ribeiro no SPI.....	176
Quadro 13 – Produção acadêmica de Darcy Ribeiro sobre a temática indígena no período pré-exílio (1947-1964).....	177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DE UM ANTROPÓLOGO E DE UMA ANTROPOLOGIA: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE DARCY RIBEIRO NA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (1944-1946)	31
1.1 A parceria intelectual e pessoal de Berta	35
1.2 Que antropologia é essa?.....	37
1.3 A criação da ELSP.....	42
1.4 A ELSP e a etnologia indígena de Herbert Baldus.....	54
CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DE DARCY RIBEIRO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1947-1956)	68
2.1 Criação da Seção de Estudos do SPI: uma configuração científica em torno da questão indígena	68
2.2 Uma orientação de longa duração: Herbert Baldus e Darcy Ribeiro (1947-1956).....	75
2.3 Um antropólogo em campo.....	78
CAPÍTULO 3 – UM ANTROPÓLOGO DE ÍNDIOS: DARCY RIBEIRO E A SAÚDE INDÍGENA.....	97
3.1 Demografia indígena: uma questão sociocultural?	97
3.2 Convívio e contaminação: a saúde indígena e o contato entre índios e brancos em Darcy Ribeiro.....	100
3.3 SPI e SPVEA: índios e desenvolvimento	115
CAPÍTULO 4 – OS FAZIMENTOS DE DARCY RIBEIRO: A CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA E A FORMAÇÃO DE NOVAS GERAÇÕES DE PESQUISADORES INTERESSADOS NA QUESTÃO INDÍGENA NACIONAL.....	127
4.1 O Estudo para a UNESCO e o processo de criação do Parque Indígena do Xingu: a questão da “assimilação” entre índios e a sociedade brasileira na década de 1950	128
4.1.1 O projeto para a criação do Parque Indígena do Xingu (1952-1953).....	143
4.2 Museu do índio e curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural: mudança de paradigmas sobre o índio brasileiro e investida na formação de etnólogos.....	150
4.2.1 Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (Caac).....	155
4.3 A representatividade institucional e a docência no ensino superior	161
4.3.1 Cadeira de Etnografia e Língua Tupi	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	201

INTRODUÇÃO

Uma das tendências marcantes do nosso tempo é o esforço para utilizar a contribuição dos cientistas sociais no aprimoramento dos serviços de administração pública. Um número cada vez maior de economistas, sociólogos, psicólogos sociais e antropólogos vem sendo chamado a participar, ao lado de políticos e administradores, na procura de soluções para os problemas sociais. (Darcy Ribeiro)¹.

O trecho escolhido como epígrafe para esta introdução reflete a visão de Darcy Ribeiro acerca do papel das ciências sociais. O texto faz parte de um artigo publicado em 1951 na revista *Sociologia* e faz referência ao momento específico de consolidação das ciências sociais no Brasil e da ampliação do campo de atuação desses novos profissionais. Porém, permito-me enunciar que o caráter intervencionista creditado às ciências sociais no início da carreira de Darcy Ribeiro como antropólogo, o acompanhou durante toda sua trajetória intelectual e institucional, como pretendo demonstrar neste trabalho.

O meu interesse acerca da vida e da obra de Darcy Ribeiro e mesmo as reflexões que desenvolvi nesta tese sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil, surgiram durante as pesquisas realizadas no mestrado em História das Ciências e da Saúde, na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)². Na dissertação, analisei a relação entre saúde indígena e antropologia no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a partir dos pressupostos da precariedade e da irregularidade dos serviços médicos prestados ao longo da história de atuação do órgão, salvo algumas investidas na melhoria da assistência, como no caso do Plano de Assistência de 1947. No último capítulo, porém, ressalto a mudança institucional do SPI a partir da contratação de cientistas sociais para o seu quadro de funcionários, uma tendência do período. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, os cientistas sociais ganharam novos espaços de atuação e também novas perspectivas de análise. Foi esse o caso de Darcy Ribeiro, recém-formado pela Escola Livre de Sociologia de São Paulo, que foi contratado pelo SPI em 1947 para atuar como etnólogo, na Seção de Estudos desse órgão. Assim, Darcy Ribeiro se tornou personagem central desse capítulo, à medida que realizou inúmeros estudos com os índios assistidos pelo SPI e deixou diagnósticos importantes

¹ RIBEIRO, D. Atividade científica da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 4, 1951. p. 363.

² BRITO, C. A. G. *Medicina e antropologia: atenção à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

sobre as condições de vida e sobre a cultura dos povos por ele visitados. Suas maiores preocupações estavam ligadas à questão sanitária e ao contato entre índios e brancos.

No período de escrita da dissertação, não pude ter acesso ao principal acervo sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro, que estava sendo levado do Rio de Janeiro para Brasília, onde se encontra desde 2012, depositado no Memorial Darcy Ribeiro construído na Universidade de Brasília (UnB). A fim de compreender melhor algumas questões assinaladas na dissertação, voltei ao arquivo anos mais tarde. A possibilidade de discutir mais profundamente questões iniciadas em trabalhos anteriores me motivou a seguir com a análise da trajetória acadêmica, intelectual e institucional desse personagem. Nesta tese, busquei desenvolver uma narrativa acerca da institucionalização das ciências sociais no Brasil, da consolidação da atuação da antropologia no âmbito institucional, da saúde indígena e das questões científicas e empíricas em torno do conceito do contato entre índios e não índios, a partir da trajetória de Darcy Ribeiro, intérprete, autor e ator desse cenário indígena.

Ao longo do tempo, a vida e a obra de Darcy Ribeiro têm sido objeto de estudos relevantes no âmbito das ciências sociais, da literatura e da história da educação no Brasil. Mais recentemente, importantes trabalhos no âmbito da sociologia foram realizados discutindo seu papel nas ciências sociais e na educação³. Também a partir da organização de seu arquivo pessoal, tem sido abordado por importantes estudos⁴. Em geral, nesses trabalhos, o arrojo intelectual, a multiplicidade de interesses profissionais, as vinculações político-partidárias, o potencial literário e até sua indisciplina são apontados como traços marcantes e sujeitos a análises mais detidas, porém sua atuação e sua produção como antropólogo, sobretudo no período que antecedeu ao exílio, não receberam ainda uma investigação aprofundada no âmbito da historiografia nacional.

Esta tese se propõe a apresentar e discutir a obra acadêmica e a atuação institucional de Darcy Ribeiro entre o fim da década de 1940 e meados da década de 1950, período em que ele fez parte dos quadros especializados do SPI. Para esta análise, recorro aos textos e ao material arquivístico produzidos por Darcy Ribeiro no período citado, com grande destaque para as correspondências trocadas entre ele e alguns intelectuais da época.

³ Cf.: COELHO, H. R. *Darcy Ribeiro*. Belo Horizonte: CEL/UFMG, 1997. (Série Encontros com Escritores Mineiros, 4); *Idem*. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. *ALETRIA: revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte: POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v. 6, 2002.; BOMENY, H. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001; VASCONCELLOS, G. F. *Darcy Ribeiro: a razão iracunda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.

⁴ Cf.: MATTOS, A. L. L. B. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, 2007; DAMASCENO, D. P. C. *Darcy Ribeiro e a formação do campo científico no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

A formação, a trajetória e a produção deste personagem foram marcadas pela temática indígena, sobretudo no período delimitado para esta análise (1947-1956). Em torno desse eixo temático, muitos foram seus interesses de pesquisa, seus paradigmas em torno do contato entre índios e não índios (assimilação/integração) e, ainda, suas interpretações sobre a questão demográfica indígena. Soma-se a isso o fato de que sua produção intelectual sobre os índios no Brasil se constituiu em simultâneo a sua atuação institucional, mais precisamente como etnólogo do SPI, entre 1947 e 1956.

Autores que se dedicaram ao estudo da obra e da trajetória de Darcy Ribeiro são unânimes em abordar o período em que ele atuou no SPI como um momento inicial de suas atividades e formulações de problemas de pesquisa⁵. Ainda segundo esses estudos, a obra ou a contribuição de Darcy Ribeiro para a antropologia indígena, sobretudo, somente fora amadurecida anos mais tarde, com a publicação de alguns de seus livros mais importantes sobre o tema, como “Os índios e a civilização”⁶, por exemplo, além da série sobre estudos de antropologia da civilização, divididos em “O processo civilizatório”⁷; “As Américas e a civilização”⁸; “O dilema da América Latina”⁹; e “Os brasileiros”¹⁰.

Embora esteja de acordo com os argumentos apresentados por essa bibliografia em muitos pontos, argumento sobre a importância do período dele no SPI. Entendo sua atividade antropológica no âmbito do SPI como uma importante contribuição para a formação de um campo de análise acerca do indígena brasileiro. Fundamento esse argumento contrapondo outro recorrente sobre a sua trajetória: o de que ele nunca almejou carreira acadêmica por produzir ciência fora da academia. Ao analisar a documentação de seu arquivo pessoal e suas inserções acadêmicas e profissionais desse período, pude mapear o interesse de sua inserção no campo científico a partir da produção de artigos para revistas especializadas, de participações em congressos da área e em concursos para universidades. Isso se evidenciou particularmente na correspondência com Herbert Baldus¹¹, que caracterizou o que passei a denominar como “uma orientação de longa duração”, na qual esses projetos acadêmicos se revelaram, juntamente ao papel do SPI neles.

⁵ MATTOS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*; DAMASCENO. *Darcy Ribeiro. op. cit.*; BOMENY. *Darcy Ribeiro. op. cit.*

⁶ RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.

⁷ *Idem. O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 1968.

⁸ *Idem. As américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

⁹ *Idem. O dilema da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

¹⁰ *Idem. Os brasileiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

¹¹ Herbert Baldus foi um antropólogo Alemão (1899-1970) que atuou no Brasil desde a década de 1920 e foi um importante interlocutor de Darcy Ribeiro. A parceria intelectual e parte da trajetória de Baldus serão abordadas principalmente nos capítulos 1 e 2 desta tese.

Nessa troca de cartas, fica evidente a relação intelectual entre mestre e discípulo, o que revela uma disciplina em Darcy Ribeiro nesse período, sobretudo na busca pela inserção em espaços acadêmicos, daí o título escolhido para esta tese: “A antropologia de um jovem disciplinado”, que se formou em uma escola clássica de formação em ciências sociais no país e buscou ao longo de seus primeiros anos de atuação uma inserção formal no campo da antropologia, sobretudo em torno da temática indígena.

Nessa perspectiva, esta tese pretende lançar um olhar atento à produção de Darcy Ribeiro desde sua formação até sua atuação no SPI, na década de 1950, portanto, antes do seu exílio político. Para a construção desse argumento foram analisados os textos produzidos por ele sobre a questão indígena no período, tanto sua produção textual oficial, ou seja, relatórios e inquéritos no âmbito de sua atuação como etnólogo da Seção de Estudos do SPI, quanto sua produção acadêmica, publicada em livros e/ou artigos em periódicos da área.

Além disso, estendo o conceito de obra intelectual aos congressos científicos de que Darcy Ribeiro participou como palestrante ou como organizador, às pesquisas de campo realizadas no âmbito do SPI, às suas atividades docentes na área de etnologia indígena, à sua colaboração em projetos de pesquisa e na construção de políticas públicas sobre a questão indígena e, por fim, às suas atividades profissionais e/ou burocráticas desenvolvidas enquanto funcionário do SPI.

Um levantamento preliminar de sua obra me permitiu classificá-lo como um antropólogo brasileiro especializado na questão indígena. Digo isso após pesquisar sua produção e vinculação institucional entre as décadas de 1940 e 1960, ou seja, Darcy Ribeiro formou-se pela Escola Livre de Sociologia de São Paulo em 1946 e, a partir de então, passou a desempenhar múltiplas funções como antropólogo. No SPI, entre 1947 e 1956, atuou como: sociólogo-antropólogo, etnólogo, etnólogo especializado¹² e chefe da Seção de Estudos. Além disso, nesse mesmo período publicou um estudo etnológico sobre os Kadiwéu, realizou um estudo sobre as relações entre índios e brancos para a UNESCO; lecionou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; dirigiu o Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia, ministrado no Museu do Índio, instituição também desenvolvida por ele; entre outras atividades ligadas ao exercício da antropologia. Em paralelo a essas atividades, realizou inúmeras pesquisas de campo entre os grupos indígenas brasileiros. Na década de 1960,

¹² Denominação das funções exercidas por Darcy Ribeiro no SPI (Pasta 44, Darcy Ribeiro, Museu do Índio (MI), Rio de Janeiro, [s.d.].

ingressou em sua carreira política como chefe da Casa Civil da Presidência da República e passou a dedicar-se a projetos ligados à educação nacional¹³.

Desse modo, julgo relevante um estudo aprofundado da contribuição desse cientista social para o campo da antropologia no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960. Para desenvolver este estudo, abordei a atuação desse personagem e sua interlocução intelectual no desenvolvimento de diagnósticos e críticas sobre o país e, em particular, sobre questão indígena.

Nos âmbitos da sociologia, do pensamento social brasileiro e da história da educação no Brasil, o trabalho de referência sobre Darcy Ribeiro é o livro de Helena Bomeny: “Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado”¹⁴, no qual a autora desenvolve uma análise acerca da trajetória de Darcy Ribeiro a partir da relação conceitual entre intelectuais e “projetos sociais mais amplos”¹⁵, um exercício biográfico que prioriza o envolvimento intelectual e institucional dele com o campo da educação como ponto central de sua análise:

Darcy Ribeiro em seu respectivo contexto é uma lembrança importante no debate sobre a constituição das ciências sociais no Brasil, em particular sobre o papel estratégico que a educação desempenhou na formulação de suas respectivas visões do Brasil.¹⁶

Entre o fim da década de 1950 e meados da década de 1990, a autora singulariza a trajetória indisciplinada de Darcy Ribeiro como mineiro, como cientista social e, por fim, como pedagogo¹⁷. O alinhamento ao movimento da Escola Nova e a relação intelectual com Anísio Teixeira delimitam a questão de análise proposta pela autora. O processo de formação e a interlocução com personagens como Rondon, Anísio Teixeira e Leonel Brizola acompanham a narrativa da autora na formulação sociológica sobre o Brasil, desenvolvida por Darcy Ribeiro ao longo de sua trajetória intelectual e profissional. Além disso, Bomeny assinala em sua obra a profunda ideologia salvacionista presente na obra e atuação de Darcy Ribeiro, potencializada pela formação científica, por suas relações intelectuais e pela crença na educação como elemento fundamental para “salvar o Brasil”¹⁸.

De modo semelhante aos estudos de Helena Bomeny, considero promissora a inserção de Darcy Ribeiro no cenário intelectual brasileiro no que tange às interpretações sobre o Brasil, tema caro aos estudos do campo do pensamento social brasileiro. Nesse contexto, sobretudo

¹³ Os dados apresentados nestes parágrafos serão sistematizados e discutidos ao longo desta tese.

¹⁴ BOMENY. *Darcy Ribeiro. op. cit.*

¹⁵ *Ibidem*, p. 19.

¹⁶ *Ibidem*, p. 22.

¹⁷ *Ibidem*, p. 26.

¹⁸ *Ibidem*, p. 30.

antropológico e sociológico, elenco para essa revisão bibliográfica dois trabalhos específicos que acessaram diretamente as fontes presentes hoje no Memorial Darcy Ribeiro.

O primeiro refere-se ao estudo de André Luís Lopes Borges de Mattos¹⁹, que desenvolve uma pesquisa ampla e densa acerca da trajetória de Darcy Ribeiro entre os anos de 1944 e 1982, abordando desde sua formação na Escola Livre de Sociologia até sua passagem pelo cenário político brasileiro, já na década de 1980. A ênfase da análise recai, porém, no período em que o personagem esteve exilado, quando, segundo o autor, “foi elaborada a quase totalidade de sua obra antropológica”²⁰. Para além de sua trajetória, o referido trabalho aponta para a especificidade intelectual de Darcy Ribeiro, destacando sua multiplicidade de interesses intelectuais desde a sua formação no campo da antropologia até sua atuação política e literária já no fim da vida.

Ressalto que o trabalho de Mattos constitui um importante material de análise e de interlocução para esta pesquisa, especialmente por ter sido a primeira pesquisa científica a lidar com a vasta documentação arquivística sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro. A clara intenção biográfica desse estudo valeu-se, em larga medida, da própria construção do arquivo. Considero que o autor estruturou sua análise a partir do desenho da documentação, o que revela ao leitor a amplitude das fontes, por um lado, e, por outro, denota, de certa forma, uma leitura linear da construção do personagem. Faço essa ponderação, sobretudo pela tese central da discussão de Mattos, que identifica somente no exílio a efetivação do pensamento antropológico de Darcy Ribeiro, reproduzindo, assim, a construção da memória do próprio personagem estudado²¹.

O segundo trabalho refere-se à dissertação de Daniel Damasceno²² que apresenta uma leitura da trajetória de Darcy Ribeiro no campo de sua atuação etnológica/antropológica. Apesar de serem estudos muito próximos no que se refere à hipótese, à metodologia de pesquisa e às fontes primárias, o trabalho de Damasceno dialoga pouco com o de Mattos, sobretudo em relação à utilização da correspondência entre Darcy e alguns cientistas sociais do período, como Herbert Baldus e Oracy Nogueira. Certamente são leituras distintas da mesma fonte, porém julgo importante uma problematização do objeto de pesquisa em relação à bibliografia já existente.

¹⁹ MATTOS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*

²⁰ *Ibidem*, p. vii.

²¹ Darcy Ribeiro afirmou algumas vezes em seus escritos e entrevistas, ao longo da vida, que foi no exílio que se fez antropólogo. Em seu livro “Testemunho” ele diz, a respeito do exílio e de sua escolha pela América Latina: “me possibilitou a reconstrução de mim mesmo como intelectual”. (São Paulo: Siciliano, 1990, p. 136).

²² DAMASCENO. *Darcy Ribeiro e a formação. op. cit.*

A pesquisa de Damasceno trata diretamente da formação do campo científico no Brasil, a partir da trajetória intelectual de Darcy Ribeiro, explorando o processo de formação na Escola Livre de Sociologia de São Paulo e sua atuação como etnólogo no SPI. Nesse caminho de análise, o autor aponta os meandros institucionais e intelectuais vivenciados por Darcy Ribeiro, a fim de compreendê-lo no cenário das ciências sociais da década de 1950, e também sua identidade como etnólogo. Como marco teórico, o autor enuncia suas hipóteses a partir da formulação de campo científico de Bourdieu:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos.²³

Ou seja, para Damasceno, a compreensão do personagem Darcy Ribeiro se dá a partir da observação de sua atuação institucional e do contexto político-social, do período analisado, especialmente no âmbito do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil do período. Além disso, o autor enfatiza a singularidade da abordagem antropológica em torno da questão indígena nacional desenvolvida por Darcy Ribeiro em trabalhos posteriores à sua passagem pelo SPI.

Destaco que os trabalhos arrolados nesta seção apresentam Darcy Ribeiro sob diferentes enfoques temáticos, no entanto, são unânimes ao reconhecerem as características marcantes desse personagem como o arrojo intelectual, a multiplicidade de funções e habilidades, entre outras, a partir de sua produção no período do exílio. Repito que é inegável a proeminência da produção intelectual de Darcy Ribeiro no período do exílio, como bem argumenta Haydée Ribeiro Coelho:

O exílio não se reduz à figura do desterrado/coitado que purga em terras estrangeiras um destino errante, sempre em busca de uma identidade perdida. Para grande parcela dos intelectuais, o exílio representou trabalho, produção, construção de uma nova ordem, alargamento de fronteiras culturais, sem o abandono de uma postura política e crítica, necessária ao entendimento de nossa existência no mundo.²⁴

Nesta tese, analiso e discuto a produção de Darcy Ribeiro antes do exílio, um Darcy jovem e recém-formado pela Escola Livre de Sociologia e Política. Proponho essa delimitação temporal a fim de perceber as possíveis raízes do pensamento antropológico de Darcy Ribeiro e acompanhar sua visão sobre os grupos indígenas visitados e aos quais dedicou suas obras ao longo de sua trajetória. Para isso, recorro à análise da produção textual e das correspondências

²³ BOURDIEU, 1996 *apud* DAMASCENO. *Darcy Ribeiro e a formação. op. cit.*

²⁴ COELHO. *O exílio de Darcy Ribeiro. op. cit.*, p. 222.

em conjunto com a ação institucional de Darcy Ribeiro no período entre 1947 e 1956, quando fez parte do SPI, a fim elucidar e discutir a primeira fase profissional desse personagem.

Os “fazimentos”²⁵, nos termos do próprio Darcy Ribeiro, ou seja, as ações desenvolvidas por ele ao longo de sua trajetória são tomadas neste trabalho como parte da obra deste autor e ator das ciências sociais brasileiras. Essa ampliação do conceito de obra, que envolve não somente os textos, mas também as ações institucionais vinculadas a um personagem específico em seu tempo, representa uma vertente importante para o campo do pensamento social brasileiro contemporâneo e constitui um traço comum aos intelectuais brasileiros, principalmente no início do século XX, como é o caso de Roquette-Pinto²⁶.

O exemplo de Roquette-Pinto nesse contexto argumentativo me parece muito profícuo, especialmente por se tratar de um intelectual múltiplo e reconhecido pela literatura que se dedicou ao tema do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, como um intelectual de seu tempo, comprometido com a produção de interpretações e diagnósticos sobre o país, além de atuar diretamente na “criação de instituições e proposições de temas para a agenda de reformas sociais no país”²⁷. Roquette-Pinto é reconhecido como médico, antropólogo, educador, ensaísta e, sobretudo, como comunicador, a partir de sua estratégia de veicular a educação científica no rádio e no cinema. Sua atuação como antropólogo não se faz muito presente na memória dos brasileiros, como argumentam as organizadoras do livro “Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto”²⁸, porém a análise dessa “etapa” de sua trajetória profissional traz importantes referências do Brasil do início do século XX, do processo de institucionalização das ciências no país e da agenda de pesquisa do período em torno das questões de raça, ciência e educação, a partir da contribuição de Darcy Ribeiro.

O próprio Darcy Ribeiro²⁹ dedica, em suas memórias, um capítulo aos “Mestres brasileiros”, sendo o primeiro Roquette-Pinto, enunciado como “o mais completo antropólogo brasileiro do passado” e segue:

Seus interesses ecumênicos abrangiam antropologia física e os debates sobre raças e mestiçagens, em que ele representou um importante papel. Interessou-se também vivamente pela etnologia de campo. Devemos a ele a melhor das

²⁵ Termo usado por Darcy Ribeiro para designar suas atividades profissionais ao longo de sua trajetória. Uso como parte do título do capítulo 4 desta tese.

²⁶ LIMA, N. T.; SÁ, D. M. Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência. In: _____; _____ (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. pp. 57-84. No prelo.

²⁷ *Ibidem*, p. 13.

²⁸ *Ibidem*, p. 14.

²⁹ RIBEIRO. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

monografias etnográficas brasileiras: Rondônia. É o relato de sua viagem e de suas observações sobre os índios Nambikwara, do norte do Mato Grosso. Ele foi um dos muitos cientistas brasileiros levados por Rondon a estudar a Amazônia e é dele a obra mais bela resultante desses esforços. Roquette-Pinto foi também diretor do Museu Nacional por muitos anos, o que lhe poderia ter dado oportunidade de formar discípulos nas várias antropologias que cultivou. Não formou nenhum.³⁰

De maneira similar a Roquette-Pinto, Darcy Ribeiro é reconhecido pelos brasileiros mais como uma figura polêmica e eloquente, ligada à política, intelectual do exílio, romancista, e menos por sua atuação profissional como antropólogo especializado na questão indígena durante a década de 1950 no âmbito do SPI. O antropólogo João Pacheco de Oliveira³¹ chama atenção para a peculiaridade da antropologia desenvolvida por Darcy Ribeiro no período em questão e sugere uma leitura e análise da sua obra naquele contexto:

Darcy é um exemplo de intelectual/ator, em uma associação entre teorias e pesquisas com ações políticas de transformação sempre acompanhadas pela elaboração de um complexo e apaixonado discurso justificador. Para pensar a sua presença na antropologia brasileira é preciso ser menos biógrafo e mais analítico, falando sobre sua atuação em pelo menos cinco diferentes posições: 1 – como etnógrafo; 2 – como o estudioso do processo de integração das populações indígenas; 3 – como o idealizador de um museu de novo tipo; 4 – como o formulador de uma nova política indigenista; e por fim 5 – como autor de uma representação geral e amplamente difundida sobre o índio no Brasil.³²

Em concordância com Oliveira³³, penso a obra de Darcy Ribeiro no âmbito da antropologia brasileira a partir de uma análise combinada entre texto e atuação institucional, que decodificam a estrutura científica e a agenda de pesquisas em torno da questão indígena do período. Para isso, proponho o diálogo teórico entre história e pensamento social brasileiro. No âmbito da historiografia, insiro essa discussão no campo da “história das ideias” a partir dos trabalhos de Quentin Skinner, sobretudo em seu texto “Significado e compreensão na história das ideias”³⁴, no qual, em linhas gerais, o autor busca fundamentar sua teoria denominada “contextualismo linguístico”, abordando a constante tensão entre autor, texto, ou seja, as

³⁰ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 120. Nessa obra, o autor apresenta suas referências na área do pensamento social brasileiro, elencando em ordem de prioridade suas influências intelectuais, o primeiro como já dito seria o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, seguido pelo etnólogo autodidata alemão Curt Nimuendaju, o sociólogo Arthur Ramos e o também o sociólogo Gilberto Freyre. Além desses, Darcy Ribeiro cita outros autores, intérpretes do Brasil, que segundo ele foram “antropólogos sem saber”, como Manuel Bonfim, Capistrano de Abreu e Josué de Castro (p. 120-121). Antes, porém, esse capítulo teve uma versão publicada sob o título “Etnologando”, na primeira edição do livro “Testemunho” de 1990. Nessa versão, o nome de Roquette-Pinto não aparece, bem como um longo trecho de tom crítico à infecundidade de alguns desses estudos no meio acadêmico.

³¹ OLIVEIRA, João Pacheco. A paixão de um intelectual-ator. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 fev. 1995.

³² *Ibidem*, p. 1.

³³ *Ibidem*.

³⁴ SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas: Revista de Historia Intelectual*, n. 4, 2000, p. 149-191.

temáticas ou as ideias seriam tratadas dentro das tradições intelectuais numa dada sociedade. Além disso, Skinner lança luzes sobre a relevância do texto como documento histórico, não somente como uma prova textual, mas como produto de uma sociedade, de um grupo de intelectuais imbuídos de saberes e práticas de seu tempo histórico. Desse modo, dá voz aos autores na produção de ideias através de seus “textos”, construídos em “contextos” específicos no tempo e no espaço. Em diálogo com essa perspectiva “contextualista”, que desempenha um papel metodológico na pesquisa e não um fim em si mesmo, é possível estabelecer uma comunicação entre interesses teóricos contemporâneos e pesquisas sobre o significado de textos produzidos em outros contextos, a partir de alguma contextualização ou avaliação desses textos em termos históricos³⁵.

Também o historiador Peter Burke, no artigo “A história intelectual na era da virada cultural”³⁶, propõe o que ele denomina de uma “terceira via” para compor sua análise sobre o campo da história cultural contemporânea. Para tanto, o autor privilegia os estudos sobre a Europa feitos por europeus, apenas, segundo ele, pela questão de estar familiarizado com a língua³⁷. Sua argumentação parte da proposta da ampliação do conceito de história, ou seja, o ele inclui em sua análise pesquisas no campo da literatura clássica e da história da Ciência. Destaca, ainda, no início de seu argumento, que pretende se afastar das “tradicionais” abordagens da história intelectual, geralmente vinculadas à Escola de Cambridge, a partir dos estudos de Pocock e Skinner³⁸.

Burke aborda a história intelectual a partir de suas interfaces e contatos com o campo da história cultural, na medida em que relacionam conceitos caros a esta, como importantes chaves de análise para aquela, como é o caso da ideia de “tradição”. Segundo o autor, essa aproximação deve-se, sobretudo, ao impacto e à participação de intelectuais nos processos de “invenção da tradição” do mundo moderno. Além dessa ideia, a tríade conhecimento, informação e transmissão também figura como chave analítica para a aproximação dessas duas correntes historiográficas³⁹. Ainda nessa argumentação, o autor destaca o papel da tradução linguística nos trabalhos de história intelectual a partir de uma chave cultural, ou seja, verifica que “o problema da tradução não é tão linguístico quanto é cultural”⁴⁰. Burke conclui sua

³⁵ BOTELHO, André. Passagens para o Estado-Nação: a tese de Costa Pinto. *Lua Nova*. São Paulo, v. 77, 2009, pp. 147-177.

³⁶ BURKE, P. Fronteiras culturais: barreiras e contatos. *Revista Cult*, São Paulo, abr. 2007.

³⁷ *Ibidem*, p. 159.

³⁸ *Ibidem*, p. 159.

³⁹ *Ibidem*, p. 162.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 163.

abordagem propondo uma ampliação das questões e dos conceitos estudados e desenvolvidos pela história intelectual, através do diálogo com a história cultural.

Além da história intelectual e da história cultural, nessa delimitação teórica está o campo do pensamento social brasileiro, que tem se dedicado desde a década de 1980 ao estudo das tradições intelectual, social e políticas brasileiras, a partir de uma dinâmica interdisciplinar. Mais recentemente, esse campo tem se voltado para as “grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira [...], as diferentes modalidades de produção intelectual e da própria cultura como sistema de valores.”⁴¹

Em geral, nos trabalhos que discutem o pensamento social no Brasil há uma ênfase maior nas instituições, no processo de institucionalização ou nos textos, mas nem sempre nas propostas institucionais, ainda que presentes em alguns trabalhos⁴². Nesse ponto é que insiro a discussão desta tese, qual seja: unir metodologicamente a análise da obra textual e da ação institucional de Darcy Ribeiro no período proposto, a fim de compreender as disputas intelectuais e políticas que formavam o país e pautavam as discussões acerca do indígena naquele momento, que podem elucidar questões que ultrapassam o contexto original de suas formulações⁴³.

Além disso, tomo como fonte principal de análise, a documentação reunida no arquivo do Memorial Darcy Ribeiro, alocado no *campus* da UnB, em Brasília. O percurso desse arquivo é um dado importante para a pesquisa aqui proposta. Sua acumulação pelo próprio Darcy e por Berta Gleizer⁴⁴ demonstra um cuidado considerável em resguardar e construir sua memória intelectual, institucional e também pessoal, o que nos remonta à temática da representação e da “escrita de si”, como bem desenvolve a historiadora Ângela de Castro Gomes⁴⁵:

[...] a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a sua verdade [...] o que passa a importar para o historiador é a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.

⁴¹ BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. *Pensamento social brasileiro: um campo vasto ganhando forma*. Lua nova, São Paulo, v. 82, 2011, pp. 11-16.

⁴² Cf.: LIMA; SÁ. Roquette-Pinto e sua geração. *op. cit.*; NASCIMENTO, A. S. *Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

⁴³ BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. In: SEMINÁRIO: A SOCIOLOGIA DA CULTURA NO BRASIL E A OBRA DE SERGIO MICELI. São Paulo: USP, 2005, p. 31.

⁴⁴ Berta Gleizer foi casada com Darcy Ribeiro entre os anos de 1946-1974. A também antropóloga teve uma participação intensa e fundamental no desenvolvimento da obra de Darcy Ribeiro, sobretudo no período de análise proposto nesta tese. Sobre Berta, falarei mais detidamente no capítulo 1 desta tese.

⁴⁵ GOMES, A. C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 14.

Os arquivos pessoais tornam-se fontes importantes para compreender a trajetória e as narrativas do personagem ao longo do tempo. O arquivo de Darcy Ribeiro realça o discurso do autor sobre suas várias “peles” ao longo de sua vida e obra: o antropólogo, o político e o educador. Também por isso, o arquivo tornou-se um objeto de análise desta tese.

A incorporação de fontes documentais à análise etnográfica é tema de um recente trabalho de Roque e Wagner⁴⁶, que apresentam uma discussão sobre o uso de arquivos, sobretudo os arquivos coloniais, em Portugal, para a construção de narrativas antropológicas aprofundadas. Trata-se de uma abordagem etnográfica desses arquivos, ou seja, um olhar atento e informado por saberes antropológicos na leitura desse material. Em linhas gerais, os autores discorrem sobre as possibilidades de análise antropológica do documento, problematizando a construção do arquivo e sua representatividade política e social, além de valorizar as rupturas e vulnerabilidades do arquivo como indícios importantes para a reflexão sobre estes.

Ainda sobre a temática do uso de arquivos na produção de conhecimento antropológico, David Zeitlyn⁴⁷ aponta algumas questões relevantes, ao estruturar sua análise a partir de considerações de autores como Foucault e Derrida acerca dos conceitos de arquivo e de suas múltiplas possibilidades de leitura. Nesse contexto teórico, o autor apresenta diferentes tipos de arquivos e formas de uso e leitura da documentação arquivada. Além disso, valoriza em seu argumento uma leitura “subversiva” dos arquivos, ou seja, percebendo os silêncios e contradições presentes no conjunto documental pesquisado. Segundo Zeitlyn, dessa forma seria possível apreender mais da documentação analisada. Destaco que esta obra pode ser inserida numa perspectiva de análise que valoriza o uso de fontes arquivísticas como parte da investigação antropológica em todos os níveis. O próprio título do ensaio – “*Anthropology in and of the archives: possible futures and contingent pasts. archives as anthropological surrogates*” – já sugere a importância da leitura atenta e da problematização constante da documentação de arquivo para o trabalho em antropologia. Nesse sentido, o uso de arquivos pela antropologia ganha novos significados, à medida que sua importância empírica é atribuída ao desenvolvimento do trabalho antropológico.

Outro *corpus* documental de fundamental importância para este estudo refere-se à série de correspondências passivas e ativas organizadas por “assunto e correspondentes” no arquivo pessoal de Darcy Ribeiro. Também o uso de correspondências como fonte histórica vem sendo

⁴⁶ ROQUE, R.; WAGNER, K. A. (Ed.). *Engaging colonial knowledge: reading european archives in world history*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan. 2012.

⁴⁷ ZEITLYN, D. *Anthropology in and of the archives: possible futures and contingent pasts – archives as anthropological surrogates*. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, 2012, pp. 461-480.

problematizada pela historiografia⁴⁸. As cartas, entendidas como fonte de “verdades” e também de encontro “físico e afetivo”⁴⁹, tornam-se lugares privilegiados de análise, além de figurarem como importante instrumento de afirmação da identidade pessoal, construção de redes de sociabilidade intelectual e vínculos pessoais entre as partes envolvidas.

Em outro trabalho, Ângela de Castro Gomes⁵⁰ afirma: “A correspondência pessoal entre intelectuais é, sobretudo, [...], um espaço revelador de suas ideias, de seus projetos, opiniões, interesses e sentimentos. Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas.” É nessa perspectiva que me dedico à análise da correspondência depositada no arquivo de Darcy Ribeiro.

A correspondência depositada no acervo de Darcy Ribeiro destaca-se pela abundância e diversidade de temas e interlocutores e atinge maior densidade entre os anos de 1940 e 1960. Ela testemunha a grande rede estabelecida pelo antropólogo e inclui personagens importantes do cenário das ciências sociais no Brasil. Privilegiei as correspondências mantidas com maior regularidade e por mais tempo no período proposto por esse projeto.

Destaca-se o grande volume daquela que manteve com o etnólogo alemão e professor da Escola Livre de Sociologia de São Paulo, Herbert Baldus, *corpus* documental central desta tese. A análise dessa correspondência revelou importantes pistas sobre o desenvolvimento do campo de atuação da antropologia no Brasil, no âmbito do SPI, em especial, além de uma relação Mestre-Discípulo bem delineada ao longo dos anos. Recorri pontualmente à correspondência trocada com Eduardo Galvão, importante antropólogo contemporâneo de Darcy Ribeiro, com quem partilhou projetos e ações institucionais no âmbito do SPI e fora dele. Nessas correspondências ficava clara a grande intimidade entre os personagens, que tratavam da ordem do cotidiano das pesquisas etnológicas, dos meandros institucionais e do desenvolvimento do campo da antropologia, quase sempre permeados por assuntos pessoais. As correspondências mantidas entre Darcy e Galvão eram quase sempre assinadas em conjunto com suas esposas, Berta e Clara, respectivamente. Além disso, nessas cartas eram citados nomes, codinomes e/ou apelidos e alguns não pude identificar com clareza.

Também recorri às cartas trocadas com Oracy Nogueira, com quem Darcy se aconselhava sobre assuntos acadêmicos e sobre a participação em congressos e associações

⁴⁸ VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883- 1951)*. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003; GOMES. *Escrita de si. op. cit.*; GOMES, A. C. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005; LEMOS, R. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

⁴⁹ GOMES. *Escrita de si. op. cit.*

⁵⁰ *Idem. Em família. op. cit.*, p. 13.

voltadas para as ciências sociais no período. Algumas dessas cartas eram também intermediadas por suas esposas Berta e Lizette, respectivamente.

Além dos interlocutores citados, Darcy Ribeiro manteve correspondências com outros cientistas sociais e intelectuais, importantes no período selecionado para esta pesquisa, entre eles: Thales de Azevedo, Juan Comas, Heins Foerthmann, Donald Pierson, Harald Schultz e Florestan Fernandes⁵¹.

Também disponíveis no arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, destacam-se os documentos referentes às inúmeras instituições pelas quais passou ao longo de sua trajetória. Ainda privilegiando o recorte cronológico aqui proposto, dedico maior atenção ao material sobre o SPI, alocadas na subsérie “Indigenismo”. São documentos referentes a temas burocráticos, pesquisas antropológicas, ao intercâmbio constante entre Darcy e outros pesquisadores, além de diários de campo. Também nessa subsérie estão os documentos relativos à criação do Museu do Índio e do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, ambos idealizados por Darcy Ribeiro na década de 1950.

Diante do exposto, com o intuito de tornar o personagem Darcy Ribeiro o centro da análise, abordo o contexto de formação do campo da antropologia no Brasil e sua institucionalização através da criação de centros de ensino e pós-graduações, além do regimento interno e atividades do SPI, partindo da trajetória de formação e atuação profissional de Darcy Ribeiro. Para isso, considero como objeto principal da pesquisa seus textos e artigos, a criação de cursos, suas falas em congressos da área e seus relatórios institucionais; além de localizar suas parcerias intelectuais, especialmente através de sua correspondência pessoal.

Nesse processo, destaco as significativas parcerias intelectuais de Darcy Ribeiro com o etnólogo alemão Herbert Baldus e com o antropólogo Eduardo Galvão. Ambos interlocutores importantes para o desenvolvimento de teses sobre os grupos indígenas estudados por Darcy e também para sua inserção intelectual e institucional no período.

O Acervo do Setor de Documentação (Sedoc) do Fundo SPI do Museu do Índio do Rio de Janeiro também faz parte do meu universo de análise. O meu interesse nessa documentação está em propor uma relação entre a produção acadêmica e a realização de estudos de Darcy Ribeiro. Constituem importantes fontes para essa análise os relatórios ministeriais e de postos desse serviço, além dos boletins.

Na década de 1950, Darcy Ribeiro fez parte de algumas sociedades científicas e participou de inúmeros congressos, seminários e reuniões. Desse modo, é por isso que parte

⁵¹ No capítulo 2 desta tese, apresento uma tabela com maiores informações sobre as correspondências trocadas nesse período entre Darcy Ribeiro e os referidos interlocutores.

importante da sua atuação encontra-se nos arquivos das seguintes instituições: Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), onde ele atuou a partir de 1951; e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da qual foi secretário entre 1955 e 1957 e membro do conselho em 1958.

Para compor essa análise divido a tese em quatro capítulos. Os capítulos 1 e 2 são construídos de forma cronológica, já os capítulos 3 e 4 são estruturados a partir de um enfoque temático sobre a vida e a obra de Darcy Ribeiro. O primeiro tem início com uma apresentação de Darcy Ribeiro e, em seguida, traz uma reflexão sobre a formação do campo disciplinar da antropologia no Brasil, partindo do processo de institucionalização das ciências sociais no país. A ênfase desse processo é dada a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, e da sua estrutura acadêmica voltada para a formação de uma elite paulista preparada para o serviço público, sobretudo após a “derrota” na revolução constitucionalista de 1932. São explorados documentos acerca de sua fundação, o currículo do curso de bacharelado em ciências sociais, as diferenças e semelhanças em relação à Universidade de São Paulo (USP), criada poucos anos depois na cidade de São Paulo, além de uma análise sobre a repercussão dada pela imprensa paulista à inauguração e atividades da ELSP nos primeiros anos de seu funcionamento. No início da década de 1940, a escola passaria por transformações importantes com a contratação de professores estrangeiros como Donald Pierson, Herbert Baldus e Emilio Willens, e também com a criação do primeiro curso de pós-graduação em sociologia e antropologia do país.

Nesse contexto de formação de um campo institucional voltado para as pesquisas em ciências sociais no Brasil, na segunda parte desse capítulo, retomo a trajetória acadêmica de Darcy Ribeiro a partir de sua formação como bacharel em ciências sociais pela ELSP, entre os anos de 1944 e 1946. Nas fontes selecionadas nos arquivos da Fundação Escola Livre de Sociologia de São Paulo, pude ter acesso às provas, currículo, histórico, trabalhos finais e até ao convite e à cópia do discurso proferido por Darcy Ribeiro como orador da turma de formandos do bacharelado em ciências sociais de 1946. A análise desse material me permitiu compreender e localizar a formação acadêmica e intelectual de Darcy Ribeiro ao longo dos anos do curso.

Na última parte deste capítulo, inicio a abordagem, propriamente dita, da relação de orientação de longa duração entre Darcy Ribeiro e Herbert Baldus, seu professor de etnologia brasileira e orientador na ELSP. Coube, nessa seção, explorar o contato acadêmico entre eles, a fim de perceber continuidades e/ou rupturas na atuação profissional de Darcy Ribeiro após sua formação.

Após enfatizar os anos e o processo de formação acadêmica de Darcy Ribeiro, sobretudo seu contato efetivo com a disciplina Etnologia Brasileira, no capítulo 2, detenho-me ao que chamei de “orientação de longa duração” entre Darcy Ribeiro e Herbert Baldus. Por indicação de Herbert Baldus, Darcy Ribeiro inicia sua vida profissional no âmbito da antropologia no Serviço de Proteção aos Índios (SPI) logo após a conclusão de seu curso de bacharelado. A primeira parte desse capítulo refere-se a um apanhado acerca da estrutura do SPI na década de 1940, principalmente a partir da criação da Seção de Estudos em 1942 e da contratação dos primeiros cientistas sociais em 1947, entre eles Darcy Ribeiro. Sob nova abordagem, valorizando a ciência como condutora de projetos para a assistência e o reconhecimento do indígena brasileiro é que Darcy Ribeiro realiza suas primeiras viagens/pesquisas de campo aos postos indígenas coordenados pelo SPI. As impressões sobre as populações indígenas visitadas, as questões burocráticas que envolviam suas atividades como etnólogo e a afirmação intelectual e acadêmica no campo da antropologia no Brasil eram alguns dos temas referenciados pela vasta correspondência trocada entre Ribeiro e Baldus.

Na segunda parte desse capítulo, apresento e discuto uma série de cartas trocadas entre os referidos personagens no período de 1947 e 1956, quando Darcy Ribeiro atuou no SPI. Com base na análise dessas cartas, busco fundamentar minha questão de pesquisa em torno da relação mestre-discípulo estabelecida entre Herbert Baldus e Darcy Ribeiro, além de apresentar importantes referências sobre a questão indígena no contexto nacional do período, bem como abordar a dinâmica do conhecimento acadêmico em antropologia. Na terceira e última parte desse capítulo analiso os dois grandes estudos realizados por Darcy Ribeiro, entre o fim da década de 1940 e o início da década seguinte, sobre os grupos indígenas Kadiwéu e sobre os Urubu. A partir desses estudos, busco identificar e apresentar as principais questões de pesquisa levantadas por ele, presentes nos relatórios e boletins internos do SPI.

No terceiro capítulo, apresento e discuto sobre as principais teses e diagnósticos de Darcy Ribeiro ao longo de sua trajetória como etnólogo do SPI. A temática da redução demográfica, as denúncias sobre a grave crise sanitária que assolou grupos indígenas inteiros e as consequências do contato cada vez maior dentre índios e brancos despertaram o interesse de pesquisa de Darcy Ribeiro. A primeira parte desse capítulo explora a visão de Darcy Ribeiro sobre a questão da demografia indígena presente em seus trabalhos acadêmicos e relatórios oficiais ao SPI. A segunda parte versa sobre os diagnósticos de Darcy Ribeiro acerca da questão sanitária indígena no âmbito do SPI, sobretudo a partir da década de 1940. É tema dessa mesma seção alguns relatórios de médicos de dirigentes de Postos Indígenas sobre as epidemias e suas consequências para a população indígena atingida. Na terceira e última parte desse capítulo

dedico uma seção para discutir a contribuição de Darcy Ribeiro na elaboração de uma parceria entre SPI e a Superintendência de Valorização Econômica na Amazônia – SPVEA, na promoção de melhorias à assistência indígena e as incoerências possíveis dessa associação. Dou continuidade à análise sobre a questão sanitária desenvolvida no SPI, apontando algumas outras parcerias institucionais no âmbito da saúde no período. Por fim, apresento as críticas de Darcy Ribeiro à administração do SPI, sobretudo em relação ao mau uso da verba orçamentária aprovada para o ano de 1957, fruto do acordo com a SPVEA, que culminaram em seu pedido de exoneração em 1956.

No quarto e último capítulo, dedico atenção aos “fazimentos”, ou seja, às ações institucionais de Darcy Ribeiro no campo da antropologia, tanto no âmbito do SPI quanto na elaboração de políticas públicas de assistência ao indígena brasileiro na década de 1950. As seções desse capítulo dividem-se por suas investidas institucionais. A primeira parte aborda as pesquisas realizadas sobre as relações raciais entre índios e brancos para a UNESCO, combinadas ao desenvolvimento do projeto para a criação do Parque indígena do Xingu. Em seguida, apresento e discuto o processo de criação do Museu do Índio e também do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, desenvolvido em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e coordenado por Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão. Analiso, também, a carreira docente de Darcy Ribeiro na Faculdade Nacional de Filosofia e sua atuação na Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Por fim, apresento um balanço de sua produção científica no período que atuou como antropólogo do SPI (1947-1956).

CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DE UM ANTROPÓLOGO E DE UMA ANTROPOLOGIA: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE DARCY RIBEIRO NA ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (1944-1946)

Eu viria a ser não o médico que tanto supus e quis, mas o escritor que jamais cogitei. Ainda estou aprendendo a me ser, eu mesmo, comigo [...]. (Darcy Ribeiro).⁵²

Darcy Ribeiro era mineiro, do norte do Estado, precisamente da cidade de Montes Claros. Nascido em 26 de outubro de 1922, filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e Josefina Augusta da Silveira Ribeiro; concluiu sua formação primária em 1933 no Grupo Escolar Gonçalves Chaves, na cidade de Montes Claros, e o secundário (hoje ensino médio) no Ginásio Municipal da mesma cidade⁵³. Entre 1939 e 1943 cursou “medicina” na Faculdade de Belo Horizonte, mesmo período que iniciou sua militância no Partido Comunista do Brasil (PCB).

Segundo o próprio Darcy Ribeiro em suas memórias⁵⁴, tornar-se médico era desejo de sua mãe e influência direta de seu tio, Plínio: “Pra mim, ser médico era vestir meu tio, o doutor Plínio: rico, prestigioso, refinado, lido e informado. O homem mais culto da cidade.”⁵⁵ Marcando o início da busca por esse objetivo, Darcy Ribeiro deixa a cidade de Montes Claros e muda-se para Belo Horizonte, em 1939, onde se matricula no curso pré-médico, “curso preparatório da faculdade de medicina”⁵⁶. Não encontrei registros formais desse curso preparatório nos arquivos que consultei, ou mesmo nas fontes secundárias sobre esse período de sua trajetória acadêmica. Por isso, não tenho clara a informação de que Darcy tenha de fato cursado esses três anos do curso de medicina ou de um curso preparatório para o ingresso na faculdade. É possível, ainda, que esse curso preparatório seja referente aos primeiros anos da formação em medicina, uma espécie de ciclo básico, porém não tenho dados suficientes para afirmar algo sobre isso. Ainda nas suas memórias sobre esse período, Darcy Ribeiro não teria tido êxito em sua preparação para tornar-se médico, teria sido reprovado nos três anos de curso: “não me conformava com avergonha de tomar bomba todo o ano no curso médico.”⁵⁷ A esse insucesso, Darcy atribuía sua “boemia literária” e seu interesse por outros cursos dos quais

⁵² RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 23.

⁵³ Dados presentes numa documentação oficial dos arquivos do SPI, intitulada: Darcy Ribeiro – Dados Biobibliográficos. MI, [s.d.].

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 72.

⁵⁶ Como se refere Mércio Gomes (Fé de ofício. In: RIBEIRO, D. *Testemunho*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2001. pp. 247-307).

⁵⁷ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 82.

podia participar na Universidade de Minas Gerais⁵⁸, especialmente os cursos de direito e filosofia.

Sobre esse período há certa escassez de informações para além dos registros memorialísticos do próprio Darcy Ribeiro, que não cotejam, por exemplo, sua passagem formal pela Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, no ano de 1943. Em suas confissões, Darcy Ribeiro refere-se à sua passagem pelos cursos da faculdade como atividades extras, informais, onde eram ministradas “aulas abertas para quem quisesse assistir”⁵⁹ ou como um ambiente intelectual onde ele fez a “maioria de seus amigos”⁶⁰, porém, encontrei um documento emitido pela Faculdade de Filosofia (FAFi), de Belo Horizonte, atestando que Darcy Ribeiro foi aluno formal daquela instituição, do curso de Ciências Sociais no ano de 1943, tendo prestado vestibular e cursado a 1ª série do referido curso.

De todo modo, a partir dos registros de memória, e da documentação consultados, é possível inferir que Darcy Ribeiro não alcançou o êxito esperado por sua família em relação à sua formação em medicina. Outros interesses intelectuais e políticos, vividos na capital mineira, o encaminhariam a novos rumos profissionais.

Foi também durante sua passagem por Belo Horizonte (1939-1943) que ele se filiou aos ideais do PCB, como era até certo ponto comum entre os intelectuais e artistas do período, sem supor, com isso, uma relação direta entre intelectualidade e militância comunista, como alerta Marcelo Ridenti⁶¹:

Essa relação não caberia numa equação simples, como a que propõe que a militância comunista de intelectuais e artistas fazia parte de um desejo de transformar seu saber em poder. Tampouco seria adequado, no outro extremo, supor que houvesse mera manipulação dos intelectuais pelos dirigentes do PCB. Não se trata essencialmente de uso indevido e despótico da arte e do pensamento social para fins que lhes seriam alheios, mas de uma relação intrincada com custos e benefícios para todos os agentes envolvidos, implicando ainda uma dimensão utópica que não se reduz ao cálculo racional.

⁵⁸ A partir de 1933, a Universidade de Minas Gerais ficava constituída pela Faculdade de Direito, pela Escola de Engenharia, pela Faculdade de Medicina e pela Faculdade de Odontologia e Farmácia, todas com sede em Belo Horizonte. Pela lei nº 971, de 16/12/1949, a Universidade de Minas Gerais foi transformada em estabelecimento federal, incluindo as unidades mencionadas acima, além da Escola de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia. No mesmo ano, foi emitida a lei nº 976, de 17 de dezembro, que estabelecia a federalização da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, ficando esta subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, Diretoria do Ensino Superior (art. 2º), criando no quadro permanente do referido ministério 34 cargos de professores catedráticos para o curso médico da faculdade (art. 5º). Informação disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/facmedmg.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 73.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 74.

⁶¹ RIDENTI, M. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010, p. 57.

A propósito da passagem de Darcy Ribeiro pelo PCB também não há registros formais. Nesse caso, mais uma vez, somos informados apenas por suas memórias que buscam construir uma versão de sua militância política no período, sobretudo em torno da missão humanista e salvacionista que vivenciou anos mais tarde primeiro com os índios e depois com a educação e a política nacionais. Sobre o tempo em Belo Horizonte e sua aproximação com o Comunismo Darcy Ribeiro⁶² afirmou:

Três anos de Belo Horizonte me haviam transfigurado. Vivia no planeta terra sabendo detalhadamente o que acontecia mundo a fora. Não só sabendo, mas tomando partido. Isso aprendi com os comunistas, a ser responsável pelo destino humano. Tudo o que ocorre a um povo de qualquer parte me interessa supremamente, obrigando-me a apoiar ou opor-me, impávido. Essa postura ética que presidiu toda a minha vida, conduzindo-me na ação política, em todas as instâncias dela, é um de meus bens mais preciosos.

A vinculação de Darcy Ribeiro ao PCB pode ser revisitada como uma importante fase, constitutiva talvez, de suas impressões políticas futuras, em suas palavras: “os comunistas atiçaram meu fervor utópico, fazendo ver a realidade brasileira como a base de um projeto de criação de uma sociedade solidária.”⁶³

O texto biográfico que apresenta o inventário analítico do arquivo Darcy Ribeiro destina apenas uma frase para definir os anos que ele viveu em Belo Horizonte: “nesse período, iniciou militância no Partido Comunista do Brasil – PCB, militância da qual se afastaria nos anos seguintes”⁶⁴. Em seu arquivo não há maiores informações sobre sua militância e em suas memórias há poucos registros de companheiros de partido, não sendo possíveis maiores digressões acerca dessa etapa de sua formação política e intelectual.

Ainda nesse contexto, Darcy Ribeiro participou ativamente do movimento estudantil do diretório central de Minas e da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro, onde passou algum tempo, em 1940. Foi nessa conjuntura que convidou algumas personalidades das ciências sociais da época para ciclos de palestras em Belo Horizonte⁶⁵, entre eles o sociólogo americano e professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), Donald Pierson, que depois de passar alguns dias visitando cidades mineiras na companhia de Darcy Ribeiro, o teria convidado para uma bolsa de estudos no curso de bacharelado em ciências sociais na ELSP. O jovem aceita o convite, abandona em definitivo

⁶² RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 82.

⁶³ *Ibidem*, p. 127.

⁶⁴ FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro*. Rio de Janeiro, 2011.

⁶⁵ Na mesma ocasião, Darcy teve contato ainda com o embaixador do Canadá do período, Jean Desy, que o teria oferecido uma bolsa de estudos em Ottawa. “Alcançável se tivesse coragem de embarcar num comboio, naqueles tempos de guerra em que todo o dia afundavam navios” (RIBEIRO. *Idem*, p. 92).

seu curso de medicina em Belo Horizonte e muda-se para São Paulo, onde inicia na ELSP, no ano de 1944; dois anos mais tarde, conclui seus estudos e forma-se bacharel em ciências sociais⁶⁶.

Após a conclusão do curso, Darcy ingressou no SPI, em 1947, sob indicação de seu mestre e orientador na ELSP, Herbert Baldus, permanecendo lá até 1956. Lá atuou como naturalista e etnólogo até assumir a direção da Seção de Estudos desse órgão em 1952. Desde então, sua trajetória como etnólogo despontou no cenário nacional, sobretudo no que tangia à questão indígena no país. Lá criou o Museu do Índio, em 1953, reconhecido pela UNESCO como o primeiro museu do mundo com o objetivo de quebrar o preconceito contra o indígena e difundir sua cultura; desenvolveu e lecionou no primeiro curso de Pós-Graduação em Antropologia Cultural no Brasil.

Ainda no período entre 1947 e 1956, Darcy Ribeiro foi professor da cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956); participou de inúmeras comissões permanentes ou temporárias e lecionou Etnologia Brasileira na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ainda na década de 1950, ele participou da formulação do projeto de lei em prol da criação do Parque Indígena do Xingu e de um estudo chancelado pela UNESCO, sobre o contato entre índios e brancos no país. Em 1956, deixa o SPI e passa a atuar no cenário político brasileiro, em parceria com Anysio Teixeira, onde desenvolveu projetos nacionais em torno da educação pública.

Mesmo afastado da prática etnológica, Darcy Ribeiro atuou diretamente no cenário antropológico nacional a respeito da causa indígena durante muitos anos, seja como professor, conferencista ou homem de governo.

Em 1954, a convite da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi a Genebra como especialista em estudos sobre os povos indígenas de todo o mundo. Foi coordenador do projeto da UnB e seu primeiro reitor em 1961. Nesse mesmo ano, tornou-se ministro da educação no governo João Goulart e, com o golpe de 1964, logo em seu primeiro ato institucional, Darcy Ribeiro deixa o Brasil, exilando-se no Uruguai, onde lecionou antropologia na Universidade da República Oriental do Uruguai, em Montevideú, até o ano de 1968. O antropólogo esteve ainda envolvido em diversos estudos e centros de pesquisa sobre a causa

⁶⁶ Alguns registros biográficos sobre a trajetória de Darcy Ribeiro o apresenta como etnólogo especializado, porém há registros de que ele tenha concluído apenas o bacharelado na ELSP entre 1944 e 1946. Possivelmente o título atribuído a Darcy descende de um de seus registros de memória, que narram sua participação nas aulas ministradas por Herbert Baldus na pós-graduação da ELSP, nos chamados “Seminários Pós-graduados de Etnologia” (RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 125-126).

indígena no Uruguai, Venezuela e Chile, no período do exílio que teve fim efetivo em 1979, com a Lei de Anistia, que possibilitou que ele fosse reintegrado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse mesmo ano, assumiu o posto de membro do conselho diretor da faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Sem dúvidas, trata-se de um personagem múltiplo e de importância central nas mais diversas instâncias sociais e políticas no Brasil contemporâneo. Para esta tese, no entanto, dedico especial atenção à atuação e à obra de Darcy Ribeiro no âmbito da antropologia, por isso proponho essa análise em um recorte cronológico demarcado pela formação dele na ELSP e o fim do seu período de atuação à frente do SPI. Nesse período, Darcy estabeleceu relações intelectuais importantes para o desenvolvimento de suas pesquisas em torno da questão indígena, entre elas destaca-se a de Berta Gleizer, sua esposa por 25 anos, sobre quem trato na seção seguinte.

1.1 A parceria intelectual e pessoal de Berta

Em 1945, já em São Paulo, em um dos comícios do PCB, Darcy conheceu Berta Gleizer⁶⁷, com quem foi casado entre 1948 e 1974. Além de sua esposa, ela foi sempre uma parceira importante, sobretudo na construção de sua obra científica em torno da temática indígena.

Depois de casados, em 1948, Berta Gleizer Ribeiro acompanhou Darcy em sua pesquisa de campo entre os Kadiwéu, do Pantanal Mato-Grossense, iniciando, assim, sua carreira como etnóloga⁶⁸. Berta participou também das pesquisas de campo de Darcy Ribeiro pelo sul do país, em 1951, junto aos índios Kaingang, do Paraná, e os Xokleng, de Santa Catarina. Segundo Darcy Ribeiro, em suas memórias, Berta teria aprofundado seus estudos, ajudando-o a elaborar os materiais colhidos e na redação de seus livros⁶⁹.

⁶⁷ Berta Gleizer, filha de Motel e Rosa Gleizer, nascida em 2 de outubro de 1924, na cidade de Beltz, na Romênia. Chegou ao Brasil em 1933, após a morte de sua mãe, acompanhada de sua irmã Jenny e de seu pai em fuga da polícia romena. Pouco tempo depois, sua irmã Jenny foi acusada de subversão pelo governo brasileiro e extraditada. Diante dessa situação, seu pai teria seguido para a Europa em busca da filha, de onde não voltou, teria morrido na França. Após a morte de seu pai, Berta ficou sob a “guarda” do Partido Comunista. (FUNDAÇÃO. *Inventário. op. cit.*), ou como afirma a autora Ana Callado, Berta, passa a viver ora com uma, ora com outra família de judeus comunistas estabelecidos no Rio de Janeiro naquele período, até ser levada para a cidade de São Paulo, por volta de 1937, onde ficou sob a guarda da Família Fridman até 1940, quando passa a morar sozinha. Cf.: CALLADO, A. A. Berta Ribeiro: Aos índios com amor. Rio de Janeiro: batel, 2016, p. 23.

⁶⁸ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*

⁶⁹ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.* 1997.

Entre 1950 e 1954, Berta cursou bacharelado e licenciatura em Geografia e História pela Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Ainda em 1953, iniciou seu estágio no Museu Nacional, onde foi contratada como naturalista no setor de Etnologia (1956-1958). Nesse mesmo período, trabalhou na sistematização de dados e no levantamento bibliográfico sobre a arte plumária dos Urubu-Kaapor, publicado como um artigo⁷⁰ em 1957 em parceria com Darcy Ribeiro. Em 1958, mudou-se para Brasília com Darcy Ribeiro e em 1964, seguiu junto com ele para o período de exílio político: primeiro para Uruguai, depois para a Venezuela, Chile e Peru, de onde retornaram ao Brasil em 1974. Durante o exílio, Berta realizou uma grande pesquisa bibliográfica e trabalhou na revisão e na tradução de inúmeros textos que viriam a compor a série “Estudos de antropologia da civilização”, publicada por Darcy entre as décadas de 1970 e 1990⁷¹.

No período em que analiso a obra e, portanto, o arquivo de Darcy Ribeiro, é possível perceber que a atuação de Berta não foi apenas sob o aspecto formal da assistência à pesquisa, auxiliando-o na catalogação de peças indígenas e na revisão bibliográfica dos textos produzidos por ambos, mas também na sistematização e na organização de suas correspondências, ativas e passivas. As ativas foram todas datilografadas e, muitas vezes, também redigidas por ela, como se pode observar nas correspondências passivas, não poucas endereçadas também à Berta.

Não tenho como aferir a participação intelectual direta de Berta na produção científica de Darcy Ribeiro, em parte porque não há registros formais, e também por não ter pesquisado a documentação do arquivo dela, alocado no Memorial Darcy Ribeiro e composto por um vasto *corpus* documental sobre sua trajetória intelectual e acadêmica, sobretudo a partir da década de 1970. Porém, destaco que a parceria intelectual e pessoal estabelecida entre Berta e Darcy, sobretudo no período a que dedico minha análise, é de fundamental importância para compreender a obra e também da atuação institucional de Darcy Ribeiro. Não seria demais afirmar que se tratava de uma construção conjunta de saberes e de memórias em torno da questão indígena brasileira.

Na volta do exílio em 1974, Berta se separou de Darcy e seguiu sua trajetória acadêmica de forma mais independente. Como assinala Matos⁷², ela retomou as pesquisas acadêmicas e defendeu sua tese de doutorado “A civilização da palha: a arte do trançado dos índios do Brasil”, em 1980, no curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo

⁷⁰ *Idem. A arte plumária dos índios Kaapor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

⁷¹ Sobre Berta, ver: BOTELHO, E. U. *Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997): afinidade e autonomia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

⁷² MATTOS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*, p. 11.

(USP). Em 1988, passou a fazer parte do quadro docente da Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Entre meados da década de 1970 e meados da década de 1990, Berta produziu dezenas de artigos sobre a cultura material indígena, participou de inúmeros eventos científicos e organizou exposições temáticas sobre a arte indígena brasileira.

Sobre as qualidades científicas e pessoais de Berta, Darcy Ribeiro⁷³ relata em suas memórias:

[...] primeiro, seu simultâneo interesse pelas culturas indígenas e pelo destino dos índios. Segundo, seu respeito por seus informantes indígenas, que chega ao ponto de publicar um livro de mitologia em nome deles e lhes transferir os direitos autorais. Terceiro, sua ampla visão, que incorpora tudo que conhecemos sobre a sabedoria dos povos da floresta dentro do quadro da sociedade e da cultura brasileira, tema sobre o qual publicou vários livros. Inclusive seu texto “O índio na cultura brasileira”, que é o melhor com que contamos para uma visão panorâmica da contribuição indígena à nossa cultura.

Nesse sentido, destaco a importância da parceria intelectual e pessoal que Berta Gleizer ofereceu à Darcy Ribeiro durante toda sua vida. Mesmo depois de separados, Berta continuou dedicada a sistematizar e organizar os arquivos de Darcy, como observou Luciana Heymann⁷⁴, ao identificar a interferência direta de Berta na catalogação do arquivo, sobretudo em relação às correspondências. Berta faleceu em novembro de 1997, oito meses depois de Darcy Ribeiro, ambos acometidos pelo câncer, encerrando assim uma parceria de quase 50 anos, nas palavras dele⁷⁵: “O certo, porém, é que desde há muitos anos convivemos com muito amor.” Na próxima seção, abordo o processo de formação e desenvolvimento da antropologia brasileira.

1.2 Que antropologia é essa?

Notoriamente preocupada com a especificidade do objeto de pesquisa, a antropologia talvez seja, entre as ciências sociais, paradoxalmente, a mais artesanal e a mais ambiciosa [...]. (Mariza Peirano).⁷⁶

As controvérsias em torno da formação do campo antropológico brasileiro na década de 1930 apresentam-se como um desafio analítico ao pesquisador que toma esse processo por

⁷³ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 140-141.

⁷⁴ HEYMANN, L. Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, jul./dez. 2005, pp. 43-58.

⁷⁵ RIBEIRO. *Idem*, p. 141.

⁷⁶ PEIRANO, M. *Os antropólogos e suas linhagens: a procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis*. Brasília: [s.:n.], 1990, p. 3. (Série Antropologia, 102).

objeto de estudo. Para compor essa análise, recorro aos trabalhos que se dedicaram a compreender a institucionalização das ciências sociais no Brasil, sobretudo a antropologia em diálogo com a transformação política e social que atravessava o país naquele período⁷⁷.

Para Mariza Peirano⁷⁸, a década de 1930 no Brasil deve ser compreendida como um momento específico, “sócio genético” no desenvolvimento de uma ciência nacional. Ou seja, para a autora, o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, iniciado na década de 30, estava inserido em um projeto de construção nacional mais amplo, em que as ciências sociais seriam capazes de oferecer alternativas de melhorias sociais para o país: “Os pesquisadores [brasileiros] em ciências sociais, acompanhando ou reagindo a uma corrente geral em termos da ideologia política nacional, orientaram suas pesquisas em termos da construção da nação [*national-building*].”⁷⁹

A autora toma a década de 1930, como um período importante no que tangia à relação entre ciências sociais e contexto nacional. Mais do que um período que marcaria a divisão entre estudos ensaísticos (antes de 1930) e estudos científicos (pós-1930) sobre o país, a década de 30 representaria o momento de concepção ideológica do “novo país”, a partir de seus problemas modernos, como papel da educação, por exemplo. Segundo Peirano, foi nesse período que pela primeira vez na história do Brasil, a educação seria convocada a resolver os problemas de identidade nacional e dos problemas políticos e de desenvolvimento econômico⁸⁰. Sob essa nova perspectiva, caberia à educação resolver os problemas da administração pública do país. Este novo sistema educacional seria capaz de guiar as pessoas e a nação para “um equilíbrio social moderno”⁸¹.

É a partir dessa chave de análise, portanto, que a autora compreende a criação das primeiras universidades⁸² que promoveram maior especialização entre os intelectuais da época,

⁷⁷ *Idem*. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese (Doutorado) – Universidade de Harvard, Cambridge-Massachusetts, 1981; *Idem*. A antropologia como ciência social. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, 2000, pp. 219-232; *Idem*. *Os antropólogos. op. cit.*; MELATTI, J. C. A antropologia no Brasil: um roteiro. *BIB*, n. 17, 1984; OLIVEIRA, L. L. As ciências no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp; Sumaré; Fapesp, 1995. v. 2.; CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira. In: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

⁷⁸ PEIRANO. *The anthropology. op. cit.*

⁷⁹ *Ibidem*, p. 248.

⁸⁰ PEIRANO. *The anthropology. op. cit.*, p. 19-20.

⁸¹ *Ibidem*, p. 26.

⁸² Em SCHARCZ, L. M. Os museus etnográficos brasileiros: “Polvo é povo, molusco também é gente”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil-1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 67-98, a autora afirma que antes do surgimento das primeiras faculdades, cursos de especialização ou instituições de ensino acadêmico na área de filosofia e ciências sociais, os museus eram considerados espaços dominantes na produção antropológica no Brasil. Aqueles que se dedicavam à antropologia não possuíam, até o momento, uma formação regular, específica, em geral vinham de outras áreas, principalmente da área médica. Vários pesquisadores estrangeiros vinham ao país para fazerem suas pesquisas e não se fixavam aqui. Com a fundação das primeiras faculdades e com o início da institucionalização, teve início a formação de

incluindo romancistas, políticos e cientistas sociais. Cabe destacar que nesse contexto não estava clara a distinção entre as categorias de intelectuais elencadas, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. A falta de especialização ou de uma maior delimitação entre as diversas áreas do pensamento social brasileiro seria mais uma marca do período em questão.

Sobre a antropologia, Peirano afirma que esta se torna uma ciência autônoma no Brasil apenas nas décadas de 1960 e 1970, especialmente a partir da criação dos primeiros programas de pós-graduação em antropologia nas universidades federais⁸³. Sobre o período anterior a 1960, a autora identifica os estudos antropológicos como “costela da sociologia hegemônica”. Em outras palavras, o desenvolvimento do campo antropológico no Brasil esteve, nesse período, vinculado à sociologia no âmbito dos conceitos, métodos e sistematização. A antropologia que se legitimou no Brasil até a década de 1960 é identificada por Peirano como uma ciência ocupada em desenvolver estudos sobre as sociedades tribais ou primitivas, acompanhando assim a tendência antropológica norte-americana e europeia do mesmo período, diferente daquela desenvolvida pós-fundação dos programas de pós-graduação nas décadas de 1960/ 1970, nos quais a antropologia passou a ser entendida como uma ciência autônoma, porém com desafios ainda semelhantes aos impostos aos sociólogos, isto é, de “analisar, compreender e, assim transformar a sociedade brasileira”⁸⁴, o que, ainda segundo Peirano, denota um processo contínuo e não excludente na passagem de uma fase para a outra. Exemplo dessa dinâmica é identificado pela autora a partir do conceito de “fricção interétnica”⁸⁵, que marcou a inclusão de pontos de vista e orientações teóricas propriamente sociológicas nas décadas de 1950 e 1960, a uma temática antropológica⁸⁶.

O desenvolvimento do campo da antropologia no Brasil pode ser compreendido a partir de outro pressuposto teórico-metodológico, o das “linhagens”, como argumenta Peirano⁸⁷. Nessa perspectiva de análise, a antropologia é identificada como uma ciência de interação permanente entre objeto e pesquisador/analista, ou seja: “a disciplina abriga estilos bastante diferenciados, na medida em que fatores como contexto de pesquisa, orientação teórica, momento sócio-histórico e até personalidade do pesquisador e *ethos* dos pesquisados influenciam o resultado obtido.”⁸⁸ A autora apresenta as variantes da disciplina, a partir do

pesquisadores nativos e os antropólogos estrangeiros passaram a ser chamados para assumirem as cadeiras de antropologia. (p. 152-154).

⁸³ PEIRANO. *A antropologia. op. cit.*

⁸⁴ COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955 *apud Ibidem*, p. 221.

⁸⁵ Conceito desenvolvido por Roberto Cardoso de Oliveira (*A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: EDUSP, 1978).

⁸⁶ PEIRANO. *A antropologia. op. cit.*

⁸⁷ *Idem. Os antropólogos. op. cit.*

⁸⁸ *Ibidem*, p. 2.

diálogo entre prática e teoria nas pesquisas antropológicas, sobretudo quando o observador contrasta seus conceitos com outros conceitos nativos, desvelando assim uma ideia de humanidade construída pela diferença⁸⁹. Ainda nessa tendência argumentativa de montagem de panoramas ou roteiros de leituras acerca da antropologia no Brasil, enfatizo o trabalho do antropólogo Júlio César Melatti⁹⁰. O autor destaca, em sua análise, os trabalhos de cunho etnológico como representantes da maioria, quando comparados às demais áreas da antropologia brasileira ao longo do tempo. Sobre etnologia, o autor entende: “parte da antropologia cultural ou social que abrange os estudos em que o pesquisador entra em contato direto, face-a-face, com os membros da sociedade ou segmento social estudado.”⁹¹ Nesse sentido mais amplo do termo, Melatti abarca trabalhos realizados entre as décadas de 1920 e 1980, propondo uma segmentação temática e metodológica ao longo desse período.

A orientação teórico-metodológica impressa pelo movimento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil na década de 1930 formou intelectuais e cientistas sociais preocupados em discutir temas relativos às questões nacionais. Além disso, como especifica Melatti, nos estudos de mudança social ou “aculturação” nos quais os principais objetos de estudo seriam os grupos indígenas, tais intelectuais também tinham como preocupação assuntos relativos ao contato cultural, entre a população já estabelecida, a população negra e a população de imigrantes europeus e asiáticos⁹². Para o sociólogo Antônio Cândido, as mudanças de objetos de análise por parte da antropologia e da sociologia não teriam sido sem consequências. A introdução do espírito sistemático de observação e análise, bem como o deslocamento do objeto das pesquisas dos grupos das camadas dominantes para as camadas dominadas, como caboclos, imigrantes, negros, indígenas etc., tudo isso esquadrihado por métodos “englobados sem muito critério pelos depreciadores sob o nome geral de funcionalismo”, teriam produzido, segundo Cândido⁹³, uma “silenciosa revolução intelectual que deslocou o eixo dos estudos sobre a sociedade brasileira”, ou melhor, uma verdadeira “rotação ética e social de atitude”⁹⁴.

Nesse contexto de conformação do campo, Melatti⁹⁵ identifica os trabalhos de Darcy Ribeiro no âmbito dos estudos de “Mudança cultural ou aculturação”. Em torno dessa questão, Melatti assinala que os trabalhos de Herbert Baldus⁹⁶ podem ter dado início ao conceito amplo

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ MELATTI. *A antropologia no Brasil. op. cit.*

⁹¹ *Ibidem*, p. 5.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ CANDIDO, A. A faculdade no centenário da abolição. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 34, p. 21-30, 1992, p. 26.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 24.

⁹⁵ MELATTI. *A antropologia no Brasil. op. cit.*

⁹⁶ Herbert Baldus foi um etnólogo alemão que foi professor da ELSP na década de 1940 e será um personagem importante na última parte deste capítulo e também no capítulo 2 desta tese.

de contato interétnico entre índios e brancos, tema esse discutido nas décadas seguintes por Eduardo Galvão, Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro.

A predominância da etnologia alemã nas décadas de 1920 e 1930 formam as bases de uma antropologia voltada para as populações indígenas no Brasil, sobretudo a partir das pesquisas realizadas por Herbert Baldus e Curt Nimuendajú. Estudos sobre grupos indígenas brasileiros, realizados por pesquisadores estrangeiros, apresentam-se, nesse momento, como uma tendência, assinalada no debate historiográfico sobre o desenvolvimento da antropologia no país. E a contribuição desses estudos e de suas abordagens denotam importantes contribuições para o período posterior, qual seja, entre os anos de 1930 e 1960, início da institucionalização das ciências sociais no Brasil.

A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos arrolados nesta seção, sobre o processo de institucionalização das ciências no Brasil, cujo ideal científico estava ligado ao desenvolvimento do Estado e as áreas do conhecimento social não estavam totalmente divididas em suas formulações, apresento a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) no ano de 1933, onde se formaria Darcy Ribeiro em 1946.

1.3 A criação da ELSP

A Ciência não era um discurso fútil, especulativo, imaginoso, mas um exercício sério da inteligência verrumando a superfície do real. Os professores, quase todos, e eram dezenas, me ganharam e me empolgaram. (Darcy Ribeiro).⁹⁷

A criação da Escola Livre de Sociologia de São Paulo (ELSP)⁹⁸ representou uma investida importante na promoção das “Ciências Sociais como um instrumento capaz de apresentar soluções aos problemas da modernização brasileira.”⁹⁹ Para compreender esse processo, faz-se necessário uma análise detida da década de 1930, no que se refere ao início do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil e da criação da ELSP.

O pioneirismo na criação da ELSP é reconhecido pela literatura que se dedicou ao tema da institucionalização das ciências sociais no Brasil¹⁰⁰, porém, nesse mesmo período, algumas outras ações importantes no campo sociológico podem ser observadas no país. Gilberto Freyre¹⁰¹, em sua análise sobre os caminhos da antropologia brasileira, ressalta que em meados da década de 1930, em Recife-PE, a cadeira de Sociologia encontrava-se em plena atividade, e destaca ainda o caráter experimental e moderno desta, que, segundo ele, representava a primeira estabelecida no Brasil e talvez na América do Sul. Ainda na capital pernambucana, os estudos de Josué de Castro¹⁰² sobre as condições de vida dos trabalhadores daquela cidade demonstravam o crescimento das análises sociológicas no período. Também no Rio de Janeiro, a partir dos estudos de Arthur Ramos¹⁰³, em especial “O negro no Rio de Janeiro”, de 1934, é

⁹⁷ RIBEIRO. *Confissões. op. cit., p. 124.*

⁹⁸ Na minha dissertação de mestrado, abordei alguns aspectos da criação da Escola Livre que serão retomados e aprofundados nesta tese. (BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*).

⁹⁹ KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. (Org.). *Escola Livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953 – depoimentos.* São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009, p. 11.

¹⁰⁰ LIMONGI, F. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. v.1, pp.11-87; SANTOS, W. G. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965).* Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002; OLIVEIRA, L. L. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).* 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999. pp. 147-181; VILLAS BÔAS, G. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006; LIMA, N. T. Como se tornar sociólogo: itinerários na sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008.

¹⁰¹ FREYRE, G. *Problemas brasileiros de antropologia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

¹⁰² CASTRO, J. *Condições de vida das classes operárias do Recife.* Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935. Antes desse trabalho, porém, o autor apresentou dois estudos sobre o tema da alimentação no Brasil, o primeiro em 1932 e o segundo em 1933 (ver referência na listagem bibliográfica).

¹⁰³ Arthur Ramos desenvolveu, ainda entre 1934 e 1937, uma pesquisa sobre as condições econômicas das famílias dos alunos da rede pública no âmbito do Serviço de Ortofrenia e Higiene mental do Distrito Federal (BARROS,

possível perceber o desenvolvimento da área. Segundo Del Vecchio, a institucionalização das ciências sociais no Brasil na década de 1930 foi resultado direto dessas investidas analíticas apontadas acima, ou seja, “atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas em instituições localizadas em algumas grandes cidades e sob formatos diversos, que buscavam a proposição de ações diretamente voltadas à superação de problemas sociais.”¹⁰⁴

Segundo Lima¹⁰⁵, ainda sobre a institucionalização das ciências sociais no Brasil, é possível compreender o processo a partir de sua dupla vocação, científica e política, sobretudo quando pensamos na criação dos primeiros centros universitários ou institutos de pesquisa, como é o caso específico da ELSLP. Além disso, o processo de formação do campo científico brasileiro em torno das ciências sociais colabora para a agregação de interpretações acerca da realidade social do país, ou seja, os precursores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, formados nessas instituições de ensino, através de suas obras e de seus objetos de pesquisa: “interpretaram a sociedade brasileira, desde a década de 1940, ao mesmo tempo em que foram partícipes de sua constituição, tanto ao modelarem o debate de ideias [...], como ao contribuírem para a imaginação social e a definição da agenda política do país.”¹⁰⁶

A ELSLP foi criada em 1933¹⁰⁷ com duas finalidades principais, descritas em seu primeiro regulamento:

[...] o ensino das ciências sociais, visando a formação de sociólogos e de pessoal habilitado para colaborar na administração pública e particular e no progresso social, econômico e político do país e desempenhar cargos ou funções de nível universitário relacionados com as disciplinas ministradas.¹⁰⁸

Com o objetivo claro de formar quadros especializados que pudessem responder aos novos problemas sociais apresentados na cidade de São Paulo, e no país de forma geral, a ELSLP é organizada como um instituto de ensino superior com foco específico na formação de uma parcela da sociedade, qual seja, a chamada “elite paulista”. O manifesto da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, do mesmo ano de sua criação, faz referência direta

2004 *apud* DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: as influências presente nos anos de formação da Escola Livre de sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009, p. 12).

¹⁰⁴ DEL VECCHIO. *Idem*, p. 13.

¹⁰⁵ LIMA. *Como se tornar sociólogo. op. cit.*

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 190.

¹⁰⁷ Fundada em 27 de maio de 1933 e constituída por escritura pública em 21 de julho desse mesmo ano (Projeto e Regulamento da ELSLP. Cedoc/ Fesp-SP, 1933). Os documentos utilizados nesta seção pertencem ao acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo (Cedoc/ Fesp-SP) e estão organizados em ordem cronológica, divididos por triênio, em pastas que unem todo o material administrativo da instituição, como: projetos pedagógicos, regulamentos, manifestos, programas de disciplina e recortes de jornais, além de provas e históricos escolares de alguns alunos identificados em pastas nominais. Portanto, optei por citar esses arquivos citando apenas a origem dos documentos.

¹⁰⁸ Projeto e regulamento da ELSLP. Cedoc/ Fesp-SP, 1933.

à situação política do país na época, enfatizando a recém-vivida “Revolução Constitucionalista de 1932”¹⁰⁹, que marca a derrota política da “elite paulista” em torno da construção de um projeto de país. O manifesto dos fundadores da Escola Livre foi redigido por Tácito de Almeida e assinado por inúmeros professores de escolas superiores, profissionais liberais e personalidades ligadas às atividades econômicas. É nesse sentido que o termo “elite paulista” é evocado nos primeiros documentos de fundação e regimentos internos da escola. No já referido “Manifesto da Fundação”, após breves considerações sobre a situação política e social do país, segue um trecho que torna claro o objetivo da ELSP:

É evidente que esse estado de coisas, não obstante a ilusão de alguns sonhadores panaceias, não deriva de um fator único suscetível de exame e solução tranquilizadora. Vários e diferentes são os fatores, cada qual de maior ou menor efeito corrosivo. Dentre eles, entretanto, destaca-se naturalmente por seu caráter básico, **a falta de uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, ao par das instituições e conquistas do mundo civilizado capaz de compreender antes de agir, o meio social em que vivemos.**¹¹⁰

A ELSP é fundada com o objetivo de promover estudos e pesquisas empíricas que pudessem oferecer respostas aos problemas da “vida social”, enfatizando, dessa forma, o caráter utilitário cada vez mais atribuído às ciências sociais no período.

Por fim, o texto do manifesto destaca a presença de professores estrangeiros na composição do quadro docente da escola, assinalando a ampliação do diálogo e o intercâmbio de áreas e de profissionais ocupados com a atuação de indivíduos na “vida social comum”. O argumento da instrumentalidade da ciência e também do papel das “elites” na unificação de interesses sociais estão expressos nos parágrafos finais do manifesto: “A história universal encerra exemplos de grandes civilizações construídas sem base na instrução popular, mas não há exemplo de civilização alguma que não tivesse por alicerce elites intelectuais sábias e poderosamente construídas.”¹¹¹

¹⁰⁹ Revolução Constitucionalista de 32: São Paulo teve lugar importante na política oligárquica brasileira até a década de 1930, e por isso foi também o Estado mais afetado politicamente com a tomada do poder por Getúlio Vargas nesse mesmo ano. As dissidências políticas internas contribuíram para os episódios de conflitos armados que duraram cerca de três meses na capital paulista. A motivação da revolta era eminentemente política, especialmente contra o regime “ditatorial” empreendido por Getúlio Vargas. A luta teve adesão de diversas camadas da sociedade, como industriais, intelectuais, estudantes e militantes políticos ligados à Velha República, e também democratas. Sobre o conflito/Revolução/Revolução de 1932 ou Constitucionalista ver os trabalhos de: CAPELATO, M. H. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História); GOMES, A. C. *Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização*. In: _____ *et al. Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, entre outros. Além dos arquivos do CPDOC, disponíveis em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/CatalogoRevolucao32.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

¹¹⁰ Manifesto da Fundação da ELSP de São Paulo, Cedoc-Fesp-SP, 1933, p. 19, grifo meu.

¹¹¹ *Idem*, p. 20.

Diante desse cenário pós-32 (Revolta Constitucionalista), de valorização das elites paulistanas e de seu papel na promoção de melhorias nas condições de vida de sua população, nasce a ELSP. Sob financiamento privado através de doações de particulares, torna-se possível a implantação da referida instituição de ensino e pesquisa. A imprensa paulista dedicou um espaço importante à investida institucional de criação da ELSP, bem como seus organizadores e colaboradores, usaram-na como veículo de informação e divulgação de cursos, palestras, conferências e editais públicos. A imprensa paulistana, sobretudo, dedicou espaço importante ao processo de criação e à consolidação institucional da Escola Livre. No levantamento que realizei nos arquivos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP), pude encontrar um grande número de matérias quase sempre elogiosas¹¹² quanto ao arrojo paulista na criação de uma instituição de ensino e pesquisa voltada para a potencialização do Estado como referência nacional, e também quanto ao pioneirismo de São Paulo na construção de uma escola que objetivava preparar as elites para o serviço público. Além disso, os artigos arrolados para esta análise destacam a presença de professores estrangeiros na formação dos quadros da ELSP, informam e promovem suas aulas inaugurais, palestras e conferências e enfatizam o caráter público e necessário da instituição diante do cenário nacional e do papel do Estado de São Paulo naquele contexto. A seguir, apresento um quadro com todas as manchetes referentes aos recortes de jornais alocados nos arquivos da Fesp-SP, sobre a inauguração da escola e suas principais atividades nos primeiros anos de atuação¹¹³.

Instituição	Data	Manchetes
Estado de São Paulo	17-04-33	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
A Plateia	xx-xx-xx	O que será a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
A Gazeta	22-04-33	São Paulo será dotado, em breve, de uma Escola de Sociologia e Política.
Jornal de Hoje – Campinas	23-04-35	Funda-se em São Paulo uma Escola de Sociologia e Política
Folha da manhã	14-05-33	Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo
Folha da noite	14-05-33	Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo
A Plateia	15-05033	Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo
Folha da Noite	26-05-33	A “Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo é uma iniciativa que honra sobretudo a cultura e o civismo paulistas”

¹¹² O que pode nos levar a uma problematização do arquivo, é claro, já que se refere a um espaço memorialístico da instituição. Por outro lado, nos ajuda a compreender a dimensão ou a importância naquele momento de uma divulgação massiva nos principais periódicos da época. O levantamento em questão se dá entre os anos de 1933 e 1936, apenas.

¹¹³ Em minha dissertação apresentei um pequeno levantamento e comentário sobre as principais matérias veiculadas na imprensa paulista apenas (BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*).

Diário da Noite	28-05-33	Os problemas sociais no Brasil e no Mundo
O Estado de São Paulo	28-05-33	Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo / Notícias diversas
Folha da Manhã	28-05-33	Revestiu-se de notável brilhantismo a assembleia de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Diário de São Paulo	28-05-33	Foi fundada ontem, com solenidade, a Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo
Correio Popular	28-05-33	Para renovar a mentalidade primitiva das classes dirigentes paulistas
Diário da Noite	xx-xx-xx	Sociologia e Política
A Plateia	30-05-33	O problema do mundo
Gazeta de Limeira	07-06-33	Lacuna preenchida
Diário de São Paulo	xx-xx-xx	Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo
Correio popular	15-06-33	A necessidade de Estudar
Fanfulla	25-06-33	<i>Corsi della Società di Sociologia e i Conferencia XXXX Italiani</i>
Diário de São Paulo	xx-xx-xx	Francisco Nitti chegara a S. Paulo em fins de agosto a fim de realizar três conferências na Escola Livre de Sociologia
Diário de São Paulo	25-06-33	Começará a funcionar em julho o curso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Folha da Manhã	29-06-33	Lacuna que desaparece
Folha da noite	12-07-33	Um empreendimento que o apoio do paulista levará avante
Diário de São Paulo	xx-xx-33	A bandeira sociológica (Assis Chateaubriand)
Diário de São Paulo	xx-xx-xx	Para Illuminar os caminhos do nosso destino (Jayme de Barros)
Diário de São Paulo	12-07-33	A incógnita do drama da formação nacional
Diário de São Paulo	xx-xx-xx	Os problemas sociais e a formação dos homens de Estado
Diário de São Paulo	18-07-33	Abertura dos cursos da Escola Livre de Sociologia de S. Paulo
Diário da Noite	17-07-33	Realiza-se hoje a primeira aula da Escola Livre de Sociologia e Política
Diário de São Paulo	xx-xx-x	A sciencia social como instrumento de governo
Folha da Noite	14-07-33	Na Escola de Sociologia e Política
A União	16-07-33	Escola de Jornalismo
O estado de São Paulo	16-07-33	Escola de Sociologia e Política
A Gazeta	18-07-33	Faculdade de Sociologia e Política
Diário da noite	18-07-33	Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo
Folha da Manhã	18-07-33	Foram abertos ontem, os cursos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Folha da Noite	18-07-33	Foi ontem inaugurada a Escola Livre de Sociologia e Política
Folha da Noite	19-07-33	O êxito alcançado em S. Paulo pela Escola de Sociologia e Política
A Nação	19-07-33	O estudo da sociologia
Folha da Noite	17-07-33	Instalar-se-ão, hoje os cursos da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Diário do Povo	21-07-33	A fusão da faculdade de filosofia e letras e a Escola de Sociologia e Política
Diário de São Paulo	21-07-33	Ordem no caos
Diário de São Paulo	24-07-33	Resistencia à barbaria (Jayme de Barros)

Folha da Manhã	08-08-33	O cônsul japonês em São Paulo visitou ontem à noite a Escola Livre
Diário de São Paulo	06-08-33	A contribuição do Conde Modesto Leal à Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo
Estado de São Paulo	11-08-33	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Folha da Manhã	18-08-33	A psicologia operaria e os problemas da educação popular
Folha da Manhã	15-08-33	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Folha da Manhã	17-11-33	Editais – Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Estado de São Paulo	31-01-34	Conferencias: ELSP
Fanfulla	31-01-34	<i>Nella Scuola di sociologia e politica</i>
Diário Popular	01-02-34	A uniformização de funções e vencimentos
Diário de São Paulo	01-02-34	A racionalização dos serviços públicos – Conferencia do Dr. Mario Cardim
Diário da Noite	01-02-34	Conferencia do Dr. Mario Cardim na Escola de Sociologia e Política
Gazeta	01-02-34	Racionalização dos serviços públicos
Diário da Noite	20-02-34	A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Diário da Noite	16-03-34	A situação da Escola Livre de Sociologia e Política
Diário de São Paulo	xx-xx-xx	Problemas novos do estado moderno
Diário de São Paulo	xx-xx-xx	Racionalização da discriminação e da arrecadação de rendas
Folha da Manhã	xx-xx-xx	A discriminação de rendas e o problema da racionalização – fala do Dr. Almeida Gomes
Diário da Noite	09-04-34	Vão ser contratados novos professores estrangeiros para a Escola de Sociologia e Política
Diário da Noite	xx-xx-xx	Importação de inimigos da pátria (Monteiro de Mello)
A Gazeta	23-07-34	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
Diário de São Paulo	28-02-35	Os trabalhos da comissão central do recenseamento na opinião do sociólogo Samuel H. Lowrie
O Estado de São Paulo	27-03-35	Um inquérito econômico
Diário de São Paulo	19-07-35	Foi homenageada a delegação norte-americana ao congresso médico Pan-Americano
Estado de São Paulo	13-08-35	O funcionalismo inglês e sua evolução
Diário de São Paulo	30-08-35	Subvenção a Escola de Sociologia e Política
Folha da Manhã	19-05-35	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – Edital
Diário de São Paulo	18-04-36	Curso de História da Economia brasileira
Diário de São Paulo	03-09-36	Evolução do pensamento educacional em Roma

Quadro 1 – Manchetes sobre a ELSP

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Arquivo da Fesp-SP.

De acordo com Nelson Werneck Sodré¹¹⁴, entre as décadas de 1920 e 1930 no Brasil, houve um grande desenvolvimento da imprensa brasileira, sobretudo com a intenção de consolidar a estrutura empresarial da época. Em São Paulo, ainda segundo Sodré¹¹⁵ a imprensa priorizava um grupo específico, que ele denominou de “pequena burguesia urbana”, a qual,

¹¹⁴ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹¹⁵ *Ibidem*.

segundo ele, “influía nos jornais e era influenciado pelos jornais; e essa relação, na época, não era perturbada pelas forças econômicas que, mais adiante, tanto pesariam na orientação dos periódicos.”¹¹⁶ É possível compreender a enorme visibilidade que a fundação de uma escola de ensino superior voltada para a formação de uma “elite” despertou na imprensa paulistana do período. Além disso, é preciso destacar que os principais jornais da época pertenciam ao conglomerado “Diários Associados”¹¹⁷, dirigido por Assis Chateaubriand¹¹⁸.

Nesse contexto, o pioneirismo de São Paulo foi tema de inúmeros editoriais no período. Em junho de 1933, a “Folha da Manhã” publicou um pequeno artigo com o título “Lacuna que desaparece”, abordando em primeiro plano o que se defendia como uma singularidade paulista, referindo-se ao desenvolvimento de uma instituição de ensino e pesquisa:

A terra paulista não sabe parar. Caminha sempre e realiza sempre. Não há força que detenha seus passos. Adversidade nenhuma serve de tropeço ao seu arrojo congênito de vencer. [...] Já se espalhou fama por aí, de que no Brasil tudo é grande, menos o homem. Pois São Paulo vai desmentir o boato. Fundamos outro dia uma bandeira de alfabetização. Mal começamos a espalhar escolas e bibliotecas, lançamos os alicerces da Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo. Acabaremos com os analfabetos e formaremos os estadistas de que carece a nação [...]. A Escola de Sociologia e Política é um paradigma da invencível vontade de vencer dos paulistas. Sua fundação assinala uma época e valerá como um novo marco na civilização de São Paulo.¹¹⁹

A tônica desse artigo é uma constante na imprensa paulista do período, qual seja uma clara ligação com o passado recente, da Revolução Constitucionalista de 32, que imprimiu um sentido de nacionalidade e de vanguarda ao Estado.

O “Diário da Noite”, de 26 de maio de 1933, trouxe uma entrevista com Roberto Simonsen, orador da solenidade de abertura da ELSP e membro de seu corpo de fundadores. Sobre a criação da Escola, Simonsen afirma:

Tudo mostra na presente fase nacional a nossa deficiência de homens de estado e a nossa ignorância do verdadeiro estado social em que vivemos. A revolução brasileira é uma prova fiel e dolorosa. Daí a ideia de uma Escola como a que agora pretendemos fundar, que elucida uma sistematização dos estudos sociológicos, a questão social, as intelectuais, públicas, jurídicas e econômicas¹²⁰.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 356.

¹¹⁷ Segundo Luca e Martins, pertenciam aos “Diários Associados”, o “Correio da Manhã”, “O Globo”, “Jornal do Commercio”, “Diário Carioca”, “Diário de Notícias”, “O Estado de São Paulo”, “A plateia”, “O Diário Nacional”, entre outros (LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.166).

¹¹⁸ Diretor dos “Diários associados” entre 1920 e 1960, foi também um dos maiores financiadores e membro do conselho superior da ELSP.

¹¹⁹ Folha da Manhã, 29/06/1933.

¹²⁰ Diário da Noite, 26/05/1933.

Ainda sobre seu pronunciamento na cerimônia de abertura da ELSP, a “Folha da Noite” do mesmo dia traz mais uma entrevista com Roberto Simonsen, que fala mais uma vez sobre a missão da ELSP frente à situação política de São Paulo e do país:

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo é uma iniciativa que honra sobretudo a cultura e o civismo paulistas. A simples notícia de seu aparecimento traz a todos nós uma impressão de alívio porque sentimos que vai surgir alguma coisa pela qual todos ansiávamos, mas da qual nem todos tínhamos uma impressão concreta.¹²¹

No dia 28 de maio de 1933, o “Diário de São Paulo” publicou o discurso de Roberto Simonsen na íntegra, num editorial de três páginas completas¹²². Como já mencionado, o discurso do economista foi voltado para o pioneirismo paulista na preparação de uma elite capaz de dar ao país respostas para os mais diversos problemas sociais e políticos vividos naquele momento. No discurso, chama atenção um longo trecho dedicado ao desenvolvimento da sociologia e seu lugar na sociedade nacional:

[...] uma apreciação geral dos trabalhos dos sociólogos modernos, indica que a sociologia se desenvolve sinteticamente nos seguintes rumos: 1) crescente interesse na ecologia humana. 2) [...] estudo dos fenômenos do grupo e do processo social. 3) tentativas na formulação de hipóteses generalizadas. 4) sistematização das noções fundamentais [...], investigação e pesquisas. 5) [...] práticas da ciência pela promoção do bem-estar social. A sociologia abrange portanto, um largo campo de estudos e é uma ciência a que se filia numeroso grupo de ciências sociais. A antropologia, a economia, a política, o direito e muitas outras vão buscar na sociologia os elementos de que carecem na determinação das relações dos grupos humanos e instituições sociais.

A primeira aula ministrada na escola de sociologia política também foi notícia nos principais jornais paulistas. O “Diário de São Paulo” (18.07.1933) apresenta trechos da aula inaugural de Raul Briquet sobre as modernas tendências da sociologia. De acordo com o periódico, Briquet desenvolveu essa aula em torno das premissas do campo da sociologia, em formação no Brasil, passando pela contribuição metodológica de áreas afins, como a psicologia, a biologia e a antropologia. Dedicou uma seção específica à questão do preconceito racial, fazendo clara menção aos estudos de cunho eugenistas do início do século. E, por fim, elencou as finalidades da sociologia no período:

[...] como última tendência da sociologia contemporânea, o orador cita a preocupação dessa ciência em contribuir para a humanidade, o mundo melhor e mais justo... Desfazem-se os regionalismos, os preconceitos de raça e

¹²¹ Folha da Noite, edição vespertina, 26/05/1933.

¹²² Outro foco recorrente na imprensa paulista referia-se à atuação de professores estrangeiros na Escola Livre. Em geral, os periódicos se ocupavam em promover as aulas e palestras ministradas por esses profissionais. Foi o caso do curso de curta duração em história política ministrado pelo historiador político e romancista italiano Guglielmo Ferrero.

elabora-se para a humanidade uma sociedade onde o homem possa viver sem ser tolhido pelos erros que a ignorância e a prosápia lhe inculcaram no espírito.

O jornal “Diário da Noite” desse mesmo dia também destacou a fala de Briquet, bem como a “Folha da Noite” de 18.07.1933.

Em 24.07.1933, o “Diário de São Paulo” publicara um artigo intitulado “Resistência à barbárie”, fruto de uma declaração feita por Victor Viana, redator-chefe do “Jornal do Comercio”, por intermédio da agência meridional. A declaração de Victor Viana parabeniza a iniciativa paulista na criação da escola de sociologia, enfatizando a importância do estado democrático e o pioneirismo paulista, e afirma:

São Paulo é a região mais civilizada do Brasil, onde pela intensidade do tráfego e pelo rendimento da produção, se construiu um estado social capaz de formar a resistência política contra tudo que o pretende reduzir ou dissolver [...] desejo, portanto o mais completo êxito a escola de sociologia que devesse esclarecer a ação desse núcleo civilizador que em São Paulo e dar outra força e outra amplitude a sua irradiação em todo o Brasil.

O corpo docente da ELSP no primeiro ano de funcionamento era composto pelos seguintes professores: Prof. Dr. Raul Briquet (Psicologia Social); Prof. Samuel H. Lowrie (Sociologia Geral); Prof. Dr. Antônio Picarolo (Introdução à Economia); Prof. Horace B. Davis (Economia Social); Prof. Eng. Bruno Rudolfer (Estatística); Prof. Dr. A. Almeida Junior (Fisiologia do Trabalho); Prof. Dr. André Dreyfus (Biologia Social); e Prof. Eng. Robert Mange (Psicotécnica). Ao longo dos anos, novos profissionais foram incorporados ao corpo docente da instituição, e sobre alguns deles falarei mais adiante neste texto.

Cerca de um ano após a criação da ELSP é fundada, em 1934, a Universidade de São Paulo (USP)¹²³, essencialmente com a criação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A partir desse momento, um debate se instaurou acerca das semelhanças e diferenças entre as instituições de ensino. A fim de legitimar a importância da ELSP no cenário paulista do período, o sociólogo e professor da Escola Livre, Samuel H. Lowrie, apresentou à Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1935, um quadro comparativo entre as instituições, que pode ser analisado como uma tentativa de reafirmar a importância política da formação oferecida pela ELSP, em detrimento da USP.

Em 1935, a Escola Livre foi considerada de utilidade pública pelo governo do Estado de São Paulo, através do decreto de lei nº 6.990¹²⁴, de 27 de fevereiro do mesmo ano, e em 1938

¹²³ Além da USP, nesse cenário de institucionalização das ciências sociais figuraram outros importantes centros de pesquisa, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

¹²⁴ “Decreto nº 6.990, de 27 de fevereiro de 1935: Declara de utilidade pública a Escola livre de Sociologia e Política de São Paulo. O doutor Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando

tornou-se instituição complementar da USP. Em 1941, tem início a Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais da ELSP.

Segundo o relatório retrospectivo da ELSP¹²⁵, os objetivos dos cursos de pós-graduação seriam a “especialização de bacharéis, o treinamento de especialistas para as pesquisas científicas no domínio da Antropologia e da Sociologia [...]. Ao fim do curso, os estudantes receberiam o título de Mestre em Ciências Sociais.”¹²⁶

Os primeiros professores norte-americanos foram Horace B. Davis¹²⁷ e Samuel Harman Lowrie¹²⁸, sendo o primeiro de uma linha marxista, o que, segundo Cyro Berlink, um dos fundadores e diretor da instituição no período teria causado um grande problema educacional: “Era marxista e o programa que apresentou visava um estudo comparado entre o quadro de referência do método de análise da economia clássica em confronto com o quadro de referência do método dialético”¹²⁹

A repercussão da contratação de um professor marxista foi tema de um artigo assinado por Monteiro de Mello para o jornal paulista “O Diário da Noite”. O artigo, intitulado “Importação de inimigos da pátria”, e com um subtítulo ainda mais direcionado, “A burguesia de S. Paulo paga professores comunistas para ensinar a doutrina de Marx aos jovens brasileiros”, é uma resposta ao um artigo assinado por Davis e publicado no jornal “*Fight*”,¹³⁰ de Nova York. O primeiro inicia afirmando que o aliado mais perigoso do comunismo no período é o burguês, e segue fazendo referência à Rússia:

Se o regime russo tem a coragem de agir mais ou menos a descoberto, o burguês, ao contrário, fazendo-se inimigo daquele, inocula na boa fé das gentes incultas ou desprevenidas a peçonha comunista, procurando mesmo

das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto federal nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, considerando que são de inegável significação cultural e social os fins a que se destina a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; Decreta: Artigo 1º – É considerada de utilidade pública a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo; Artigo 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.” (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1935).

¹²⁵ Relatório retrospectivo da ELSP-SP. Cedoc/ Fesp-SP, 1963, p. 10.

¹²⁶ Relatório da Fesp-SP. Cedoc, 1963, p. 7.

¹²⁷ PHD em Columbia foi professor de Economia na ELSP durante o primeiro ano letivo apenas. Realizou no âmbito da escola uma pesquisa sobre “O padrão de vida dos operários industriais de São Paulo”.

¹²⁸ PHD em Columbia foi professor de Sociologia e de Ciência Política na ELSP entre 1933 e 1938. Realizou estudos sobre o conceito de cultura como fenômeno social.

¹²⁹ BERLINCK, 1964, p. 283 *apud* DEL VECCHIO, A.; DIEGUEZ, C. A sociologia aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de padrão de vida em São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 33., Caxambu, 2009. *Anais eletrônicos...* Caxambu: Anpocs, 2009. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt30-11/2100-advvecchio-a-sociologia/file>>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹³⁰ “*Fight – Against War and Fascism*” (1933-1939) foi o veículo de uma organização formada em 1933 por uma união de pacifistas, preocupados com a ascensão do nazismo e do fascismo na Europa. Em 1937, o nome do grupo mudou para “Liga Americana pela Paz e Democracia”. (Informações disponíveis em: <http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=269543&id_secao=9>. Acesso em: 13/06/2017).

apoio na autoridade do Estado liberal democrata que é escravo de seu capital.¹³¹

A crítica do autor refere-se ao fato de a Escola Livre de Sociologia e Política contratar, nas palavras do autor: “Um professor que conhecesse perfeitamente o processo de meter Marx na consciência de uma mocidade cristã”. As críticas são também à própria criação da Escola, que seria apenas mais uma a formar “bacharéis vagabundos que andam por aí pelos palácios, à procura de emprego ou a encabeçar a formação de partidos políticos para neles exercitarem as manhas acadêmicas, já que a ciência em nada os auxiliou.”¹³²

A partir de 1939, com a chegada de Donald Pierson, a ELSP passa por uma mudança quanto ao projeto acadêmico e científico. Limongi¹³³ afirma que Pierson dará à escola uma base acadêmica que antes não dispunha, ou seja, a preocupação em formar elites técnicas cede lugar ao treinamento e à formação de sociólogos profissionais. Esse novo cenário acadêmico é o palco para a criação da seção de pós-graduação em 1941. A primeira experiência de ensino de pós-graduação reunindo as áreas de sociologia e antropologia foi na ELSP no início da década de 1940¹³⁴.

A seção de pós-graduação foi coordenada por Donald Pierson e representou uma investida positiva na formação acadêmica dos cientistas sociais graduados nesse período, funcionando ainda como mais um diferencial em relação à USP, que nesse período não possuía pós-graduação e nem mesmo uma ênfase na pesquisa de campo. Limongi afirma ainda que a “ênfase no treinamento em pesquisas aliada à pós-graduação tornavam a ELSP uma alternativa sedutora para os recém-formados pela FFCL.”¹³⁵

Além do já mencionado Donald Pierson, dois outros professores estrangeiros capitanearam a criação da pós-graduação na ELSP: Herbert Baldus e Emilio Willens, ambos alemães. Pierson e os demais professores contratados nesse período eram considerados representantes no Brasil da perspectiva de produção sociológica norte-americana, conhecida

¹³¹ Monteiro Mello, Diário da Noite, [s.d.].

¹³² Diário da Noite, [s.d.].

¹³³ LIMONGI. *Mentores da clientela. op. cit.*

¹³⁴ Porém, a institucionalização de um sistema de pós-graduação nos moldes contemporâneos só aconteceria em fins da década de 1960, com criação dos primeiros cursos de pós-graduação em ciências sociais no Museu Nacional e no IUPERJ, onde as disciplinas de sociologia, antropologia e ciência política foram ganhando contornos, especificidades metodológicas e bibliográficas mais nítidas. A década de 1970 marcou de forma importante esse processo, culminando com a criação da Anpocs, em 1977.

¹³⁵ LIMONGI. *Mentores e clientela. op. cit.*, p. 223.

como Escola de Chicago^{136, 137}. Os intelectuais estrangeiros vinculados à institucionalização das ciências sociais em São Paulo – Herbert Baldus, Donald Pierson e Emilio Willens – mudaram o perfil da ELSP, que deixou de direcionar seu ensino apenas para a formação de técnicos e administradores e passou a se concentrar na formação de pesquisadores e cientistas profissionais¹³⁸.

Baldus passou a lecionar a disciplina Etnologia Brasileira, e Emílio Willens a disciplina Assimilação e Aculturação no Brasil Meridional, ambos com destaques para os estudos em antropologia, o que ampliou o campo de análise e também a formação oferecida pela ELSP. No caso da disciplina oferecida por Herbert Baldus, é possível afirmar que a partir dela a temática indígena ganhou de fato espaço de pesquisa e discussão no âmbito da Escola de Sociologia.

Também em 1939, uma investida importante para a ampliação do campo de análise e para o alcance dos estudos realizados pelos professores e colaboradores da ELSP foi a criação da revista “Sociologia: Revista Didática e Científica”, veiculada entre 1939 e 1966, tinha por redatores e colaboradores, em sua maioria, professores e/ou ex-alunos da instituição. Dirigida por Emilio Willens e por Romano Barreto¹³⁹, ambos professores da ELSP, o periódico trazia trimestralmente artigos variados acerca do desenvolvimento do campo da sociologia no Brasil, além de temas ligados à antropologia, à biologia humana e à ciência política. Em um trabalho anterior¹⁴⁰, pude me deter em uma parte específica da revista, intitulada “Seção Etnológica”, dirigida por Herbert Baldus, entre 1941 e 1960, além de estabelecer uma relação de todos os artigos assinados por ele, publicados nesse periódico de forma geral.

Diante do exposto, é possível afirmar que a ELSP passou por transformações estruturais importantes ao longo de seus dez primeiros anos de existência. A contratação de novos professores, a criação da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, a questão institucional com a USP, a manutenção da revista “Sociologia”, além da criação de novos cursos de bacharelado e também de pós-graduação. Nesse contexto de mudanças internas e também de grande agitação política mundial, sobretudo na década de 1940 com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é que Darcy Ribeiro inicia seu curso na Escola Livre.

¹³⁶ Sobre a Escola de Chicago ver: MASSI, F. P. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP-Editora Vértice, 1989. v. 1. p. 410-459; OLIVEIRA. *As ciências. op. cit.*, entre outros.

¹³⁷ OLIVEIRA, N. S. *Estudos de comunidade, ciências sociais e saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

¹³⁸ PASSADOR, L. H. *Herbert Baldus e a antropologia do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002; LIMONGI. *Mentores e clientela. op. cit.*

¹³⁹ Romano Barreto foi professor de Sociologia da ELSP entre 1933 e 1948.

¹⁴⁰ BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*

1.4 A ELSP e a etnologia indígena de Herbert Baldus

Darcy Ribeiro ingressa na ELSP em 1944 a convite de Donald Pierson, que o conheceu numa palestra em Minas Gerais:

Convidei de São Paulo, para uma conferência no diretório estudantil, o sociólogo norte-americano Donald Pierson, catedrático de Sociologia e Antropologia Social na Escola Livre de São Paulo. Mostrei Ouro Preto e Mariana para ele, a prosa foi boa, e o impressionei como jovem brilhante. Ele, então, me deu uma bolsa para estudar sociologia política em São Paulo. Anos depois, ele se queixava, dizendo que tinha má pontaria: todo jovem por quem se interessava, como o Florestan Fernandes e eu, acabava se revelando comunista [...]. Ele queria ter criado um sociólogo como ele, de direita, e não conseguiu.¹⁴¹

Segundo o próprio Darcy Ribeiro, em suas “Confissões”, a Escola Livre foi, no período da Segunda Guerra, “um dos melhores centros de estudo de ciências sociais que se podia encontrar fora dos Estados Unidos.”¹⁴² O convite para cursar o bacharelado na ELSP partiu de Donald Pierson, como já assinalado. Nas mesmas memórias, Darcy apresenta um discurso elogioso ao professor de sociologia e o descreve como “sistemático e convicto de que cultivava uma ciência séria”. E segue:

Da sociologia de Pierson aprendi o discurso acadêmico norte-americano e algumas técnicas operativas de campo. Aprendi muito mais com seu profissionalismo e seriedade, a fé com que pesquisava, confiante dos inquéritos que fazia e cheio de medo de interpretações abrangentes.¹⁴³

Além de Pierson, Darcy destaca dois outros professores, ambos alemães, e segundo ele, “antinazistas, o que era coisa raríssima”¹⁴⁴: Herbert Baldus e Emílio Willens. A relação intelectual mais duradoura, entretanto, foi com Herbert Baldus, a quem Darcy se referia como mestre e “o melhor professor” que teve na Escola Livre: “O melhor professor que tive foi Herbert Baldus, poeta e etnólogo apaixonado de nossos índios.”¹⁴⁵ Também o descrevia como “um intelectual europeu de velho estilo, poeta e liberal, o que fazia dele um alemão e um cientista atípico.”¹⁴⁶ A relação acadêmica e intelectual entre Darcy Ribeiro e Herbert Baldus será explorada no próximo capítulo desta tese.

¹⁴¹ GONÇALVES, M. A. Darcy: o brasileiro. Entrevista publicada originalmente na Folha de São Paulo, em 08/02/1995. In: ZARVOS, G. *Darcy Ribeiro: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

¹⁴² RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 126.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 125.

¹⁴⁴ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 125.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 125.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 37-38.

O etnólogo alemão Herbert Baldus¹⁴⁷ veio ao Brasil pela primeira vez em 1927 para realizar um levantamento etnológico sobre os Guarani paulistas¹⁴⁸. Após essas primeiras investidas etnológicas na América do Sul, retornou à Alemanha para defender sua tese de doutoramento em Filosofia. Seu retorno ao Brasil data de 1933, porém somente em 1939 conquista seu primeiro vínculo institucional¹⁴⁹, como professor de Etnologia Brasileira na ELSP¹⁵⁰.

Segundo Passador¹⁵¹, a etnologia exercida e ensinada por Herbert Baldus poderia ser definida por:

Preocupação empirista com a pesquisa de campo, descrição etnográfica, crítica aos missionários e às políticas indigenistas oficiais, uma defesa apaixonada pelos índios e suas tradições, além de requerer para si, como etnólogo a gerência de políticas públicas voltadas para as populações indígenas.¹⁵²

O lugar da etnologia e o papel dos etnólogos na promoção do bem-estar dos indígenas brasileiros são explorados por Baldus ao longo de sua trajetória:

Toda a sua atuação no contexto antropológico brasileiro se deu no campo da etnologia e dos estudos de grupos indígenas brasileiros, sendo lembrado

¹⁴⁷Herbert Baldus nasceu em 14 de março de 1899, na Alemanha, filho de Carolina e Martin Baldus, teve educação militar e também foi poeta e ator de teatro (PASSADOR. *Herbert Baldus, op. cit.*). Destaco que Luiz Henrique Passador é o principal biógrafo acerca da obra e da atuação de Herbert Baldus no período, por isso o tomo como referência base.

¹⁴⁸ *Ibidem*. Antes, porém, desse contato com os grupos indígenas, Baldus esteve na América do Sul no ano de 1921, quando visitou a Argentina e São Paulo e onde ficou até 1929. Sobre os motivos de sua vinda para a América do Sul, o autor Luiz Henrique Passador apresenta duas possibilidades, as quais se referem ao momento de instabilidade pós-guerra nos anos de 1920 na Alemanha, sob o regime da república de Weimar, e também ao interesse prévio de Baldus pelos estudos etnológicos com os indígenas, este último apoiado na premissa de que Baldus teria tido contato com uma literatura alemã, preocupada com temas vinculados à etnologia brasileira naquele período.

¹⁴⁹ Segundo Passador (*Herbert Baldus, op. cit.*, p. 66-67), antes de ser contratado pela ELSP, Baldus teria tentando o ingressar na cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi na USP, em 1935, porém sua inscrição teria sido recusada por ele não possuir, naquele momento, a cidadania brasileira, conquistada somente em 1941. Um ano depois, em 1936, Baldus teria solicitado à Heloisa Alberto Torres uma vaga no Museu Nacional, porém ela teria respondido negativamente ao pedido, como afirma Castro Faria (*A antropologia no Brasil: depoimento sem compromissos de um militante em recesso. Anuário Antropológico 82* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 228-250). Sobre essas afirmações, não tive acesso à documentação ou outras fontes secundárias, sendo, portanto, dados incompletos e sem referências fidedignas.

¹⁵⁰ Nessa instituição, Baldus permaneceu como professor até 1961, onde contribuiu também com a revista “Sociologia” como chefe da seção de etnologia do periódico. Em paralelo às suas atividades na escola e na revista, em 1946 tornou-se organizador das coleções do Museu Paulista, editor da revista do Museu Paulista e diretor da seção de antropologia do mesmo museu, cargos que exerceu até a década de 1970 (DAMASCENO. *Darcy Ribeiro. op. cit.*; PASSADOR. *Idem.*).

¹⁵¹ PASSADOR. *Idem*, p. 50-52, 92-93.

¹⁵² A orientação científica requerida por Baldus nas décadas de 1920 e 1930 somente foi observada no Brasil, especificamente no SPI, no fim da década de 1940, com a contratação dos primeiros cientistas sociais por este órgão.

principalmente como estudioso de grupos Tupi, mas especificamente os Tapirapé, mas tendo também pesquisado grupos Guarani e Jê.¹⁵³

Entre as características marcantes da produção de Herbert Baldus acerca dos indígenas brasileiros, destaca-se a preocupação com os estudos de mudança cultural, como ele próprio denominou, “que inauguraram na produção antropológica brasileira, a partir dos anos 30, os estudos de aculturação indígena e de relações interétnicas como áreas específicas de investigação etnológica.”¹⁵⁴ Essa temática seria retomada anos mais tarde por alguns de seus ex-alunos, como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e David Maybury Lewis. Porém, Baldus não teria deixado discípulos no que tange à perpetuação de uma escola de pensamento antropológico, e sim um legado para a formação de um campo intelectual brasileiro, voltado para a questão indígena que se baseava na relação entre produção científica e atuação política.

Além disso, Baldus conquistou um espaço importante na produção de conhecimento sobre os indígenas brasileiros ao longo de sua carreira acadêmica e institucional, tanto por sua posição humanística em favor das populações indígenas, quanto por sua atuação institucional com grande representatividade em discussões e congressos sobre o tema no Brasil e fora do país¹⁵⁵.

É, então, a partir desses referenciais teóricos que Baldus atua no âmbito das instituições por onde passou no Brasil, sobretudo em São Paulo. No âmbito da Escola Livre, inaugurou a cadeira de Etnologia Brasileira¹⁵⁶, inserindo, assim, a questão indígena na pauta das ciências sociais em formação no período. As aulas eram ministradas às segundas e quartas das 20h às 21h, e a disciplina tinha por objetivo “dar, exemplificando com os índios do Brasil, compreensão geral dos problemas de povos e raças no mundo inteiro.” Para que fique mais tangível ao leitor a compreensão do processo de formação da referida disciplina, reproduzo o Primeiro Programa da Disciplina “Etnologia Brasileira” – Herbert Baldus, 1939, disponível também nos arquivos da Fesp-SP, que permaneceu quase sem alterações durante os anos seguintes¹⁵⁷:

¹⁵³ PASSADOR. *Herbert Baldus, op. cit.*, p. 22.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 26.

¹⁵⁵ Sobre a vida e obra de Herbert Baldus de forma sistematizada ver: SILVA, O. S. O antropólogo Herbert Baldus. *Revista Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 2, 2000.

¹⁵⁶ À frente dessa seção, Baldus publicou artigos diversos sobre a organização social, direitos sociais, agricultura e saúde dos grupos indígenas, além de comentar publicações de cunho etnológico, como demonstrado (sob forma de tabelas) e analisado na minha dissertação de mestrado (BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*).

¹⁵⁷ Programas gerais, Cedoc/ Fesp-SP, 1939. Em 1942, a disciplina ganha um tópico chamado “História da Etnologia Brasileira”, que aborda o desenvolvimento da disciplina desde o séc. XVI até os trabalhos de Capistrano de Abreu e Roquette-Pinto, de acordo com o programa do curso. Em paralelo, Baldus lecionou alemão no departamento de línguas vivas da mesma instituição.

Tema	
Parte I: Métodos	<ol style="list-style-type: none"> 1. A necessidade do trabalho indianista no Brasil 2. Introdução geral 3. A colaboração entre o etnólogo e o administrador 4. Teoria e prática 5. Principais teorias: evolucionismo, difusionismo, funcionalismo 6. O preparo físico e o equipamento 7. A aproximação dos índios 8. A colheita do material etnográfico
Parte II: Problemas	<ol style="list-style-type: none"> 9. Nomes da tribo, território, recenseamento 10. Aparência física, vestes e utensílios 11. Aldeia, casa, móveis e utensílios 12. Aquisição do sustento, caça, lavoura, criação e trabalho para os brancos 13. Víveres, condimentos, bebidas e narcóticos 14. Armas defensivas e ofensivas de guerra e de caça: instrumentos cerimoniais 15. Indústria: olaria, fabricação de cordas, cestos, redes, etc., fiação, tecelagem, trabalhos em entrecasca, madeira, couro, dente, pena, concha, pedra e metal, fabricação de cores e venenos 16. Trânsito e comércio: caminhos e meios de transporte, mercadores, comércio interno e externo, cálculo do valor e viagens comerciais 17. Vida social 18. Associações por parentesco 19. Espécies: família, clã 20. Formação 21. Função: nomes de parentesco, ordens matrimoniais, dissolução do matrimônio, sucessão, nascimento, curva de infância, educação, iniciação, casamento 22. Associações por conveniência 23. Associações territoriais 24. Liga de idades e liga de homens 25. Associações políticas 26. Formação do poder 27. Estratificação 28. Guerra – Direito 29. Psicologia das formações sociais 30. Psicologia dos indivíduos 31. Religião: o conceito do universo, os demônios e os espíritos; a morte e a alma; a magia e o culto; as abstenções e a antropofagia e o mito 32. Medicina: a higiene, as doenças, a vitalidade e a proliferação 33. Arte: pintura, escultura, máscaras e enfeites, poesia, música e dança 34. Jogos e brinquedos 35. Números e conceito de tempo 36. Movimento de expressão e a língua 37. Outros meios de comunicação: desenhos, marcas de carimbo, etc. 38. História: origem, vizinhos, parentesco dos traços culturais 39. A etnia: aspectos estruturais e funcionais

Quadro 2 – Primeiro Programa da Disciplina “Etnologia Brasileira” de Herbert Baldus – 1939

Fonte: Elaboração própria – Arquivo / Programas Gerais do Arquivo da Fesp-SP.

A disciplina era dividida em dois grandes eixos temáticos. O primeiro era dedicado ao estudo da metodologia da pesquisa etnológica, a partir da relação entre teoria e prática no âmbito da atuação do etnólogo junto aos índios. A segunda parte, intitulada “Problemas”, era voltada para as dinâmicas sociais, culturais e materiais dos diversos grupos indígenas

brasileiros. A análise do programa da disciplina combinada à análise da trajetória acadêmica de Herbert Baldus até o fim da década de 1930 denota uma preocupação do etnólogo em compreender a cultura material e a dinâmica social dos grupos indígenas a partir de uma abordagem científica minuciosa de observação e coleta de dados. Além disso, enfatiza a premissa científica da atuação entre os indígenas, logo no primeiro tópico da disciplina, intitulado: “A necessidade do trabalho indianista no Brasil”. Sobre esse tema, o próprio Baldus chama atenção na aula inaugural da referida disciplina, que teve o texto publicado naquele mesmo ano na “Revista do Arquivo Municipal de São Paulo”¹⁵⁸.

O início do texto, referente à fala de Baldus na aula inaugural da disciplina Etnologia Brasileira, aborda a necessidade da criação de uma disciplina sobre etnologia no Brasil, a fim de problematizar e ampliar os estudos sobre os índios brasileiros, enfatizando o pioneirismo da ELSP nesse debate. Entre os objetivos principais da cadeira, Baldus destaca a contribuição teórica e metodológica para a formação de pesquisadores voltados para a questão indígena no Brasil, em suas palavras, na formação de “exploradores dispostos a conquistar etnologicamente o Brasil”.

Baldus segue sua fala tecendo críticas ao modelo de “assimilação” implementado pela Igreja Católica até o início do século XX e também ao modelo adotado pelo SPI até aquele período, que não possuía em seus quadros, etnólogos especializados para o reconhecimento e para assistência aos diversos grupos indígenas do país. Seu argumento central refere-se ao papel de destaque que o etnólogo deveria ter no processo de contato entre índios e não índios na sociedade nacional, como disposto no longo trecho citado a seguir:

Tendo-se chegado à conclusão de que as instituições e a mentalidade dos índios merecem respeito e quando cheios de vitalidade, devem ser conservadas e devolvidas organicamente, na medida em que isso não afete a nova ordem das coisas, aparece então em cena o etnólogo. O contato com a nossa civilização traz mil perigos para a saúde dos índios e para a harmonia de sua cultura [...]. Só após ter percebido e compreendido a fundo a estrutura e a função da etnia estudada, é que o investigador pode dar sua opinião acerca do tratamento e da utilização dessa unidade étnica e julgar as vantagens do desenvolvimento ou da eliminação de certos traços culturais, assim como poderá determinar qual a melhor vida para os índios em circunstâncias alteradas. O etnólogo assume um papel da mais alta responsabilidade, dependendo dele – e unicamente dele – a sorte de povos inteiros. É por isso que ele necessita de ter conhecimentos que só podem ser adquiridos pela dedicação exclusiva ao estudo etnológico. É por isso que ele não pode ser substituído por funcionários administrativos, missionários e outras pessoas

¹⁵⁸ BALDUS, H. A necessidade do trabalho indianista no Brasil. Fala da aula inaugural da disciplina Etnologia Brasileira na ELSP. *Revista do Arquivo Municipal*, LVII, 1939, pp. 139-150.

com ocupações semelhantes, que não lhes permitem entregar-se, por completo, a uma especialização científica [...].

Baldus reafirmava em seu texto o alinhamento aos ideais de Rondon no que tangia aos malefícios culturais e sociais da catequese indígena, porém apresentava duras críticas à política indigenista empreendida no SPI até aquele momento¹⁵⁹.

Diante do exposto, é possível compreender a trajetória de Herbert Baldus, sobretudo sua passagem pela ELSP a partir da relação entre sua produção etnológica e sua atuação crítica e empírica no campo da política indigenista nacional, ambas premissas importantes para a formação do Jovem Darcy Ribeiro e também fundamentais para identificar o papel de Baldus na atuação e na produção de Darcy como antropólogo anos mais tarde.

Além da disciplina Etnologia Brasileira, Darcy Ribeiro cursou todas as demais necessárias para a conclusão de seu bacharelado na ELSP. A partir do histórico de Darcy Ribeiro referente aos três anos do curso de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da ELSP é possível atestar sua aprovação simples¹⁶⁰, ou seja, com uma média de notas por disciplina entre 7,0 e 8,0 ao longo de sua formação. A extensa grade de disciplinas curriculares do referido curso foi cumprida integralmente por Darcy Ribeiro, que apresentou as notas dispostas no quadro a seguir:

¹⁵⁹ Em 1947, Herbert Baldus integrou uma equipe do SPI em um estudo sobre as condições de vida de alguns grupos indígenas e em seu relatório final teceu, mais uma vez duras críticas ao SPI. Sobre esse relatório falarei mais detidamente no próximo capítulo.

¹⁶⁰ O Histórico curricular da ELSP apresentava, ao fim da página, uma escala de notas para o ano de 1946: “Aprovação sofrível: igual a 6 e inferior a 7; Aprovação simples: igual a 7 e inferior a 8; Aprovação plena: igual a 8 e inferior a 9; Distinção: igual a 9 e inferior a 10 e Grande Distinção: igual a 10.” (Cedoc/ Fesp-SP, 1947).

Ano letivo	Disciplina	Média Final
1º / 1944	Elementos de Biologia	7,3
1º / 1944	Etnologia Geral	9,3
1º / 1944	Estatística	6,0
1º / 1944	Fisiologia do Trabalho	7,5
1º / 1944	Introdução à Ciência da Sociologia	9,1
1º / 1944	Introdução à Psicologia	8,5
1º / 1944	Estatística I	5,0
1º / 1944	Ciência Política	8,8
2º / 1945	Organização e Desorganização Social	8,0
2º / 1945	Introdução à Antropologia Social	6,5
2º / 1945	Introdução à Psicologia Social	7,1
2º / 1945	Psicotécnica	7,6
2º / 1945	Estatística II	7,1
2º / 1945	Higiene social	6,5
2º / 1945	Introdução à Economia	7,7
3º / 1946	Administração Pública	7,8
3º / 1946	Economia Internacional	7,3
3º / 1946	Estatística III	7,0
3º / 1946	Etnologia Brasileira	9,6
3º / 1946	Finanças Públicas	7,8
3º / 1946	Higiene Mental e Psicanálise	8,0
3º / 1946	História das Doutrinas Econômicas	8,5
3º / 1946	História Econômica do Brasil	7,6
3º / 1946	História Social e Política do Brasil	8,1
3º / 1946	Serviços Sociais	7,7

Quadro 3 – Histórico escolar de Darcy Ribeiro

Fonte: Elaboração própria a partir dos arquivos da Fesp-SP.

Nos arquivos da Fesp-SP estão reunidas as provas de Darcy Ribeiro, as quais pude reproduzir em imagem, porém nunca as desvendei por não decifrar sua letra, a meu ver ilegível. Apenas uma avaliação está datilografada, refere-se a um trabalho sobre o conceito de etnologia para a disciplina Etnologia Brasileira, datado de 28.04.44. A primeira parte é dedicada às definições do termo Etnologia por antropólogos e estudiosos do campo, são eles Herbert Baldus, seu professor na referida disciplina, e publicou em 1937 o livro “Ensaio de Etnologia Brasileira”; J. B. Watson, a partir de sua conferência no âmbito da disciplina Etnologia Brasileira; Thurnswald, em seu trabalho “Ensaio de Etnologia Brasileira” e Westermann, em “Dicionário de Etnologia e Sociologia”, e segue relacionando o conceito de cultura com as definições de etnologia e sua relação direta com a antropologia social. Esses foram os referenciais teóricos que orientaram a formação de Darcy Ribeiro que se formou em 1946.

A análise das notas alcançadas por Darcy Ribeiro durante sua formação na ELSP aponta para a trajetória de um aluno mediano, apresentando sempre uma “aprovação simples”, usando a terminologia da época. De todo modo, apesar de um aluno sem grande destaque em relação às médias finais, é possível inferir sobre sua passagem pela escola, que Darcy Ribeiro foi um

líder, sendo ele escolhido pela turma como orador na cerimônia de formatura, ocorrida em 28 de fevereiro de 1947. Na parte da manhã foi realizada uma missa solene em ação de graças na Basílica de São Bento-SP e à noite a colação de grau no salão nobre de Comércio “Alvares Penteado”¹⁶¹. Os atos dessa cerimônia contemplaram as turmas de Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais e também a pequena turma de Mestrado em Ciências.

As alunas que se tornaram mestres em ciências pela ELSP, nessa ocasião, foram Noemia Ippolito e Lucila Hermann. Sobre a trajetória acadêmica de ambas há poucas informações nos arquivos da Escola Livre, porém como elas tráfegaram por outras instituições de ensino e pesquisa no período, foi possível recuperar alguns dados nos arquivos da FFLCH-USP¹⁶².

Noemia Ippolito chefiou a seção Técnico-Educacional da divisão de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria de Cultura e Higiene na prefeitura de São Paulo entre os anos de 1944¹⁶³ a 1951, ano de seu falecimento. Em 1946 conclui seu curso de Mestrado em Ciências na ELSP, após a defesa da tese: “Características sociais das crianças frequentadoras do *Playground* da Lapa em São Paulo”¹⁶⁴.

Lucila Hermann foi aluna do Mestrado em Ciências da ELSP no ano de 1946. Nascida em São Carlos, interior de São Paulo, em 1902, filha de pai judeu e joalheiro e mãe pertencente a uma família de proprietários de terras na cidade, teve ainda cinco irmãos. Concluiu sua formação básica na cidade de São Carlos e em 1930 mudou-se para a capital com a mãe e dois sobrinhos. Entre 1935 e 1937, fez licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais na USP; anos mais tarde, em 1942, fez também o bacharelado em Ciências Políticas e Sociais na ELSP. Na USP defendeu a tese de doutorado¹⁶⁵ em 1945 na área de sociologia, sob a orientação de Roger

¹⁶¹ O convite para ambas as cerimônias estão alocados nos arquivos da Fesp-SP e apresentados em anexo nesta tese.

¹⁶² Maiores informações sobre as referidas pesquisadoras estão apresentadas nos trabalhos de Carlos Spiradelli (*Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009); Rafael Guimarães (*A Escola de Chicago e a sociologia no Brasil: a passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011); além de Edgar Mendoza (*Sociologia da antropologia urbana no Brasil: a década de 70*. 325 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000).

¹⁶³ Nesse ano, Noemia Ippolito publicou o artigo “A educação higiênica nos parques infantis de São Paulo”, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 2, n. 4, out., 1944.

¹⁶⁴ Não consegui identificar através das fontes primárias e secundárias o orientador responsável na ELSP.

¹⁶⁵ O título da tese defendida foi: “Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos”. Cf.: SPIRANDELLI. *Idem*.

Bastide¹⁶⁶; e em 1946, tornou-se Mestre em Ciências¹⁶⁷ também pela ELSP, sob a orientação de Donald Pierson¹⁶⁸.

Lucila Hermann foi segunda assistente da Cadeira de Sociologia I e diretora do Centro de Pesquisas e Documentação Social da Faculdade de Filosofia da USP entre 1939 e 1947; técnica em administração do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da USP em 1947, além de trabalhar com Roger Bastide e Florestan Fernandes no Projeto UNESCO¹⁶⁹, na década de 1950.

Como enunciado nessa seção, a cerimônia de formatura foi comum aos bacharéis em Ciências Políticas e Sociais da ELSP de São Paulo. A turma era composta por 12 alunos, entre eles Darcy Ribeiro. Os demais alunos eram: Dinah Mascarenhas Amaral, seu marido Paulo Augusto Amaral¹⁷⁰, Erasmo Hélio Machado Lopes, Fernando Altenfelder Silva¹⁷¹, José Novais Paternostro, Lizette Toledo Ribeiro, Mario Correia Mariante, Myrthes Nogueira, Og Francisco Leme, Vera Maria Husemann e Zideina Bandeira Luna.

Darcy Ribeiro foi orador da turma de bacharelado e em sua fala apresentou aos presentes, à direção da Escola Livre e aos familiares, o compromisso com geração de cientistas sociais e políticos e com o povo brasileiro. À direção da Escola Darcy fez um agradecimento:

A vós que tendes mantido abertas as portas desta casa à juventude de nossa pátria, que pelo trabalho paciente e anônimo com este heroísmo dos capazes de persistência, anos a fio frente a toda sorte de obstáculos, vindes criando a instituição por que reclamava nosso sistema educacional. Na expressão dos signatários do manifesto de fundação da Escola – Um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas capazes de colaborar, eficaz e conscientemente na direção da vida social.¹⁷²

¹⁶⁶ “Roger Bastide (1898-1974) chegou ao Brasil em 1938 para ocupar a cátedra de Sociologia I, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo deixada vaga pelo professor Claude Lévi-Strauss; Bastide aqui esteve até 1984.” (QUEIRÓZ, M. I. P. *Roger Bastide*, professor da Universidade de São Paulo. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994, pp. 215).

¹⁶⁷ Lucila Hermann foi a oradora da turma de mestrado na cerimônia de formatura, no entanto, não foram encontrados registros de seu discurso nos arquivos e fontes secundárias pesquisados.

¹⁶⁸ Título da tese de mestrado: “Organização social da tribo Vapidianá do território de Rio Branco”, sob a orientação de Donald Pierson.

¹⁶⁹ Cf.: MAIO, M. C. *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

¹⁷⁰ Esse dado foi descoberto através de uma fotografia presente nos arquivos AEL.

¹⁷¹ Segundo dados coletados nos arquivos AEL (fundo Donald Pierson *apud* GUIMARÃES. *A Escola de Chicago, op. cit.*), Fernando Altenfelder Silva deu continuidade aos estudos na ELSP e defendeu a tese de Mestrado “Organização social dos Terena de Mato Grosso” no ano de 1949. Nesse período, foi professor assistente da cadeira de Antropologia no Bacharelado em Ciências Políticas e Sociais da mesma instituição.

¹⁷² Discurso de Formatura de Darcy Ribeiro. Cedoc/ Fesp-SP, 1947.

Seu discurso segue em agradecimentos aos professores por suas orientações “pacientes e devotadas” e por terem, ao longo dos três anos de curso, transmitido aos alunos tradições científicas passadas que apontam o caminho para o que Darcy Ribeiro chamou em seu discurso de “Ciências Sociais em seu verdadeiro sentido”, qual seja, uma “Ciência do Homem a serviço do Homem” e continua:

Ciência interessada e comprometida. Ciência finalista. Interessada no conhecimento do homem e na descoberta de soluções para seus problemas. Que não cruza o braço e se isola em torres de neutralidades e pureza e de não participação, mas que participa da vida dos homens luta com eles para edificar uma vida nova, novas e melhores condições de existência. Comprometida com o nosso povo, com todos os povos. Disposta a não servir por ação ou omissão ao que se oponha a marcha dos povos para uma vida mais feliz.¹⁷³

Esse trecho simbólico do discurso de Darcy Ribeiro apresenta de forma clara sua perspectiva acerca do papel do cientista social na compreensão e na transformação da vida dos indivíduos e grupos sociais. Além disso, faz uma crítica, recorrente em sua trajetória profissional, aos “cientistas de gabinete”, referindo-se aos cientistas sociais voltados para a compreensão teórica do meio social e, em sua maioria, distantes do campo, como forma de análise.

Em suas palavras aos alunos, Darcy Ribeiro ressaltou a responsabilidade daquela geração pós-guerra de pensar no mundo a partir de “bases mais amplas e mais justas”. Imbuído de um discurso político de liberdade, o orador afirma:

[...] vivemos em um tempo de renovação, em que a humanidade se reencontra e sente que é chegada a hora de libertar-se. O povo, o homem simples que venceu a guerra nas batalhas, mas também nas fábricas e nos campos, está disposto a criar uma vida mais digna para todos os homens.¹⁷⁴

O trecho final do discurso indica os valores defendidos por ele no período e que vão estar presentes ao longo de sua trajetória profissional, sobretudo em relação às populações indígenas, na sua atuação como antropólogo, etnólogo ou naturalista no Serviço de Proteção aos Índios, tema que será explorado nos próximos capítulos desta tese. Segue o trecho:

Estai certos de que procuraremos ser dignos de nossa geração e de nosso povo. E que saberemos tomar posição consciente diante de cada um dos problemas do Homem do nosso tempo, em sua luta pela paz e pela liberdade. De que estaremos na vanguarda das forças que lutam contra o atraso e a miséria, pelo progresso e pela grandeza de nossa pátria.

¹⁷³ Discurso de Formatura de Darcy Ribeiro. Cedoc/ Fesp-SP, 1947.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

Em relação ao posicionamento político de Darcy Ribeiro, sabe-se, através de suas “Confissões”¹⁷⁵ de sua filiação e atuação no PCB, o que segundo ele representava à época certa incoerência. Sobre seu discurso e sua permanência da Escola Livre, sendo membro do partido comunista, o próprio Darcy Ribeiro, em depoimento ao CPDOC (em parceria com a Finep)¹⁷⁶, no fim da década de 1970, afirma:

Eu era um jovem estudante comunista. Meu interesse era fazer revolução. Então, quando eu me formei, no discurso de formatura, o diretor da Escola ficou muito impressionado, porque ele me chamou para ler. Tive que ler para ele o discurso, porque eu era comunista e comunista tinha que ler, porque não era confiável. E eu li o discurso para ele, com um detalhe: li sem pontuação. E sem ponto, sem vírgula, sem nada, o discurso pareceu a ele burríssimo. Um discurso sem pontuação é uma merda. Quando eu li o discurso com pontuação, o discurso era outro. Não tive desonestidade nenhuma com ele. Só tirei, na leitura da censura, a pontuação.¹⁷⁷

Sobre essa suposta leitura do discurso ao diretor da Escola Livre, Cyro Berlink, não encontrei, nos arquivos da ELSP ou mesmo nos do Memorial Darcy Ribeiro, documentos que pudessem atestar o ocorrido. Sobre isso, Mattos comenta que seria “bastante plausível que a ligação de Darcy Ribeiro com o Partido Comunista tenha despertado certa preocupação nos diretores da Escola em relação ao discurso de sua formatura, já que, naquela época, tratava-se de um jovem comunista, desejoso de fazer a revolução”¹⁷⁸, porém não entendo a participação de Darcy Ribeiro no partido Comunista como dissonante à sua formação ou mesmo “plausível” para gerar preocupação na direção da escola. A militância de intelectuais e cientistas brasileiros no PCB não foi incomum no período pós-guerra. Como o próprio Darcy elencou, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira, ambos formados pela Escola Livre, também militavam no PCB. Outro importante intelectual desse período foi o médico Samuel Pessoa, também afiliado ao partido, que à época reunia “uma ampla rede de intelectuais associados”¹⁷⁹.

Ao fim de seu curso de bacharelado, a pretensão de Darcy Ribeiro era seguir com o mestrado na ELSP e com o doutorado na Universidade de Chicago, porém, segundo ele, sua dedicação à escola nunca foi total, posto que vivia dividido entre “o estudante atento e o ativista tarefeiro”, referindo-se à sua atuação no PCB¹⁸⁰, mais uma vez em referência à possível

¹⁷⁵ Ver em RIBEIRO. *Confissões*. *op. cit.*

¹⁷⁶ RIBEIRO, Darcy. *Depoimento 1978*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985. (História Oral, História da Ciência – Convênio FINEP/CPDOC).

¹⁷⁷ Ribeiro, 1985a *apud* MATTOS. *Darcy Ribeiro*. *op. cit.*

¹⁷⁸ MATTOS. *Darcy Ribeiro*. *op. cit.*, p. 10.

¹⁷⁹ HOCHMAN, G. Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, out./dez. 2014.

¹⁸⁰ RIBEIRO. *Confissões*. *op. cit.*, p. 127.

incoerência de sua formação política e acadêmica no período. Ele ponderava, ainda, que essa dupla vinculação, uma acadêmica e outra política, não coexistia pacificamente e não era vista com bons olhos pelos professores da ELSP. Darcy argumenta que Donald Pierson tinha uma tristeza na vida: “Seus melhores alunos, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes e ele, tinham para seu paladar, um detestável sabor comunista.”¹⁸¹ E segue:

Percebia, é certo, a animosidade que crescia na Escola contra mim, por minha militância política ostensiva, a começar por Pierson, que passou a ter medo de mim. De fato, só o professor Baldus continuou confiante em minha sina até o término dos estudos, mas, então, eu já via claramente que prosseguir dentro da Escola para fazer mestrado já não me seria tão fácil e não me era tão atrativo. No partido ocorria coisa semelhante. Os comunistas, práticos, como sempre, viam com suspeita os intelectuais como eu. Na minha ingênua visão, entretanto, os dois caminhos estavam abertos e ambos eram fascinantes.¹⁸²

A impressão de certa animosidade por parte de Donald Pierson no período da escola não se evidencia, através da análise das correspondências trocadas entre eles, sobretudo na década de 1950, como na carta de dezembro de 1951, que Pierson convida Darcy para fazer parte do ciclo de pesquisas projeto no Vale de São Francisco¹⁸³:

Caro amigo Darcy, [...] Nunca perdi a esperança de que num destes dias o amigo e eu pudéssemos estar juntos numa pesquisa. Aliás, como sabe, alimentei muito interesse por isso desde que nos encontramos pela primeira vez em Belo Horizonte e fomos juntos a Ouro Preto. Sempre lamentei a carestia de verba na Escola que não me permitiu, durante muitos anos, fazer junto com meus alunos, as pesquisas que queria. O propósito desta carta é perguntar se o amigo agora que cumpriu a tarefa que estava incumbido no Norte, poderá participar do nosso projeto no Vale de São Francisco, caso eu pedir e conseguir, por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco, o seu comissionamento junto a este órgão federal. Uma vez que nossas pesquisas estão atraindo considerável interesse no Rio e alhures, e estão elas apoiadas (de acordo com o que estou informado) pelos Ministérios da Educação e Agricultura, não vejo dificuldade em obter tal comissionamento, caso o amigo estiver em situação de participar. Se for de qualquer maneira possível, gostaria que você dirigisse uma das cinco pesquisas de comunidade – cada qual representativa de uma diferente base ecológica- que pretendemos fazer no Vale. De acordo com o plano atual, haverá ao menos dois assistente trabalhando sob sua supervisão. Serão pagas as despesas de viagem, de permanência na comunidade e de material de estudo. Além, disso, a Comissão do Vale de São Francisco promete publicar desde já o relatório que o amigo deverá fazer sobre a comunidade que estudar. [...].¹⁸⁴

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 125.

¹⁸² *Ibidem*, p. 128.

¹⁸³ O Projeto de Pesquisas no Vale do São Francisco ao qual Pierson se refere foi desenvolvido durante a década de 1950 e foi composto por um conjunto de estudos de comunidade que tinham por objetivo investigar o processo de mudança social de comunidades do interior do país em associação à temática do desenvolvimento. Sobre o tema ver: OLIVEIRA, N.S. Estudos de Comunidade. 2010.

¹⁸⁴ Carta de Donald Pierson (DP) a Darcy Ribeiro (DR), 20/12/1951. Para não repetir as informações nas referências às cartas trocadas entre Darcy Ribeiro e seus interlocutores, optei por abreviar algumas informações

Darcy, no entanto não teria aceito o convite de seu professor para atuar de maneira integral no Projeto, como fica claro em carta de Pierson a Darcy:

Continuo com o projeto do São Francisco, embora contra os conselhos médicos. Aliás é bem provável que estes estudos sejam a minha última obra no Brasil. Sob estas circunstâncias, fiquei triste ao receber a sua carta de 18 de janeiro¹⁸⁵, e de saber que o velho aluno não pode ceder, dos muitos anos que esperamos tenha em frente de você para estudar as culturas indígenas, apenas seis meses para associar-se comigo num estudo da sua terra natal.¹⁸⁶

Apesar de não terem trabalhado juntos no Projeto do Vale do São Francisco, a relação intelectual e pessoal entre eles se manteve ativa até o fim da década de 1980, pelo menos, ao que demonstra as correspondências arquivadas no Memorial Darcy Ribeiro.

Nesse contexto, entendo que não havia incoerência entre a militância e a formação científica no período. Apesar disso, Darcy Ribeiro não prosseguiu com sua formação acadêmica (mestrado e doutorado). Porém, o período em que esteve na ELSP, e mesmo sua atuação e produção no momento seguinte, nos sugere uma “disciplina acadêmica” em contraste com a figura multifacetada e “indisciplinada” construída pelo próprio autor, presente, como por exemplo, na entrevista concedida à Mariza Peirano, em 1978, sobre as diferenças fundamentais entre ele e Florestan Fernandes no desenvolvimento acadêmico. Nessa entrevista¹⁸⁷, Darcy Ribeiro faz críticas ao *modus operandi* da atividade científica desenvolvida pelo colega, muito arraigada à teoria em detrimento da análise etnográfica, como no trecho sobre a pesquisa com os Tupinambá: “Por mais que os Tupinambá dessem contribuição para a teoria da guerra, seriam 20 páginas ou 30. Mas 800?! É uma doidura! Então, aquela potência toda, florestânica, para tratar de temas de uma irrelevância total. Fez com isso livros muito bonitos.”¹⁸⁸

Apesar de ambos terem se formado na ELSP de São Paulo, sob o mesmo rigor científico atribuído à instituição, além de não ter continuado sua formação acadêmica (mestrado e doutorado), Darcy desenvolveu ao longo de quase 10 anos estudos antropológicos sobre os indígenas brasileiros no SPI, ou seja, fora da academia, diferente de Florestan Fernandes, a quem ele se referiu. Ainda assim, em contraponto ao seu discurso sobre si, o jovem Darcy

ao citar as referências dessas correspondências, como os nomes do remetente e do destinatário. Nas correspondências doravante citadas na tese, seguirei esse mesmo padrão de referência. Como a maior parte das cartas aqui citadas fazem parte do arquivo Memorial Darcy Ribeiro – UnB, não repetirei essa informação ao citá-las; porém, caso o documento faça parte de um arquivo diferente deste, mencionarei a fonte ao citá-lo. Em anexo, trago informações mais específicas sobre todas as cartas que serviram de base para esta pesquisa.

¹⁸⁵ Não localizei essa carta nos arquivos consultados.

¹⁸⁶ Carta de DP-DR, 05/02/52

¹⁸⁷ Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/entrevistas/darcy_ribeiro.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹⁸⁸ PEIRANO, M. *Entrevista com Darcy Ribeiro*. 13 dez. 1978. Site oficial. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/entrevistas/darcy_ribeiro.pdf>. Acesso: 25 maio 2016. p. 4.

Ribeiro, almejou em certa medida uma inserção acadêmica, verificada especialmente a partir da relação com Herbert Baldus, que teve continuidade após a conclusão do curso de bacharelado na referida instituição. O interesse pela etnologia indígena e o alinhamento científico com Baldus são o tema do capítulo seguinte desta tese.

CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DE DARCY RIBEIRO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (1947-1956)

Encantei-me pelos índios e resolvi estudá-los. De fato, foi com eles que aprendi a estudar gente, que é meu ofício. (Darcy Ribeiro)¹⁸⁹.

2.1 Criação da Seção de Estudos do SPI: uma configuração científica em torno da questão indígena

Após a conclusão de seu curso de Bacharelado em Ciências Sociais na ELSP, e fortemente influenciado pela temática indígena sob o olhar da etnologia, Darcy Ribeiro recebeu algumas propostas de inserção profissional no âmbito das ciências sociais aplicadas. A primeira foi para um cargo de assessoria no recém-criado Serviço Nacional da Indústria (Senai), a convite do diretor e criador da instituição, Roberto Simonsen; a segunda, foi para participar de um projeto coordenado pelo Patrimônio Histórico Nacional, com Rodrigo Melo Franco, sobre a “tecnologia rústica que os portugueses trouxeram para o Brasil”; a terceira proposta foi para assumir a direção do jornal “Hoje”, periódico do PCB, porém, segundo Darcy Ribeiro, tal convite não foi formalizado: “porque a direção nacional, mais ajuizada do que eu, me achava agitado demais para funcionário da Revolução.”¹⁹⁰ Por fim, foi convidado para trabalhar no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), a partir de uma indicação de Herbert Baldus, que o teria apresentado ao Marechal Rondon, nesse momento chefe do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI)¹⁹¹, órgão regulador do SPI. O cargo era de etnólogo¹⁹², vinculado ao CNPI, com atuação direta no SPI, especificamente na Seção de Estudos (SE), criada no início da década de

¹⁸⁹ “O Estado de São Paulo, 25/03/1979, p. 12.

¹⁹⁰ RIBEIRO. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990, p. 38.

¹⁹¹ O CNPI foi criado pelo decreto-lei nº 1.794, de 22 de fevereiro, vinculado ao Ministério da Agricultura, dotado da função de planejamento e de estudo de todas as questões relacionadas à assistência e proteção dos índios, seus costumes e línguas (LIMA, A. C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995). O CNPI funcionaria como um órgão regulador do SPI, como disposto em seu regulamento: “Dar ao SPI cooperação na realização da finalidade deste.” (Regulamento CNPI, Funai, 1939). Sobre a história do CNPI, ver: FREIRE, C. A. R. *Indigenismo e antropologia: o conselho nacional de proteção aos índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990; *Idem*. A criação do Conselho Nacional de Proteção aos índios e o indigenismo interamericano (1939-1955). *Boletim do Museu do Índio*. Documentação. n. 5, dez. 1996.

¹⁹² Não havia de fato uma denominação para designar a função exercida por Darcy Ribeiro no SPI, segundo ele próprio, o mais próximo seria o cargo de naturalista, “a botânicos, zoólogos e geólogos que se metiam mato adentro, à frente de expedições científicas.” (RIBEIRO. *Idem*, p. 39-40).

1940, com objetivo de registrar a cultura e os costumes das populações indígenas assistidas pelo serviço.

Antes, porém, de tratar das funções específicas que o cargo de etnólogo representava no âmbito do SPI naquele momento, cabe aqui uma breve apresentação dos antecedentes, da criação e da estrutura do referido órgão. É certo que a história do SPI¹⁹³ já foi contemplada por estudos nas ciências sociais e também pela historiografia brasileira¹⁹⁴, contudo, o que nos chama atenção para compor a análise proposta nesta tese refere-se à notável mudança de estrutura e concepção que o órgão vivenciou a partir da década de 1940¹⁹⁵, especialmente com a criação da SE em 1942.

Com o objetivo de incorporar uma perspectiva científica aos trabalhos de reconhecimento do indígena brasileiro assistidos pelo SPI, foi criada a Seção de Estudos, acompanhando a política varguista de “expansão territorial e colonizadora” e também a tendência metodológica de “gestão indigenista”, como argumenta Souza Lima¹⁹⁶, comparando o caso brasileiro ao mexicano, ocorrido nesse mesmo período. Em minha análise, privilegiei a percepção da SE como espaço de ciência, exercida por cientistas sociais que passaram a entrar em contato com o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas.

Nesse contexto de formação do campo de atuação das ciências sociais no Brasil eram, portanto, reduzidas as possibilidades de engajamento profissional. Em contrapartida, foi também nesse período que esses “novos” cientistas tiveram a oportunidade de expandirem o campo de suas disciplinas, atuando, por exemplo, em áreas como saúde, saneamento, educação

¹⁹³ O Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN) foi criado em 1910 sob o decreto nº 8.072, vinculado ao Ministério da Agricultura. A partir de 1918, passou a ser denominado apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Entre as motivações para a criação do referido órgão estão a integração territorial e a assistência às populações indígenas em alternativa à catequese religiosa (MACIEL, L. A. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/FAPESPE, 1998; BIGIO, E. S. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRAS, 2000; DIACON, T. A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; BRITO, C. A. G. *Medicina e antropologia: atenção à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011). Representou também uma tentativa de controle do Estado Nacional àquela população indígena e também às fronteiras territoriais do país, inaugurando o conceito de “Poder Tutelar” sobre o território e sobre os grupos indígenas brasileiros. Sobre o tema, ver: SOUZA LIMA. *Um grande cerco de paz*. *op. cit.*

¹⁹⁴ *Ibidem*; MACIEL, L. A. *A nação por um fio*. *op. cit.*; DIACON, T. A. *Rondon*. *op. cit.*; SÁ, D. M.; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, 2008, pp. 779-810.

¹⁹⁵ O SPI mudou sua vinculação ministerial ao longo do tempo. Desde sua criação até 1930 esteve vinculado ao Ministério da Agricultura, mas entre 1930 e 1934, o serviço passa a ser regulado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC); entre 1934 e 1937 ficou vinculado ao Ministério da Guerra, como parte da Inspeção Especial de Fronteiras. A última troca de subordinação ministerial se deu em 1939 até 1967 (ano de sua extinção), quando voltou a pertencer ao Ministério da Agricultura, a partir do decreto-lei nº 1.736, de 3/11/39. A partir dessa reestruturação ministerial é que se enquadram as novas diretrizes do SPI, a partir da década de 1940.

¹⁹⁶ SOUZA LIMA, A. C. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 167-168.

e agricultura a partir do interesse notório de estudos ligados às Nações Unidas, após o fim da Segunda Guerra, no âmbito de programas de desenvolvimento e assistência voltados para os países de terceiro mundo, como salienta Figueiredo¹⁹⁷. Em geral, esses novos profissionais, sobretudo os antropólogos, integravam equipes multidisciplinares contratadas por agências de pesquisa nacionais e estrangeiras para realizar estudos e pesquisas etnográficas, ou seja, seriam eles consultores, assessores, ou mesmo intérpretes culturais para os técnicos estrangeiros, ou não especializados, que compunham o corpo de análise.

No caso específico da saúde, a contribuição crescente das ciências sociais iniciada na década de 1940 e o discurso desenvolvimentista da década de 1950, marcado pela máxima “O Brasil não é só doença” – frase de Juscelino Kubitschek em seu Programa de Saúde¹⁹⁸ –, apontam para uma nova perspectiva em relação ao tema das endemias rurais, suas causas e controle, ou seja: surge um novo repertório cognitivo disponível aos agentes do Estado no enfrentamento dos impasses da modernização da sociedade brasileira¹⁹⁹.

Questões relativas ao desenvolvimento, mudança provocada ou dirigida, e ainda os temas da resistência à mudança e da erradicação de doenças e promoção da saúde nos “sertões” do Brasil, ganharam espaço importante nas discussões intelectuais e políticas no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto de intensas transformações, a atuação das ciências sociais ganhou espaço central nas discussões acadêmicas e na constituição de políticas públicas. Caberia ao cientista social “informar e convencer”, ou seja, seriam esses profissionais os intermediários, ainda que teóricos, das propostas governamentais vinculadas às propostas desenvolvimentistas e da população local²⁰⁰.

Nesse contexto é criada, por meio do decreto-lei nº 10.652, de 16/10/42, a Seção de Estudos (SE), um desdobramento do Serviço Etnográfico, concebido em 1941, com o objetivo de desenvolver pesquisas etnográficas para o SPI. Porém, segundo Couto²⁰¹, as verbas para a implantação desse serviço só chegaram no ano seguinte, após a organização da SE. Assim, a equipe contratada para o Serviço Etnográfico foi transferida para a recém-inaugurada SE. Eram

¹⁹⁷ FIGUEREDO, R. E. D. *Histórias de uma antropologia da boa vizinhança: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

¹⁹⁸ KUBITSCHKE, J. *Programa de saúde pública do candidato*. São Paulo: L. Nicollini, 1955.

¹⁹⁹ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1998.

²⁰⁰ LIMA, N. T.; MAIO, M. C. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *História, Ciências Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, jun. 2010.

²⁰¹ COUTO, I. H. P. *Armazém da memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

eles: Harald Schultz, Heinz Forthmann, Charlotte Sophie Rosenbaum e Nilo de Oliveira Veloso²⁰².

O novo regimento, aprovado em 1942 para a criação da SE, ampliava as demandas dessa seção em relação ao Serviço Etnográfico. Caberia à SE a pesquisa etnográfica, a criação de um arquivo cinematográfico, a formação de uma biblioteca, a divulgação, a coleta de dados para o senso indígena e a criação de um museu²⁰³.

De acordo com o artigo 8º do regimento interno do SPI, a respeito da competência dos órgãos internos, caberia à SE:

a - Estudar, sob o ponto de vista geográfico e econômico, as regiões habitadas por índios e fazer levantamento estatístico das populações indígenas [...]; b - Realizar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio [...]; c - Realizar trabalhos fotográficos, cinematográficos, gravação de discos e cinematografia sonora não só para documentação, como para estudos etnográficos; d - Cooperar com o Museu Nacional nos estudos etnográficos; e - Estudar e solucionar questões relativas às terras dos índios; f - Estudar permanentemente o processo de assistência ao Índio; g - Estudar e projetar o tipo de habitação a ser construída para ao índio; h - manter um museu na sede e mostruários nas inspetorias com artefatos indígenas [...]; i - Promover a divulgação de vários aspectos da vida indígena, através de conferências ilustradas e exposições [...]; j - Cooperar com as universidades e colégios [...]; l - Guardar e acessar livros e publicações; m - Manter arquivo de projetos ou plantas [...].²⁰⁴

Dois anos mais tarde, José Maria da Gama Malcher²⁰⁵ assumiu a direção do SPI e contratou para comandar a SE o Dr. Herbert Serpa²⁰⁶, que buscou dar à seção um caráter mais científico. Para tanto, em 1947 foram contratados os primeiros profissionais das ciências sociais para compor os quadros dessa seção: o linguista Max Boudin e o etnólogo Darcy Ribeiro²⁰⁷.

Como já enunciado, Darcy Ribeiro foi convidado para assumir o cargo no SPI por uma indicação feita por Herbert Baldus a Rondon. Sobre a relação entre Baldus e Rondon, não tive acesso a nenhum registro documental, apenas algumas pistas presentes, sobretudo nas correspondências mantidas com Darcy Ribeiro, que expressavam respeito pela figura mítica de

²⁰² COUTO. *Armazém da memória. op. cit.*, p. 39.

²⁰³ Seria criado em 1953 o Museu do Índio, explorado no quarto e último capítulo desta tese.

²⁰⁴ Regimento do SPI, art. 8º, 1942. Setor de Documentação (Sedoc) – Museu do Índio (MI), Funai, Rio de Janeiro.

²⁰⁵ José Maria da Gama Malcher foi diretor do SPI entre os anos de 1950 e 1954.

²⁰⁶ Herbert Serpa dirigiu a Seção de Estudos do SPI entre 1944 e 1951. Nos arquivos do Museu do Índio e também nos arquivos do Ministério da Agricultura, não há dados sobre sua formação ou demais atribuições. Sabe-se, através de uma correspondência entre Darcy Ribeiro e Herbert Baldus, que Herbert Serpa era médico e em 1950 pediu transferência para o corpo de médicos do Ministério da Agricultura. (Carta de DR-HB, 21/08/50).

²⁰⁷ FIGUEIREDO. *Histórias de uma antropologia. op. cit.*

Rondon, o que não o impedia de tecer críticas à política indigenista empreendida no SPI desde o início do século XX²⁰⁸.

Naquele mesmo ano de 1947, Herbert Baldus foi convidado pelo então presidente do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz, para integrar uma equipe de inspeção de postos indígenas e de penetração de algumas regiões do “Brasil Central”. Baldus foi convidado como representante tanto do Museu Paulista, quanto da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo²⁰⁹. A viagem foi realizada entre os meses de junho e agosto de 1947 e as observações realizadas foram sistematizadas em um relatório oficial²¹⁰ entregue ao SPI em outubro do mesmo ano. No ano seguinte, o referido relatório foi publicado na “Revista do Museu Paulista”, sob o título: “Tribos da Bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios”.

O artigo de cerca de 30 páginas apresenta um panorama sobre as condições de vida de três grupos indígenas da região, os Tapirapé, os Karajá e os Akué-Chavante. As observações e críticas presentes no relatório de Herbert Baldus referiam-se principalmente à dinâmica da assistência oferecida aos índios pelo SPI. Sobre a aldeia dos Tapirapé de Tampiitáua, Baldus é enfático em destacar as necessidades fundamentais daquele pequeno grupo de pouco mais de 60 índios²¹¹:

A existência de uma grande mata própria para extensas roças dessa tribo essencialmente agrícola; o afastamento de todos os representantes de nossa civilização que não sejam funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, etnólogos ou médicos ligados a este Serviço e o afastamento de indivíduos de outras tribos indígenas.²¹²

Tais necessidades apresentadas por Baldus justificam-se pela queda demográfica observada entre os índios dessa região, a diminuição de alimentos encontrados nas aldeias e a mudança de hábitos culturais e sociais, associados ao contato cada vez maior com a população

²⁰⁸ Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon chefiou uma série de viagens científicas ao interior do Brasil entre o fim do século XIX e o início do século XX, com o intuito de interligar o território nacional através da instalação de linhas telegráficas. Tais viagens ficaram conhecidas como Comissão Rondon. Sobre o tema, ver: MACIEL. *A nação por um fio. op. cit.*; BIGIO. *Cândido Rondon. op. cit.*; DIACON. *Rondon. op. cit.*; SÁ; SÁ; LIMA. *Telégrafos e inventário. op. cit.*; BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*; CASER, A. T. *O medo do sertão: doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.*

²⁰⁹ Além de Herbert Baldus, participaram da expedição o médico Haroldo Cândido de Oliveira e o repórter do jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, Antônio Buono Júnior. Dados presentes no artigo.

²¹⁰ Não encontrei nos arquivos consultados a versão oficial desse relatório. Porém, segundo Herbert Baldus, a publicação na “Revista do Museu Paulista” apresentam apenas “algumas modificações e acréscimos” em relação ao original submetido ao SPI (BALDUS, H. Tribos da Bacia do Araguaia e o serviço de Proteção aos Índios. *Revista do Museu Paulista*, Nova série, São Paulo, v. 2, 1948, p. 137).

²¹¹ Segundo Herbert Baldus, a quantidade de indivíduos pertencente ao grupo Tapirapé reduziu drasticamente desde sua última visita à região no ano de 1935. “Em 1935 Tampiitáua tinha 130 habitantes, sendo 69 do sexo masculino e 61 do sexo feminino.” (*Ibidem*, p. 137).

²¹² *Ibidem*, p. 144.

sertaneja vizinha ao posto indígena, sobretudo quando comparados aos dados coletados em 1935, data da sua última visita à região.

De modo semelhante, em relação aos Karajá, Baldus enfatiza a importância de manter os índios afastados da população sertaneja vizinha, os “neobrasileiros”. Segundo ele, essa proximidade estava causando grande “desambientação cultural” dos índios e gerando uma dependência cada vez maior do índio ao SPI. O etnólogo comenta, ainda, a falta pessoal qualificado e de recursos médicos para assistência sanitária aos índios no posto: “faltava qualquer orientação médica e etnológica. Havia carência de remédios indispensáveis e abundância de inadequados.”²¹³

O último grupo indígena a que se refere o relatório são os Akuê-Chavante, grupo, até aquele momento, não contatado pelo SPI e que assim permaneceu por solicitação de Herbert Baldus, que defendia largamente o isolacionismo como forma de sobrevivência para os grupos indígenas brasileiros.

A parte final do relatório – intitulada “Generalidades” – concentra a maior parte das críticas direcionadas às ações de assistência ao indígena desenvolvida pelo SPI até o momento. Como já apontado em outros trabalhos de Baldus e também enfatizado na aula inaugural da disciplina “Etnologia Brasileira”, analisada no capítulo anterior desta tese, a orientação e a assistência ao indígena deveria ser mediada por especialistas, etnólogos e não por sertanistas ou administradores de postos. Nesse sentido, a principal crítica de Baldus ao SPI era quanto à falta de pessoal qualificado em seus quadros de funcionários. Essa ausência de estudos etnológicos para o reconhecimento das culturas e das tradições indígenas estaria levando o órgão a inúmeros erros operacionais e a uma intervenção cada vez maior na dinâmica social e estrutural dos grupos indígenas brasileiros. Baldus²¹⁴ cita os malefícios dessa intervenção crescente na estrutura escolar empreendida, na lavoura e até mesmo na habitação e hábitos diários. Por fim, ele faz uma dura crítica ao SPI, no que tangia ao despreparo de sua força de trabalho junto aos índios brasileiros até aquele momento:

Resta por fim tratar da escolha e do preparo dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios. Quase todos eles parecem-se com cirurgiões que nunca ouviram falar em anatomia e nunca tiveram um bisturi na mão. Ignoram corpo e alma de seus “protegidos” por não serem nem médicos nem etnólogos. Não tendo aprendido a vencer os próprios preconceitos etnocêntricos fecham-se num complexo de superioridade que, no melhor dos casos, os deixa considerar os índios, a moda dos missionários, como crianças [...].²¹⁵

²¹³ BALDUS. *Tribos da bacia*. op. cit., p. 148.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 165-167.

²¹⁵ BALDUS. *Tribos da bacia*. op. cit., p.168.

As críticas de Baldus, ao menos no que se referiam à falta de pessoal qualificado nos quadros do SPI, começa a surtir efeito prático, especialmente com a contratação de um de seus alunos mais interessados em etnologia indígena na ELSP, Darcy Ribeiro.

Desse modo, Darcy narra em suas memórias como se deu o processo de indicação ao cargo e a entrevista realizada por Rondon. O primeiro contato de Darcy Ribeiro com Rondon teria sido intermediado pelo Coronel Amílcar²¹⁶, que o teria entrevistado em uma sala vizinha àquela que o Marechal estava. Esse ouviu todas as respostas do entrevistado e, ao fim, solicitou ao ministro da Agricultura a contratação de Darcy Ribeiro para o cargo de naturalista, o que mais se aproximaria de suas funções no SPI²¹⁷. Tem início, assim, a trajetória profissional de Darcy Ribeiro no SPI, que duraria cerca de dez anos.

Seus primeiros trabalhos de campo são de reconhecimento e análise dos grupos indígenas assistidos pelo SPI, sobretudo aqueles ainda não “pacificados”. Como resultado dessas viagens, Darcy Ribeiro produziu relatórios e teceu comentários sobre a estrutura do SPI, propôs reformas, cooperações, assinalou os problemas principais que assolavam as populações indígenas. Ele denunciou abusos e corrupções dos chefes de postos, desenvolveu análises sobre a questão do contato/assimilação, produziu artigos e estudos complexos sobre religião, mitos e estrutura de duas grandes etnias, além de coordenar um estudo para a UNESCO acerca do contato entre índios e brancos; criou um museu com temática indígena e um curso em Antropologia Cultural em parceria com a Capes, entre outros “fazimentos” que serão explorados mais detidamente no quarto capítulo desta tese.

Nesse sentido, a análise da trajetória de Darcy Ribeiro no SPI contribui para a compreensão de uma época específica na história das ciências sociais brasileiras, especialmente da antropologia ligada à temática indígena, à medida que nos informa sobre o desenvolvimento do campo científico em torno das questões indígenas no âmbito do primeiro e único órgão especializado, ligado ao governo federal com objetivos enunciados de “proteger” a cultura, a língua e a terra indígenas do país.

²¹⁶ Amílcar Armando Botelho de Magalhães participou do planejamento e da execução da “Comissão Rondon”, foi diretor do Escritório Central da Comissão no Rio de Janeiro entre 1914 e 1922. Era conhecido como historiador da comissão e braço direito de Rondon. Ver: SÁ, L. V. *Rondon: o agente público e político*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

²¹⁷ Rondon foi sempre uma figura mítica e reverenciada por Darcy Ribeiro, sobretudo por sua ideologia positivista de uma atração e/ou pacificação laica, em clara oposição à catequese religiosa, largamente realizada com os índios desde o século XVI pelo menos na nossa história.

2.2 Uma orientação de longa duração: Herbert Baldus e Darcy Ribeiro (1947-1956)

As trajetórias intelectuais e institucionais de Darcy Ribeiro e Herbert Baldus estiveram vinculadas, desde a época da ELSP, à temática indígena nacional. O desenvolvimento de uma linha de pesquisa sobre o contato entre índios e brancos e sobre o papel do etnólogo nesse processo, foi um dos temas recorrentes percebidos nessa relação. Além disso, a orientação sistemática realizada por Baldus, sobretudo ao desenvolvimento acadêmico de Darcy Ribeiro, nos apresenta um Darcy disciplinado e em plena formação intelectual e institucional em torno da prática etnológica no âmbito do SPI.

A fim de identificar e qualificar a relação estabelecida entre Baldus e Darcy, como a de mestre e discípulo, recorro a uma série de cartas trocadas entre eles no período de 1947 a 1956. As cartas a que me refiro estão organizadas em ordem cronológica na série “correspondências” dos arquivos alocados no Memorial Darcy Ribeiro – UnB, em Brasília. E são aqui apresentadas e discutidas com a finalidade de perceber, nesses registros, traços individuais que contribuam para a compreensão desses intelectuais em suas relações com a sociedade da época e as instituições que representavam no período.

O recorte temporal dessa análise justifica-se por duas razões fundamentais: a primeira refere-se à regularidade da troca de cartas entre Darcy Ribeiro e Herbert Baldus²¹⁸; e a segunda, por se tratar do período exato que Darcy Ribeiro atuou como etnólogo do SPI, sob a constante intermediação de Herbert Baldus. As missivas analisadas apresentam importantes vestígios acerca da trajetória profissional e institucional de ambos, além de denotarem uma forte filiação intelectual do aluno em relação ao mestre. A partir desse material é possível depreender significativas pistas sobre o percurso intelectual de Darcy Ribeiro e também de Herbert Baldus. O conteúdo dessa série de correspondências pode ser percebido em duas chaves distintas, uma pessoal e outra intelectual, ambas demonstrando uma forte estima entre as partes. As cartas de Darcy Ribeiro endereçadas a Herbert Baldus quase sempre eram iniciadas por “Querido Mestre, Mestre Baldus ou Prezado professor”. As de Baldus, endereçadas a Darcy, seguiam a forma clássica de “Meu caro Darcy”. O conteúdo e a constância dessas cartas corroboram meu argumento de uma relação entre mestre e discípulo, ou ainda de uma orientação de longa duração. Os temas estavam quase sempre ligados ao desenvolvimento científico e acadêmico

²¹⁸ Após 1956, a troca de cartas torna-se esporádica, totalizando 15 cartas apenas até o ano de 1963, quase todas endereçadas também a Berta.

de Darcy Ribeiro, bem como a informações importantes sobre as instituições em que eles desenvolviam suas pesquisas.

Destaco, no entanto, que Darcy Ribeiro trocou cartas com inúmeros outros intelectuais nesse mesmo período, como disposto no quadro a seguir:

Correspondente	Instituição a qual estava vinculado (país)	Período	Quantidade	Resumo dos conteúdos
Thales de Azevedo*	Faculdade de Medicina da Bahia (Brasil)	1952-1958	21	Reunião de Antropologia, Caac
Herbert Baldus*	ELSP/ Museu Paulista (Brasil)	1948-1963	107	Trabalhos acadêmicos, orientação profissional, críticas ao SPI
Juan Comas	Instituto Indigenista Interamericano/ Universidade Nacional Autônoma do México (México)	1955-1969	30	Assuntos pessoais, conferências fora do Brasil
Heinz Foerthmann	SPI (Brasil)	1952-1959	18	Filmagens de documentários entre os Urubu e os Bororo
Eduardo Galvão*	Museu Paraense Emílio Goeldi (Brasil)	1954-1968	54	Assuntos pessoais, expedições científicas e Parque Indígena do Xingu
Claude Lévi-Strauss	<i>École Pratique des Hautes Études</i> (França)	1952-1980	5	Índios Kadiwéu
Oracy Nogueira*	ELSP/ USP (Brasil)	1949-1955	46	Sociedade Brasileira de Sociologia, assuntos pessoais
Donald Pierson	ELSP (Brasil)	1950-1988	30	Assuntos acadêmicos, Kadiwéu
Harald Schultz	SPI (Brasil)	1948-1957	15	Pedidos para filmagens entre os índios Kadiwéu e assuntos pessoais
Florestan Fernandes*	(Brasil)	1956-1979	10	Questão política nacional, marxismo e assuntos pessoais

*Em anexo apresento de forma detalhada as correspondências trocadas com Darcy Ribeiro.

Quadro 4 – Principais Correspondentes de Darcy no período analisado

Fonte: Elaboração própria a partir do inventário do arquivo do MDR.

A análise de correspondências trocadas entre intelectuais, sobretudo entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, tem despertando o interesse de inúmeros estudos no âmbito da historiografia e também das demais áreas das ciências sociais que se dedicam à história dos intelectuais. As cartas são tomadas como fontes privilegiadas à medida que

fornecem informações sobre o contexto da produção e da circulação intelectual de um período. No entanto, para além do valor informativo das correspondências, tomo-as nessa seção como parte da obra de Darcy Ribeiro, na perspectiva analítica que qualifica a correspondência como parte da obra de um autor, a fim de possibilitar “uma aproximação das formas de estruturação do campo intelectual em um dado momento e lugar, permitindo que se investigue de que maneira funciona esse pequeno mundo e de como se deve entender a própria noção de intelectual.”²¹⁹ Tal metodologia de análise encontra a coerência necessária na produção de Darcy Ribeiro em relação à salvaguarda das correspondências passivas e ativas que compõem seu arquivo pessoal.

Porém, neste capítulo, privilegio aquelas trocadas com o etnólogo alemão Herbert Baldus, a fim de fundamentar meu ponto acerca da carreira de Darcy Ribeiro no SPI. Nesse sentido, ressalto que a questão central desta análise está em compreender e qualificar a intensa troca intelectual entre os referidos cientistas sociais, presentes nas correspondências analisadas.

O SPI passou por uma reestruturação ministerial na década de 1940, que culminou com a mudança de seu regulamento interno e com a criação da Seção de Estudos, departamento onde Darcy Ribeiro foi alocado e no qual desenvolveu suas pesquisas durante todo o tempo em que permaneceu nessa instituição. Dessa forma, é sobre essa vinculação na SE e a instabilidade orçamentária do SPI de que Darcy trata na primeira carta enviada à Herbert Baldus:

Minha situação aqui está um pouco melhorada, o ministro assinou o plano, mas ainda está em *via crucis* pelo Tribunal de Contas e espero receber o primeiro salário deste ano no fim deste mês. Uma lástima, mas estou convencido de que se pode fazer da SE do SPI um belo centro de trabalho etnológico, e como puder apertar o cinto ficarei aqui.²²⁰

Nessa mesma carta, Darcy ressalta a importância do diálogo institucional, a fim de inserir o SPI no cenário intelectual sobre a questão indígena no Brasil, como era também o desejo de Herbert Baldus para o órgão, sobretudo em relação à maior especialização de seus funcionários. Para tanto, Darcy Ribeiro chama atenção para o desenvolvimento de um plano de trabalho para a Seção de Estudos do SPI²²¹:

Quando Schultz²²² estive aqui conversei com ele sobre o plano de trabalhos da SE para 1948, como ele deve ter falado ao Sr., está prevista uma colaboração mais efetiva com outras instituições além do museu nacional. Assim, será possível conseguir para pessoas que o Sr. indicar em nome da

²¹⁹ GOMES. *Em família. op. cit.*, p. 12 -13.

²²⁰ Carta de DR-HB, 05/04/1947.

²²¹ Cf.: BRITO, C. A. G.; LIMA, N. T. Antropologia e medicina: assistência à saúde no Serviço de proteção aos índios (1942-1956). *Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 8, n. 1, jan./abr. 2013, pp. 95-112.

²²² Harald Schultz foi cinegrafista do SPI.

Escola, do Museu ou da Revista Sociologia, a ajuda financeira para uma pesquisa etnológica – passagem, estadia e verba para assalariado, só não será possível pagar salários ao técnico. E as obrigações serão apenas a apresentação de um plano de pesquisas e de um relatório final de prestação de contas, além da cópia de trabalhos que escrever, assegurando direitos autorais e liberdade para publicar onde quiser.²²³

Na carta de 01/08/49, Darcy segue falando sobre os problemas do SPI, sobretudo quanto à redução de verbas destinadas às pesquisas, o que demonstrava ainda uma frágil relação entre a produção de conhecimento científico sobre o índio e a administração de recursos internos no SPI.

O serviço não tem plano algum, tudo se faz ao improvisado e a maior preocupação parece ser a de economizar para apresentar saldos ao governo, o resultado é que o ministro prendeu a verba de auxílio aos índios para o segundo semestre e dizem que só vai conceder a metade, se conceder.

Mesmo diante de tal desestruturação e precariedade do SPI, Darcy Ribeiro continuou a desenvolver pesquisas junto aos diversos grupos indígenas assistidos pelo referido órgão. Entre os estudos mais expressivos que realizou nesse período, destacam-se os feitos com os Kadiwéu e com os Urubu-Kaapor, nesta ordem cronológica.

2.3 Um antropólogo em campo

Com os Kadiwéu foi que, de fato, aprendi a ser etnólogo, porque tanto eu os estudava como eles me estudavam e, por meu intermédio, à minha gente.
(Darcy Ribeiro)²²⁴.

O primeiro trabalho de campo de Darcy Ribeiro como etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi realizado nas aldeias Kadiwéu do posto indígena Alves Barros, localizado ao sul do Pantanal Mato-Grossense, nos dois últimos meses de 1947, entre julho e outubro de 1948 e no mês de novembro do mesmo ano, com um grupo de aproximadamente 235 pessoas²²⁵.

A expedição ao Pantanal Mato-Grossense já estava prevista na agenda de pesquisa da Seção de Estudos desse órgão para o ano de 1947, quando Darcy Ribeiro foi contratado e assumiu a coordenação dos trabalhos. As informações colhidas em campo referiam-se à religião dos Kadiwéu, à interpretação da sua mitologia e a aspectos de sua cultura material e social,

²²³ Carta de DR-HB, 05/04/1947.

²²⁴ RIBEIRO. *Testemunho. op. cit.*, p. 51.

²²⁵ *Idem. Religião e mitologia Kadiwéu.* [s.:l.]: Edição do Serviço de Proteção ao Índio, 1950.

tratava-se de um estudo sob os moldes do funcionalismo antropológico, tendência metodológica entre as décadas de 1940 e 1950, como assinalou Melatti²²⁶, citando os trabalhos de Florestam Fernandes²²⁷, Egon Schaden²²⁸ e Darcy Ribeiro²²⁹. A obra de Darcy Ribeiro, citada pelo autor, refere-se à sua primeira pesquisa, que resultou no livro “Religião e mitologia Kadiwéu”, de 1950. De fato, logo na introdução desse trabalho, o autor deixa clara a orientação funcionalista em sua análise: “Outra abordagem possível é a análise funcionalista dos mitos, ou, em outras palavras, o exame das relações acaso existentes entre os textos míticos e a realidade atual e antiga para verificar de que modo a cultura se inscreveu neles e como eles a influenciaram.”²³⁰ Porém, Ribeiro não se estende em sua problematização teórica em torno do conceito de funcionalismo²³¹.

Em carta a Herbert Baldus, Darcy Ribeiro fala sobre as pesquisas com os Kadiwéu:

Estou trabalhando na elaboração do material que colhi. Não é grande coisa, naturalmente, mas aproveitei muito, aprendi mais nesses meses entre os índios do que em anos de leitura [...]. Os Kadiwéu não são tão difíceis quanto pintam por aí, não consegui mais, em virtude de minha inexperiência e pela exiguidade de tempo [...] os resultados etnológicos anunciados no relatório com tom demasiado pomposo, o que tenho na realidade são informações ligeiras sobre as possibilidades de pesquisas entre os Kadiwéu, notas sobre a aculturação, terminologia do parentesco, informações sobre organização social e sistema familiar dos Kadiwéu.²³²

Nessa mesma carta, Darcy Ribeiro comenta que teve acesso ao relatório de Baldus sobre a região do Araguaia²³³ e demonstra sintonia com as propostas e as críticas expostas no material: “[...] li seu relatório encaminhado ao diretor do SPI sobre a viagem ao Araguaia que aborda exatamente os temas que me preocupam no momento. Senti não ter lido antes de preparar as notas críticas que envio, elas teriam sido melhores.”²³⁴

Anexa a essa carta, Ribeiro envia uma cópia do relatório de pesquisa e pede a avaliação de Baldus para suas primeiras conclusões acerca dos Kadiwéu: “[...] sei que é uma exploração,

²²⁶ MELATTI. *A antropologia no Brasil. op. cit.*

²²⁷ FERNANDES, F. *A organização social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1963.

²²⁸ Egon Schaden (1913-1991). Sobre o autor, ver: PEREIRA, J. B. B. Egon Schaden: a pessoa e o acadêmico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 1, 2013. (SCHADEN, Egon. O estudo do índio brasileiro: ontem e hoje. *Revista de História*, São Paulo, v. 5, 1953, pp. 385-401).

²²⁹ RIBEIRO. *Religião e mitologia. op. cit.*

²³⁰ *Ibidem*, p. xi.

²³¹ Darcy Ribeiro foi estudado posteriormente pela literatura que se dedicou ao tema, como um autor evolucionista, sobretudo a partir da aproximação de suas obras de fins da década de 1960 e 1970 dos estudos teóricos sobre o evolucionismo antropológico de Lewis Henry Morgan (1877) e Eduard Tylor (1871). Nesse sentido, destaco que bem como a história ou o processo de desenvolvimento da antropologia se mostra até aqui diverso, também a obra de Darcy Ribeiro assim se apresenta, sobretudo no que tange a seus referenciais teóricos e metodológicos.

²³² Carta de DR-HB, 04/02/1948.

²³³ BALDUS, H. *Tribos da Bacia. op. cit.* p. 70.

²³⁴ BALDUS, H. *Tribos da Bacia. op. cit.*

mas pretendo continuar sendo um de seus alunos”²³⁵, demonstrando clara intenção de perpetuar a relação intelectual com seu “mestre”. Poucos dias depois, Baldus responde a essa carta, elogiando o trabalho realizado e mostrando-se entusiasmado com a atuação de seu mais recente discípulo, um etnólogo de formação atuando e prol dos índios no SPI:

[...] você fez um ótimo trabalho. Aliás, não esperei outra coisa de você. Li atenciosamente tudo e não encontro nada para criticar. E isso me dá uma imensa satisfação, pois sempre desejei ver um batuta como você trabalhar em prol dos índios e da etnologia brasileira, e agora faço votos que você se apodere, pouco a pouco de todo o SPI, orientando-o, e, daí a alguns anos, dirigindo-o. Darcy você é a minha grande esperança naquela obra a que dediquei toda a minha vida e que é salvar os índios do Brasil e ensinar ao mundo o que eles são. O SPI até agora não fez absolutamente nada no caso dos Tapirapé dos quais trata a primeira parte do meu relatório²³⁶ [...]. Apesar de meus diversos apelos [...]. Peço-lhe de me mandar sempre cópia de todos os seus trabalhos e, sendo possível, reservar algum artigo para a Sociologia e a Revista do Museu Paulista.²³⁷

Meses mais tarde, precisamente em junho desse mesmo ano, Baldus responde a Darcy com uma análise mais detida sobre o material enviado sobre os Kadiwéu:

Meu caro Darcy: em anexo devolvo as cópias dos trabalhos que você me emprestou, gostei muito, e quero esclarecer só alguns pontos: 1 – Por que você prefere dizer sistema familiar a Sistema familiar? 2 – Na pág. 11 você escreve: A terminologia do parentesco retrata maior vinculação do homem à parentela paterna. Não compreendo como essa terminologia possa retratar isso. 3 – Na mesma página você diz: O sistema de parentesco Kadiwéu é muito semelhante ao Tupi, as diferenças mais dignas de nota são devidas à maior elaboração do sistema Kadiwéu que distingue maior número de relações de parentesco. Não compreendo esta última frase. Você não pode dizer tudo isso de maneira mais simples, mais clara e mais bonita? Acho que não só uma poesia, mas também num trabalho científico, a forma vale tanto como o conteúdo [...] meu caro Darcy, você está em um bom caminho. Espero grandes coisas de você [...].²³⁸

O interesse mútuo na manutenção dessa relação intelectual pauta a troca de cartas entre esses dois intelectuais. Uma das hipóteses possíveis para essa dinâmica estava certamente vinculada aos interesses de pesquisa de Herbert Baldus acerca dos indígenas brasileiros, posto que o SPI assumira, desde o início do século XX, um papel importante na intermediação do contato entre pesquisadores e grupos indígenas no território brasileiro. Além disso, com a contratação de Darcy Ribeiro, etnólogo de formação, para os quadros do SPI, Baldus via

²³⁵ Carta de DR-HB, 04/02/1948.

²³⁶ O trecho citado faz referência mais uma vez ao relatório que Baldus apresentou à diretoria do SPI em 1947 sobre os índios da região do Araguaia, especialmente sobre a situação dos índios Tapirapé que estavam sujeitos a ataques do grupo vizinho, os Kaiapó, além de viverem sob uma condição de falta de alimentos e assistência sanitária.

²³⁷ Carta de HB-DR, 14/02/1948.

²³⁸ Carta de HB-DR, 03/06/1948.

atendido seu pedido por uma gestão especializada no tocante à questão indígena nacional e por isso a ampliação de possibilidades de análise e de assistência a inúmeros grupos indígenas do país. Para Darcy Ribeiro, por outro lado, a relação assumia caráter de orientação continuada, e garantia o respaldo acadêmico necessário para a realização de suas pesquisas e conclusões sobre os índios naquele contexto institucional.

Nesse sentido, apesar de toda crítica ao SPI, Darcy Ribeiro continuava produzindo estudos científicos a cada expedição de que participava. Esses estudos, em sua maioria, tornavam-se artigos que eram enviados a Baldus com um pedido de “revisão e orientação”. Este, por sua vez, atendia-o sempre com colocações e sugestões minuciosas, especialmente em relação à terminologia utilizada por Darcy em suas análises; além disso, o “mestre” indicava bibliografia atualizada sobre etnologia no país e no mundo:

Respondo com tamanho atraso a sua carta porque estive preparando um artigo sobre o sistema familiar Kadiwéu, que envio agora pra submeter a sua apreciação, a fim de ver se merece ser publicado na sociologia ou na revista do museu paulista. Envio também o resto das notas sobre o desenho Kadiwéu e um trabalho que foi feito particularmente para o diretor sobre o problema do SPI.²³⁹

O trabalho mencionado por Darcy Ribeiro refere-se ao relatório “Reservado” encaminhado ao chefe da SE, Herbert Serpa. Nele, Darcy faz comentários acerca da administração da inspetoria responsável pelos postos indígenas (PI) da região ao sul do Mato Grosso. O primeiro comentário feito no relatório refere-se ao perfil do encarregado que deveria estar à frente desse posto, devido à peculiaridade do grupo indígena Kadiwéu:

PI presidente Alves de Barros. Os índios Kadiwéu, são os menos aculturados do sul de Mato Grosso, além disto, o SPI tem inúmeros problemas litígios. Estas condições aconselham escolhas de um encarregado como o senhor Dilermano Silva, casado e sem filhos, muito benquisto pelos índios, com os quais conviveu dois anos tendo feito boa administração [...] as mesmas razões desaconselham a indicação do senhor Alaor Fioravante, casado, com muitos filhos em idade escolar, cuja educação está sendo prejudicada o que naturalmente o indis põe para que ele trabalhe.²⁴⁰

A análise de Darcy Ribeiro nesse relatório oficial ultrapassa a questão indígena como um problema antropológico e faz críticas no âmbito administrativo e até pessoal em relação à atuação dos “encarregados”. Na percepção de dele, a contratação de um funcionário solteiro, por exemplo, seria benéfica ao contratado e também ao PI, posto que assim teria o perfil mais indicado para viver perto dos índios, diferente de um funcionário casado e com filhos, que teria

²³⁹ Carta de DR-HB, 05/04/1948.

²⁴⁰ Relatório reservado a Herbert Serpa, 08/03/1948. Série Indigenismo. MDR – UnB, p. 2.

menos disponibilidade para o trabalho de assistência juntos aos índios. Note-se que tal avaliação não apresenta nenhuma justificativa científica, apenas uma sugestão proveniente de sua observação na ocasião e possivelmente do resultado de alguma interação com os índios e/ou com as comunidades vizinhas aos aldeamentos.

De forma similar, Darcy segue sua argumentação para o Posto Indígena Francisco Horta: “O encarregado senhor Arnufio Fioravante não deve continuar no posto. É filho do civilizado que mais demandou contra aqueles índios [...]”.²⁴¹ Além disso, o documento aponta que o referido encarregado tinha terras e um comércio (farmácia) próximos ao posto, o que, segundo ele, representaria um contato nocivo para aqueles índios. Sobre o PI Nalique, Darcy Ribeiro aponta:

O novo encarregado senhor Rafael Alvada é homem doente, alcoólatra, mal visto em todos os lugares por onde tem trabalhado. Separou-se há meses da esposa com a qual tem duas filhas sendo nesta ocasião acusado por ela de imoralidade. É um constrangimento para os funcionários do SPI na IR5 ter um colega desta ordem. É em todos os sentidos incapaz, moral e materialmente para o cargo que foi incumbido.²⁴²

Nesse sentido, é possível incorrer que Darcy Ribeiro, além das pesquisas etnológicas, desenvolveu no âmbito da SE um trabalho administrativo importante ao longo dos anos em que atuou nesse serviço, como escreve a seu mestre, Herbert Baldus:

Meu grande problema hoje, professor, é conciliar as pesquisas de campo e os estudos de gabinete. Subestimei muito o trabalho de elaboração, acreditando que poderia realizá-la nos poucos meses, por isso planejei para este ano a pesquisa junto aos Urubu. Agora me encontra a véspera de uma nova pesquisa ainda engasgado com a última. Preciso estar atento para isto senão acabo juntando muito material e não elaborando nenhum.²⁴³

Nessa mesma carta, Darcy expõe de maneira clara a grande influência que a obra e a atuação institucional de Baldus representaria na sua trajetória científica em torno da questão indígena naquele momento, sobretudo em relação à metodologia do trabalho de observação em campo:

As pesquisas etnológicas entre nós, começam a entrar numa fase mais fecunda e o Sr. É o centro desse movimento. O trabalho que eu venho fazendo, por exemplo, desde minha preparação intelectual até a possibilidade material de realizá-lo e mais ainda, de elaborar seguramente o material colhido, é resultado de suas atividades como cientista, como professor e como amigo. E é claro, que esse não é dos principais frutos de seus esforços. No meio de verdadeira tradição universitária, de maior compressão a importância do trabalho científico, o Sr. teria muito melhores condições de realizar-se,

²⁴¹ *Idem*, p. 4-5.

²⁴² *Idem*.

²⁴³ Carta de DR-HB, 01/08/1949.

entretanto a obra de sua vida é salvar os índios do Brasil e ensinar ao mundo o que eles são e isto terá que ser levado a diante aqui mesmo, com todas as dificuldades de nosso meio e eu não tenho dúvidas que este será o seu caminho.²⁴⁴

Também em suas memórias, Darcy explora esse alinhamento metodológico e científico com Herbert Baldus, iniciado na ELSP:

Aprendi muito com Baldus. Aprendi, sobretudo a fazer o meu ideal científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil. É nada menos que admirável a transfiguração do menino de Moc [Montes Claros] abraçar um ideal científico desse porte.²⁴⁵

Diante desse propósito de seguir as orientações do mestre na produção científica em tornos dos índios, Darcy é incentivado por Baldus a concorrer à vaga para a cátedra de Antropologia e Etnografia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), antes ocupada por Arthur Ramos²⁴⁶, a partir de uma sistematização de seu trabalho de pesquisa sobre os Kadiwéu:

Meu caro Darcy [...], quero tomar a liberdade agora de sugerir-lhe uma coisa que considero importantíssimo para sua carreira: Inscreva-se imediatamente para o concurso da cadeira do Arthur Ramos. Você tem o preparo necessário para tal, e certas coisinhas que talvez lhe faltem, como por exemplo, antropologia física, você aprenderá em dois instantes. Como tese poderá aprontar, rapidamente, um de seus trabalhos sobre os Kadiwéu [...].²⁴⁷

Em resposta à sugestão de Baldus, Darcy parece entusiasmado e também temeroso com a possibilidade de concorrer à cadeira no referido concurso:

Outros amigos haviam sugerido minha inscrição, mas eu sempre me considerei muito abaixo das exigências, apesar e principalmente, porque meu grande sonho é, um dia, conquistar uma cátedra de Antropologia. [...] Sua carta foi um choque, o sr. não desconhece a influência que tem sobre mim e pode avaliar como me senti, joguei a autocrítica janela abaixo e me pus em campo disposto a levar a frente a empreitada [...].²⁴⁸

Na mesma carta, porém, Darcy mostra-se desanimado devido ao prazo, já quase no fim, para a sujeição de sua inscrição, posto que ainda não tinha sistematizado o material sobre os Kadiwéu. Pouco mais de um mês depois do envio dessa carta, Darcy envia outra carta²⁴⁹ ao seu mestre, agora, o informando que o prazo para envio do material e a inscrição do concurso foi adiada e que pretende se inscrever. É, portanto, nesse contexto, que Darcy Ribeiro estrutura seu trabalho sobre os Kadiwéu.

²⁴⁴ Carta de DR-HB, 01/08/1949.

²⁴⁵ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 126.

²⁴⁶ Arthur Ramos morreria em Paris, em 31 de outubro de 1949.

²⁴⁷ Carta de HB-DR, 24/04/1950.

²⁴⁸ Carta de DR-HB, 26/04/1950.

²⁴⁹ Carta de DR-HB, 10/05/1950.

Destaco que não encontrei registros da inscrição ou não de Darcy Ribeiro no referido concurso. Segundo Mattos²⁵⁰: “Darcy jamais tenha apresentado este ou qualquer outro trabalho para a inscrição do concurso, cujo prazo foi encerrado somente com a candidatura de Marina Vasconcellos.” Os dados apresentados por Adélia Ribeiro²⁵¹ mostram que Marina Vasconcellos conquistou o direito de ocupar a interinidade da cátedra com sua aprovação no concurso de livre docente em 06/06/1950; sua nomeação ocorreria em 25/11/1950. “O concurso para o preenchimento efetivo do cargo, porém, jamais seria realizado (cf. Corrêa, 2003, p. 237). Durante muitos anos, Marina seria, na prática, a catedrática de Antropologia e Etnologia.”²⁵²

Segundo o trabalho de Adélia Ribeiro²⁵³ e também de acordo com os registros do Fundo Heloisa Alberto Torres do Arquivo Histórico – Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear) da UFRJ e do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Heloisa Alberto Torres²⁵⁴ também preparou uma tese intitulada “Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana” para concorrer à cadeira de Antropologia e Etnografia no referido concurso.

Ainda que não tenha concorrido à cadeira no concurso, o trabalho sobre os Kadiwéu é estruturado a partir de uma metodologia que privilegiava os temas voltados à mitologia e à religião. Esse é, portanto, o contexto que leva Darcy Ribeiro a sistematizar suas anotações de campo em um texto final entre o fim de 1949 e meados de 1950, quando foi publicada pelo SPI com o título “Religião e mitologia Kadiwéu”. Essa publicação é uma análise combinada entre observações de campo, fontes primárias de estudos anteriores, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, de missionários, geógrafos e militares²⁵⁵ e artigos de antropólogos contemporâneos ao

²⁵⁰ MATTOS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*, p. 94.

²⁵¹ RIBEIRO, A. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

²⁵² MATTOS. *Idem*, p. 94-95. O trabalho de Adélia Ribeiro apresenta ainda informações acerca da impugnação da candidatura de Heloisa

Alberto Torres e a respeito dos bastidores das nomeações de catedráticos na Faculdade Nacional de Filosofia.

²⁵³ RIBEIRO. *Idem*.

²⁵⁴ Heloisa Alberto Torres (1895-1977) nasceu no Rio de Janeiro, filha de Alberto Torres, político carioca. Ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette-Pinto aos 23 anos e tornou-se efetiva através de concurso prestado em 1925. No ano seguinte, foi eleita chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia e chefe efetiva desde 1931. Atuou como: diretora da instituição de 1938-1955; membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil entre 1933-1939; conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; e colaborou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios de 1955-1967, tendo participado da criação da Fundação Nacional do Índio. Para mais informações, ver: CORRÊA, M. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 1, 1997.

²⁵⁵ Entre os principais autores consultados estão: AZARA, F. *Voyages dans l'Amérique meridionale*. Paris: [s.n.], 1809. v. 2; BOGGIANI, G. *Os Caduveu*. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1945; LABRADOR, J. S. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: [s.n.], 1910; SOIDO, A.C. Los Payaguá. *Revista do Museu Paulista*, v. 3, n. s., 1982, pp. 129-270.

autor, como Herbert Baldus²⁵⁶ e Egon Schaden²⁵⁷. Sobre esse cruzamento de fontes documentais e análises etnográficas de observação em campo, há hoje na literatura trabalhos que fazem essa revisão epistemológica²⁵⁸.

Nesse estudo, Darcy Ribeiro identifica e analisa a mitologia e a religião dessa população indígena, a fim de compreender o lugar delas na “configuração sociocultural” e como contribuem para sua perpetuação como etnia. Ao longo do texto, são descritos e analisados os mitos fundadores, as formas de subsistência, organização social e ciclo de vida dos indivíduos. Na introdução do livro, o autor afirma que usa a metodologia “Funcionalista” para sua análise em detrimento de uma análise difusionista, metodologia corrente para o estudo dos mitos, como explica: “Se no esforço de compreensão dos significados e funções dos mitos podemos apurar a sua vinculação à cultura, não há necessidade de nos desviarmos para um estudo difusionista.”²⁵⁹

O trabalho sobre os Kadiwéu, publicado em 1950 pelo SPI, foi, a princípio, estruturado para qualificar Darcy Ribeiro a concorrer à cadeira de Antropologia na FNF, porém um ano mais tarde ganharia notoriedade com uma premiação na área de ensaios literário sobre o Brasil, o Prêmio Fábio Prado, no âmbito da Associação Brasileira de Escritores²⁶⁰.

Darcy pediu a seu amigo, o sociólogo Oracy Nogueira para inscrevê-lo no referido prêmio com um tom característico de desânimo e descrença, como revelada na missiva: “Caro Oracy, quero pedir-lhe que inscreva o livrinho ao Fábio Prado²⁶¹. Não tenho esperança de ganhar mais que uma menção honrosa, e ela só me irritaria, mas deixei de tentar tanta coisa este ano, que preciso permitir-me ao menos esta.”²⁶²

Também Herbert Baldus corrobora para a inscrição de Darcy no prêmio, do qual seria um dos avaliadores²⁶³, e afirma: “No concurso Fabio Prado há 4 fortes concorrentes. Já li os

²⁵⁶ BALDUS. *A necessidade do trabalho*. op. cit.

²⁵⁷ SCHADEN, E. Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil. *Sociologia*, v. 7, n. 4, 1945.

²⁵⁸ ROQUE; WAGNER. *Engaging colonial*. op. cit.

²⁵⁹ RIBEIRO. *Religião e mitologia*. op. cit., p. xi.

²⁶⁰ O prêmio Fabio Prado, único no Brasil à época, destinado aos autores estreados, foi instituído em 1945 no âmbito da Sociedade dos Escritores Brasileiros, que teve seu nome modificado pouco tempo depois para Associação Brasileira de Escritores, na cidade de São Paulo. As categorias premiadas eram: poesia, romance, contos, ensaios brasileiros, ensaios em geral, literatura infantil e roteiro de cinema (Estatutos da UBE-SP, 1976). Disponível em:

Mhttp://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C1DC12F9A0B11E8E9DF173E22C077B39.node2?codteor=1156451&filename=Avulso+-PL+7484/1986>. Acesso em: 25 set. 2017.

²⁶¹ Em 12 de janeiro de 1951, Oracy o responde, confirmando que fará a inscrição de Darcy no prêmio.

²⁶² Carta de DR a Oracy Nogueira (ON), 01/01/1951.

²⁶³ Não consegui qualquer informação sobre a composição da banca de avaliação do prêmio Fabio Prado no ano de 1951, porém, a partir da carta de Baldus, pude inferir que ele seria um dos componentes. No entanto, não tenho maiores informações sobre o episódio.

trabalhos e não hesitarei em votar nos Kadiwéu. Naturalmente não sei se conseguirei convencer os outros juízes. A decisão será feita em fins de abril.”²⁶⁴

Ao que tudo indica, os demais membros da banca de avaliação concordaram com a análise de Herbert Baldus e concederam o prêmio ao livro “Religião e mitologia Kadiwéu”, de Darcy Ribeiro na categoria “ensaios brasileiros”, o que garantiu ao jovem antropólogo visibilidade no campo acadêmico, ainda que se tratasse de um prêmio literário e também na sua trajetória pessoal, como ele registra em suas confissões:

Minha família, com mamãe a frente de todos, só percebeu que eu não tinha uma carreira de fracassado quando, em 1950, ganhei o prêmio Fábio Prado de ensaios pelo livro “Religião e Mitologia Kadiwéu”, que alcançou certa repercussão da imprensa. Foram os jornais chegando a Montes Claros com o meu retrato, que convenceram minha gente de que eu não era um caso totalmente perdido.²⁶⁵

Em carta de 09/01/51, Baldus escreve a Ribeiro que em recente conversa com Egon Shaden, este chamou o estudo sobre os Kadiwéu de “melhor monografia sobre uma tribo escrita, até hoje, por um brasileiro”. E segue dizendo que ambos vão escrever resenhas para futuras publicações. Meses mais tarde continua:

O seu lindo livro teve um sucesso extraordinário aqui em São Paulo, sendo frequentemente citado até por cronistas de jornais que, em geral, não mostram nenhum interesse pelos índios e pela etnologia. Prova isso seu valor humano ao lado do científico.²⁶⁶

A imprensa da época também dedica espaço para o estreante Darcy Ribeiro, como é o caso de uma reportagem de 19/05/1951, publicada no “Jornal Tribuna das Letras”, do Rio de Janeiro²⁶⁷, sob o título: “Jovem antropologista desconhecido conquista o ‘Fábio Prado’.” Nessa matéria, Darcy Ribeiro concede a seguinte entrevista a um jornalista não identificado no periódico:

Dentro e fora do território nacional, todas as pessoas sabem que o Prêmio Fábio Prado, de S. Paulo, é uma das laureas mais disputadas do nosso panorama literário, já tendo premiado livros como “Eurídice”, de José Lins do Rego, “Musica Popular Brasileira”, de Oneyda Alvarenga e outros. Esse prêmio, no valor de 25 mil cruzeiros, é distribuído todos os anos. Como nomes já sobejamente conhecidos concorriam ao mesmo, seu doador determinou, do ano passado em diante, que ele só premiasse obras de estreia. Isto porque a função de um prêmio deve ser a descoberta de vocações, e não de consagração de sujeitos já consagrados. Este ano, por exemplo, o Prêmio se destinou a livros de poesias e ensaios. Não se sabe ainda quem vai ganhar o de poesias, mas já se sabe quem ganhou o de ensaios. Este foi um rapazinho de Minas que

²⁶⁴ Carta de HB-DR, 01/03/1951.

²⁶⁵ RIBEIRO. *Testemunho. op. cit.*, p. 39.

²⁶⁶ Carta de HB-DR, 28/09/1951.

²⁶⁷ Essa matéria encontra-se referenciada nos arquivos do Fundo Indigenismo (recortes de jornais) do MDR.

concorreu vitoriosamente com professores de sociologia e escritores de comprovado prestígio.

Pode-se dizer que, do anonimato de uma estudiosa existência na zona norte do Rio, esse rapaz conquistou de súbito uma firme notoriedade. Perto do “Vermelhinho”, onde diariamente se reúnem as glórias municipais ou nacionais de nossa vida literária, a reportagem deste suplemento conseguiu localizá-lo no momento em que, em pé, ele tomava um cafezinho.

– Seu nome é Darcy Ribeiro?

– É.

– Foi você quem ganhou o “Fábio Prado”, de São Paulo?

– Foi.

Darcy Ribeiro é um mineirinho que jamais concedeu entrevista. Esta é a primeira, convém notar-se. O Prêmio Fábio Prado deu-lhe o relevo intelectual a que ele fazia jus. É preciso salientar que seu livro de estreia, que garantiu a láurea intitula-se “Religião e Mitologia Kadiwéu”. É um ensaio sobre índios. Como lhe falássemos do livro, revelando-lhe que o tínhamos lido, ele disse, maliciosamente:

– Quer saber de uma coisa? Se eu não tivesse escrito aquele livro, seria incapaz de lê-lo. Pois é um livro mais do que cansativo...

Darcy comentava que o livro era apenas parte de um estudo que estava escrevendo sobre a organização social Kadiwéu, “que será o verdadeiro fruto daqueles anos de estudos”. Vejamos, então, mais um trecho da reportagem, agora sobre questões de ordem conceitual: Perguntamos a Darcy qual era sua linha sociológica. Sua resposta:

– Linha sociológica? Vamos falar de linha antropológica, para que eu me sinta mais em casa. E para começar, colocada assim, a questão não tem muita relevância, porque, hoje, não se dá ênfase à divisão da antropologia social em linhas e escolas. O estudo da religião e da mitologia dos Kadiwéu, por exemplo, é um esforço de análise das relações existentes entre aqueles aspectos da cultura e todos os outros. Isto é, uma tentativa de mostrar que a concepção de mundo, a atitude religiosa e suas expressões literárias não estão desvinculadas da vida e dos problemas do povo que as criou, são expressões vivas e atuantes dos seus modos de ver, de fazer, de sentir e de pensar. E mais, creio ter demonstrado que às mudanças que ocorreram na estrutura social dos Kadiwéu nos últimos séculos correspondem redefinições dos seus mitos, que os adaptaram a cada nova situação de vida. O esquema conceitual é, como se vê, o funcionalista de Radcliffe-Brown e Bronislaw Malinowski. Mas, devo eu rotular-me de funcionalista? Não sei.

O trecho citado, bem como toda a entrevista, revela os interesses de pesquisa de Darcy Ribeiro e sua latente preocupação com a assistência aos índios, a questão do contato entre índios e brancos e a função do antropólogo nesse debate e no processo de tradução da realidade social indígena naquele período.

Ainda no início da década de 1950, diante das inúmeras queixas de Darcy acerca da administração do SPI, Baldus sugere a ele continuar seus estudos nos Estados Unidos, mais precisamente sob a orientação de Charles Wagley, professor de Antropologia da Universidade de Columbia, em Nova York.

Ao mesmo tempo, porém, para acabar com sua insegurança no SPI, convém tratar de arranjar uma bolsa nos Estados Unidos para o ano de 1951. No mês que vem quem virá ao Rio, provavelmente, meu bom amigo Charles Wagley, professor de Antropologia da Columbia University de New York e o homem mais indicado para conseguir qualquer bolsa para você ou pelo menos para dar importantes informações a respeito [...]. A respeito da bolsa, penso numa da Guggenheim Foudation ou do Viking Foud., naturalmente é preciso desde já estudar fanaticamente inglês [...].²⁶⁸

Dois meses mais tarde, Darcy responde à orientação de Baldus:

É muita bondade sua, meu caro mestre, querer convencer-me da possibilidade de uma bolsa nos Estados Unidos, isto é impraticável, e não me preocupa muito, porque acredito que trabalhando aqui sob sua orientação, continuando o meu programa de pesquisas, poderei fazer serviço útil. Para nossos objetivos não é importante minha ida à América, mas sua permanência no Brasil.²⁶⁹

Porém, depois de um encontro com Charles Wagley, meses mais tarde, Darcy parece reconsiderar a possibilidade de seguir para os Estados Unidos para uma temporada sob a orientação dele. Em carta para Baldus, Darcy menciona um convite de Charles Wagley para uma bolsa na Columbia e ainda reticente pede a opinião do mestre: “Não penso aceitar porque não creio que eles me queiram lá e por achar que nos próximos anos os Urubu me poderão ensinar muito mais que os *yankees*. Que pensa o senhor?”²⁷⁰ Herbert Baldus responde no mês seguinte:

Acho que você devia aceitar, em todo caso e mesmo com sacrifício a bolsa da Columbia... Dizer que os Urubu poderão ensinar a você mais do que os *yankees* é comparar duas coisas incomparáveis. Em Nova York você encontrará os líderes mundiais da Etnologia que lhe mostrarão como encarar os Urubu ainda de muitas maneiras que não deixam deduzir a literatura.²⁷¹

A justificativa apresentada por Darcy Ribeiro para a recusa da bolsa em Columbia estaria vinculada aos projetos de pesquisa de campo no âmbito do SPI, porém não me parece ser a única, especialmente pela situação sempre difícil e conflituosa em relação aos auxílios financeiros para as expedições e ainda tensões administrativas enfrentadas por ele desde o início de sua atividades no órgão. Uma outra explicação, aparentemente menor, mas essencial, seria

²⁶⁸ Carta de HB-DR, 19/05/1950.

²⁶⁹ Carta de DR-HB, 15/07/1950.

²⁷⁰ Carta de DR-HB, 30/10/1950.

²⁷¹ Carta de HB-DR, 28/11/1950.

a língua, como bem lembrou Baldus, o domínio da língua inglesa era uma condição intransponível para a realização dos estudos na Columbia e Darcy era e foi até o fim de sua vida monoglota. De todo modo, a orientação de Baldus não foi aceita pelo discípulo que preferiu naquele momento permanecer no Brasil em suas atividades no SPI e seguir com o planejamento das pesquisas entre os Urubu-Kaapor, iniciadas em 1949 e com continuidades em 1950 e 1951.²⁷²

Outra constante na correspondência de Baldus e Darcy que evidencia a relação entre mestre e discípulo, refere-se à recomendação daquele para que este aumentasse a participação em congressos da área e o número de publicações em revistas especializadas, sobretudo àquelas que o próprio Baldus fazia parte do corpo de editores, como a “Revista do Museu Paulista” e a revista “Sociologia”:

Acho importante para aumentar o número de seus pontos para um futuro concurso de catedrático, você enviar-me, antes de partir para o norte, um pequeno artigo de cerca de 10 páginas para ser publicado na *Sociologia*, talvez sobre certos aspectos sociológicos da cultura Urubu ou Kadiwéu.²⁷³

Darcy aceita a sugestão de publicação para a revista, porém apresenta outra discussão, que não as sugeridas por Baldus. O artigo que Darcy publica em “Sociologia”, sob o título “Atividades científicas da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios”, é fruto da ocasião das comemorações da “Semana do Índio”²⁷⁴. Ele inicia seu artigo com uma fala emblemática acerca do papel do cientista social naquele tempo, frente aos problemas sociais:

Uma das tendências marcantes do nosso tempo é o esforço para utilizar a contribuição dos cientistas sociais no aprimoramento dos serviços de administração pública. Um número cada vez maior de economistas, sociólogos, psicólogos sociais e antropólogos vem sendo chamado a participar, ao lado de políticos e administradores, na procura de soluções para os problemas sociais.²⁷⁵

A partir desse recorte temático, Darcy inicia suas reflexões mais aprofundadas em torno da questão do contato entre índios e brancos e participa da Conferência de Técnicos de Trabalho Indígena, em La Paz. Em janeiro de 1951, por iniciativa da organização internacional do trabalho. O relatório enviado à diretoria do SPI neste mesmo ano apresenta as primeiras

²⁷² Sobre as pesquisas entre os Urubu-Kaapor, analiso o relatório e os diários de campo no capítulo 3 desta tese.

²⁷³ Carta de HB-DR, 7/5/1951.

²⁷⁴ O texto publicado na revista “Sociologia” é exatamente o mesmo texto da fala de abertura da conferência realizada por ocasião das comemorações da Semana do Índio, realizada no auditório do Ministério da Agricultura, em 23 de abril de 1951. O texto apresenta um balanço crítico das atividades da SE do SPI desde sua criação em 1942 até o início da década de 1950.

²⁷⁵ RIBEIRO, D. Atividade científica da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 4, 1951, p. 163.

motivações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para criação de uma comissão técnica em trabalho indígena, sobretudo a partir do fenômeno da exploração de mão de obra indígena, verificada desde a expansão europeia no século XVI até os dias atuais.

É conveniente esclarecer que os esforços de estabelecer meios de proteção especial ao indígena não envolvem o conceito de que ele sofra de diferenças somáticas ou étnicas que o tornem menos capaz. Tal se deve, ao contrário, a consideração objetiva dos fatores históricos sociais que tem dificultado sua integração nas populações nacionais e a elevação de suas condições de vida e de trabalho.

Este foi o problema que nos coube estudar em La Paz: como ajudar os grupos indígenas a organizar suas economias em condições mais satisfatórias e como levar a cada um deles novas motivações capazes de lhes proporcionar uma existência mais feliz.

Em relatório de 13/01/1951, Darcy Ribeiro solicita a Herbert Serpa apoio financeiro institucional do SPI às pesquisas: “todas elas, como o senhor verá, uma vez realizadas se revestirão de grande relevância nos meios científicos. Peço seu especial interesse para a primeira do meu mestre Baldus que preciso de uma oportunidade para concluir seu estudo dos Kaingang”:

Museu Paulista – Herbert Baldus, 20.000,00 cruzeiros

Escola de Sociologia e Política – Fernando Altenfelder, 25.000 cruzeiros. Programa arqueológico dos achadouros do Guaporé (pesquisa de interesse direto de Herbert Serpa, que fez os primeiros registros dos referidos achadouros).

Faculdade de filosofia da USP – Egon Schaden, 10.000 cruzeiros. Pesquisa com os índios Kaiuá (relatório cópias de fotografias e coleção de artefatos).

Columbia University – Robert Murphy e senhora, 10.000 cruzeiros. Pesquisa de etnologia junto aos índios Mundurucu do Pará (segue uma recomendação direta de seu professor em Columbia Charles Wagley).

“estas são, Dr. Serpa, as minhas sugestões para 1951, sobre as quais ainda falaremos muito enquanto enfrentamos a longa espera das verbas”.

As sugestões feitas por Darcy Ribeiro à diretoria do SPI, não foram contempladas em sua totalidade. Porém, naquele mesmo ano, uma reestruturação do serviço deu novo fôlego aos trabalhos etnológicos desenvolvidos naquele momento, como em carta de Darcy à Baldus, sobre a nomeação de José Maria da Gama Malcher como diretor do SPI, o que teria impelido ao órgão uma estruturação científica moderna, distinta do positivismo rondoniano que formou o órgão no passado:

Tenho uma boa notícia: Malcher toma posse hoje da diretoria do SPI. Isto significa que agora se poderá fazer alguma coisa pelos índios. Ninguém está em melhores condições que ele para assumir o posto. A oposição com que lutamos por parte dos burocratas que infestam o SPI foi tremenda;

desesperados diante da possibilidade do Malcher ser diretor eles fizeram as maiores besteiras, Donatini chegou a transferi-lo, anteontem para o Pará. Mas foi bom porque agora nem podem pensar em continuar no serviço e eles próprios se demitirão. Será uma limpeza. Imagine que alguns deles ganhando dois contos por mês, mantêm automóvel, casa própria e um padrão de vida de dez contos.²⁷⁶

Durante a gestão de José Maria da Gama Malcher no SPI (1951-1954), Darcy Ribeiro assumiu a direção da Seção de Estudos, onde permaneceu até o ano de 1956, e na qual ingressaram Roberto Cardoso de Oliveira e Mário Ferreira Simões. No mesmo período, Eduardo Galvão foi integrado à Seção de Orientação e Assistência (SOA)²⁷⁷.

Eduardo Galvão²⁷⁸ foi um antropólogo importante no cenário intelectual em torno dos estudos científicos sobre as populações indígenas, sobretudo, na região Amazônica. Antes de ingressar no SPI, realizou importantes estudos em parceria com Charles Wagley, entre as quais destacam-se: a viagem entre 1941-42, no estudo dos Tenetehara, e outras expedições pela Amazônia ao longo de toda a década de 1940. Em 1943, integrou a equipe da expedição de James e Virginia Watson, ao Campo Kaioá, no Mato Grosso. Em 1947, foi pela primeira vez ao Xingu, repetindo trabalhos de campo na região até a década de 1960²⁷⁹. Galvão acompanhou Wagley também na expedição a Gurupá-PA, em 1948, como representante do *Museu Nazionale*. A partir de seus relatórios de campo, construiu sua tese de doutorado na Universidade de Columbia, sob a orientação de Charles Wagley²⁸⁰.

Essa orientação científica impelida ao SPI no início da década de 1950 representou uma virada metodológica e institucional importantes no que tangia ao trabalho de pesquisa de campo junto às comunidades indígenas assistidas pelo SPI e ao papel dos cientistas/antropólogos nesse

²⁷⁶ Carta de DR-HB, 22/02/1951.

²⁷⁷ FIGUEIREDO. *Histórias de uma antropologia*. op. cit.

²⁷⁸ Eduardo Enéas Gustavo Galvão (1921-1976) iniciou sua carreira com apenas 18 anos, como estagiário da divisão de Antropologia do Museu Nacional, onde tornou-se efetivo em 1942 e permanente em 1945. Em 1946, graduou-se em Geografia e História na Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e em 1952 concluiu seu doutorado na Universidade de Columbia nos EUA. Atuou como antropólogo no SPI entre 1952 e 1954, no Museu Paraense Emílio Goeldi e no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia entre 1955 e 1956. Lecionou Etnologia do Brasil na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1957 e na UnB, entre 1963 e 1964 (SILVA, O. S. Os Wapixána: uma situação de contato interétnico. *Revista do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA*, Boa Vista, v. 1, n. 1, out. 2007, p. 51-74). Mais informações disponíveis em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ascaff-1976-galvao/scaff_1976_galvao.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

²⁷⁹ GONÇALVES, M. A. Introdução. In: GALVÃO, E. *Diários de campo entre os tenetehara e índios do Xingu*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Museu do Índio, 1996. pp. 11-23; DOMINGUES, M. H. B. Tradução cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 3, n. 1, abr. 2008, pp. 31-49.

²⁸⁰ DOMINGUES, M. H. B. Tradução cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 3, n. 1, abr. 2008, pp. 31-49.

processo. Em relatório da SE de 1953, Darcy Ribeiro comenta a importância dessa mudança de gestão do SPI para a continuidade de seus programas de pesquisa:

[...] a nova diretoria do SPI [...] soube integrar os pesquisadores nos programas de trabalho indigenista, atribuindo-lhes responsabilidades na procura de soluções para os problemas práticos. Deste modo, o pessoal da SE que, até então, só tratava de suas pesquisas, passou a estudar as questões assistenciais. Já se fazem sentir os primeiros resultados desta orientação, não só no aprimoramento dos métodos de trabalho do SPI, mas também na qualidade das pesquisas etnológicas...²⁸¹

Nesse sentido, as pesquisas realizadas pelo SPI orientariam as pesquisas sobre a questão indígena sob novo ponto de vista, não mais analisando os índios como objetos de estudos antropológicos e sim direcionadas para problematizar o processo de adaptação das comunidades indígenas à sociedade nacional. Este, portanto, seria o tema de maior debate nos estudos de Darcy Ribeiro no SPI, ao longo de sua carreira.

Ainda no ano anterior de 1952, Darcy Ribeiro apresenta um relatório de atividades na SE, desenvolvidas ou solicitadas por ele, no qual há uma clara relação entre pesquisa científica e serviços burocráticos, próprios à sua nova função de chefia. São inúmeros relatórios enviados à Presidência da República, além de pareceres diversos sobre temas relativos à causa indígena como no caso do casamento da índia Diacuí com um funcionário da Fundação Brasil Central (FBC), tema amplamente debatido na imprensa época como “caso Dacuí”. A opinião de Darcy Ribeiro, em nome do SPI, acompanha suas preocupações com o contato desmedido e sem reflexão científica e social entre índios e brancos e, por isso, se posiciona contrário ao casamento:

Toda a experiência de 40 anos de atividades indigenistas do SPI que não só permite, mas estimula os casamentos inter-raciais na maioria de seus postos, nos ensina que o casamento não é um processo de assimilação, mas um resultado da aculturação em sua fase final assimilativa. A união com um estrangeiro é uma aventura sem possibilidades de sucesso. Finalmente me sinto no dever de deixar claro que o SPI é chamado a julgar não um simples matrimônio, mas o destino de uma dezena de tribos que nossa pátria entregar a sua guarda e por cujos destinos responderá perante a história. D. Ribeiro – Chefe da SE – 1952.²⁸²

O caso ganha apelo da opinião pública e revela ainda mais o problema do contato, tão caro aos esforços de pesquisa de Darcy Ribeiro. Além disso, fomenta na imprensa da época uma discussão sobre a possibilidade ou não desse casamento civil. O periódico “O Cruzeiro”²⁸³,

²⁸¹ Relatório SE. Sedoc-MI, 1953.

²⁸² Parecer técnico de Darcy Ribeiro. Relatório da Seção de Estudos. Sedoc-MI, 1952.

²⁸³ Cf.: COSTA, H. Fotografia: comunicação e cultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA INTERCOM. 32., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Intercom, 2009.

por exemplo, publica uma série artigos em apoio ao matrimônio, entre 1952 e 1953, ano em que, apesar das críticas feitas por agentes especializados na causa indígena do país, como o SPI, se realiza o casamento. Um ano depois, a índia Dacuí viria a falecer no parto de sua filha com o sertanista.

No mesmo ano da morte de Dacuí, Ayres Câmara da Cunha publica seu livro “Entre os índios do Xingu”²⁸⁴, que narra sua trajetória como sertanista do Serviço de Proteção aos Índios e da Fundação Brasil Central entre os povos da região xinguana, sobretudo o período que habitou as terras dos Kalápalos, onde conheceu Dacuí, com quem se casou e tiveram uma filha que recebeu o mesmo nome da mãe.

A narrativa de Cunha destaca que o grupo indígena de Dacuí nunca se opôs ao casamento, ao contrário, segundo o autor, o cacique, os irmãos da índia e os guerreiros da tribo aprovavam e até desejavam o enlace matrimonial.

Minha preocupação constante era conservar a felicidade de Dacuí. Por isso, meu propósito permanente era o de corrigir suas pequenas incompreensões, adestrando-a nos usos e costumes da civilização, embora ela já houvesse assimilado muitos de nossos melhores hábitos [...]. À medida que o tempo corria, Dacuí se ajustava, admiravelmente à vida dos civilizados.²⁸⁵

O trecho citado sobre a “evolução” de Dacuí, que parece causar orgulho ao seu marido, revela justamente o maior temor de Darcy Ribeiro que se posicionou contra o casamento, justamente por considerar um prejuízo à manutenção dos costumes e da cultura indígena da índia. O etnólogo problematizou a questão do contato entre índios e brancos a fim de garantir meios de sobrevivência da cultura indígena.

A reestruturação do SPI, a contratação de novos profissionais das ciências sociais para desenvolverem estudos entre os índios do Brasil e participação ativa da interpretação antropológica em torno da causa indígena delineiam o campo da antropologia indígena no Brasil do período. Nesse sentido, é ainda mais valiosa a análise da correspondência pessoal de Darcy Ribeiro, onde são abordadas as questões institucionais em torno desse campo em construção com os atores/interlocutores desse processo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de pesquisas e a indicação para cargos burocráticos passavam diretamente pela relação entre orientador e orientando, estabelecida entre Herbert Baldus e Darcy Ribeiro, como no caso da reestruturação do Museu Paulista, como exposto nas seguintes correspondências:

Agora outro assunto para o qual peço a sua máxima discrição. Estão planejando uma reestruturação do museu e provavelmente precisaremos de um etnólogo para ocupar o meu cargo, isto é, para chefiar a seção de etnologia.

²⁸⁴ CUNHA, A. C. *Entre os índios do Xingu*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 72.

A primeira pessoa em que pensei a respeito foi naturalmente, você. Por outro lado, estou em dúvida se seu trabalho no SPI não será mais importante para a ciência e para os índios do que você poderia fazer aqui. Pense sobre o assunto e diga-me quanto antes sua opinião.²⁸⁶

O senhor fala de ser útil aos índios. É curioso. Quando entrei no SPI tinha certa ojeriza às aplicações práticas de meu trabalho, malgrado toda a minha militância missionária queria distinguir entre os objetivos científicos dele e os esforços de dar mais felicidade aos índios. Queria me convencer de que aos administradores é que cabia tirar de seu trabalho científico a utilidade prática que pudesse ter. Hoje, passados cinco anos, aprendi muito. Primeiro que o campo mais nobre de pesquisa pura e talvez mesmo este de que tanto carece a administração: o esforço para compreender o processo de assimilação dos índios. E mais, que a preocupação de encarar os índios como problema social, longe de nos desviar dos objetivos da ciência, aprofundam nessa compreensão e permitem ver muito mais claro, descobrir certas coisas que de outro modo nos passariam despercebidas. Acho que estou dando uma boa cooperação ao Malcher, é verdade que isto me tem custado muitas horas que poderia dedicar aos estudos. Mas já perdi aquela estultice de discriminar tarefas por uma tábua de valores que as distinguia em nobres – de nobreza científica – e prosaicas, práticas. Índio já não é para mim mero objetivo de estudo, é isto e mais – uma realidade humana que me afeta como cientista e como homem... A verdade é que ando procurando convencer-me que devo ficar aqui e com o risco de não encontrar outra vez uma oportunidade como a que o senhor me oferece...²⁸⁷

O longo trecho citado deixa claro tanto a relação de amizade e de laços intelectuais entre os interlocutores quanto a posição de Darcy Ribeiro frente aos desafios que a carreira de antropólogo no SPI lhe impunha naquele momento. O trabalho de Darcy com as populações indígenas no SPI trouxe à pauta de discussões, questões como a progressiva diminuição dos grupos indígenas, além da questão da aculturação. Como observaram outros estudos, Darcy Ribeiro teria politizado a problemática da aculturação, chamando atenção para o etnocídio escondido sob esse termo aparentemente neutro. Seus trabalhos ressaltaram os aspectos problemáticos do contato, relacionando-o à expansão da fronteira interna do Estado nacional²⁸⁸.

Conforme assinalou Mauro de Almeida, Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira desempenharam papel central na constituição de uma linha de estudos sobre contato interétnico, desenvolvendo uma etnografia que acentuou os conflitos da sociedade nacional diante das frentes de expansão do capitalismo²⁸⁹. No caso de Cardoso de Oliveira, o conceito de fricção interétnica veio a exercer notável influência nos estudos

²⁸⁶ Carta de HB-DR, 08/04/1952.

²⁸⁷ Carta de DR-HB, 21/04/1952.

²⁸⁸ RAMOS, A. R. *Ethnology brazilian style*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990. (Trabalhos em Ciências Sociais, Série Antropologia, 89); VIVEIROS DE CASTRO, E. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

²⁸⁹ ALMEIDA, M. W. B. de. A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais da definição do objeto da antropologia In: PEIXOTO, F. A.; PONTES, H.; SCHWARCS, L. (Org.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

antropológicos que privilegiaram o tema do contato na abordagem das sociedades indígenas²⁹⁰. A experiência vivida nos anos de 1950 na Seção de Estudos do SPI, ao lado da formação especializada nas instituições universitárias criadas na década de 1930, constituíram, assim, base importante para a consolidação do campo de estudos etnográficos no país.

A partir da análise das correspondências trocadas entre Baldus e Darcy, é possível identificá-las como cartas de orientação. Um olhar mais atento a essa documentação dá ao leitor a clara impressão de uma relação de troca intelectual intensa entre os referidos personagens. A leitura e crítica de Baldus aos escritos e pesquisas de Darcy entre os índios assistidos pelo SPI figuram como fundamentais para a caminhada deste último no campo da etnologia.

Ressalto, ainda, que a correspondência trocada entre eles era intensa. Nesses primeiros anos, é possível observar duas cartas por mês em média. O tema estava quase sempre associado às pesquisas entre os índios assistidos pelo SPI, envio de artigos para apreciação (de Darcy para Baldus, em geral), críticas acerca da administração do SPI e planejamentos para futuras pesquisas e parcerias, além de tentativas de publicação de textos em periódicos da área no período. Os interesses acadêmicos e institucionais também podem ser desvelados nesses escritos, além de possibilitar ao leitor uma reconstrução do lugar de onde fala cada personagem e de suas vinculações intelectuais no período citado. Além das cartas, os demais documentos analisados nesse capítulo, como relatórios, entrevistas e artigos, compõem um cenário de formação de um campo de atuação da antropologia em torno da questão indígena, onde Darcy Ribeiro se destaca como ator e autor do processo.

Vale registrar que, a partir da análise das referidas correspondências e da documentação oficial do SPI selecionadas para essa discussão, foi possível observar os caminhos para a construção do campo da antropologia brasileira no período. O forte e constante intercâmbio entre os personagens sugere uma ciência em formação, tanto no que tange ao campo, quanto no que se refere às metodologias e teorias. Ressalto, ainda, que a troca intelectual ocorria para além das barreiras institucionais que os separava, pois é possível reconhecer “por dentro” as pesquisas antropológicas e/ou etnológicas ocorridas tanto no Museu Paulista, quanto no SPI. Essas instituições, além de reconhecimento no campo da pesquisa acerca dos grupos indígenas brasileiros, desenvolveram ao longo do tempo uma preocupação com a formação de quadros, a partir da promoção de cursos de formação antropológica, com o objetivo de garantir e perpetuar a atuação desses cientistas nessas instituições, valorizando assim o campo da antropologia e sua contribuição para a compreensão de uma sociedade diversa e em constante transformação de

²⁹⁰ PEIRANO, M. A antropologia e suas linhagens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 6, 1991, pp. 43-50.

um país que precisava de instrumentos que sincronizassem a perspectiva do desenvolvimento e a importância da manutenção de seus laços nacionais e/ou tradicionais, vinculados à cultura indígena brasileira.

A produção de conhecimento nas ciências humanas tem sido tema de inúmeros debates dentro e fora da academia ao longo do tempo. No interior de uma disciplina específica ou na relação interdisciplinar da área, os mecanismos ou metodologias de pesquisa são constantemente problematizados, com o objetivo de evocar o caráter científico da investigação. Nessa perspectiva, a antropologia encontra ainda maior resistência, posto que a construção de hipóteses e as interpretações vão sendo formuladas e reformuladas no trabalho de campo²⁹¹, a partir da relação intersubjetiva entre o investigador e o sujeito da investigação. Por outro lado, essa dinâmica mutável e partilhada pode ser observada como o grande mérito epistemológico da disciplina. As discussões aqui enunciadas acerca da ética no contato entre antropólogos e índios, somados ao uso do arquivo na produção de conhecimento antropológico ajudam a redirecionar a discussão do conceito de cientificidade nas ciências humanas, ao passo que desvela possibilidades e questões teóricas e metodológicas inerentes ao processo de formulação de conhecimento científico sem deixar em segundo plano a perspectiva pessoal, do contato com outras culturas e etnias, da presença e da materialidade do diálogo com outros intelectuais. Nesse sentido, identifico a obra de Darcy Ribeiro como importante para a compreensão de questões as quais ele atribuiu urgência no seu tempo²⁹² e que hoje, em outro contexto, é claro, muitas permanecem atuais no âmbito da questão indígena brasileira e também na atuação da antropologia, sobretudo no que tange à questão do contato interétnico.

²⁹¹ Ver trabalho já citado nesse texto de VIEGAS, S. M.; MAPRIL, J. Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnográfica*, v. 16, n. 3, 2012, pp. 513-524.

²⁹² RAMOS. *Ethnology brazilian. op. cit.*

CAPÍTULO 3 – UM ANTROPÓLOGO DE ÍNDIOS: DARCY RIBEIRO E A SAÚDE INDÍGENA

As doenças representaram sempre o primeiro fator de diminuição das populações indígenas. A história das nossas relações com os índios é, em grande parte uma crônica de chacinas e, sobretudo de epidemias. (Darcy Ribeiro).²⁹³

Essa epígrafe é parte do capítulo intitulado “Doença, fome e desengano” que compõe a parte VII – O problema indígena, do livro “Os índios e a civilização”, de Darcy Ribeiro, publicado em 1970. O texto, apesar de publicado somente em 1970, discute o papel do SPI na assistência ao indígena brasileiro, a partir de documentos oficiais do órgão e das observações de campo do etnólogo realizadas na década de 1950.

Como foi possível mostrar de forma mais abrangente em trabalhos anteriores, a questão sanitária indígena foi, ao longo da atuação do SPI (1910-1967), considerada como ineficiente, inoperante ou mesmo ausente²⁹⁴. As denúncias acompanhadas dos inúmeros registros de epidemias e da falta de assistência regular entre os indígenas eram recorrentes nos relatórios e inquéritos médicos e antropológicos realizados no âmbito do SPI, sobretudo até a década de 1950. Os principais problemas apontados referiam-se à falta de material médico, de profissionais da saúde, e também às longas distâncias que separavam os grandes centros das aldeias indígenas no interior do país, além da questão dos prejuízos provenientes do contato/convívio entre índios e brancos no que tangia à saúde e ao decréscimo populacional dos indígenas no período²⁹⁵.

3.1 Demografia indígena: uma questão sociocultural?

Ao longo da história de atuação do SPI, o tema da saúde indígena foi abordado de forma pontual na documentação oficial do órgão e esteve quase sempre vinculado à demografia indígena, à posse de terras e às dificuldades culturais para o tratamento das doenças com os mecanismos da medicina ocidental. Um dos temas recorrentes na documentação era a redução demográfica entre os índios assistidos pelo SPI. Já na década de 1940, é possível observar o

²⁹³ RIBEIRO. *Os índios. op. cit.*, p. 208.

²⁹⁴ BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*; BRITO; LIMA. *Antropologia e medicina. op. cit.*

²⁹⁵ *Ibidem.*

discurso oficial sobre a questão, como presente no documento intitulado “Memória sobre as causas determinantes da diminuição das populações indígenas do Brasil”²⁹⁶, produzido em resposta à solicitação da comissão organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado entre os dias 7 e 16 de setembro de 1940, na cidade de Florianópolis²⁹⁷. O documento não foi assinado, mas atribuo sua autoria aos membros da diretoria do SPI naquele período, sobretudo o diretor do serviço, Vicente de Paula Vasconcelos, como já assinalou Priscila Oliveira²⁹⁸. O texto é iniciado por uma afirmação: “No Brasil, como por quase toda a parte, os aborígenes estão diminuindo e tendendo a desaparecer”, e segue argumentando que esse “desaparecimento” não estava vinculado ao fator biológico ou racial, e sim ao descompasso evolutivo, dos moldes positivistas: “[...] nossos índios não são para nós raça inferior. São apenas irmãos atrasados em face de que não devemos nos colocar na situação de concorrentes. Como tais, é claro, eles terão que perecer, porque não dispõem dos recursos comparáveis aos nossos [...]”.

Sobre as principais causas ligadas à crescente redução das populações indígenas, estariam: o afastamento de suas terras de origem; a imposição de trabalhos pesados e contínuos; a redução das áreas “para suas atividades extensivas”; o “desgosto moral” pela presença de catequistas em seus territórios; o contágio e as “moléstias dos civilizados”; a guerra entre as “tribos”; e a “absorção ou diluição no meio social brasileiro”.

O documento de clara inspiração positivista aborda a questão da diminuição da população indígena nacional como um indício do baixo grau de evolução que se encontrava o índio até aquele momento. Nesse sentido, caberia ao SPI promover a incorporação do índio à sociedade brasileira, o quanto antes possível, a partir da conversão de índios em civilizados.

A segunda parte desse documento apresenta uma longa discussão sobre a importância da garantia de terras indígenas, sob o argumento de que o índio ainda não estaria “apto” a ser integrado totalmente à sociedade nacional. Caberia, portanto, ao SPI essa garantia e assistência ao índio, mas por falta de verbas e de garantias legais à posse de terras, “pouco tem conseguido fazer em benefício dos índios”. Segundo o documento, a garantia legal das terras, teria impacto decisivo no processo de diminuição dos índios brasileiros: “Mantidos com segurança nas suas terras, respeitados em sua liberdade, crenças e costumes; preservados de maus contatos,

²⁹⁶ Filme 387, FOT. 04154 – 04205 – SPI Eventos. Sedoc-MI, 1940.

²⁹⁷ Dados disponíveis em: <<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

²⁹⁸ OLIVEIRA, P. E. *Cada qual tem um pouco de médico e louco*: políticas de saúde indígenas. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

auxiliados e instruídos sem obrigatoriedade, não há motivo para sua diminuição, que cessará por certo [...].”

A questão do contágio de grupos indígenas pelas doenças dos “civilizados”, também é atribuída, no documento, à falta de garantias à terra, facilitando o acesso de “qualquer” pessoa aos índios. Além disso, a diminuição populacional dos índios era também atribuída à prática das guerras entre os grupos e ao não cumprimento de regras sociais e higiênicas dos civilizados.

A estrutura argumentativa do texto apresentado pelo SPI sobre as causas da diminuição demográfica dos índios brasileiros é semelhante a outros documentos oficiais do SPI, como os Boletins Internos²⁹⁹, por exemplo. Sobre a documentação oficial do SPI até o início da década de 1940, Oliveira³⁰⁰ afirma: “O maior problema apontado era a não concordância dos índios em tomar os medicamentos, e seguir os tratamentos indicados; bem como a dificuldade que tinham em convencer as mães a levarem seus filhos aos médicos ou enfermeiros porque preferiam seus curandeiros.”

Também na década de 1950, a temática da redução demográfica indígena esteve ligada às epidemias a que os índios estavam sujeitos pelo contato com os brancos. Entre as mais comuns, relatadas em inúmeros documentos oficiais e também na imprensa e literatura especializada, estavam a gripe, o sarampo e as hemitoses ou verminoses. Porém, o enfoque não era o mesmo apresentado nos documentos do SPI até a década de 1940, quando o indígena era apontado como o centro da questão, à medida que não aceitava o tratamento da medicina ocidental para as doenças que os acometiam.

A consequência mais direta das epidemias entre os indígenas, analisada ainda na década de 1950, foi também a diminuição demográfica e a consequente desestruturação social dos grupos indígenas atingidos. Como nos estudos de Gioconda Mussolini³⁰¹, Turner³⁰², Wagley³⁰³, Lاراia³⁰⁴ e do próprio Darcy Ribeiro³⁰⁵. No entanto, as discussões em torno da questão sanitária

²⁹⁹ Os Boletins Internos do SPI eram publicações anuais que continham os relatórios mensais de cada posto do órgão, além de avisos e portarias internas. Foram publicados entre 1937 e 1967 e encontram-se hoje arquivados no Museu do Índio do Rio de Janeiro, porém com uma falha entre os anos de 1947-1956, período importante para a análise proposta nesta tese.

³⁰⁰ OLIVEIRA. *Cada qual tem um pouco*. op. cit., p. 70.

³⁰¹ MUSSOLINI, G. Os meios de defesa contra as moléstias e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororó. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n. 110, 1946, pp. 7-152.

³⁰² TURNER, T. S. *Social organization and political organization among the northern Cayapo*. Thesis (Ph.D of Social Relations) – Harvard University, Cambridge, 1966.

³⁰³ WAGLEY, C. Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapirapé. *Sociologia*, v. 4, 1942, pp. 407-411.

³⁰⁴ LARAIA, Roque de Barros. Arranjos poliândricos na sociedade suruí. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 14, 1963, pp. 71-75.

³⁰⁵ RIBEIRO, D. Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia*, n. 18, 1956, pp. 3-50.

ganharam novos componentes, para além da garantia à terra e a não aceitação da medicina ocidental, como demonstrou Darcy Ribeiro acerca dos Urubu-Kaapor.

A pesquisa realizada por Darcy Ribeiro no início da década de 1950 entre os índios Urubu-Kaapor revelou traços marcantes da cultura, dos hábitos, da religião e também da realidade sanitária vivida por aquele grupo. Como fruto desse trabalho de campo, Darcy escreveu o emblemático texto intitulado “Convívio e contaminação”³⁰⁶, no qual ele narrava suas observações acerca da questão da saúde indígena dos Urubu, além de recuperar relatos e documentos oficiais do SPI sobre outros grupos indígenas acometidos por epidemias ao longo do tempo.

3.2 Convívio e contaminação: a saúde indígena e o contato entre índios e brancos em Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro desenvolveu suas análises entre os anos de 1949-1951, com os Urubu-Kaapor na região da Amazônia (Pará). Seus diários de campo, acerca de duas expedições realizadas nesse período foram, segundo ele, escritos por ele e pelos índios e foram sistematizados anos mais tarde no livro “Diários índios: os Urubu-Kaapor” (1996)³⁰⁷. Antes, porém, pediu a ajuda de Baldus sobre como deveria proceder nos primeiros contatos e observações. O mestre prontamente o respondeu com algumas sugestões: “o primeiro devia ser aprender a língua e fazer um levantamento cultural e material e um estudo genealógico. Para as fases posteriores fariam então os estudos mais profundos da cultura espiritual e da organização social.”³⁰⁸

Nesse diário de campo, Darcy registrou entre os índios seu sistema familiar, costumes, registros linguísticos, artísticos e organização social, além de ter feito uma vasta genealogia desse grupo. Ele produziu também um relatório oficial ao SPI em 1950 sobre as viagens realizadas entre 1949 e 1950, que analiso em conjunto com seu diário de campo.

O plano de trabalho de Darcy Ribeiro aprovado pela SE para 1949, tinha por objetivo realizar uma vasta pesquisa etnológica entre os índios de língua Tupi, da margem maranhense do rio Gurupi denominados Urubu. Segundo Darcy, o que levou a SE a aprovar a proposta de

³⁰⁶ Esse texto foi apresentado pela primeira vez em 1956, na II Reunião Brasileira de Antropologia, tema que será abordado no capítulo 4 desta tese.

³⁰⁷ RIBEIRO, D. *Diários índios: os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁰⁸ Carta de HB-DR, 07/12/1949.

pesquisa com as populações indígenas da região foi a falta de conhecimento cultural, material e linguístico que o órgão possuía sobre aquela população, como expresso no relatório.

Tratava-se de uma das maiores tribos tupi e que menos contato tinham com a nossa civilização. Meu propósito era obter um *survy* sobre as condições de vida do grupo que permitisse delinear um amplo programa de trabalho com aqueles índios a fim de obter uma descrição viva e pormenorizada de sua cultura material, vida social e religiosa que [...] contribuísse [...] para uma melhor compreensão do problema indígena brasileiro e servisse ao aprimoramento dos métodos assistenciais do SPI [...].³⁰⁹

A expedição teve início em 05/11/1949, a partir de Belém, seguindo até Viseu. A equipe do SPI era formada por: Max H. Boudin, responsável pelo registro da língua falada; o próprio Darcy Ribeiro, responsável pelo registro da documentação sonográfica, elementos etnopsicológicos e linguísticos, além da coordenação das atividades; e H. Foertmann, encarregado pela documentação cinematográfica. Nessa região, eles permaneceram durante 20 dias e as primeiras impressões foram as piores, sobretudo em relação ao estado sanitário das populações indígenas:

O vale do Rio Gurupi é conhecido por suas lavras de ouro que intermitentemente atraem muitos garimpeiros [...] a principal característica desse vale é a pobreza, manifesta nas igrejas de palha, nos casebres imundos dos moradores, no aspecto da população subnutrida e martirizada por inúmeras doenças epidêmicas.³¹⁰

No mesmo relatório, Darcy Ribeiro narra um episódio emblemático no que tange às dificuldades do SPI na prestação da assistência sanitária aos grupos indígenas do país. Segundo Darcy Ribeiro, após quase 30 dias de viagem do Rio de Janeiro até os aldeamentos dos Urubu-Kaapor, o que se encontrou foi um grupo doente e subnutrido, acometidos de sarampo. Ainda segundo ele, poucos dias depois, veio a notícia de uma epidemia, já que “os índios fugindo à peste acoitavam-se na mata ou iam para outras aldeias levando consigo a doença que ia se alastrando cada vez mais.”³¹¹ Diante do quadro calamitoso, a primeira providência teria sido comunicar à diretoria do SPI o fato ocorrido, a fim de solicitar recursos suficientes para atender aos doentes, porém em relação à resposta, Darcy relata: “chegaram dois meses depois e não eram mais que uma caixa com cem ampolas de penicilina, como o posto não tinha aparelho de injeção, somente contávamos com o único que levamos, que já vinha servindo para aplicar os remédios de nossa própria farmácia de emergência.”³¹²

³⁰⁹ Relatório ao SPI, Filme 335. Sedoc-MI, 1950, p. 1-2.

³¹⁰ *Idem*, p. 5-6.

³¹¹ *Idem*.

³¹² *Idem*.

Ao fim do relatório, ele apresenta um balanço da expedição e elucida mais uma vez a precariedade da assistência oferecida pelo SPI e os prejuízos sociais desencadeados pela epidemia e consequente diminuição demográfica entre os Urubu-Kaapor: “Os efeitos da epidemia de sarampo [...] foram terríveis. [...] avaliamos o número de índios Urubu mortos em 150, ou seja, mais de 20% da população”; e faz um apelo: “mais uma vez queremos repetir que urge uma tomada de consciência por parte dos responsáveis pelo SPI [...] na região de que tratamos tudo está por fazer e, se o SPI não tomar providências, em breve não restará um só índio ali.”³¹³

Sobre o episódio narrado no relatório, Darcy escreve a Baldus:

Aqui estou no meio de 3 tribos que despertam minha atenção e meu interesse, mas o principal trabalho que tenho tido é o de enfermeiro. Encontramos uma epidemia de sarampo com todas as misérias que ele arrasta consigo, dizimando os índios um horror. No último mês percorri cinco aldeias, uma ainda não estava afetada e todas as outras desertas, os índios na mata fugindo de uma peste e levando-a consigo. Em muitas não havia uma só pessoa capaz de trazer alimentos das enormes roças que deixaram para traz na fuga desesperada, de caçar e de pescar e morriam à fome. Nestas virei cozinheiro. Volto amanhã para a mata, vamos tentar filmar e trabalhar numa aldeia que começa a se reestabelecer, porque seria difícil achar uma sadia e poderíamos levar-lhes a doença. Talvez não saia um filme lá muito ao gosto de certa gente, índios remelando de terçol, magros de tuberculose galopante ou tossindo de pneumonia, e que sei mais de horrores, mas será um bom retrato deste SPI.³¹⁴

Em seus diários de campo, Darcy registra inúmeros casos de epidemias de sarampo entre os índios da região e assinala a ineficiência da assistência sanitária oferecida pelo SPI, e as consequências marcantes na redução demográfica dos grupos indígenas. Uma das principais temáticas abordadas, desde o início de sua atuação no SPI, refere-se à relação entre doença e redução demográfica indígena, como fica claro em suas anotações do dia 21 de dezembro de 1949:

³¹³ Relatório ao SPI, Filme 335. Sedoc-MI, 1950, p. 6. A questão da queda demográfica das populações indígenas estava em pauta no SPI, sobretudo na década de 1950, com os trabalhos de: RIBEIRO. *Convívio e contaminação. op. cit.*; OLIVEIRA, R. C. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terêna. *Boletim do Museu Nacional*, v. 18, 1958, pp. 1-17; e de Eduardo Galvão, em seu relatório ao SPI de 1953, que chega a afirmar que “o efeito acumulativo de epidemias tem levado algumas tribos à quase extinção” (Relatório anual do SPI, 1953, Acervo Digitalizado do Setor de Documentação (Sedoc), do Museu do Índio, Funai, Rio de Janeiro. E também estava sendo discutido fora do SPI nesse período e nas décadas seguintes: WAGLEY. *Os efeitos do despovoamento. op. cit.*; LARAIA. *Arranjos poliândricos. op. cit.*; STEWARD, J. H. The native population of South America. In: _____ (Org.). *Handbook of south american indians*. Washington: Government Printing Office, 1949. v.5. p. 655-668; DENEVAN, W. M. The aboriginal population of Amazonia. In: _____ (Org.). *The native population of the Americas in 1492*. Madison: University of Wisconsin Press, 1976. pp. 205-234; JUNQUEIRA, C. Alguns dados sobre a população Cinta Larga. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 4., Águas de São Pedro, 1984. *Anais...*, n. 3, pp. 1585-1587. Águas de São Pedro: Abep, 1984.

³¹⁴ Carta de DR-HB, 24/02/1950.

As outras aldeias estão também atacadas pela epidemia. Talvez seja o fim dos Urubu ou, ao menos, um golpe tão sério que a resistência que acaso opunham à submissão e degenerescência será destruída. O posto não tem nenhum recurso para atendê-los e, se não estivéssemos aqui, provavelmente nem se lembrariam de apelar para a inspetoria, pedindo providências urgentes. Os veriam morrer, lamentando muito de braços cruzados. É um crime que o SPI, depois de vinte anos de pacificação, não tenha feito vacinar esses índios contra doenças tão comuns, de imunização tão fácil e barata e tão terrivelmente fatais para eles [...].³¹⁵

A abordagem da redução demográfica, por Darcy Ribeiro, trouxe ainda uma contribuição específica para o estudo do tema da assistência à saúde no âmbito do SPI, mas conforme demonstrei, é possível indicar outros desdobramentos de sua proposta. Em um período no qual a contratação de antropólogos em agências estatais no campo da saúde e em outras áreas de política social foi uma constante, foram verificados efeitos que extrapolaram um campo específico de atuação. Considero que este foi o caso da Seção de Estudos do SPI. Dessa forma, a abordagem da saúde indígena contribuiu para a construção de uma perspectiva de análise que concebeu as relações interétnicas como um problema antropológico.

Sabe-se que desde a década de 1980, sobretudo com a regulamentação dos direitos indígenas, dispostos na Constituição de 1988³¹⁶, a população indígena vem crescendo em “ritmo pronunciado, superando inclusive as médias nacionais”³¹⁷. Destaca-se, ainda, que o crescimento populacional dos povos indígenas, não tem se limitado ao território brasileiro, podendo ser observado em outros países da América Latina, como apresentam os estudos comparativos de McSweeney e Arps³¹⁸.

Ainda no relatório apresentado ao SPI, Darcy destaca a aproximação simbólica e social entre índios e sertanejos da região percorrida:

Mas nosso interesse aqui é somente frisar a pobreza cultural dessa gente que tem contato com os índios e as quais eles são chamados a imitar. Compreendendo por civilização o conjunto de técnicos das sociedades industriais modernas, aquela população tem tanto de civilizada quanto indígena. Aliás, tivemos ocasião de observar que seu equipamento cultural é, no essencial, idêntico aos dos índios; através de técnicas indígenas é que se encastoam naquelas barrancas procurando tirar dela a subsistência. Vi os negros caçando e pescando com arcos e flechas adquiridos aos índios, imigrantes estrangeiros (círios, portugueses, inglês e um húngaro) tendo como alimentação básica a farinha de mandioca, puba, espremida no tipití indígena;

³¹⁵ RIBEIRO. *Diários índios. op. cit.*, p. 80-81.

³¹⁶ Constituição de 1988 abordou a questão indígena de forma mais ampla. Especialmente no Capítulo VIII dos índios, em seus artigos: 231 232, a respeito de sua organização social, cultural e de seus direitos a terra, sobretudo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 set. 2017.

³¹⁷ PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Abep, 2005, p. 12.

³¹⁸ MCSWEENEY, K.; ARPS, S. A demographic turnaround: the rapid growth of indigenous populations in lowland Latin America. *Latin American Research Review*, v. 40, 2005, pp. 3-29.

as casas de pau-a-pique barreado cobertas de palhas de pindó ou açáí, são as mesmas que as atuais habitações indígenas; suas poucas roupas, os pés descalços, o ventre inchado de verminose, a malária, a tuberculose, a avitaminose, são também igualmente participadas³¹⁹.

Essa aproximação entre índios e a população sertaneja do vale do Gurupi é observada por Darcy no âmbito das práticas religiosas:

Até nas manifestações religiosas em que os afros brasileiros^(sic) se mostram tão conservadores, encontramos no Gurupi um sincretismo para o qual contribuiu mais o indígena que o católico; ao invés das macumbas, dos pais de santo, o que deparamos sempre foram pajelanças em que pajés negros cantavam e invocavam, como os índios, crenças bem aborígenes. O que mais distingue o neobrasileiro do índio do Gurupi é o preconceito do primeiro que considera o índio como selvagem bruto e ignorante [...] e também a dependência em que vive o índio sujeito a autoridade às vezes despótica do encarregado que, para não deixar explorar pelos outros, tira-lhe muitas das oportunidades de conseguir o que precisa³²⁰.

A questão do preconceito contra o índio e as dificuldades deste em integra-se à sociedade nacional, tornam-se temas amplamente discutidos por Darcy Ribeiro ao longo de sua trajetória à frente do SPI. Bem como a relação entre saúde e desestruturação social indígena, como no longo trecho do mesmo relatório que reproduzo:

Na região percorrida por mim, a situação era a mesma. Do Posto Felipe Camarão visitei a aldeias Tembé-Urubu [...] e a aldeia Urubu de Kuaxi – Puru, ambas atacadas pela epidemia, desertas, os índios na mata, fugindo do sarampo e já atacados por eles. Daí seguimos para aldeia de Major, cujo capitão encontraram os doentes em Camiranga e que não haviam regressado. Também aí todos doentes, na mata, e o mais deplorável é que morriam já não da doença, mas de fome. Suas enormes roças de mandioca porque passávamos de nada lhes serviam. Não havia qualquer pessoa capaz de andar e fazer farinha, mesmo água lhes faltava e sem forças para armar “Tapiría”, muitos ardiam de febre ao relento, sob a chuva, em redes imundas. Crianças abandonadas ao chão comiam terra, queimavam-se ao fogo que se esforçavam por manter aceso debaixo da rede dos pais. Aí ficamos dois dias ajudando-os no que podíamos: fazendo mingau de bananas verdes para os sãos, cozinhando sopas pré-fabricadas para os mais doentes, ajudando os Tapiría, fazendo fogo e apanhando água para eles [...]. O mais grave é que também no posto a fome matava tanto quanto a doença³²¹.

A narrativa de Darcy Ribeiro traz à cena, novos componentes provenientes das epidemias, que ultrapassam a redução demográfica. Tratava-se de uma profunda desintegração social de consequências permanentes, além de deixar clara a incapacidade do SPI na promoção da assistência ao índio naquele momento. As consequências, ou os “efeitos dissociativos de

³¹⁹ Relatório ao SPI, Filme 335. Sedoc-MI, 1950, p. 3.

³²⁰ *Idem*, p. 3-4.

³²¹ *Idem*, p. 7.

depopulação”, como ele denominou, continuariam operando mesmo depois de passadas as primeiras epidemias, como desenvolvido no seu emblemático texto sobre a questão sanitária indígena e suas consequências sociais e demográficas, intitulado: “Convívio e contaminação”, elaborado inicialmente como parte dos resultados apresentados no relatório de Darcy Ribeiro à UNESCO sobre relações raciais entre índios e brancos no Brasil³²², em 1952, e depois para uma fala na II Reunião Brasileira de Antropologia, que ocorreu em 1955 na Bahia³²³. Um ano depois, em 1956, esse mesmo texto foi reeditado e publicado na revista “Sociologia” com o subtítulo: “Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas”; e, finalmente, em 1970, sem o referido subtítulo, foi publicado como um dos capítulos do livro: “Os índios e civilização”.

As versões desse artigo não apresentam grandes diferenças em relação ao conteúdo problematizado pelo autor, qual seja, uma análise sobre o processo de integração dos índios brasileiros, sobretudo no que tange à questão sanitária, à progressiva queda demográfica indígena e à carência na assistência aos grupos indígenas pesquisados. O artigo foi elaborado a partir de pesquisas realizadas sob os auspícios da UNESCO entre 1952 e 1953 e também a partir de uma bibliografia intelectual e uma oficial (relatórios e inquéritos sanitários) do SPI. As publicações que se seguem à primeira versão do texto apresentam dados complementares e por vezes supressões. Numa tentativa de exegese do texto de Darcy Ribeiro, pontuo as nuances do texto/discurso, a partir dos espaços em que foram distribuídos e recebidos pelos leitores nas décadas de 1950 e 1970.

A primeira versão do texto é a mais concisa das três, com apenas 28 páginas e 4 quadros estatísticos. A segunda e a terceira versões, quase sem diferenças na estrutura do texto, são compostas por 44 páginas e 11 quadros/gráficos estatísticos.

A segunda publicação do artigo “Convívio e contaminação” na revista “Sociologia”, em 1956, é uma versão mais completa se comparada à primeira versão desse texto, sobretudo em relação à sistematização dos dados apresentados pelo autor. A bibliografia utilizada, quase toda datada entre as décadas de 1930 e 1950, é complementada com dados estatísticos de estudos do início do século XX, realizados por médicos e antropólogos vinculados ao SPI, especialmente acerca das epidemias que assolavam os indígenas desde os primeiros registros de contatos.

³²² Mais detalhes sobre a sobre a pesquisa de Darcy Ribeiro para a UNESCO serão apresentadas no capítulo 4 desta tese.

³²³ Os anais da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia foram publicados em 1957. Também no capítulo 4 desta tese abordarei mais detidamente a participação de Darcy Ribeiro nesse evento.

O objetivo central desse artigo, segundo Darcy Ribeiro³²⁴, era: “Estudar as doenças que foram levadas aos índios através do contato com a civilização e os efeitos dissociativos da depopulação que elas provocaram”; a esse propósito descrito nas duas primeiras versões do texto é somada mais uma frase na versão de 1970: “e do *debilitamento* por elas provocados”³²⁵. A clara intensão do autor era explorar a incidência de epidemias entre os indígenas como mais um dos fatores desagregadores gerados pelo contato entre índios e brancos até aquele momento.

Os dados mais alarmantes apresentados por Darcy Ribeiro em relação à redução demográfica e à desagregação social, ambas provocadas pelas doenças que assolavam grupos inteiros de índios, são datados do início do século XX. São registros dos primeiros contatos entre índios e brancos após a criação do SPI em 1910, como no relatório de Luiz Bueno Horta Barboza³²⁶ sobre os Kaingang paulistas, entre os anos de 1912 e 1913. Nesse relatório, Horta Barboza afirma que cerca de 50% da população Kaingang foi dizimada pela gripe após os primeiros anos do contato intermediado pelo SPI. O mesmo teria ocorrido com os Urubu, com os Tucano e a grande parte dos indígenas da região Amazônica³²⁷. Porém, apesar de alguns relatos acerca da incidência de epidemias entre os indígenas, o SPI não possuía um plano de atenção sanitária aos índios em suas primeiras décadas de atuação, portanto, os relatos a que Darcy Ribeiro se refere no artigo são pontuais e não apresentam uma reflexão sobre as transformações sociais e simbólicas advindas de episódios de epidemias e consequentes mortes de índios. Ele, porém, problematiza a questão sob o ponto de vista antropológico ao longo do texto.

O tema do contato entre índios e não índios, índios e sociedade nacional, ou índios e civilizados – todos termos utilizados nos documentos oficiais e nas correspondências consultadas para essa análise – figurou como um dos principais pontos de reflexão antropológica e institucional na trajetória de Darcy Ribeiro no âmbito do SPI e não somente no artigo citado. A questão do contato entre índios e brancos na perspectiva teórica e também

³²⁴ RIBEIRO. *Convívio e contaminação*, op. cit.

³²⁵ *Idem. Índios e a civilização*. op. cit., p. 273.

³²⁶ Luiz Bueno Horta Barbosa nasceu em 1871, na cidade de Juiz de Fora-MG, e morreu no ano de 1933, no Rio de Janeiro. Em 1901, mudou-se para Campinas depois de ter sido nomeado professor na Escola Politécnica. Em 1910, ingressou no SPI, sendo que, entre 1911 e 1917, exerceu o cargo de inspetor regional e, em 1918, tornou-se diretor da instituição, permanecendo até o ano de 1921. Como inspetor do SPI do Estado de São Paulo, vale ressaltar a atuação de Horta Barbosa na “pacificação” dos Kaingang (GAGLIARDI, J. M. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1989; WELPER, E.; BARBOSA, P. Nemuendajú e os índios do sul do Brasil. *Tellus*, ano 13, n. 24, jan./jun. 2013, pp. 385-407).

³²⁷ Entre 1918 e 1923 ocorreram grandes epidemias de gripe entre os índios da região Amazônica, pertencentes à Primeira Inspeção do SPI – IR1. Alguns desses episódios são descritos nos relatórios oficiais do SPI, como no Relatório de 1920, o trecho sob o título: “Socorro aos índios” (Filme 314, Fot. 315-316, Sedoc-MI) e também nos relatórios de postos, como no Posto São Jerônimo em 1923, que faz o relato de um “terrível surto de gripe” que teria dizimado grande parte dos índios daquele posto (Filme 380, Fot.002, REL. 1923, PI São Jerônimo).

metodológica de Darcy Ribeiro estava vinculada, em geral, aos comprometimentos sociais, demográficos e sanitários a que estariam sujeitos, sobretudo, os indígenas. Nessa perspectiva, a questão sanitária era abordada por Darcy Ribeiro como um dos fatores de desagregação social e cultural de grupos indígenas e não estava restrita à questão biológica, ou da relação saúde e doença apenas.

Nesse sentido, Darcy Ribeiro segue apresentando e discutindo trabalhos já realizados no âmbito do SPI em torno da temática indígena, especialmente os produzidos na década de 1950 e que compõem o relatório oficial do SPI de 1954, como: as análises do médico sanitarista Amaury Sadock de Freitas Filho sobre o estado sanitário dos índios Xavante no Mato Grosso; o relatório do médico do SPI, João Leão da Mota, sobre uma epidemia de sarampo na região do Xingu; e a análise do também médico do SPI, naquele momento, Noel Nutels, acerca da incidência de tuberculose entre os índios da região do Xingu.

A partir da leitura desses relatórios e das suas observações em campo, Darcy Ribeiro compõe uma análise acerca da questão sanitária dos grupos indígenas em uma perspectiva ampla, ou seja, a doença, o contágio e os processos de cura são problematizados pelo autor de forma integrada às transformações sociais, culturais e políticas ocorridas no âmbito da assistência ao índio no Brasil, sobretudo pelo SPI. Na concepção estruturada por Darcy Ribeiro, a garantia à saúde do indígena deveria ser acompanhada de uma série de estratégias políticas em torno da questão indígena nacional, como a garantia de terras e o direito à produção agrícola, por exemplo, somada a uma assistência sanitária organizada que compreendesse não somente médicos e remédios, mas uma rede de acompanhamento nutricional e educacional voltada para a estrutura sociocultural dos índios. Isso fica claro no trecho em que Darcy se refere ao relatório de Leão da Mota sobre a região do Xingu:

Embora se tenham usado os principais recursos da medicina moderna, como a penicilina, a estreptomina e outros, os médicos assistentes acreditam que o principal fator para a recuperação dos enfermos foi o fornecimento de alimentação regular, o que não puderam ter os grupos assistidos. Vê-se, pois, a precariedade do equipamento de garantia da subsistência torna estes grupos mais vulneráveis aos efeitos das epidemias.³²⁸

Entre as doenças infectocontagiosas que assolavam as populações indígenas, o sarampo sempre figurou como uma das mais fatais epidemias, ao lado da gripe e da tuberculose, como retratado no citado relatório do SPI de 1954³²⁹. Nele, o médico João Leão da Mota relata uma

³²⁸ RIBEIRO. *Convívio e contaminação*, op. cit.

³²⁹ MOTA, J. L. "A epidemia de sarampo no Xingu". Relatório do SPI, Filme 380. Acervo Digitalizado do Setor de Documentação (Sedoc), do Museu do Índio, Funai, Rio de Janeiro, 1954, p. 131-144.

grave epidemia de sarampo entre os índios da região do Xingu, que dizimou 114 indivíduos entre os meses de junho e outubro daquele ano. O médico apresentou algumas justificativas para a letalidade dessa doença entre os índios, mesmo com os recursos médicos e farmacêuticos concedidos pela diretoria do SPI em parceria com o Ministério da Saúde, na ocasião. Entre os fatores, destacam-se: o desconhecimento “quase total” da equipe médica do SPI a respeito dos métodos de tratamentos indígenas e a grande distância entre as aldeias assistidas pelo SPI, o que impossibilitava a comunicação entre as aldeias e os postos indígenas. Entretanto, a maior causa da morte de índios pelo sarampo foi atribuída pelo médico do SPI, aos hábitos alimentares dos indígenas, que privilegiavam vegetais, peixes e adotavam o jejum como prática recorrente, diferente da dieta ocidental rica em carboidratos, leite e carne vermelha, divididos em três refeições diárias.

Segundo Mota, a falta de nutrientes tornava índio mais suscetível às doenças infecciosas, como o sarampo. Nessa concepção, a letalidade da doença era diretamente atribuída ao “preconceito alimentar” do indígena. Sabe-se hoje que essa relação não encontra base científica sustentável, como já demonstrou Coimbra Jr.³³⁰, ao afirmar que “não há indicação de que o estado nutricional das populações indígenas possa estar relacionado com as elevadas taxas de mortalidade verificadas durante estes surtos [de sarampo].”³³¹

A relação entre dieta alimentar e epidemias poderia ser estabelecida sob outros parâmetros, ou seja, diante das epidemias, as populações não teriam condições físicas de caçar ou coletar, diminuindo assim os estoques de alimento disponíveis para o consumo na aldeia, como já ressaltou Darcy Ribeiro ainda na década de 1950. Assim a carência de alimentos pode ser verificada como consequência das epidemias e não o motivo delas³³².

O mesmo estudo de Coimbra Jr. toma como referência a epidemia de sarampo na região do Xingu, narrada por Leão da Mota, médico do SPI, no relatório apresentado acima para afirmar que a intervenção médica pode ser distinguida como fator central na diminuição da letalidade dos indígenas atingidos pelo sarampo, corroborando com os ideais defendidos por Darcy Ribeiro, na década de 1950, acerca da necessidade da assistência sanitária aos índios da região.

Importa salientar, ainda, que os recursos da “medicina moderna” apontados por Darcy Ribeiro, e citados no relatório de Leão da Mota, não alcançavam grande número de grupos

³³⁰ COIMBRA JR., C. E. A. O sarampo entre sociedades indígenas brasileiras e algumas considerações sobre a prática da saúde pública entre estas populações. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./fev. 1987, pp. 22-37.

³³¹ *Ibidem*, p. 26.

³³² COIMBRA JR. *O sarampo entre sociedades. op. cit.*

indígenas ao redor do território brasileiro. A assistência médica oferecida pelo SPI, ao longo de toda a sua atuação institucional (1910-1967), não foi regular ou eficiente no tratamento e na cura de epidemias que atingiram essas populações. Não só no SPI, mas também no âmbito da Política Nacional de Saúde, a saúde indígena era, no período citado, considerada como inoperante, ineficiente e, por vezes, ausente³³³. Diante desse argumento, mais forte se tornava o discurso de Darcy Ribeiro sobre uma assistência sanitária integrada que deveria ser oferecida ao indígena brasileiro.

Em outro trecho do artigo “Convívio e contaminação”, Darcy Ribeiro incorpora ao argumento a questão do contato entre índios e brancos e as suas consequências para a saúde indígena de forma geral:

As moléstias carenciais que não ocorrem, ao que sabemos, em populações isoladas, são frequentes nos grupos em convívio com civilizados e se prendem à adoção de novos hábitos alimentares, bem como ao abandono das antigas fontes de suprimento que lhes garantiam o vigor físico. À medida que se intensificam os contatos e os índios vão adotando as práticas e os preconceitos alimentares das populações rurais, surgem os distúrbios motores, as lesões oculares e outras, que parecem devidas a insuficiências alimentares.³³⁴

Não só nesse artigo, mas em grande parte de sua produção científica e institucional em torno da temática indígena, Darcy Ribeiro problematizou a questão do contato entre índios e brancos na sociedade nacional. A novidade da discussão proposta por ele, a meu ver, estava justamente na percepção da doença como ponto central de desorganização social e econômica de grupos indígenas. Nesse sentido, o autor deu publicidade à “depopulação” do índio, a partir de uma argumentação de perfil sociológico que unia saúde, desestruturação social e contato entre índios e brancos. Como bem afirmam Pagliaro, Azevedo e Santos³³⁵, o argumento de Darcy Ribeiro, sobre o tema no período apresentava “uma íntima associação entre características socioculturais e comportamento demográfico.”

A questão sanitária indígena, contudo, alcançou maior visibilidade na década de 1950, apenas, como afirmam os autores que se dedicaram ao tema, sobretudo a partir da atuação do

³³³ BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*; BRITO; LIMA. *Antropologia e medicina. op. cit.*

³³⁴ RIBEIRO. *Convívio e contaminação, op. cit.*

³³⁵ PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS. *Demografia dos povos. op. cit.*, p. 17.

médico Noel Nutels e da criação do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (Susa)³³⁶, vinculado ao Serviço Nacional de Tuberculose do Ministério da Saúde³³⁷.

Porém, no SPI, essa questão continuou desestruturada. O Serviço Médico do SPI, desenvolvido por Herbert Serpa, não foi nunca estruturado dentro dos moldes designados na proposta. Na década de 1950, no âmbito da Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI, passou a funcionar uma dinâmica de assistência ao indígena que contava apenas com pequenas farmácias, a assistência de uma enfermeira, em algumas localidades, e com as visitas ocasionais de médicos para a realização de inspeções sanitárias, como foi o caso dos inquéritos produzidos e publicados no Relatório Oficial do SPI em 1954³³⁸. Nesse mesmo relatório, é possível observar que a assistência médico-sanitária oferecida aos indígenas no âmbito do SPI, nesse período, estava estruturada a partir de convênios com instituições de saúde vinculadas ao governo federal e não propriamente a partir da criação de um serviço de saúde própria ao SPI, ou voltada para as especificidades indígenas de forma geral. Como disposto na seção “Assistência Médica”, do relatório de 1954 da SOA-SPI, entre as realizações, destacam-se:

[...] cadastro torácico pelo SPI em colaboração com o Serviço Nacional de Tuberculose, realizado pelo Médico Noel Nutels; Entendimento com a divisão de organização sanitária do Ministério da Saúde, pelo qual esse organismo fornece ao SPI medicamentos; Entendimento para o fornecimento de antimaláricos com o Serviço Nacional de Malária; Internação no Hospital Evandro Chagas e Paulino Werneck de índios e funcionários do Posto Indígena Getúlio Vargas; Vacinação BCG em índios Xavante, localizados nas proximidades de Xavantina, feita pelo Dr. Noel Nutels.³³⁹

E, por fim, na mesma seção, a sugestão de Lincon Allison Pope, responsável pelo SOA é de que haja entrosamento entre o “Serviço Médico” do SPI e outras organizações estatais para as atividades dos próximos anos.

Cabe ressaltar que a saúde dos grupos indígenas assistidos pelo SPI não foi uma questão da década de 1950 ou mesmo de Darcy Ribeiro, pelo contrário, foi tema de atenção desde os primeiros regulamentos do serviço: “Prestar aos índios do Brasil, proteção e assistência, amparando a vida, a liberdade e a propriedade dos aborígenes, defendendo-os do extermínio,

³³⁶ O Susa foi criado na década de 1950 no Ministério da Saúde, dirigido por Noel Nutels tinha por objetivo identificar, informar e medicar as populações assoladas pela tuberculose e por outras doenças contagiosas. O Serviço funcionou entre 1956-1973. Sobre o tema, ver: COSTA, D. C. Política indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. *Cadernos de saúde pública*, v. 4, n. 3, out./dez. 1987, pp. 338-401; PAZ, M. C. *Noel Nutels: a política indigenista e a assistência à saúde no Brasil Central (1943-1973)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

³³⁷ PAZ. *Idem.*; COSTA. *Idem.*

³³⁸ FIGUEREDO. *Histórias de uma antropologia. op. cit.*; OLIVEIRA. *Cada qual tem um pouco. op. cit.*

³³⁹ Relatório SOA, Filme 334, Fot. 838-840. Sedoc-MI, 1954.

resguardando-os da miséria, quer vivam em aldeias, reunidos em tribos ou promiscuamente com civilizados.”³⁴⁰ E sobre a aplicação dessa assistência, o regulamento segue:

A proteção, assistência e defesa ou amparo de que se trata o artigo 1º deverão ser dadas na própria terra habitada pelos silvícolas, salvo os casos de afastamento por motivos de enchentes, secas, epidemias ou outras calamidades e motivos justificáveis [...]. Tratá-los nas suas doenças fornecendo-lhes gratuitamente medicamentos e outros recursos que então careçam.³⁴¹

A partir dos trechos citados da legislação de 1936 acerca da organização da assistência ao índio no SPI, é possível inferir que até aquele momento não havia qualquer preocupação com as especificidades culturais ou mesmo biológicas dos índios, questões essas levantadas apenas anos mais tarde, como já enunciado neste capítulo. A assistência prestada pelo SPI se daria, portanto, de forma pontual, de acordo com a necessidade de cada grupo indígena. Além disso, era concebida de modo a garantir terra e alimentos aos índios como meio de assistência e não previa a montagem de um centro médico ou enfermaria, como já previa o ideal sanitário levado aos “sertões” do país, desde o início do século XX³⁴².

Com isso, porém, não se pode perder de vista outras investidas institucionais, relacionadas diretamente ou não ao SPI, em prol da questão sanitária dos índios do país, antes mesmo da chegada de Darcy Ribeiro ao SPI, como a proposta para a criação de um Serviço Médico-Sanitário do SPI, que pressupunha a necessidade de se estruturar uma especialidade – a saúde indígena – a partir de críticas às ações do Ministério da Educação e Saúde, que enfatizavam a assistência rural e a saúde das populações caboclas³⁴³. A proposta desenvolvida por Herbert Serpa, diretor da Seção de Estudos do SPI (1944-1951) e médico de formação, previa para o ano de 1947 a estruturação de uma assistência médica aos índios que valorizasse a especificidade cultural dos indígenas, a ponto de sugerir uma especialização em etnologia, sob a luz da antropologia cultural aos médicos que compusessem a equipe do projeto, pois assim estariam aptos a compreenderem os problemas médicos-sanitários das sociedades indígenas, bem como a resolver possíveis conflitos entre doentes e médicos.

³⁴⁰ Artigo 1º, SPI legislação, Filme 1ª Fot. 4035. MI, 1936.

³⁴¹ *Idem.*

³⁴² No contexto sanitário do início do século XX, cabe ressaltar a criação da “Liga Pró-Saneamento do Brasil”, em 1918, que levou o ideal de redenção, pela eliminação da doença ao homem do interior. Esse movimento sanitário dos sertões brasileiros reuniu elites, intelectuais, entre eles, membros da Academia de Medicina, catedráticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, antropólogos do Museu Nacional e outros (LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

³⁴³ A proposta da criação de um Serviço Médico Sanitário no SPI foi apresentada e discutida de forma detida em trabalhos anteriores (BRITO. *Medicina e antropologia. op. cit.*; BRITO; LIMA. *Antropologia e medicina. op. cit.*).

A concepção da instrumentalidade do conhecimento antropológico na afirmação da medicina científica e nas ações sanitárias pode ser observada em outras dimensões institucionais ou em programas de saúde pública na década de 1940, no contexto pós-guerra, como foi o caso do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp). Criado sob o decreto-lei nº 4.275, de 1942, como agência bilateral a partir de um acordo entre o *Office of Interamerican Affairs*, norte-americano, e o governo brasileiro, o Sesp foi instituído como uma unidade administrativa, mantida pelo Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e diretamente subordinada ao Ministério da Educação e Saúde. Entre suas atribuições gerais estavam: o saneamento do Vale do Amazonas, especialmente a profilaxia e os estudos de malária; a montagem de uma rede de unidades sanitárias, a construção e administração de escolas de enfermagem, hospitais e centros de saúde, o preparo de profissionais para o trabalho em saúde pública, a colaboração com o serviço nacional de lepra, a criação de sistemas de águas e esgotos, a normatização de técnicas e procedimentos e a expansão da burocracia, convênios com estados e municípios para a expansão da saúde pública.

O Sesp foi criado como uma agência temporária de guerra, porém atuou no Brasil durante 48 anos (18 anos como agência independente e 30 anos vinculada ao Ministério da Saúde), o que não significou que sua atuação foi linear e livre de críticas, sobretudo em torno de seu modelo institucional e de suas prioridades no campo da saúde pública no país³⁴⁴.

Em linhas gerais, ao longo dos anos em que atuou no país, o Sesp desenvolveu uma “estratégica política e institucional” que preconizava as demandas da saúde pública e da assistência médica, ambas aprofundadas na Era Vargas, atuando em diversas regiões do país desde sua implantação em 1942. No entanto, seus esforços de saneamento e educação sanitária estiveram desde o início de suas atividades, vinculados à região Amazônica. O órgão tinha como atribuições centrais, naquele momento, sanear a Amazônia e a região do Vale do Rio Doce, nas quais se produzia borracha e minério de ferro, matérias-primas estratégicas para o esforço de guerra americano, tendo em vista os altos índices de malária e febre amarela que atingiam os trabalhadores da região³⁴⁵. Em 1944, é criada a Divisão de Educação Sanitária do Sesp, coordenada pelo antropólogo Charles Wagley que realizava estudos no Brasil desde os anos de 1930 e atuou como diretor do programa de migração para Amazônia. Além disso,

³⁴⁴ CAMPOS, A. L. V. *Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 18.

³⁴⁵ Fundo Sesp. CAMPOS. *Políticas internacionais. op. cit.*

coordenou serviços médicos à população que se deslocava para trabalhar na região, foi assistente do superintendente da instituição e diretor da Divisão de Educação Sanitária³⁴⁶.

A partir dos anos de 1950, segundo André Campos³⁴⁷, o Sesp passou por algumas mudanças, além de ampliar seu campo de atuação, tornando-se “um amplo órgão voltado para os problemas de saúde pública do Brasil”. Ainda nesse período, foi criada a Seção de Pesquisa Social (1953), sob a liderança de José Arthur Rios, incorporando ao órgão os primeiros cientistas sociais nas atividades de educação sanitária do Sesp³⁴⁸. É importante destacar que mesmo o Sesp tendo atuado em áreas onde a presença indígena era maciça, não havia qualquer especialidade para o tratamento dessas populações, o que não significou que o serviço não tenha prestado atendimento médico aos índios, como argumenta Júlio Schweickardt e Amandia Sousa³⁴⁹, porém sem a definição de uma proposta diferenciada para o atendimento de populações indígenas, sobretudo da região Amazônica.

Nesse sentido, guardadas as diferenças entre as representações acerca das populações rurais e as indígenas, é possível verificar a tendência similar de se pensar a saúde como um valor externo às populações que são objeto das políticas do Estado³⁵⁰, sobretudo no que se referiu à participação de cientistas sociais em programas de assistência e educação sanitárias no período do pós-guerra³⁵¹.

Também nesse contexto, se configurou a Expedição Roncador Xingu (ERX), posteriormente absorvida pela Fundação Brasil Central³⁵² (FBC), que mesmo não voltada para a questão sanitária nacional, significou um passo importante tanto para o contato com grupos indígenas isolados, quanto para a ampliação da assistência sanitária, a partir das ações de Noel Nutels³⁵³.

³⁴⁶ CAMPOS. *Políticas internacionais. op. cit.*; MAIO; LIMA. *Tradutores, intérpretes. op. cit.*

³⁴⁷ CAMPOS. *Idem.*

³⁴⁸ Em 11 de abril de 1960, a lei nº 3.750, sancionada pelo então presidente da república Juscelino Kubitschek, transformou o Sesp na Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, vinculada ao Ministério da Saúde.

³⁴⁹ SOUSA, A. B. L.; SCHWEICKARDT, J. C. “O Sesp nunca trabalhou com índios”: a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública no estado do Amazonas. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 4, out./dez. 2013, pp. 1635-1655.

³⁵⁰ BRITO; LIMA. *Antropologia e medicina. op. cit.*

³⁵¹ FIGUEREDO. *Histórias de uma antropologia. op. cit.*; LIMA; MAIO. *Ciências sociais. op. cit.*

³⁵² A Fundação Brasil Central (FBC) foi um órgão governamental que promoveu expedições voltadas para o reconhecimento e para a integração do território nacional no âmbito da política varguista da década de 1940 (Cf.: PAIVA, C. H. A. A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.10, dez. 2003, pp. 827-852; PAZ. *Noel Nutels. op. cit.*; MAIA, J. M. E. *Estado, território e imaginação social: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012).

³⁵³ Noel Nutels foi um importante médico-sanitarista brasileiro que criou em 1957 o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (Susa), que tinha por objetivo central realizar levantamentos cadastrais, testes tuberculínicos, raio X, vacinações e outras doenças (OLIVEIRA. *Cada qual tem um pouco. op. cit.*; PAIVA. *A saúde pública. op. cit.*; PAZ. *Noel Nutels. op. cit.*; COSTA. *Política indigenista. op. cit.*). Antes disso, porém, atuou no Serviço Nacional

As iniciativas das expedições vinculadas à FBC estavam inseridas na chamada “política de fronteiras”, proposta pelo Presidente Getúlio Vargas, ou “Marcha para o Oeste”, que tinha por objetivos gerais recuperar a posição do Brasil no mercado internacional da borracha, fixar os excedentes populacionais em regiões menos sujeitas a flagelos, substituir a imigração de estrangeiros por causa das ideologias exóticas trazidas por eles e, ainda, evitar a ameaça da excessiva aglomeração de braços nas cidades³⁵⁴. Para Souza Lima³⁵⁵, no âmbito de sua análise sobre o indigenismo brasileiro do século XX, a política da “Marcha para o Oeste” é compreendida como mais uma dimensão do “poder tutelar” do Estado sobre as populações indígenas no período, sobretudo no âmbito da expansão geográfica nacional. Nesse contexto, Souza Lima ressalta a proximidade entre o SPI e a FBC: “A Fundação Brasil Central e o SPI agiram conjuntamente em muitos casos e inúmeros quadros da primeira passariam ao segundo, como o caso dos irmãos Villas Boas e de Aires Câmara Cunha.”³⁵⁶

Em 1946, foram estabelecidas as bases formais de cooperação entre o SPI e a FBC, ao proibirem qualquer ataque aos indígenas e a subordinação às normas e orientações do SPI quando em contato direto com os índios³⁵⁷. A cooperação entre esse órgão seria mantida nos anos seguintes, sendo a FBC responsável pela assistência médica às populações indígenas que habitavam a região do Xingu, como disposto no Relatório Anual do CNPI de 1947³⁵⁸.

Em diálogo com a perspectiva de Souza Lima, João Marcelo Maia³⁵⁹ faz uma análise sobre a FBC, em que preconiza a relação entre o Estado e o espaço geográfico nacional, no âmbito do desenvolvimento econômico e social do período, e desenvolve sua abordagem relacionando a política indigenista brasileira, implementada até aquele momento, ao avanço do poder estatal sobre os espaços agrários do país. Nessa perspectiva política, o índio figurava com um ator importante na proteção territorial e agrícola das fronteiras nacionais.

Ainda sobre a aproximação entre o SPI e FBC, o autor destaca que a relação estabelecida entre os órgãos estatais era fundamental para essa fundação, pois a ERX “adentraria áreas habitadas quase exclusivamente por tribos indígenas, muitas das quais nunca contatadas até então [...]”³⁶⁰ Essa relação, porém, não estava livre de tensões, sobretudo por conta da

de Tuberculose no início da década de 1950 e foi responsável pela elaboração do projeto para a criação do Parque Indígena do Xingu.

³⁵⁴ PAZ, Noel Nutels. *op. cit.*

³⁵⁵ SOUZA LIMA, A. C. *Um grande cerco. op. cit.*, p. 284.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 288. Anos mais tarde, Aires Câmara Cunha se casaria com a índia Dacuí. Sobre o episódio, comento pontualmente no capítulo 2 desta tese, a partir do parecer de Darcy Ribeiro sobre o casamento.

³⁵⁷ FBC, ordem de serviço nº35, 01/02/46 *Apud* Freire, 1990, p. 214.

³⁵⁸ Relatório anual do CNPI. MI, 1947, p. 18.

³⁵⁹ MAIA, J. M. E. *Estado, território e imaginação. op. cit.*

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 77.

diversidade de objetivos e da própria composição de cada instituição³⁶¹, semelhante à relação estabelecida entre o SPI e a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), analisada no próximo tópico deste capítulo.

3.3 SPI e SPVEA: índios e desenvolvimento

Como temos abordado até aqui, o SPI não tinha uma política de assistência médico-sanitária estruturada e capaz de assistir aos índios presentes em todo o território nacional. Como medidas paliativas, o órgão firmou acordos circunstanciais com instituições governamentais, agências de saúde e governos locais, a fim de levar alguma assistência aos locais mais remotos do país. A falta de assistência e o consequente aumento da mortalidade indígena foram temas de estudos realizados por Darcy Ribeiro no âmbito do SPI na década de 1950, sobretudo na região amazônica³⁶², onde se encontravam em maior número no período.

Uma dessas tentativas de parceria ocorreu com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), uma instituição vinculada ao governo federal e voltada para o desenvolvimento científico e regional da Amazônia, cujo início se deu com o “Plano de Valorização da Amazônia”, criado pela Constituição de 1946. As discussões que permearam a criação desse plano foram iniciadas em 1950, com a posse do Presidente Getúlio Vargas, que convocou uma “Conferência Técnico-Administrativa” para debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. A conclusão dos estudos e da elaboração de um projeto de lei resultou na lei nº 1.806, sancionada em 6 de janeiro de 1953, que instituía o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia” e, em seu art. 22, criava a SPVEA, diretamente subordinada à Presidência da República, com sua sede oficialmente instalada em Belém do Pará.

A instituição tinha como objetivos gerais: a) assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais;

³⁶¹ GARFIELD, 2001 *apud* MAIA, J. M. E. *Estado, território e imaginação. op. cit.*, p. 77.

³⁶² O trabalho de Freire (*Indigenismo e antropologia. op. cit.*) aborda a institucionalização do SPI na Amazônia desde a criação do serviço, sobretudo a partir da problematização dos conflitos ocorridos na região entre índios e seringueiros nos período conhecido como o “ciclo da Borracha”, no início do século XX. Além disso, o autor discute acerca das dificuldades sanitárias enfrentadas por grupos indígenas pioradas pela grande distância entre as localidades de assistência ou mesmo os postos indígenas criados na região.

c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira³⁶³. Além dessas atribuições, a SPVEA também tinha o objetivo de formar mão de obra qualificada, a partir da criação de escolas, cujos profissionais seriam técnicos e engenheiros florestais³⁶⁴. Os objetivos dessa superintendência não contemplavam a questão indígena em seu primeiro regulamento.

A SPVEA atuou no conturbado cenário político brasileiro do período (1953-1966), promovendo e discutindo soluções para os mais diversos problemas enfrentados na região Amazônica, desde questões de transporte de mão de obra a questões vinculadas à alimentação e mudanças de hábitos da população da Amazônia³⁶⁵. Em 1966, diante de processos de intensas lutas políticas, a SPVEA foi extinta, dando lugar à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), instituição de dimensões mais amplas no que tangia ao desenvolvimento da região.

Em janeiro de 1954, Lincon Alison Pope, responsável técnico da Seção de Estudos do SPI, apresentou à diretoria um documento intitulado: “Valorização da Amazônia e o Problema Indígena”³⁶⁶. Ele propõe algumas ações a serem desenvolvidas pela SPVEA, em parceria com o SPI, a fim de “garantir os melhores sucessos para os povoadores” da região Amazônica, pois, segundo o documento, sendo o SPI o órgão responsável pela política indígena do país e, portanto, assistindo a um grande número de índios da região da Bacia Amazônica, a partir das Inspetorias Regionais³⁶⁷, estariam aptos a colaborar com os trabalhos a serem realizados pela Comissão de Valorização da Amazônia que pretendiam “colonizar” a região já habitada pelos indígenas assistidos pelo SPI.

As sugestões apresentadas no documento giravam em torno da questão da “pacificação de grupos indígenas” e da posterior inserção desses grupos à sociedade nacional, através da assistência. O processo de pacificação deveria ser implementado de modo a “garantir sua vida, sua liberdade e sua organização em terras próprias, onde sempre existirá um Posto Indígena [do SPI].” Após o processo de pacificação se daria a “proteção” mediante à assistência, à educação sanitária e ao desenvolvimento econômico, todos coordenados pelo “Centro Social” que, por definição, seria um local onde:

³⁶³ ANDRADE, R. P. *A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

³⁶⁴ *Ibidem*.

³⁶⁵ *Ibidem*.

³⁶⁶ Não encontrei registros que atestassem a submissão desse documento à diretoria da SPVEA.

³⁶⁷ O SPI estava presente na região Amazônica a partir da instalação de Inspetorias Regionais: 1IR; 2IR; 3IR, 6IR e 8IR.

[...] indígenas poderão se reunir, discutir problemas da comunidade. As finalidades do Centro social são: contribuir para o melhoramento das normas de vida na comunidade, despertar os ideais de participação na vida coletiva, compensar as deficiências culturais, despertando e orientando vocações, estimulando interesses, desenvolvendo atividades para emprego das horas livres, fomentando sociabilidade e os ilustrando para a vida democrática... proporcionar a todos a oportunidade de planejar e desenvolver projetos em grupo ou individualmente [...].³⁶⁸

Além disso, o projeto de cooperação sugerido compreenderia ações sanitárias, econômicas e sociais. No âmbito da saúde, previa-se a criação de um posto médico e uma enfermaria para distribuição e aplicação de medicamentos e uma orientação clínica aos índios da região acerca de hábitos regulares de higiene. Também eram sugeridas ações de “higiene preventiva”, como a construção de poços, a prática de vacinação e de dedetização periódicas para o controle de epidemias. Para a economia dos índios da região, Pope sugere uma articulação com a SPVEA, a fim de que fossem introduzidos novos produtos para o cultivo, bem como novas técnicas de extração florestal aos índios daquela região. Por fim, o plano de cooperação prevê ainda a realização de atividades que “valorizassem e conservassem a cultura e as atividades artísticas indígenas”, além da “organização de grupos de leituras de contos e anedotas, conhecimentos em matemática e à leitura, conhecimentos gerais.”³⁶⁹

Menos de um mês depois da data do referido documento, o diretor do SPI, José Maria da Gama Malcher, através da portaria nº 5, de 12 de fevereiro de 1954, designou Darcy Ribeiro, etnólogo especializado, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em nome da diretoria do SPI, para debater as questões e apresentar um plano de ação conjunta para melhor assistir e proteger os índios da região.

Sobre a proposta de parceria entre o SPI e SPVEA, Darcy escreve a Harald Schultz, em 1954:

Sigo hoje à noite para Belém a fim de submeter à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, um programa de assistência as comunidades indígenas. Espero que seja aprovado e venha a proporcionar ao SPI os recursos de que carece para contratar pessoal melhor qualificado e realizar os seguintes objetivos:

1. Uma rede de postos de assistência e nacionalização, dotados de campos de pouso e de estações radiotelegráficas a serem instalados junto às tribos que vivem ao longo de nossas fronteiras com as guianas, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia.
2. Pacificação das tribos hostis da Amazônia cujos conflitos com civilizados deverão recrudescer nos próximos anos, em virtude da esperada ascensão da

³⁶⁸ Lincon Allison Pope – Assistente técnico da SE do SPI-MA. 21/01/1954. “Valorização da bacia Amazônica e o Problema Indígena”. Série Indigenismo. MDR.

³⁶⁹ *Idem.*

economia extrativista que resultará da realização do Plano de Valorização da Amazônia.

3. Criação de um serviço de assistência técnica às pequenas comunidades ribeirinhas, com o objetivo de elevar-lhes o padrão de vida, através da introdução de técnicas e equipamentos que permitam fomentar a produção agrícola e o consumo de artigos industriais.

Como você vê é muita coisa, tanto que não pode ser realizada sem a ajuda do braço de um certo senhor Schultz que padece como eu da nostalgia dos povos esquecidos e está pronto a dar-lhes o melhor dos esforços [...].³⁷⁰

Para tanto, em junho daquele mesmo ano, Darcy Ribeiro se reuniu em Belém com a diretoria da SPVEA, e apresentou as sugestões para o estabelecimento da parceria entre os órgãos:

1. Criação de uma rede de Postos na Região de Fronteiras do Brasil com as Guianas, com a Venezuela, a Colômbia, Peru e Bolívia, com o objetivo de prestar uma efetiva assistência nacionalizadora às populações indígenas daquela área e de núcleos de vigilância política e militar e de base para a penetração com o objetivo de pesquisa científica.

2. A pacificação de tribos hostis da Amazônia que ainda resistem ao devassamento de seu território por parte dos agentes da civilização. É de se esperar que nos próximos anos todas aquelas tribos sejam alcançadas pelas fronteiras da expansão da nossa sociedade e se vejam encurralados num círculo que se fechará cada vez mais, em virtude da ampliação das atividades econômicas do Vale, resultantes do próprio plano de valorização. Impõe-se, pois, atraí-los ao nosso convívio pacífico, antes que o recrudescimento dos conflitos com as populações que avançarão por seu território venham criar dificuldades intransponíveis a uma aproximação pacífica.

3. Um programa de assistência às pequenas comunidades indígenas e caboclas da Amazônia, tendo em vista proporcionar-lhes uma elevação do padrão de vida, com base na própria organização social, mediante a introdução de recursos naturais, principalmente agrícolas e o aumento do consumo de artigos industriais.³⁷¹

O plano de cooperação, sugerido por Darcy Ribeiro à diretoria da SPVEA, previa também a criação de “Postos de Nacionalização e Vigilância”, que deveriam ser estabelecidos nas regiões de fronteiras próximas aos aldeamentos indígenas da Amazônia. Esse posto assumiria as funções de assistência social, e funcionaria como um centro de nacionalização e de vigilância militar e política, desempenhando, assim, um papel estratégico na assistência ao índio e na proteção das fronteiras do país, pois segundo Darcy Ribeiro:

As condições de segregação destas populações indígenas isoladas do Brasil, e em convívio com estrangeiros se poderá resultar em sua absorção pelos países que lhes proporcionarem assistência, ainda que seja por parte de traficantes,

³⁷⁰ Carta de DR-HS, 18/02/1954.

³⁷¹ Plano de Cooperação SPI SPVEA. Série Indigenismo. MDR, 1954.

uma vez que estes sempre deixam algumas ferramentas e outros artigos dos quais os índios já não podem prescindir.³⁷²

Caberia ao SPI a coordenação desses postos, devido à experiência adquirida pelo órgão na estruturação desse mecanismo de controle através de postos indígenas. Nesse mesmo propósito de ampliar o controle sobre a região, Darcy sugere também a instalação de uma rede telegráfica e também de um campo de pouso próximo à sede desses postos. Dessa forma, os Postos de Fronteiras serviriam também como base para as expedições científicas entre os índios da região recomendadas à SPVEA.

O SPI já possuía alguns postos naquela região³⁷³, como já salientado nessa seção, porém não dispunham de recursos que permitissem o controle ou a assistência efetiva aos índios, e também não dispunham também de campos de pouso. Nesse sentido, a parceria com a SPVEA significaria um avanço expressivo na assistência prestada ao indígena daquela região pelo SPI. A maior parte da verba solicitada no documento referia-se ao processo de pacificação de tribos hostis. Para isso, o documento traz um histórico detalhado dos processos iniciados desde a criação do SPI e das consequências da falta de orçamento para a conclusão desses processos.

Sobre a participação de Darcy Ribeiro na composição do Plano Quinquenal da SPVEA, o diretor Arthur Ferreira Reis³⁷⁴ afirma em carta/ofício ao diretor do SPI, Malcher:

Sr. Diretor,

Sirvo-me do presente a fim de agradecer a Vossa Senhoria que a acaba de prestar à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, concedendo permissão para que o etnólogo desse serviço, doutor Darcy Ribeiro, viesse a Belém presta-nos, por alguns dias, o seu concurso. Espírito moço e ágil, com sólida formação científica, o doutor Darcy Ribeiro foi-nos de grande utilidade nessa fase de excepcional atividade em que elaboramos o primeiro Plano Quinquenal da SPVEA. Agradecendo, pois, a cooperação acima referida, queremos deixar também aqui consignado o nosso reconhecimento ao doutor Darcy Ribeiro pela ajuda que nos proporcionou. Valho-me do ensejo para a apresentar a Vossa Senhoria minhas saudações cordiais.³⁷⁵

As sugestões de Darcy Ribeiro para a parceria entre o SPI e SPVEA não foram efetivadas imediatamente, como demonstrado no ofício dirigido à Malcher dois anos mais tarde. Em ofício de 1956 (sem data completa), Darcy Ribeiro escreve ao diretor do SPI:

³⁷² *Idem.*

³⁷³ Fronteira com a Guiana Francesa: PI Luiz Horta e PI Uaçã.

³⁷⁴ Arthur Ferreira Reis era historiador, e foi autor de inúmeras obras sobre a Amazônia, além de ter sido o primeiro diretor da SPVEA, permanecendo no cargo no período entre 1953-1960. (GOMES, L. M. R. *Movimentos sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009).

³⁷⁵ Ofício de Arthur Ferreira Reis, Belém-PA, 03/06/1954. Série Indigenismo. MDR.

[...] depois de ver baldados todos os seus esforços para chamar a atenção das autoridades para a gravidade dos problemas indígenas das nossas fronteiras amazônicas, conseguimos finalmente, junto à Valorização Econômica da Amazônia, recursos que permitirão dar início este ano a um verdadeiro programa de nacionalização.³⁷⁶

O acordo firmado entre as instituições previa para o período entre 1956 e 1959 as seguintes ações:

1. Por cobro [fim] aos conflitos sangrentos entre índios e civilizados que convulsionam vastas regiões da Amazônia, impedindo ou onerando toda a atividade econômica e custando, cada ano, grande número de vidas preciosas.
2. Abrir novas perspectivas de sobrevivência e de uma integração mais orgânica na vida nacional para alguns grupos indígenas que perfazem vários milhares de pessoas, como os Canela, do Maranhão, os Xarente, de Goiás, os Kubenkr-n-kegn, do Pará e os Xavante, do Mato Grosso.
3. Chamar à comunidade Nacional os grupos indígenas fronteiriços mais ameaçados de absorção por parte de nações limítrofes. Tais são os programas de Pacificação de Tribos Hostis da Amazônia e da criação de uma rede de Colônias Indígenas de Fronteira e de Colônias de Penetração.

Darcy afirma no documento que a efetivação dos serviços propostos no plano de cooperação entre o SPI e a SPVEA representariam “o passo mais decisivo dado em nosso tempo para assegurar um amparo efetivo às populações indígenas da Amazônia.” Nos termos do convênio, a ser firmado entre a SPVEA e o SPI, a dotação orçamentária seria distribuída em: despesas com equipamento para transportes e comunicações: conclusão de um campo de pouso para aviões tipo DC-3; aquisição de embarcações para comunicação fluvial da colônia com as cidades de Vizeu e Carutapera na desembocadura do Gurupi; instalações administrativas de ensino e de produção econômica: construção de casa residencial simples de alvenaria e telhas para a sede da colônia, uso do administrador e hospedagem de médico e técnicos que visitarão obrigatoriamente a colônia...; construção de uma casa para enfermeiro, tendo em anexo um pequeno ambulatório para assistência médica; construção de um galpão fechado para servir de entreposto comercial a funcionar em sistema de cooperativa; construção de um galpão e aquisição de respectiva instalação para funcionar como usina de beneficiamento de cereais, oficina de pequenos reparos e da escola artesanal para índios...; edificação de cinco centros de produção, uma para cada núcleo indígena, dotados de instalações para a fabricação de farinha e outras produções agrícolas.

³⁷⁶ Ofício: plano de valorização. Série Indigenismo. MDR, 1956.

Além das despesas com o pessoal técnico, salários dos servidores públicos e outras despesas, totalizando um milhão e seiscentos mil cruzeiros.³⁷⁷

As propostas encaminhadas por Darcy Ribeiro à SPVEA preconizavam a questão da pacificação de grupos indígenas isolados e uma posterior estrutura de assistência médica-sanitária e social que seria estendida aos indígenas já assistidos pelo SPI. A partir da análise da documentação disponível sobre a cooperação entre as referidas instituições pode-se inferir que o SPI, representado por Darcy Ribeiro, viu nessa parceria uma oportunidade de ampliar a assistência aos índios da região Amazônica, sobretudo a partir da criação de uma infraestrutura que possibilitaria ao órgão maior controle sobre as populações indígenas da região, através dos postos de fronteiras, dos campos de pouso e das estações de radiotelégrafo.

Essa leitura sobre o processo pode nos ajudar a compreender, uma possível dissonância entre os discursos acerca do indígena brasileiro em cada um desses órgãos e principalmente na visão de Darcy Ribeiro. Vale explicar que o propósito da SPVEA era desenvolver economicamente a região Amazônica, considerada como “vazio demográfico”³⁷⁸, a despeito da inúmera população indígena que habitava a região desde tempos imemoriáveis. Nesse sentido, a presença indígena era encarada como um empecilho para o progresso, figurado na abertura de estradas e na utilização comercial da agricultura, por exemplo. Portanto, alinhar-se ao discurso da superintendência, significaria aceitar a teoria da invisibilidade dessas populações ou absorvê-las de forma integral ao modelo socioeconômico desenvolvimentista. Ambas as opções podem parecer contraditórias se assumidas por Darcy Ribeiro no âmbito do SPI naquele momento, porém, tais questões concretas do acordo entre SPVEA e SPI revelavam as tensões e os dilemas com os quais se confrontavam os intelectuais e cientistas que lidavam com a questão indígena no âmbito da política de desenvolvimento nacional e expansão territorial desse período no país.

Na documentação oficial da SPVEA, sobre a dotação orçamentária e o plano de ação para o ano de 1957, os termos dessa parceria ficam mais claros. Segundo o documento, a atuação da SPVEA em relação às populações indígenas estava restrita a três programas: desenvolvimento econômico, integração social e nacionalização que seriam realizados a partir de convênios com o SPI. Porém, a assistência ao indígena não entrava nesse acordo de cooperação, ou seja, continuaria sendo prestada pelo SPI, “à conta de dotação orçamentária

³⁷⁷ Dados retirados do documento que definiu o acordo de cooperação entre SPI e SPVEA, apresentado por Darcy Ribeiro ao diretor do SPI Malcher em 1956.

³⁷⁸ MOREIRA, V. M. L. Vazios demográficos ou territórios indígenas? *Dimensões – Revista de História da UFES*, n. 11, jul./dez. 2000, p. 138.

própria”³⁷⁹. A atividade da SPVEA em relação aos grupos indígenas da região era direcionada para a pacificação e a incorporação integral dos índios à sociedade nacional, como fica claro no trecho a seguir do mesmo documento que desenvolve os propósitos dos programas de ação citados:

- a) Integrar na economia regional as vastas áreas atualmente convulsionadas por conflitos, entre índios e civilizados e nas quais as atividades econômicas estão impedidas ou são oneradas por altos prejuízos materiais e pela perda de vidas preciosas.
- b) Consolidar a ocupação de áreas geograficamente marginais por parte de grupos indígenas nelas fixadas que constituem as únicas concentrações humanas ponderáveis capazes de ali sobreviver e, portanto, de servir de base a futuros projetos de exploração econômica.
- c) Exercer uma ação nacionalizadora sobre as populações indígenas fronteiriças mais ameaçadas de absorção por parte de nações limítrofes, com o propósito de incorporá-las mais organicamente a comunidade nacional.³⁸⁰

O documento segue apontando que o serviço de pacificação ficaria a cargo do SPI, que já atuava nessa área de fronteira, porém não em sua totalidade, por falta de recursos “para instalar e manter as turmas de pacificação nas bases que se fazem necessárias”. A pacificação de grupos indígenas era fundamental para que os projetos da SPVEA fossem desenvolvidos, segundo o referido documento, o processo de atração desses indígenas traria efeitos econômicos imediatos uma vez que possibilitaria a ocupação pacífica de vastas regiões à época convulsionadas por conflitos que impediam a atividade econômica. Além da pacificação, o documento ressalva a importância da preservação dessas populações, sobretudo nas áreas de fronteira, pois seriam elas as únicas concentrações humanas capazes de subsistir na região e, portanto, as únicas que poderiam “servir de base a qualquer projeto de exploração econômica das terras marginais ocupadas.”³⁸¹

É, portanto, nesses termos, que se delineia a parceria entre SPVEA e SPI, ou seja, apesar de certa incoerência nos discursos e até nos conceitos de assistência e desenvolvimento atribuídos a cada órgão, caberia à SPVEA dotar a região de uma infraestrutura necessária para a manutenção da vida dos índios e para a ampliação da atuação do SPI na região Amazônica. Como justificativa ao orçamento destinado ao SPI, o texto do plano de ação da SPVEA para 1957 salienta a importância dessa parceria:

A realização dos programas de pacificação de tribos hostis bem como a instalação de colônias de penetração e colônias indígenas de fronteira só

³⁷⁹ SPVEA. Série Indigenismo. MDR, 1957.

³⁸⁰ SPVEA. Série Indigenismo. MDR, 1957.

³⁸¹ *Idem.*

poderá efetuar-se se o SPI for devidamente aparelhado para [desempenhar tal] tarefa. Torna-se, pois indispensável consignar àquele órgão federal os meios de que necessita para aparelhar sua frota fluvial, seus veículos de transporte terrestre e para prover seus postos de assistência, de instalações mais adequadas. Com esse propósito foi destinada uma dotação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros no orçamento de 1956 e uma consignação da mesma importância lhe foi destinada ao orçamento de 1957.³⁸²

Através da documentação consultada, não posso afirmar que o orçamento destinado no documento citado foi concedido ao SPI e nem mesmo se a parceria proposta foi levada adiante. Não encontrei na documentação oficial do SPI qualquer registro das obras de infraestrutura propostas e nem qualquer avaliação dos processos de pacificação empreendidos nesse convênio. Contudo, não me furtei de apresentar esse episódio, por ser ele uma boa oportunidade de demonstrar as dificuldades enfrentadas pelo SPI no espectro da assistência ao índio na região Amazônica e a sua tentativa de angariar recursos que possibilitassem a ampliação da sua atuação. Além disso, marca a possível incoerência do discurso científico implementado no órgão, especialmente no que tangia à valorização e à preservação cultural dos grupos indígenas, alardeados como premissas desde meados da década de 1940 e também do discurso contrário ao contato massivo entre índios e brancos, defendido por Darcy Ribeiro no período.

Além do convênio com a SPVEA, o SPI estabeleceu um plano de parceria com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (Deneru), também vinculado ao Ministério da Saúde, para o ano de 1957. O Deneru³⁸³ foi criado pela lei nº 2.743/1956, sendo diretamente subordinado ao Ministério da Saúde e fazia parte das políticas de saúde do governo de Juscelino Kubitschek, concebidas sob o otimismo desenvolvimentista e pelas iniciativas de interiorização do poder público federal, cujo emblema foi a construção da capital federal, Brasília. Esse departamento unificou vários serviços nacionais de saúde pública criados na década de 1940 para lidar com as chamadas doenças do interior: malária, leishmaniose, doença de chagas, entre outras.³⁸⁴

No documento assinado pelo médico do SPI, João Leão da Mota³⁸⁵, foram estabelecidas as diretrizes desse convênio no âmbito da assistência médica aos índios assistidos pelo SPI:

³⁸² SPVEA. Série Indigenismo. MDR, 1957.

³⁸³ HOCHMAN, G.; SILVA, R. Campanhas públicas, populações (quase) invisíveis: endemias rurais e indígenas na saúde pública brasileira. In: TEIXEIRA, C. C.; GARNELO, L. (Org.). *Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014, p. 92.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ O médico João Leão da Mota foi chefe da circunscrição do Deneru na região em que estava sendo construída a nova capital, Brasília, e tinha como uma das principais preocupações, o controle e o tratamento da malária nas áreas que seriam cortadas pela rodovia Belém-Brasília. Conforme já havia ocorrido em outros momentos de ocupação do interior do país, a questão indígena, com os problemas de epidemias e desestruturação social, ganhava proeminência à medida que se acentuavam os fluxos migratórios para o Centro-Oeste e o Norte, e esse foi um dos

- a) Assistência às endemias em que o Deneru já possui postos instalados [...].
- b) Endemias de responsabilidade de outros serviços nacionais e que instituem problemas clínicos importantes de patologia indígena.
- c) Assistência clínica não especificada.
- d) Assistência hospitalar e domiciliar.
- e) Assistência médico-sanitária em epidemias.
- f) Vacinação preventiva e assistência medicamentosa.³⁸⁶

Bem como o convênio estabelecido como SPVEA, não há registros da atuação efetiva do Deneru entre os indígenas assistidos pelo SPI, ao menos não da forma estruturada como se propunha. Oliveira³⁸⁷ afirma que nos anos de 1960, apesar da existência de alguns convênios entre o SPI e outras instituições de saúde, há na documentação poucas menções a visitas às aldeias indígenas ou ações sanitárias capitaneadas por essas instituições parceiras, como o caso do Deneru.

Diante do quadro de inúmeras dificuldades orçamentárias e administrativas enfrentadas pelo SPI ao longo da década de 1950, Darcy faz inúmeras críticas ao órgão, sobretudo na correspondência trocada com Eduardo Galvão. Em carta enviada em novembro de 1954, Darcy escreve a Galvão sobre a desestruturação do SPI, especialmente no que tange ao processo de assimilação (em seus termos) dos índios; cita o caso de uma índia Baniuíá da região Amazônica, que vive com um “sapateiro Italiano” havia mais de 20 anos, e como ela e outros índios adultos se distanciam do posto indígena, em busca de melhores condições de sobrevivência, e acabam seguindo para os seringais, onde permanecem, isso devido à ineficiência do SPI, que “para muitos continua dinheiro mal empregado”³⁸⁸. No ano seguinte, em outra a Eduardo Galvão, Darcy afirma: “O SPI continua aos trancos e barrancos.”³⁸⁹ Diante de constantes queixas acerca do mau funcionamento do SPI, da falta de verbas para pesquisas, denúncias de corrupção de chefes de postos e outros, Darcy Ribeiro pede demissão do cargo de chefe da SE do SPI em 1956.

De acordo com a documentação encontrada tanto no Museu do Índio quanto no Memorial Darcy Ribeiro, o estopim para o pedido de exoneração teria sido a designação de Iridiano Marinho para chefiar a 2ª Inspeção do SPI, localizada em Belém. O referido chefe da 2ª IR era acusado de apropriação indébita de bens do patrimônio indígena, respondendo a

temas, nem sempre visíveis na literatura, presentes na construção da moderna capital do sertão. (BRITO; LIMA. *Antropologia e medicina. op. cit.*).

³⁸⁶ Filme 281, Fot. 0467. MI, 1957.

³⁸⁷ OLIVEIRA. *Cada qual tem um pouco. op. cit.*

³⁸⁸ Carta de DR a Eduardo Galvão (EG), 03/11/1954.

³⁸⁹ Carta de DR-EG, 24/01/1955.

processo administrativo por esse fato. Além disso, o mesmo funcionário teria sido afastado da chefia da 5ª IR (São Paulo e sul do Mato Grosso) em virtude do mesmo crime contra os índios.

Em carta datada de 04/06/1956, endereçada ao diretor do SPI, Josino de Assis, Darcy Ribeiro afirma que a contratação de Iridiano Marinho para qualquer chefia do SPI já seria motivo para sua renúncia ao cargo de etnólogo, porém o caso se tornava ainda mais grave por ser ele designado à 2ª Inspeção, área onde se concentrariam os recursos destinados à assistência indígena provenientes da parceria estabelecida com a Comissão de Planejamento da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia e na qual esteve tão envolvido. Na carta, ele afirma:

Ao defender este programa – como ocorreu há poucos dias, quando defendia junto à diretoria geral do DASP as verbas assistenciais do SPI, ameaçadas de um corte de 60% – percebemos claramente a suspeição de que era objeto do SPI por ter em seu quadro funcionários processados com acusações de inidoneidade, como no presente caso. Este foi o maior obstáculo com que nos defrontamos para a obtenção daquelas dotações. Este programa assistencial não obstante sabidamente indispensável para garantir a sobrevivência das populações indígenas da Amazônia, somente obteve aprovação porque na prática, nós fizemos fiador juntamente com toda a diretoria do SPI não só da nossa capacidade técnica para sua execução, mas, e, sobretudo, da probidade dos servidores do SPI que seriam incumbidos de sua realização. Ora, uma parcela ponderável das dotações acima referidas deverá ser aplicada precisamente pela 2ª Inspeção Regional do SPI, porque na área sob sua jurisdição se encontra a maior parcela das obras e serviços programados, e porque em Belém serão adquiridos todos os materiais e equipamentos destinados aos Postos Indígenas da Amazônia. Exatamente para chefiar esta inspeção é que acaba de ser designado o senhor Iridiano, incompatibilizado com a função como tive oportunidade de levar, em tempo oportuno, ao conhecimento de V. Senhoria e aqui volto a demonstrar, sob o penhor de minha responsabilidade de servidor público.

Diante do exposto, Darcy finaliza a referida carta pedindo a exoneração da função de chefe da SE do SPI, encerrando assim sua carreira à frente desse órgão. Nesse mesmo dia, encaminhou a Heloisa Alberto Torres, Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, uma carta formal contendo o pedido de exoneração de seu cargo no SPI, na qual mais uma vez destacou o prejuízo que a falta de credibilidade administrativa de um chefe de posto poderia acarretar ao órgão como um todo, justificando sua decisão:

Esta era, na realidade, a única forma que me restava de continuar defendendo o fiel cumprimento de um programa assistencial que custou o melhor dos esforços das últimas diretorias do SPI e que representa, depois de tantos anos de luta, a primeira real oportunidade de salvar as populações indígenas da

Amazônia das condições de penúria em que se encontram e que ameaçam levá-las ao extermínio.³⁹⁰

A crítica que o fez afastar-se em definitivo do SPI expressa uma de suas maiores preocupações enquanto antropólogo: a precariedade da assistência aos índios, como procurei demonstrar neste capítulo. Darcy Ribeiro analisou a questão sanitária indígena no âmbito do SPI, sobretudo a partir da redução demográfica e da desestruturação social, ambas provocadas por epidemias. Também nesse diagnóstico, o antropólogo estabeleceu uma relação direta entre saúde indígena e o contato entre índios e brancos.

Neste capítulo, busquei retomar algumas discussões em torno da questão sanitária no SPI na década de 1950, a partir das definições de Darcy Ribeiro, que estavam em consonância com os estudos sobre o tema no âmbito da antropologia indígena do período, bem como apresentar os esforços do SPI para ampliar as possibilidades de controle e assistência ao índio, com a criação de convênios e de parcerias institucionais, que nem sempre se mostraram eficazes na prática³⁹¹ e que por isso não alteraram significativamente o alcance da assistência levada ao índio pelo SPI. Os diagnósticos da ausência e da inoperância atribuídos ao SPI ao longo de sua atuação contribuíram para o afastamento de Darcy Ribeiro de suas funções no órgão, porém não o impediram de desenvolver o debate em torno da temática indígena nacional, como irei explorar no capítulo seguinte, ao tratar de seus “fazimentos” institucionais, políticos e intelectuais no período proposto para essa análise.

³⁹⁰ Carta de DR a Heloisa Alberto Torres (HAT), 04/06/1956. Sedoc-MI.

³⁹¹ Até o encerramento das atividades do SPI, em 1967, as denúncias sobre a precariedade dos serviços médicos e assistenciais prestados aos índios brasileiros eram comuns tanto na documentação oficial do órgão, quanto em trabalhos que o tomaram objeto de estudos.

CAPÍTULO 4 – OS FAZIMENTOS DE DARCY RIBEIRO: A CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA E A FORMAÇÃO DE NOVAS GERAÇÕES DE PESQUISADORES INTERESSADOS NA QUESTÃO INDÍGENA NACIONAL

Contrariamente a meu perfil de intelectual e ideólogo, sou homem de ação [...] um missionário, um pensador, um pregador [...]. (Darcy Ribeiro).³⁹²

Como já abordei anteriormente nesta tese, a institucionalização das ciências sociais no Brasil representou também a ampliação de seu campo de atuação, sobretudo com a participação desses profissionais nas áreas ligadas à assistência e à saúde em geral. Para além disso, cada disciplina ou área específica do conhecimento ganhou contornos mais definidos ao longo do tempo, com a criação das primeiras pós-graduações em antropologia e sociologia, por exemplo, e também a partir da instituição de sociedades estaduais e nacionais que integrassem os pesquisadores dessas áreas, como no caso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), criada em 1955.

Nesse sentido, localizo o SPI também como um espaço de ciência, sobretudo a partir da criação da Seção de Estudos (1942) e, posteriormente, do Museu do Índio (1953), acompanhando os conceitos trabalhados por autores como: Lilia Schwarcz³⁹³, Maria Amélia Dantes³⁹⁴, Sílvia Figueiroa³⁹⁵ e M. Margareth Lopes³⁹⁶, que, ao sugerirem novos espaços de atuação intelectual como precursores da ciência no Brasil, fundaram uma nova tradição de pesquisas que consideram museus, periódicos médicos, escolas médico-cirúrgicas, entre outras instituições de pesquisa, objetos legítimos dos estudos históricos, pois constituiriam espaços onde a prática científica nacional já podia ser observada – anteriores, portanto, aos institutos até então consagrados como pioneiros³⁹⁷.

Sob uma perspectiva cronológica e também temática, divido este capítulo a partir daqueles que considere os principais “fazimentos” de Darcy Ribeiro no período em que esteve vinculado ao SPI e, portanto, atuando como etnólogo junto aos índios. Essa seleção corrobora ainda para justificar a hipótese desta tese, qual seja, compreender a obra antropológica de Darcy

³⁹² RIBEIRO. *Confissões*, *op. cit.*, p. 521.

³⁹³ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287p.

³⁹⁴ DANTES. *Espaços da ciência*. *op. cit.*

³⁹⁵ FIGUEIROA. *As ciências geológicas*. *op. cit.*

³⁹⁶ LOPES. *O Brasil descobre*. *op. cit.*

³⁹⁷ Sobre o tema das instituições tradicionais de ciência no Brasil, ver: AZEVEDO, F. (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969; STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova/ Fundação Oswaldo Cruz, 1976; FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. Edusp, 1979.

Ribeiro no período em que foi gestada como uma contribuição efetiva para o campo e também para o desenvolvimento de políticas públicas de assistência a populações indígenas do país.

Dez anos depois da primeira Reunião Brasileira de Antropologia³⁹⁸, realizada em 1953, Castro Faria³⁹⁹ identificou como uma tendência entre os antropólogos daquela década, o interesse nos debates em torno da antropologia e de sua aplicação; do mercado de trabalho ou do campo de atuação da antropologia; e também do ensino da antropologia, na perspectiva da formação e consolidação da disciplina. Nesse contexto, podemos identificar a trajetória de Darcy Ribeiro na década de 1950, em consonância com essa tendência antropológica do período.

Paralelamente à atuação no SPI, Darcy Ribeiro participou dos debates públicos sobre os índios no Brasil e sobre outras questões da antropologia do período. Nesse sentido, ressalto o pioneirismo de Darcy Ribeiro em torno da questão indígena a partir de sua trajetória intelectual e institucional na criação, desenvolvimento e promoção de estudos etnológicos com os índios brasileiros. Sua contribuição foi além dos muros do SPI e gerou importantes questões para o debate público sobre o índio no Brasil, sobretudo a partir de suas formulações sobre o contato entre índios e brancos.

É nessa perspectiva que, no início da década de 1950, Darcy Ribeiro é convidado para participar de um estudo sobre o processo de integração (assimilação, em seus termos) do índio à sociedade brasileira, encomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

4.1 O Estudo para a UNESCO e o processo de criação do Parque Indígena do Xingu: a questão da “assimilação” entre índios e a sociedade brasileira na década de 1950

Com efeito, de todos os grupos indígenas sobre os quais obtivemos informação fidedigna, podemos dizer que não foram assimilados à sociedade nacional como parte indistinguível dela. Ao contrário dessa expectativa, a maioria deles foi exterminada e os que sobreviveram permanecem indígenas: já não nos seus hábitos e costumes, mas na autoidentificação como povos

³⁹⁸ Os dados sobre a I Reunião Brasileira de Antropologia (IRBA) constam nos anais da IIRBA, disponibilizados no *site* da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/ABA%20-%20Anais%20da%20II%20RBA.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1957).

³⁹⁹ Castro Faria, antropólogo, foi o primeiro diretor da ABA, eleito na segunda Reunião Brasileira de Antropologia em 1955 (ABA. *Idem*. ver referência em: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Depoimento. *Rev. Antropol.*, v. 46, n. 2, 2003; CORREA. *As reuniões brasileiras. op. cit.*; CASTRO FARIA, L. Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista do Museu Paulista*, v. 14, 1963, pp. 17-37).

distintos dos brasileiros e vítimas de sua dominação. Assim o estudo que pretendíamos realizar do suposto processo de assimilação das populações indígenas no Brasil moderno resultou na conclusão de que o impacto da civilização sobre as populações tribais dá lugar a transfigurações étnicas e não a assimilação plena.⁴⁰⁰

Entre os anos de 1950 e 1951 a UNESCO, patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, que ficou conhecida como “Projeto UNESCO de Relações Raciais”⁴⁰¹. As análises foram desenvolvidas nas regiões Nordeste e Sudeste do país, com o objetivo de apresentar um panorama amplo da interação racial brasileira, considerada exemplar à época.

A UNESCO, criada ao fim da Segunda Guerra com o objetivo de suscitar, em nível mundial, a união entre os povos e a valorização da cooperação internacional, buscava ainda na década seguinte, alternativas e ações afirmativas para transpor os horrores do Holocausto e do racismo crescente nos EUA e na África do Sul. É nesse contexto que se conforma o Projeto UNESCO no Brasil, como analisa Marcos Chor Maio, ao justificar a escolha do país como palco dos estudos sobre as relações raciais naquele momento histórico: “[procurava-se no Brasil] uma espécie de anti-Alemanha nazista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular.”⁴⁰²

A imagem de democracia racial difundida no Brasil desde o século XIX, a partir de relatos de viajantes e cientistas, ganhou força com a definição sociológica de Gilberto Freyre⁴⁰³ na década de 1930, acerca da bem-sucedida relação entre as três raças formadoras do Brasil (o índio, o negro e o branco), porém os estudos realizados no Brasil sob os auspícios da UNESCO demonstrariam o contrário e revelariam um novo cenário social, “ao darem visibilidade à discriminação racial existente no país.”⁴⁰⁴

Nesse sentido, além de gerar um panorama amplo das relações raciais no Brasil, o Projeto UNESCO teria contribuído para o “surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira à medida que ofereceu aos analistas sociais uma oportunidade singular para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil dos anos 50.”⁴⁰⁵ Entre os pesquisadores

⁴⁰⁰ RIBEIRO. *Índios e a civilização. op. cit.*, p. 8.

⁴⁰¹ Sobre a história do Projeto UNESCO ver: MAIO. *A história do projeto. op. cit.*, p.141.

⁴⁰² MAIO, M. C. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

⁴⁰³ FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

⁴⁰⁴ MAIO; SANTOS. *Raça, ciência e sociedade. op. cit.*, p. 9.

⁴⁰⁵ *Idem. O projeto UNESCO, op. cit.*, p. 141-142.

selecionados para participar desses estudos estavam: Charles Wagley, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Florestan Fernandes e Luís Aguiar da Costa Pinto.

Nos estudos realizados no âmbito do Projeto UNESCO, destacam-se aqueles voltados para a relação entre negros e brancos, tanto no Sudeste quanto no Nordeste do país, como têm demonstrado os estudos de Marcos Chor Maio em sua importante contribuição para o debate em torno do desenvolvimento desse projeto e seus desdobramentos para as ciências sociais brasileiras. Ainda segundo Maio⁴⁰⁶, a princípio, a pesquisa da UNESCO tinha a intenção de estudar as relações entre negros, brancos e índios. Nesse contexto é que Darcy Ribeiro teria sido citado entre o Staff da UNESCO e os pesquisadores brasileiros, como candidato potencial para tratar do tema das relações entre índios e brancos, sendo ele formado pela ELSP e membro dos quadros do SPI naquele momento⁴⁰⁷. No entanto, somente em 1952, Darcy Ribeiro passaria a fazer parte do grupo de pesquisadores brasileiros, selecionados pela UNESCO para desenvolverem estudos sobre as relações raciais no país. Portanto em um momento posterior aos demais cientistas sociais, já citados. O convite e contratação de Darcy Ribeiro pela UNESCO nesse momento estariam diretamente relacionados a uma resolução que pautava uma série de novos estudos que representariam uma extensão ao Projeto de pesquisas em torno das relações raciais já empreendidas no Brasil. Os objetivos desses novos estudos seriam:

To undertake, in collaboration with member states, a critical inventory of the methods and techniques employed for facilitating the social integration of groups which do not participate fully in the life of the national community by reason of their ethnical or cultural characteristics or their recent arrival in the country⁴⁰⁸

No âmbito desse “novo programa de pesquisas”⁴⁰⁹, o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO coordenou e financiou estudos em 6 países (Brasil, Antilhas Francesas, Estados Unidos, Alemanha, Iugoslávia e México)⁴¹⁰. Esses estudos tinham por objetivo analisar variados grupos chamados / considerados à época “minoritários” em seus ambientes sociais

⁴⁰⁶ MAIO. *A história do projeto UNESCO. op. cit.*, p. 69

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁰⁸ Resolução 3/22, Conferência Geral da Unesco, 1951, APUD WAGLEY, C.; HARRIS, M. *Minorities in the New World: six case studies*. New York: Columbia University Press, 1958. p. IX - X. Tradução livre: "empreender, em colaboração com os Estados membros, um inventário crítico dos métodos e técnicas empregados para facilitar a integração social de grupos que não participam plenamente da vida da comunidade nacional em razão de suas características étnicas ou culturais ou sua recente chegada ao país"

⁴⁰⁹ Me refiro, sob o termo “novo programa de pesquisas”, aos estudos realizados posteriormente aos concebidos pela literatura como “Projeto Unesco”, compreendendo-os em uma perspectiva de análise complementar aos já realizados.

⁴¹⁰ Os estudos patrocinados pela UNESCO, nessa fase foram realizados pelos seguintes pesquisadores: Darcy Ribeiro (Brasil); Michel Leiris (Antilhas Francesas); Gabriele Wulker (Alemanha); Alfonso Caso (México); Harry J. Walker (Estados Unidos da América) e Milos Radojkovic (Iugoslávia).

específicos, a fim de compor um quadro comparativo que valorizasse aspectos econômicos, sociais, educacionais, políticos e mesmo jurídicos dessas populações⁴¹¹. Os pesquisadores responsáveis por esses estudos deveriam compor relatórios, baseados nos estudos já realizados em torno da temática das relações raciais, a fim de ampliar a análise a partir de uma abordagem comparativa no âmbito da Antropologia Social, sobretudo em torno das temáticas relacionadas às chamadas “minorias”⁴¹²

Darcy Ribeiro, já antes cotado para participar da “primeira fase”⁴¹³ dos estudos realizados no Brasil, o que denotava certo conhecimento de sua posição política e intelectual em torno da temática indígena brasileira, ficou responsável, nessa nova etapa pela realização de um “estudo histórico e sociológico sobre a pacificação e a assimilação das populações indígenas do Brasil”⁴¹⁴

O contato/relação entre índios e brancos foi, desde as primeiras pesquisas de campo, uma preocupação de Darcy Ribeiro, já presente nos estudos sobre os Kadiwéu, como no seguinte trecho de sua monografia: “Os Kadiwéu que conhecemos, **embora vivendo uma vida quase idêntica a dos neobrasileiros**⁴¹⁵ da região [sertanejos], conservam sua consciência e seu orgulho nacional.”⁴¹⁶ Anos mais tarde, em “Testemunho”, Darcy Ribeiro afirma o seguinte sobre o referido grupo indígena: “Neles eu vi um povo em si, orgulhoso de ser ele mesmo. Apesar de muito aculturados pelo convívio com a gente brasileira que circunda suas aldeias e até de muitos mestiçados com negros e com brancos, permaneciam eles próprios...”⁴¹⁷

⁴¹¹ WAGLEY, C.; HARRIS, M. *Minorities in the New World: six case studies*. *Op. Cit.*, p. X.

⁴¹² *Idem*, p. XI

⁴¹³ Estudos que têm se dedicado a análise da trajetória de Darcy Ribeiro, são unânimes em afirmar a sua participação no chamado “Projeto UNESCO”, o que não representa um erro de informação aos leitores. Porém, a partir da análise detida do material arquivístico e também de uma bibliografia sobre a conformação das pesquisas em torno da temática das relações raciais no Brasil, financiadas pela UNESCO, torna-se necessário qualificar o momento da inserção de Darcy Ribeiro nesse projeto. Diante disso posso afirmar que a contribuição de Darcy Ribeiro a UNESCO sobre as relações entre índios e brancos se deu em um contexto de pesquisas de ampliação do projeto original canceladas pela UNESCO ainda em torno da questão das relações raciais, no entanto com o foco analítico nas ditas “minorias étnicas”.

⁴¹⁴ *Ibidem*, p. X

⁴¹⁵ Darcy Ribeiro usou o termo “neobrasileiros” em alguns relatórios, textos e nas correspondências, como em carta a Herbert Baldus, de 28/05/1952, apresentada nas páginas seguintes. Darcy não discutiu em seus trabalhos sobre o contato entre índios e brancos, a formulação teórica desse conceito, porém pode-se depreender que sob o termo “neobrasileiros”, Darcy estaria pontuando a não assimilação do indígena à sociedade, ou seja, o contato entre índios e brancos não os tornavam civilizados e sim neobrasileiros integrados parcialmente à sociedade nacional.

⁴¹⁶ RIBEIRO. *Religião e mitologia*. *op. cit.*, p. 27, grifo meu.

⁴¹⁷ *Idem*. *Testemunho*. *op. cit.*, p. 52.

Nessa perspectiva de análise, Darcy Ribeiro aceita o convite de Alfred Métraux⁴¹⁸ para iniciar as pesquisas para a UNESCO. Em carta de 27/03/52 a Herbert Baldus, Darcy fala sobre o convite, seu desconforto inicial em aceitá-lo e pede ajuda a seu mestre:

Métraux me encomendou um trabalho sobre a política indigenista do Brasil para a UNESCO [...]. Preciso de sua ajuda para destrinchá-lo. Estou inclinado a aceitar a encomenda, embora saiba o peso da responsabilidade que assumo. Um balanço crítico sincero dos quarenta anos de atividade do SPI é tarefa difícil, mas também dolorosamente necessária. Só tomando consciência dos nossos erros e acertos poderemos assegurar uma vida melhor aos índios. O cipoal em que vou me meter é traiçoeiro, cheio de expectativas manhosas e de falácias, tudo envolvido em ideologias falsamente humanitárias, mas creio que vele a pena.

Darcy Ribeiro conhecia a realidade do contato entre índios e brancos e da incapacidade do SPI em garantir a assistência necessária à sobrevivência e à manutenção cultural de grupos indígenas do país. Por isso, menciona o peso da responsabilidade de desenvolver um estudo sobre o tema para a UNESCO, demonstrando como resultado a falta de estrutura do SPI e os perigos do contato entre índios e brancos para a manutenção da condição de indígena.

Ainda sobre o convite, cerca de um mês depois, Darcy escreve a Baldus e comenta sobre um mal-estar gerado pela indicação de seu nome. Segundo ele, Métraux, mesmo depois de já o ter convidado para realizar o estudo sobre a relação entre índios e brancos, no âmbito do Projeto UNESCO, enviou uma longa carta a Heloisa Alberto Torres⁴¹⁹, diretora do Museu Nacional à época, pedindo que ela solicitasse que Roquette-Pinto realizasse o trabalho. Ela, já sabendo do primeiro convite feito a Darcy Ribeiro, teria ficado “furiosa” com Métraux:

Ela crê que Métraux está certo de que Roquette não pode aceitar o trabalho e simplesmente aproveitou a oportunidade para fazer uns salamaleques, desculpando-se, assim, de um desentendimento que tiveram. Isto é pelo menos muito gozado, quanto a mim não aceito papel na palhaçada, briguem ou se beijem quanto queiram.⁴²⁰

Não encontrei maiores registros desse episódio na documentação e na bibliografia consultadas. Porém, é possível que de fato tenha ocorrido esse episódio, no mínimo curioso,

⁴¹⁸ Alfred Métraux (1902-1963) foi um antropólogo francês que desenvolveu pesquisas etnológicas entre os índios brasileiros na primeira metade do século XX e foi o responsável pela contratação de cientistas sociais brasileiros para o desenvolvimento dos estudos sobre as relações raciais da UNESCO.

⁴¹⁹ Heloisa Alberto Torres (1895-1977) foi contratada pelo Museu Nacional como auxiliar de Roquette-Pinto e tornou-se efetiva através de concurso prestado em 1925. Em 1926, foi eleita chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia e, em 1931, tornou-se chefe efetiva desta seção. Dirigiu a instituição de 1938 a 1955; foi membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, entre 1933 e 1939; foi ainda conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, colaborou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), de 1955 e 1967, tendo participado da criação da Fundação Nacional do Índio. Para mais informações ver: CORRÊA. *Dona Heloisa. op. cit.*

⁴²⁰ Carta de DR-HB, 21/04/1952.

pesa-se o fato de Roquette-Pinto possuir um papel de destaque no Museu Nacional (MN) e na antropologia da época, sendo ele muitas vezes solicitado por pesquisadores estrangeiros, sobretudo em relação aos estudos sobre a população sertaneja do país. De todo modo, Darcy Ribeiro aceitou o convite e deu início às pesquisas ainda no ano de 1952.

O estudo de Darcy Ribeiro foi composto por um levantamento bibliográfico extenso sobre o tema, além da análise de relatórios oficiais do SPI, de períodos anteriores à sua atuação, além de pesquisas de campo com o objetivo de observar as relações estabelecidas entre índios e brancos, sobretudo aqueles que residiam nos arredores dos postos indígenas. O plano de estudos⁴²¹ aceito para o desenvolvimento da pesquisa foi dividido em cinco partes:

1. Introdução: ligeiro histórico das relações entre índios e brancos no passado e seu reflexo sobre a legislação colonial.
2. Situação dos índios em 1910: as condições de vida da população indígena naquele ano. Grupos hostis resistindo à invasão de seus territórios nos estados do Sul e na Amazônia; índios arredios caçados por criadores de gado; índios escravizados por fazendeiros, coletores de produtos extrativos, etc.; missões religiosas; restos das diretorias de índios. Comissão Rondon e a tomada de consciência do problema indígena.
3. Serviço de Proteção aos Índios e localização dos trabalhadores nacionais: criação do serviço e seu desenvolvimento; assistência aos índios numa sociedade latifundiária. Os interesses e sua expressão ideológica; pacificação e assistência.
4. Processo de assimilação dos índios no Brasil: falácia de integração dos índios na comunidade nacional; a função social dos postos indígenas; aculturação e assimilação; condições sociais das tribos assistidas pelo SPI e pelas missões religiosas.
5. Problemas e diretrizes: o falso dilema da integração ou enquistamento; a nova política indigenista do SPI.⁴²²

O estudo, portanto, uniu registros de pesquisas de experiências anteriores junto aos índios Guarani, Terena, Ofaié e Kadiwéu do sul de Mato Grosso, os Tembé, Guajajara e Urubu, dos vales do Pinaré e Gurupi no Pará e no Maranhão, e as análises inéditas sobre os grupos Borôro, Karajá, Caingang e Xokleng. Segundo Darcy Ribeiro em relatório de atividades da SE de 1953: “Como estes grupos representam as principais variantes nas situações de contato entre índios e brancos no Brasil, nos foi possível delinear um quadro realístico das condições de vida dos índios do Brasil em geral e de eu lugar na estrutura social.”⁴²³

⁴²¹ O esquema de estudos para a realização do estudo para a UNESCO foi anexado à carta de DR-HB em 27/03/1952, e aceito por Métraux, como revelado em carta de DR-HB, de 21/04/1952.

⁴²² A partir do plano de pesquisa do estudo para a UNESCO é possível identificar quais desses tópicos tornaram-se capítulos do livro “Os índios e a civilização”, publicado em 1970, porém não posso afirmar que o texto final produzido no relatório desse estudo para a UNESCO foi replicado no referido livro, por não ter tido acesso ao relatório original. Destaco que essa relação textual é um interesse de pesquisa futuro.

⁴²³ Relatório SE. Sedoc-MI, 1954.

Sobre as pesquisas, Darcy escreve a Oracy Nogueira, em tom modesto, como era comum:

Tenho trabalhado que não é sopa, felizmente trabalho bom que mais me entusiasma do que cansa a gente. Assinei o contrato com a UNESCO e estou juntando material, você há de ver que riqueza, só carece mesmo é de um sujeito capaz de afeiçoá-lo, o diabo é a fraqueza do candidato. Além disso, o SPI me tem ocupado muito com seus problemas que, no caso, tem a vantagem de serem, também, material para a pesquisa.⁴²⁴

Os “problemas” do SPI mencionados na carta são também fonte de análise do etnólogo, sobretudo no que tangia à mediação do órgão na garantia de terras e na questão do contato entre índios e brancos, também presente na carta enviada a Baldus, em 28/05/1952. Antes da redação final do relatório à UNESCO⁴²⁵, Darcy escreve uma longa carta a Herbert Baldus, narrando suas primeiras impressões sobre o tema em torno da dinâmica do contato entre índios e brancos. Inicialmente, ele comenta sobre sua surpresa frente à qualidade das informações arroladas nos primeiros relatórios de atividade do SPI, os quais ele afirma oferecerem “grande soma de informações preciosas”. Usando uma clara referência à teoria hegeliana, Darcy apresenta suas impressões sobre os conceitos de integração e enquistamento, justificando-as como um “falso dilema” – termo que utiliza no título do estudo que estava preparando para a UNESCO. Segundo Darcy Ribeiro, o SPI não poderia optar por uma ou a outra (integração ou enquistamento). Em suas palavras:

Esta é uma forma falsa de colocar o problema. Podemos, quando muito, examinar a nossa atuação a fim de verificar se ela esta contribuindo para uma coisa ou para outra, mas o completo controle deste processo é uma utopia. É tão ilusório e romântico procurar conservar os índios como amostra, desconhecendo que a mudança cultural e compulsória e inevitável, quanto procurar assimilá-los a toque de caixa.⁴²⁶

O argumento defendido por Darcy Ribeiro é de que o SPI, em sua história de atuação junto aos índios brasileiros, estimulou o quanto pôde a integração completa entre índios e brancos. Porém, essa integração se revelaria em interdependência, sobretudo econômica, e não em uma assimilação dos índios pela sociedade nacional. Ele continua a carta apresentando, de forma ainda inicial, sua tese acerca do contato entre índios e brancos, no seguinte trecho:

⁴²⁴ Carta de DR-ON, 22/08/1952.

⁴²⁵ O relatório final foi enviado à UNESCO em 1953, porém não encontrei nos registros arquivísticos do Memorial Darcy Ribeiro, ou no Museu do Índio, uma versão do original. Posteriormente, o resultado desses esforços constituiria a base para o trabalho intitulado “A política indigenista brasileira” (Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962) que, mais tarde, no período de exílio, seria incorporado ao livro “Os índios e a civilização” (1970).

⁴²⁶ Carta de DR-HB, 28/05/1952.

A meu ver precisamos distinguir claramente os conceitos de aculturação e assimilação. O primeiro processo se dá pelo simples contato direto e prolongado de duas culturas diferentes e envolve modificação substancial naquela que adota elementos da vizinha; o segundo processo é paralelo, mas desenvolve-se com um tempo próprio. Nossos grupos indígenas têm um equipamento civilizador cada vez mais parecido com o de nossos caboclos, mas conservam-se como índios, não identificando sua comunidade com as comunidades neobrasileiras com as quais entra em contato. A assimilação se dá dentro de um esquema de relações da comunidade indígena com a estrutura econômica nacional. Para satisfazer necessidades novas criadas no processo de aculturação, a comunidade indígena tem de adaptar-se à nova economia, procurar um lugar nela, produzindo alguma coisa para trocar por aquilo de que precisa e que não pode produzir ela mesma.⁴²⁷

Para Darcy Ribeiro, o processo de integração entre índios e brancos é, geralmente, danoso aos índios, à medida que “nossa” estrutura social pouco poderia lhes oferecer. Para o etnólogo, a integração sem uma reflexão científica e comprometida, resultaria em uma situação de miséria completa para grupos inteiros de índios. Há, portanto, nas palavras dele, uma descrença no processo de assimilação, ou mesmo no mito sobre a boa relação inter-racial vivida no Brasil, motivo pelo qual o país fora escolhido para sediar os estudos do Projeto UNESCO e das pesquisas posteriores com o foco nas ditas minorias étnicas. Sobre isso, Darcy afirma, na mesma carta a Herbert Baldus, que: “O problema do índio (sua assimilação) só pode ser resolvido dentro de uma ampla solução dos problemas do povo brasileiro. Não há condições para a integração alegre e cordial com que Rondon sonhou. Os índios, embora aculturando-se cada vez mais, não estão assimilando.”

Ao fim dessa longa carta, Darcy apresenta seu diagnóstico acerca do contato entre índios e brancos e também sobre o papel do SPI diante desse processo:

Eis porque, a meu ver, o dilema é falso, não somos chamados a optar entre assimilação e enquistamento. O que nos cabe é assistir aos índios, protegê-los, elevar-lhes o padrão de vida, sabendo que serão cada vez mais semelhantes a nós em sua cultura, mas sem perspectivas de quando se dissolverão em nós ou se se dissolverão um dia. Vale dizer, nós podemos prolongar seu desaparecimento e, assim (quem sabe) permitir-lhes aguardar uma mudança em nossa estrutura social que possa permitir sua assimilação, ou lhes dê forças para reconstruir suas vidas em novas bases [...].

Em carta de 06/06/1952, Herbert Baldus responde a Darcy Ribeiro como responderia a um orientando, alertando-o sobre o tom polêmico que o título escolhido (falso dilema) teria sido usado na apresentação dos estudos para a UNESCO, e elogiando suas observações, além de indicar uma vasta bibliografia de referência, a fim de pautar sua contribuição em diálogo com uma literatura existente sobre o tema. O assunto não se esgota em duas cartas, e Darcy volta a

⁴²⁷ Carta de DR-HB, 28/05/1952.

escrever a Baldus, agradecendo sua leitura e contribuições e, ao fim, questiona o mestre⁴²⁸: “Mas me diga, por favor, sua posição sobre o processo de aculturação. Crê, acaso, que alguma tribo brasileira se esteja integrando em nossa sociedade ou que haja perspectivas desta integração na atual conjuntura?”

Como anteriormente explicitado, esta tese se dedica a compreender a atuação de Darcy Ribeiro como antropólogo do SPI no período proposto, a fim de perceber como os diagnósticos e as teses sobre os povos indígenas assistidos por esse órgão foram gestados à luz da antropologia que se fazia naquele momento. O meu interesse é perceber o desenvolvimento do fazer antropológico de Darcy a partir de seus registros em relatórios internos, por vezes burocráticos, suas atividades em prol da manutenção da antropologia no SPI, da ampliação do campo de atuação desses novos profissionais e, sobretudo, das inúmeras cartas trocadas ao longo de sua trajetória.

Algumas dessas cartas são verdadeiros registros “científicos” de observações de campo não compiladas em textos acadêmicos ou em estudos aprofundados naquele momento, mas são fruto direto de uma análise arquivística, bibliográfica e de campo (método dos mais contemporâneos em antropologia hoje), levadas à discussão entre intelectuais do campo sem as possíveis amarras ou requisitos científicos. Foi esse o caso da longa carta citada acima, escrita por Darcy Ribeiro e endereçada a seu mestre Baldus, sobre suas observações em torno da temática do contato/assimilação, em 1952. Como já discutido, nessa carta, Darcy Ribeiro apresenta seu diagnóstico fatalista acerca da questão do contato entre índios e brancos e da grande preocupação com o desaparecimento cultural ou mesmo material de grupos indígenas inteiros pela assimilação, preocupação que ocupou espaço na obra e também nas demandas institucionais do etnólogo ao longo de sua trajetória no SPI. Além disso, cumpre o papel dessa análise a identificação de uma mudança profunda nos termos constitutivos do SPI em relação à assistência aos índios, tema também comentado na referida carta, e parte importante do relatório enviado à UNESCO.

Em novembro de 1952, Darcy envia a Métraux uma carta e o relatório preliminar⁴²⁹ sobre as pesquisas realizadas. Na carta Darcy faz referência a uma dificuldade cambial para o recebimento de seu pagamento pela UNESCO e sugere que o mesmo seja realizado via cheque nominal, como teria sido feito para Costa Pinto, cientista social brasileiro que também teve suas pesquisas chanceladas pela UNESCO em 1951, no âmbito do chamado Projeto UNESCO.

⁴²⁸ Não encontrei nos arquivos do Memorial Darcy Ribeiro qualquer resposta a essa carta.

⁴²⁹ Relatório preliminar sobre as pesquisas para a UNESCO. Série Indigenismo. MDR, 1952.

Meu caro Professor Métraux

Tenho o prazer de enviar o relatório preliminar de que trata o nosso contrato. Como todas as minhas relações om o Departamento têm sido por seu intermédio creio que ele deva ser dirigido ao senhor. Aguardava esta oportunidade para responder sua amável carta de 14 do corrente. Efetivamente, não consegui receber do Chase Bank o primeiro pagamento que me foi enviado pela UNESCO e temo que seus bondosos esforços para resolver minhas dificuldades neste caso, não deem ainda, o resultado que desejamos. É que acabo de receber uma notificação daquele banco, idêntica a anterior e que, provavelmente, resultará no mesmo impasse: a imposição do pagamento em cruzeiros, pelo câmbio oficial, o que representaria para mim uma diferença de 7 par 13 cruzeiros. A única forma de resolver esta questão, para a qual já me acanho de pedir sua ajuda, tanto trabalho ela lhe tem dado, é conseguir que a UNESCO faça um depósito da importância, em meu nome, na agência do Chase Bank em New York, ou , preferivelmente, enviar-me um cheque nominal contra aquela agência, como fez para o nosso amigo Costa Pinto [...] ⁴³⁰.

No referido relatório preliminar, Darcy reafirma seus objetivos com a pesquisa dispostas no plano de trabalho aprovado pela UNESCO, porém faz uma ressalva quanto à escassez de dados presente na bibliografia selecionada sobre o tema, o que segundo ele seria “inteiramente compensada pela riqueza insuspeitável dos arquivos do SPI, que por si só, permitiram uma reconstituição realista da história da maioria das tribos que entraram em contato com agentes da sociedade brasileira nos últimos 40 anos.” ⁴³¹

No relatório preliminar, Darcy enfatiza a importância de inserir uma apresentação histórica sobre o processo de criação e atuação do SPI, já que o resultado do mesmo seria destinado a um público estrangeiro, diante disso o relatório final, intitulado “Política indigenista brasileira: o processo de assimilação dos índios do Brasil” seria apresentado e quatro itens:

- I. Situação social dos Índios em 1910.
- II. Rondon e a criação do SPILTN.
- III. Processo de assimilação dos índios no Brasil atual.
- IV. A nova política indigenista no Brasil. ⁴³²

Diante do amplo projeto de pesquisa proposto por Darcy, a elaboração do relatório teria demorado mais do que o previsto, como fica claro em carta para Métraux:

Prezado Professor,

⁴³⁰ Carta de DR a Alfred Métraux (AM), 30/11/1952.

⁴³¹ Relatório preliminar sobre as pesquisas para a UNESCO. Série Indigenismo. MDR, 1952, p. 2.

⁴³² *Idem*, p. 5-6.

Lamento comunicar-lhe que me foi inteiramente impossível concluir o relatório sobre o processo de assimilação dos índios no Brasil, dentro do prazo de prorrogação que me foi concedido, embora tenha dedicado todo o meu tempo a essa tarefa não consegui levá-la a termo de modo lhe pudesse submeter o manuscrito para a publicação imediata. Bem sei que estou deixando de cumprir condição estipulada em nosso contrato de trabalho. Temia que isso sucedesse desde quando me decidir a fazer algo mais que um relatório sobre política indigenista brasileira, para realizar um estudo aprofundado do processo de assimilação dos índios do Brasil. Mas não fazia ideia da massa de dados que deveria compulsar, sobretudo, da complexidade das conclusões a que cheguei. Algumas delas contrariam frontalmente certas interpretações que pareciam firmemente assentadas por historiadores, sociólogos e antropólogos que nos obrigaram a reverificar as fontes de informação. Nessas condições tenho a apelar novamente uma nova prorrogação até o fim desse ano.⁴³³

O relatório final do estudo, acompanhado de uma carta de Darcy à Métraux foi entregue em dezembro de 1953:

Tenho a satisfação de encaminhar-lhe os originais de meu estudo sobre o processo de assimilação dos índios no Brasil, realizado sob os auspícios da UNESCO. Duas cópias do mesmo, de acordo com a exigência contratual foram remetidas, em separado, por via marítima. Nessa oportunidade quero agradecer efusivamente a ajuda amistosa que me prestou durante a realização da pesquisa, tanto pelas sugestões sempre oportunas como pelo esforço diligente de facilitar os adiamentos de prazo e outras providências administrativas de que necessitei. Foi um prazer trabalhar consigo, pro. Métraux e espero que esta não seja nossa última colaboração. Desejo que os resultados da pesquisa o compensem, ao menos em parte, do trabalho que lhe custou, desde os primeiros passos [...]⁴³⁴

Suas conclusões⁴³⁵, no entanto, contrariavam a expectativa do Projeto UNESCO que, segundo Maio⁴³⁶ era “oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de cooperação entre raças.” Vale destacar, ainda, que não somente o relatório apresentado por Darcy Ribeiro, nessa nova fase de análises sobre a questão do contato e da convivência entre índios e brancos não pôde ser balizado de forma positiva e/ou natural, como outros cientistas sociais selecionados para a composição dos estudos para a UNESCO identificaram pontos importantes sobre a questão racial no Brasil, desmistificando a chamada “democracia racial brasileira”, idealizada por Gilberto Freyre, e reafirmada por seus intérpretes ao longo do tempo

⁴³³ Carta de DR-AM, 01/10/1953.

⁴³⁴ Carta de DR-AM, 04/12/1953.

⁴³⁵ Darcy Ribeiro não publicou esse estudo de forma sistematizada e sim diluída em artigos no livro publicado em 1970, “Os índios e a civilização”.

⁴³⁶ MAIO, M. C. O projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, jun./ago. 2000, pp. 115-128.

Em carta a Alfred Métraux sobre os resultados apresentados no relatório final do referido estudo, Darcy faz um resumo da questão do contato entre índios e brancos sob seu ponto de vista teórico-metodológico e explora o papel do SPI nesse contexto:

Ao contrário da opinião corrente a este respeito, tudo indica que nossos índios não estão se fundindo na sociedade nacional; ao invés disto, a tendência dominante é para conservarem-se como grupos tribais. O desenvolvimento do processo de aculturação que, teoricamente, deveria resultar na assimilação, não tem levado a ela. Continuam identificando-se e sendo identificados como índios. Grupos que só falam português ganham a vida pelos mesmos meios que a população sertaneja da região e só preservam da cultura original os elementos simbólicos, e, às vezes, nem estes, porque o que cultuam como tal, são elementos adotados de outros grupos indígenas e até mesmo de negros. A princípio imaginei que se tratasse de casos isolados, de resíduos não assimilados de uma população geral que se teria dissolvido na sociedade nacional. Entretanto, o exame mais detido da situação de todos os grupos com que o SPI está em contato, principalmente daqueles que têm sido descritos por observadores competentes como estando em franca assimilação, impôs a conclusão de que este seja o processo geral. São óbvias as implicações desta conclusão com respeito aos resultados da atuação do SPI: assegurando aos índios certas garantias, ainda que mínimas, como a posse da terra em que vivem e a possibilidade de se conservarem agrupados e de criarem seus próprios filhos, o SPI conseguiu salvá-los de um extermínio certo, mas ao mesmo tempo estancou com uma das fontes de ingresso dos índios na sociedade nacional [...].⁴³⁷

Para Darcy Ribeiro, as pesquisas realizadas para a UNESCO acerca das relações entre índios e brancos revelaram um quadro abrangente sobre a questão do contato entre esses povos no país, ultrapassando os limites geográficos estipulados pelos grupos indígenas analisados no âmbito daquele estudo. Ao fim do levantamento bibliográfico e das observações em campo, Darcy estava certo de que os conflitos em torno do contato entre índios e brancos não se referia a casos isolados e sim representava a realidade dessa interação, como exposto no relatório de 1953 da SE:

[...] o estudo de assimilação dos índios do Brasil de que fomos incumbidos reflete não somente nossa experiência direta de pesquisas anteriores junto aos índios Guarani, Terena, Ofaié e Kadiwéu do sul de Mato Grosso, os Tembés, Guajajara e Urubu dos vales do Pinaré e Gurupi no Pará e no Maranhão, mas também observações de primeira mão sobre os grupos Borôro, Karajá, Caingang e Xokleng. Como estes grupos representam as principais variantes nas situações de contato entre índios e civilizado no Brasil nos foi possível delinear um quadro realístico das condições de vida dos índios do Brasil em geral e de seu lugar na estrutura social.⁴³⁸

⁴³⁷ Carta de DR-AM, 20/06/1953.

⁴³⁸ Relatório da SE. Sedoc-MI, 1953, p. 8.

Em “Testemunho”, Darcy fala mais uma vez sobre as conclusões dos estudos realizados para à UNESCO na década de 1950, e afirma que a principal delas é que “nenhuma tribo indígena foi assimilada em tempo algum”⁴³⁹. Nesse contexto, a teoria da “transfiguração étnica”⁴⁴⁰ de Darcy Ribeiro ganha contornos mais expressivos, com diagnóstico assertivo:

Em todos os casos que pude observar, nenhum grupo indígena se converteu numa vila brasileira [...]. Não houve nenhuma assimilação que transformasse índios em brasileiros. Os índios foram simplesmente exterminados através de várias formas de coação biótica, ecológica, econômica e cultural. Seu antigo *habitat* foi ocupado por outra gente, com a qual eles nunca se identificaram e que cresceu com base em outras formas de adaptação ecológica, tornando-se rapidamente independente de qualquer contribuição da comunidade indígena.⁴⁴¹

No entendimento do autor, o conceito de “aculturação” não era capaz de elucidar a dinâmica do contato, da relação entre índios e brancos no Brasil. Por isso, sua proposta de análise tinha por objetivo aprofundar a questão, enfatizando o teor transacional do processo. Para Darcy Ribeiro, o conceito de transfiguração étnica era a “compreensão de que as culturas são imperativamente transformadas no confronto de umas com as outras.”⁴⁴² Essa afirmação pode ser observada na relação entre grupos indígenas e civilização. Porém, na perspectiva de análise de Darcy Ribeiro, apesar de toda a violência com que o contato transforma/transfigura social, econômica e culturalmente os grupos indígenas, é possível observar a resistência das identificações étnicas originais. Verifica-se, portanto, numa vida ameríndia, por vezes “destribalizada”, ou seja, na forma de “índios genéricos”, de “caboclos” ou de “índios civilizados”: as chances de sobrevivência parecem crescer à medida que grupos progredem da condição de convívio permanente a integrados, porquanto são muito maiores os riscos de desaparecimento nas primeiras etapas.⁴⁴³

O relatório final apresentado à UNESCO sobre as relações entre índios e brancos na sociedade brasileira nunca foi publicado na íntegra. Uma parte condensada do relatório foi publicada por Charles Wagley e Marvin Harris em 1958, como parte do livro “*Minorities in the new world: six cases studies*”. Sob o título “*The Indians in Brazil*”. Nesse capítulo, os autores comentam e reproduzem partes do texto do relatório de Darcy Ribeiro sobre a questão do contato entre índios e brancos no Brasil ao longo do tempo, sobretudo após a criação do SPI

⁴³⁹ RIBEIRO. *Testemunho. op. cit.*, p. 45.

⁴⁴⁰ Sobre a questão do contato: Roberto Cardoso de Oliveira (Fricção interétnica) e Eduardo Galvão desempenharam papel central na constituição de uma linha de estudos sobre o contato.

⁴⁴¹ *Idem. Falando de índios*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2010.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 28.

⁴⁴³ RIBEIRO. *Índios e a civilização. op. cit.*, p. 249.

em 1910. E, por fim, os autores retomam o diagnóstico do etnólogo acerca da questão indígena brasileira, do contato entre índios e brancos e do papel do SPI na assistência:

It is a strange paradox that Brazil, a country known throughout the world for its democratic policy and practice in race relations, has not been successful in providing equal rights and conditions for its tribal Indians [...] Contact with Brazilian civilization continues to be highly disastrous to most groups. Many tribes have lost, or are in the process of losing, their land. Their aboriginal culture provides them with little basis for adaptation to the complex modern civilization of Brazil, and the Indian Service [SPI] has seldom been able to protect them from exploration or to introduce change rapidly enough to prevent a disorganization in their tribal life.⁴⁴⁴

A questão central da análise de Darcy Ribeiro sobre as relações raciais entre índios e brancos no Brasil contemplava, portanto, temas como: a desorganização social, a ineficiência do SPI e a questão da terra, como fica claro no trecho citado.

Segundo Susana Viegas⁴⁴⁵, Darcy Ribeiro reelaborou, ao longo de sua trajetória intelectual, a questão do contato entre índios e brancos na sociedade nacional. Para a autora, o conceito de Integração e de transfiguração étnica somente se apresentou de forma completa na obra “Os índios e a civilização”, na década de 1970, especialmente sob duas chaves distintas: a primeira através do conceito de “índio genérico ou índio civilizado”, aquele que após o contato com a sociedade nacional, perpetua-se em uma vida “destribilizada”; e a segunda na concepção de integração que “não segue um percurso assimilacionista”⁴⁴⁶, configurando assim uma transfiguração étnica e não uma assimilação plena, ou seja, uma alternativa ao conceito de aculturação progressiva.

De fato, Darcy Ribeiro, reelaborou e desenvolveu algumas perspectivas teóricas acerca do contato entre índios e brancos, sobretudo para a formulação da obra citada por Viegas⁴⁴⁷, como por exemplo, conceito de transfiguração étnica e a classificação do que chamou de “graus de interação” do índio à sociedade nacional, temas presentes nos capítulos finais e na conclusão da obra. Porém, a questão central de seu argumento já estava presente em suas análises na década de 1950, como procurei demonstrar através de seus relatórios ao SPI, das cartas trocadas

⁴⁴⁴ WAGLEY, C.; HARRIS, M. *Minorities in the New World: six case studies*. New York: Columbia University Press, 1958. p.44-45, grifo meu. Tradução livre: “É um paradoxo estranho que o Brasil, um país conhecido em todo o mundo pela sua política e prática democráticas nas relações raciais, não tenha conseguido proporcionar direitos e condições iguais aos seus índios tribais [...]. O contato com a civilização brasileira continua a ser altamente desastroso para a maioria dos grupos. Muitas tribos perderam, ou estão no processo de perder, suas terras. Sua cultura aborígine fornece-lhes poucas bases para a adaptação à complexa civilização moderna do Brasil, e o Serviço de Proteção aos Índios [SPI] raramente conseguiu protegê-los da exploração ou introduzir mudanças rapidamente o suficiente para evitar uma desorganização em sua vida tribal.”

⁴⁴⁵ VIEGAS, S. M. Darcy Ribeiro: uma visão transformacional da história. In: SIMPÓSIO CIÊNCIAS SOCIAIS CRUZADAS (BRASIL-PORTUGAL). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.

⁴⁴⁶ VIEGAS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*, p. 3.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

com Herbert Baldus e com Metraux e também das formulações presentes nos textos que compõem o relatório à UNESCO, notadamente no que tangia às formulações acerca da não assimilação plena do índio à sociedade nacional ao longo da história do contato entre índios e brancos.

Nesse sentido, destaco que o relatório apresentado à UNESCO foi base importante para o desenvolvimento da análise antropológica de Darcy Ribeiro, sobretudo na composição do já citado “Os índios e a civilização”. No prefácio à 7ª edição⁴⁴⁸ do emblemático livro, Darcy fala sobre os resultados obtidos nas pesquisas realizadas sob a chancela da UNESCO, e aponta suas conclusões como uma prova empírica de sua teoria de transfiguração étnica, conforme reproduzo a seguir:

A UNESCO, entre 1950 e 1952, ainda menina, cheia de esperança de salvar o gênero humano, olhou para o Brasil. Viu extasiada o milagre de uma convivência humana fecunda e cordial. A democracia racial que alcançaria amorosamente negros e brancos no fabrico de uma mulataria esplêndida. E a alegre assimilação dos grupos indígenas, que, no encontro com as fronteiras da civilização, se converteriam em bons brasileiros. Felizmente não ficou na proclamação dessas conquistas humanas exemplares, como se fazia até então. Decidiu pesquisar o fenômeno criteriosamente, promovendo pesquisas de campo cuidadosamente projetadas. Implantou para isso equipes competentes de cientistas sociais [...]. O resultado foi um desastre. Constatou-se que em todas as regiões pesquisadas havia forte preconceito racial, que a vida de um negro, ali, era muito mais difícil pela carga de humilhações, descasos e todas as formas de discriminação que sofria [...]. A pesquisa com respeito à assimilação dos povos indígenas que me foi entregue, deu o mesmo resultado decepcionante. Nenhum grupo indígena jamais foi assimilado. É uma ilusão dos historiadores, que trabalham com documentação escrita, a suposição de que havia uma aldeia de índios e onde floresceu depois uma vila brasileira, tenha ocorrido uma continuidade, uma se convertendo a outra. Em todos os casos examinados por nós, numerosíssimos, isso não sucedeu. Os índios iam morrendo, vítimas de toda sorte de violências, e uma população neobrasileira foi crescendo do antigo território tribal, onde implantou uma forma totalmente nova de vida e criou sua própria identificação étnica.⁴⁴⁹

O mesmo relatório foi ainda publicado em partes, sob a forma de artigos e de livros. A primeira publicação é de 1956, sob o título “Convívio e contaminação”, na revista “Sociologia”; antes dessa publicação, o texto foi proferido na II Reunião Brasileira de Antropologia, em 1955, na cidade de Salvador, e publicado em seus anais, em 1957. Nesse mesmo ano, outro artigo baseado na pesquisa realizada para a UNESCO foi publicado sob o título “Culturas e línguas indígenas do Brasil”, na revista “Educação e Ciências Sociais”, e esse artigo também foi traduzido e reeditado em Francês para o “*Bulletin International des Sciences Sociales*, e em

⁴⁴⁸ RIBEIRO, D. Prefácio. In: _____. *Os índios e a civilização*. 7. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 11-12.

⁴⁴⁹ RIBEIRO. *Prefácio*. *op. cit.*, p. 11-12.

inglês para o *Institute of Cross Cultural Research*. Em 1962, mais uma parte do relatório de Darcy Ribeiro à UNESCO foi publicado em forma de livro, intitulado “A política indigenista brasileira”. No ano, foi publicado ainda outro artigo, “*The social integration of indigenous populations in Brazil*”, pelo *International Labour Office Review* de Genebra. Por fim, em 1970, alguns artigos foram publicados no livro “Os índios e a civilização”, nas partes II e III dessa coletânea.

4.1.1 O projeto para a criação do Parque Indígena do Xingu (1952-1953)

Ainda no início da década de 1950, Darcy Ribeiro esteve diretamente envolvido na formulação do projeto de lei que propunha a criação do Parque Indígena do Xingu (PIX), no Estado do Mato Grosso, onde se localizava além de uma Natureza exuberante, um grande número de indígenas, ambos os alvos do interesse científico e político na época.

No contexto da política estatal varguista de expansão das fronteiras agrícolas, foram realizadas as primeiras expedições à região do Xingu e os primeiros encaminhamentos e propostas para criação de uma reserva indígena naquela área geográfica. A Seção de Estudos do SPI realizou em 1940 os primeiros contatos com os índios xinguanos⁴⁵⁰ e a Expedição Roncador-Xingu – realizada em 1943, sob a coordenação de Noel Nutels e dos irmãos Villas-Bôas⁴⁵¹ – fez novos contatos com os indígenas daquela região, como apresentado no capítulo 3.

Ao longo da década de 1940 e no início da década de 1950, muitas expedições foram enviadas à região do Xingu, pelo Museu Nacional, pelo SPI e por inúmeras instituições estrangeiras, todas interessadas em pesquisas sobre a fauna e a flora ou sobre as populações indígenas ali afixadas. As expedições e sobretudo a atuação dos irmãos Villas-Bôas à frente da FBC ganharam a atenção da imprensa da época e também geraram intenso debate no âmbito científico em torno da criação de uma reserva indígena na referida região⁴⁵².

Dessa forma, em 1952 foi redigido o primeiro texto do anteprojeto para a criação do PIX, por Darcy Ribeiro em diálogo com Eduardo Galvão, ambos funcionários do SPI, a partir

⁴⁵⁰ OLIVEIRA, H. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 187-188. Relatório anual do CNPI, 1944, p. 45-46 *apud* FREIRE. *Indigenismo e antropologia. op. cit.*, p. 209.

⁴⁵¹ Os irmãos Villas-Bôas (Leonardo, Claudio e Orlando), foram os principais idealizadores do Parque Indígena do Xingu.

⁴⁵² Sobre as expedições e sobre o longo debate na imprensa ou nos meios científicos da época, ver: FREIRE. *Indigenismo e antropologia. op. cit.*

de uma solicitação do vice-presidente Café Filho⁴⁵³. O objetivo era elaborar um plano de assistência e um relatório de intenções acerca da importância da criação de um reserva territorial na região do Xingu, no Estado do Mato Grosso, capaz de frear as ameaças de invasão e vendas de terras nessa região. O documento produzido por Darcy Ribeiro no âmbito da SE gerou o projeto de lei nº 3.107/53, que previa a necessidade da criação do parque indígena⁴⁵⁴.

Segundo o documento, a região do Xingu foi, ao longo do tempo, explorada por inúmeros estudiosos, sobretudo por sua diversidade de plantas e animais ali congregados. São citados os estudos de Karl Von Den Stein, ainda no século XIX, entre 1844/1888; a viagem científica de Max Schmidt, em 1900; as viagens da Comissão Rondon, na figura do Capitão Vasconcelos, em 1922; a visita científica de Petruccio, em 1930; e as expedições da Seção de Estudos do SPI, realizadas entre 1944 e 1945. Por fim, estava claro o interesse crescente na região por parte dos técnicos do Museu Nacional, a partir do ano de 1947, quando foi assinado um acordo de colaboração entre este e o SPI⁴⁵⁵. Entre os objetivos da criação do Parque Indígena do Xingu, destaco:

1- preparar aqueles silvícolas biologicamente e culturalmente para enfrentar este contato; 2- assistir seu desenvolvimento cultural, suavizando os atritos e pressões, de modo a permitir que sua evolução econômica se processe em ritmo natural, a salvo de mudanças bruscas que poderiam ter consequências fatais; 3- e deste modo, assegurar as condições necessárias para preservar o sistema de adaptação ecológica desenvolvido numa experiência milenar e que constitui um patrimônio inestimável.⁴⁵⁶

Esses objetivos somente poderiam ser alcançados com a criação de uma reserva territorial que garantiria ao índio a possibilidade de desenvolverem-se sem a maciça presença da estrutura produtiva vinculada à sociedade nacional naquele momento.

Ainda sobre o documento redigido por Darcy Ribeiro, a questão do contato entre índios e brancos, discutida por ele no âmbito do Projeto UNESCO, volta à cena para ratificar a importância da criação de uma reserva territorial para os grupos indígenas da região do Xingu, sobretudo pela dinâmica cada vez mais acelerada da venda e/ou concessão de terras vizinhas. Segundo ele, esse contato entre índios e brancos poderia pôr fim àquela multiplicidade de línguas e culturas observadas nos diferentes grupos e etnias indígenas residentes na região:

⁴⁵³ Café Filho foi eleito vice-presidente do Brasil em 1950 e após a morte de Getúlio Vargas, assumiu a presidência do país por alguns meses de 1954 e até as eleições de 1955.

⁴⁵⁴ O Parque Indígena do Xingu, no entanto, só foi criado oficialmente com o decreto-lei nº 50.455 de 14 de abril de 1961, com uma área aproximadamente de 22 mil quilômetros quadrados (cerca de dez vezes menor do que a área sugerida e solicitada na década de 1950). Mais detalhes sobre o processo de criação do parque, ver: ALMANAQUE Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

⁴⁵⁵ Acordo em 1947 SPI e MN.

⁴⁵⁶ Anteprojeto para a criação do PIX. Série Indigenismo. MDR, 1952.

“Qualquer tipo de colonização que resulte na localização de agentes de nossa sociedade entre os territórios tribais xinguanos tornará impossível o controle dos contatos daqueles índios com civilizados e determinará seu extermínio.”⁴⁵⁷

Na redação do referido documento, a criação do Parque Indígena do Xingu era justificada por sua dupla função no cenário nacional: a garantia de assistência aos indígenas e a perspectiva de estruturação de uma reserva natural, biológica de amplo interesse para a ciência de forma geral. Essas funções eram ainda articuladas na relação estabelecida entre o índio e a natureza, que se dava de maneira não predatória, como esclarece o trecho a seguir:

Uma reserva nesta área que atendendo aos propósitos de assegurar as suas populações as terras que necessitam e que lhes são garantidas pela nossa legislação, fosse também uma reserva florística e faunística aberta aos pesquisadores científicos, constituiriam a melhor forma de utilização e integração da vida social. Como, entretanto, conciliaram as reservas, biogeográficas com a ocupação humana? Condições particulares, assentadas nas culturas das tribos que ocupam aquela região, respondem a esta pergunta. Os índios xinguanos baseiam sua alimentação numa agricultura pouco destrutiva e na pesca não utilizando, em sua dieta, senão certos tipos de macacos [...]. No Parque Indígena do Xingu o Brasil teria a sua primeira grande reserva natural aberta exclusivamente às pesquisas científicas, uma reserva representativa de sua grandeza, embora compreenda uma proporção menor do seu território que os parques nacionais de outros países, como a Suíça, Noruega, Bélgica, Canadá, Estados Unidos e outros [...]. Através do PIX se avultaria o Estado do Mato Grosso [...] fazendo-se depositário de uma amostra do Brasil natural [...] assegurando ainda a sua população indígena, um refúgio onde estaria a salvo das sombrias ameaças que pesam sobre ela [...]. Por esse parque o SPI resolveria o problema que o preocupa de assegurar às populações xinguanas as terras de que necessitam e as condições sociais capazes de impedir o colapso fatal de que estão ameaçados [...].⁴⁵⁸

Esse trecho demonstra que o projeto de criação do PIX, a partir de um entendimento de integração entre índio e natureza, apresentava uma proposta de articulação entre os propósitos atribuídos à criação de parques nacionais no Brasil na primeira metade do século XX (proteção à natureza e pesquisa científica) e a garantia de assistência aos indígenas. Ingrid Casazza, em trabalho recente sobre a política de gestão da natureza implementada pelo governo Vargas, analisou o processo de criação do primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia (PNI) em 1937. Este seria um dos resultados da política varguista para a natureza e concretizou a ideia de criação de um parque nacional, defendida pelo movimento conservacionista no Brasil desde as últimas décadas do século XIX.⁴⁵⁹ Casazza examinou

⁴⁵⁷ Projeto de lei para a criação do PIX extraído do Relatório de 1953 da SE. Sedoc-MI.

⁴⁵⁸ Projeto de lei para a criação do PIX extraído do Relatório de 1953 da SE. Sedoc-MI.

⁴⁵⁹ CASAZZA, I. F. *Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)*. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

múltiplos fatores que colaboraram para a criação desse parque, apontando as persistentes discussões sobre a temática da criação de um primeiro parque nacional no Brasil, sobretudo em meio científico, durante as primeiras décadas do século XX. O que interessa aqui acerca desse debate é que a questão dos indígenas não estava em pauta nessa ocasião. A autora apresentou algumas propostas e ideias defendidas por intelectuais e homens de ciência. Em nenhuma delas foi citada a associação entre criação de parques nacionais e assistência aos indígenas.

Esses debates realizados no Brasil no início do século XX eram, de algum modo, inspirados pela experiência norte-americana da criação do *Yellowstone National Park*, em 1872, o primeiro parque nacional do mundo. Segundo Roderick Nash, a criação desse parque nacional nos EUA teria sido a primeira medida de preservação em larga escala da natureza selvagem em prol do interesse público, ideia posteriormente exportada e disseminada por todo o mundo. No entanto, Nash demonstra que o conceito de parque nacional refletiria alguns dos valores centrais e experiências da cultura norte-americana, explicando assim a liderança dos EUA na criação dessas áreas protegidas. O autor atribuiu o nascimento da ideia de parque nacional a George Catlin, estudioso e pintor de índios americanos. Em 1832, a partir de suas observações acerca do impacto da “civilização” na região da hoje Dakota do Sul, nos Estados Unidos, Catlin idealizou a criação de um parque administrado pelo governo nacional e que garantisse a proteção da natureza naquele ambiente habitado por búfalos e índios. Em sua concepção, ambos deveriam ser protegidos dos impactos nocivos da civilização. Foi a percepção de que a natureza selvagem estava desaparecendo nos Estados Unidos que o levou a idealizar o parque nacional. De grandes proporções, seria administrado pelo governo nacional para o benefício de todos. Os parques nacionais posteriormente desenvolvidos, embora tivessem essas ideias como inspiração, se diferenciaram em um ponto. No modelo proposto por Catlin, os indígenas faziam parte da natureza selvagem a ser preservada. Já os parques nacionais criados buscavam resguardar a natureza selvagem da presença humana, o que incluía a ausência dos indígenas no ideal de preservação da natureza intocada.⁴⁶⁰

É importante reforçar que as terras de Itatiaia, que vieram a abrigar o primeiro parque nacional brasileiro, não eram habitadas por indígenas na ocasião da criação da área protegida. O que poderiam ser consideradas como populações tradicionais desalojadas para a criação do PNI, seriam os ex-colonos e/ou os proprietários de pequenos lotes encravados nas terras públicas transformadas em parque nacional. Estes podem ser inseridos no contexto de uma

⁴⁶⁰ NASH, Roderick. The american invention of national parks. *American Quarterly*, v. 22, n. 3, autumn 1970, pp. 726-735.

interessante discussão apresentada pelo antropólogo Philippe Descola sobre a criação de áreas protegidas que questiona a que público essa natureza e seus benefícios pertencem. O autor aborda conflitos de propriedade que decorrem da criação de reservas naturais e áreas protegidas. O antropólogo utiliza como exemplo, grupos sociais que habitavam a região onde foi criado o *Yellowstone National Park*. Apesar de ter sido dito na ocasião de sua criação que não havia ali populações indígenas, um grupo de aproximadamente 400 indígenas que vivia permanentemente dentro do perímetro do parque foi levado para outra região, cerca de 10 anos após a criação do parque. Assim, populações locais foram condenadas a abandonar as terras das quais usufruíram durante séculos para supostamente proteger a natureza. No entanto, os grupos locais tendem a se colocar enquanto defensores daquela natureza da qual normalmente possuem um maior grau de dependência direta. Nesse sentido, a proposta para a criação do PIX teria sido a primeira que previa a interação entre indígenas e natureza na concepção de uma reserva natural em uma grande área do território brasileiro, posto que durante as décadas de 1940 e 1950, o SPI ocupou-se em negociar com os governos estaduais do país, “reservas indígenas mínimas”, na tentativa, nem sempre alcançada, de deter os conflitos entre índios e proprietários de terras, sobretudo no âmbito da política varguista de Marcha para o Oeste.⁴⁶¹

Sobre a ideia da criação do parque, Freire⁴⁶² recupera um depoimento do fim da década de 1960, de Noel Nutels, médico responsável por inúmeros estudos e atendimentos aos índios daquela região na década de 1950:

Integrei o grupo que criou o Parque Indígena do Xingu naquela época, pensávamos em fazer um Parque e por isto lhe demos o nome de Parque nacional, o que não é, pois um parque nacional tem outra finalidade. Ele é na verdade, um parque indígena, nova figura do parque. Pensamos no parque nacional, como um meio de levar aos índios aquelas leis que protegem os animais, porque a matança de índios no Brasil é um fenômeno que se vem processado desde a época do descobrimento.⁴⁶³

A fala de Noel Nutels traz à tona a situação de abandono enfrentada pelas populações indígenas da região e corrobora com a análise de Maria Lúcia Menezes⁴⁶⁴ sobre o período da criação do parque. Para a autora, diante da urgência na prestação de assistência básica aos índios da região do Alto Xingu, foi possível observar uma articulação entre o SPI e a FBC, antes mesmo da criação formal do parque: “Desde a entrada da expedição Roncador-Xingu e a

⁴⁶¹ FREIRE. *Indigenismo e antropologia. op. cit.*

⁴⁶² FREIRE. *Indigenismo e antropologia. op. cit.*

⁴⁶³ NUTELS, 1971, p. 10 *apud* FREIRE. *Indigenismo e antropologia. op. cit.*, p. 226-227). Trata-se do depoimento de Noel Nutels à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, em 1º de junho de 1968, para discutir a legislação indígena brasileira.

⁴⁶⁴ MENEZES, M. L. P. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: Unicamp, 2000.

fixação dos irmãos Villas-Bôas no Alto Xingu, dando assistência aos índios, a área é de fato, e não de direito, administrada como reserva indígena, tanto que a presença do SPI se efetiva com a criação de postos indígenas.”⁴⁶⁵

Outra fala emblemática sobre as motivações para a criação do PIX, também recuperada por Freire⁴⁶⁶, foi a de Eduardo Galvão, parceiro intelectual de Darcy Ribeiro e coautor do anteprojeto de lei que propunha a criação do parque: “Reserva indígena e reserva da natureza a um só tempo, ele se enquadra numa mentalidade, numa preocupação comum em países adiantados como os Estados Unidos, onde as áreas de reservas florestais isoladas são mantidas e proliferam por iniciativa dos órgãos governamentais.”⁴⁶⁷

O modelo de conservacionismo norte-americano, reproduzido em vários países, sobretudo nos chamados de “terceiro mundo”, teve efeitos devastadores sobre as populações tradicionais, recriando a dicotomia entre “povos e parques”⁴⁶⁸. No entanto, no fim da década de 1930, desenvolve-se no Brasil a percepção do indígena como parte da natureza, a partir do uso racional dos recursos da terra e, portanto, agente de uma política de preservação. Nesse contexto, o índio era percebido como um “fator de conservação da flora e da fauna devida a sua identificação com a natureza.”⁴⁶⁹ Tal perspectiva norteia a proposta de criação do PIX, um tipo singular de parque que preconizava a interação entre homem e natureza, com o objetivo de garantir a sobrevivência dos índios e também da preservação da fauna e da flora da região.

Ainda no texto do anteprojeto, Darcy Ribeiro aponta a urgência, em seu ponto de vista, da criação de uma reserva territorial e da articulação de modelos de assistência ao índio, especialmente a partir de convênios traçados entre o SPI e outras agências e/ou instituições de saúde: “Por esse parque o SPI resolveria o problema que o preocupa de assegurar às populações xinguanas as terras de que necessitam e as condições sociais capazes de impedir o colapso fatal de que estão ameaçados.”⁴⁷⁰

No relatório anual de 1954, Darcy Ribeiro reafirma a necessidade da criação do PIX, agora salientando a unidade social e uniformidade cultural das populações indígenas do Xingu, o que seria um facilitador aos objetivos do SPI em incorporá-los à sociedade nacional, “sem o prejuízo de influências estranhas e danosas”⁴⁷¹. Em sua perspectiva, essa harmonia social entre

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 108-109.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ Eduardo Galvão. Entrevista ao Correio da Manhã, Rio de Janeiro, data incompleta. Microfilme 384. MI, 1958.

⁴⁶⁸ DIEGUES. A. C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 23.

⁴⁶⁹ LOPES, 1937 *apud* CASAZZA. *Proteção do patrimônio*. *op. cit.*, p. 193-194.

⁴⁷⁰ Projeto de lei para a criação do PIX extraído do Relatório de 1953 da SE. Sedoc-MI.

⁴⁷¹ Relatório anual SPI. MI, 1954.

os índios xinguanos só poderia ser mantida com a demarcação de suas terras e a redução, o quanto fosse possível, do contato com o branco.

O Parque Indígena do Xingu foi inaugurado em 1961, a partir do esforço conjunto de cientistas, intelectuais aliados aos interesses políticos de desenvolvimento e de proteção territorial, como afirmou Maia⁴⁷²: “A consolidação dessa reserva significaria a cristalização de uma prática estatal territorializada cuja legitimidade ia se formando ao longo do seu próprio processo de expansão pelo território.”

Em diálogo com a análise de Darcy Ribeiro, presentes tanto no projeto de lei para a criação do PIX quanto no relatório produzido para a UNESCO, o discurso de Gama Malcher, então diretor do SPI em 1954, por ocasião da abertura da solenidade em comemoração ao 44º aniversário do órgão, precisamente em 10 de junho daquele ano, aborda a questão do contato entre índios e brancos e também reafirma a necessidade da criação de uma reserva territorial para o índio brasileiro, na construção do argumento central do anteprojeto de lei para a criação do PIX. O discurso tem início celebrando os 44 anos de atividade do SPI junto aos indígenas brasileiros e apontando que, pelo tempo de experiência adquirida pelo órgão, já se pressupunha um amadurecimento de sua estrutura e gestão.

O texto segue apresentando a questão territorial e as demandas do contato entre índios e brancos como questões cada vez mais urgentes na continuação das atividades do SPI em relação à assistência aos grupos indígenas do território nacional. Ele articula, em sua fala, a memória humanística, ligada à administração de Rondon, às demandas contemporâneas que se apresentavam ao SPI naquele momento e, quase como um pedido, argumenta que o índio deve ser assistido e respeitado em sua cultura, a fim de que se mantenham índios, pois, segundo ele, seria uma maneira possível de garantir aos índios “um pouco de felicidade pelo muito que já os fizemos sofrer”⁴⁷³. Ainda sobre essa temática, é em tom bastante crítico que o então diretor do SPI aborda os perigos de uma integração entre indígenas e sociedade nacional sem uma devida reflexão ou compreensão do processo:

Essa civilização que vaidosamente colocamos com maiúsculas – para os índios se traduz em cachaça, sífilis e licenciosidade com suas famílias. De vantagens, se assim as podemos classificar – algumas contas coloridas, missangas, machados e facões. Este processo vem sendo usado com pleno êxito pelo branco invasor desde 1500.⁴⁷⁴

⁴⁷² MAIA. *Estado e território. op. cit.*, p. 181.

⁴⁷³ Gama Malcher. Discurso por ocasião do 44º aniversário do SPI. Sedoc-MI, 1954.

⁴⁷⁴ *Idem.*

O longo discurso aborda, ainda, a participação do SPI (na figura de Darcy Ribeiro) nas discussões acerca da criação do PIX e na valorização do indígena brasileiro, a partir do interesse e do conhecimento científico e humano sobre as mais diversas populações assistidas pelo órgão:

[...] criar no índio a consciência de seu próprio valor é uma necessidade que se impõe. Fazer com que ele caminhe com seus próprios pés. Não fazê-lo uma curiosidade de museu, um ser inferior, uma coisa que satisfaça a nossa vaidade. É um ser humano digno de viver como nós outros.⁴⁷⁵

É a partir dessa concepção, qual seja, valorizar o índio brasileiro em sua multiplicidade e não como peça de museu apenas, que é criado, em 1953, o Museu do Índio (MI), também sob a coordenação direta de Darcy Ribeiro, então chefe da SE. Sobre essas duas investidas em torno da questão indígena nacional, Darcy se orgulha de sua contribuição e afirma em seu emblemático texto “Minhas peles”⁴⁷⁶:

[...] saudosa pele minha foi a de etnólogo indigenista. Vestido nela vivi dez anos nas aldeias indígenas do Pantanal e da Amazônia. Não os salvei e esta é a dor que mais me dói. Apenas consolam algumas poucas conquistas, como a criação do Parque Indígena do Xingu e do Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

4.2 Museu do índio e curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural: mudança de paradigmas sobre o índio brasileiro e investida na formação de etnólogos

A inauguração do Museu do Índio (MI) cumpriu, dez anos depois, uma determinação presente no regimento interno de 1942 para a criação da Seção de Estudos, tema já abordado no capítulo 2 desta tese. De acordo com o artigo 8º, seria competência da SE, entre outras demandas: “manter um museu na sede e mostruários nas inspetorias com artefatos, filmes, gravações sonoras e documentação fotográfica sobre o índio e sobre as realizações que em seu benefício sejam levadas a efeito pelo SPI.”⁴⁷⁷ Porém, somente em 1952, quando Darcy Ribeiro assumiu a chefia da Seção de Estudos, é que esse projeto foi retomado. No relatório anual de 1953, em clara referência ao decreto-lei que determinava a criação de um museu no âmbito da SE, Darcy Ribeiro dá uma explicação para o aparente atraso da concretização dos objetivos dispostos em lei: “museu não se improvisa e só 10 anos depois, como coroamento das atividades

⁴⁷⁵ *Idem.*

⁴⁷⁶ Texto de Darcy Ribeiro publicado em 1995 no livro de sua autoria “O Brasil como problema”. (Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995).

⁴⁷⁷ Regulamento Interno SE. Sedoc-MI, 1942.

de pesquisa e documentação levadas a efeito pela equipe de técnicos da SE foi possível abrir ao público o Museu do Índio.⁴⁷⁸

É importante salientar que desde as primeiras pesquisas de campo realizadas por Darcy Ribeiro no âmbito do SPI, ele e sua equipe recolhiam materiais representativos da cultura e da arte indígena presentes nas aldeias visitadas⁴⁷⁹, como era comum aos pesquisadores e viajantes desde os séculos passados, entretanto sua perspectiva museológica pode ser considerada como moderna e com o claro objetivo de valorizar o aspecto artístico das culturas indígenas brasileiras. Segundo Couto⁴⁸⁰ a formação ou informação museológica de Darcy Ribeiro, se deu a partir do contato com três interlocutores importantes. O primeiro, Herbert Baldus, seu mestre desde a ELSP, que dirigiu o departamento de etnologia do museu paulista entre as décadas de 1940 e 1960, onde realizou periodicamente “a coleta de material etnográfico e aumentou o numero de salas para a sua exibição, o que significou aumentar o seu meio de difusão.”⁴⁸¹ Além de Baldus, outro nome importante nesse contexto foi o de Eduardo Galvão que, apesar de atuar ao lado de Darcy no SPI, desenvolveu suas pesquisas e sua formação científica e profissional no âmbito do Museu Nacional (MN), dirigiu a seção de etnologia do Museu Goeldi na década de 1950 e esteve sempre atento à questão cultural dos grupos indígenas visitados. Por fim, o terceiro nome foi Alfred de Metraux, representante da UNESCO “e cuja trajetória profissional estava associada à criação do museu do homem em Paris na década de 30.”⁴⁸² Além desses intelectuais citados, a figura de Geraldo Pitaguary⁴⁸³, museólogo da SE na década de 1950, também foi importante para a concepção do MI, como analisa Ione Couto⁴⁸⁴.

O MI⁴⁸⁵ foi inaugurado em 19 de abril de 1953, mesmo dia em que se comemorava o dia do índio americano⁴⁸⁶, como Darcy Ribeiro fez questão de salientar no relatório anual sobre

⁴⁷⁸ Relatório SE. Sedoc-MI, 1953.

⁴⁷⁹ Não há, porém, registros formais dessas peças recolhidas por Darcy Ribeiro em suas viagens, nem nos arquivos da SE, Museu do Índio ou em seus arquivos pessoais.

⁴⁸⁰ COUTO. *Armazém da memória. op. cit.*

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 256.

⁴⁸² COUTO. *Armazém da memória. op. cit.*

⁴⁸³ No final de 1950, Pitaguary recebeu do governo francês uma bolsa de estudos para estagiar no Museu do Homem e no Museu de Arte e Tradições Populares, tendo partido do Rio de Janeiro em janeiro de 1952 e permanecido na Europa até julho de 1953. Durante esse período, além de ter atuado em todos os departamentos daquelas instituições, promoveu, ao final de seu estágio, visitas aos principais museus europeus instalados nas capitais dos países daquele continente. Se, por um lado, Pitaguary se ausentou da Seção de Estudos no justo momento em que Darcy Ribeiro assumiu a sua chefia, por outro, a correspondência que ambos trocaram durante aquele período contribuiu para a preparação do projeto museográfico do novo núcleo da Seção de Estudos, que veio a receber o nome de Museu do Índio. (*Ibidem*, p. 257).

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ O primeiro endereço do Museu do Índio foi na Av. Graça Aranha, nº 81, RJ, sede do CNPI e do SPI. Desde 1978, a sede passou para a Rua das Palmeiras, em Botafogo-RJ.

⁴⁸⁶ Dia estipulado a partir do encontro do I Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em Michoacán, México, em 19 de abril de 1940. Por meio de decreto-lei nº 5540, de 20 de junho de 1943. Ref. Couto, 2005.

as atividades da SE naquele ano. O prédio que abrigou o museu foi projetado pelo arquiteto Aldary Toledo⁴⁸⁷, que providenciou a readaptação do espaço e preparou as instalações para as salas. O museu foi organizado para funcionar com exposições rotativas, apoiadas no amplo arquivo fotográfico. Além da sala de exposições, o espaço contava com uma biblioteca especializada em etnologia brasileira, inaugurada por seu patrono, Cândido Mariano da Silva Rondon, uma sala de projeção e um auditório.

A cerimônia de abertura teve a participação de Herbert Baldus⁴⁸⁸, então diretor do Museu Paulista, que a convite de Darcy Ribeiro⁴⁸⁹ pronunciou uma conferência sobre o papel dos museus nos estudos de etnologia. A primeira exposição foi realizada com alguns materiais, como: máscaras cerâmicas, arte plumária e artes gráficas⁴⁹⁰. Sua organização tinha por objetivo apresentar ao visitante a variedade das línguas e das tradições dos grupos indígenas brasileiros, a fim de:

[...] quebrar estereótipos correntes sobre o índio, que vão se generalizando na população, divulgados pelo cinema estrangeiro e por outras fontes. Assim, o preconceito que o índio seja necessariamente rude, preguiçoso, vingativo e tantas outras falácias frequentemente repetidas são desmoralizadas sem referência explícita a ela através de mostruários que documentam e a delicadeza e o alto grau de elaboração de certas artes indígenas.⁴⁹¹

Segundo Couto⁴⁹², o MI era pioneiro não somente pela temática indígena, mas principalmente por sua abordagem humanística e social da cultura e da arte indígena brasileira, diferente dos demais museus criados no país⁴⁹³ até o momento, a autora argumenta que seria a primeira vez que um museu “assumia explicitamente e sem reservas seu papel político,

⁴⁸⁷ Arquiteto Aldary Toledo (1915-1998), carioca, foi personagem importante na formação da arquitetura moderna brasileira. Fez parte do grupo liderado por Carlos Leão no Serviço de Arquitetura da Comissão do Plano Piloto para a Universidade do Brasil. Assumiu o cargo de arquiteto-adjunto para a execução do projeto final, naquele momento liderado por Jorge Moreira, do campus da futura UFRJ (Ilha do Fundão). (MARQUES, A. A trajetória do arquiteto Aldary Toledo: onde estão os desenhos do Centro Petroquímico da Petrobrás em Camaçari? *Drops*, São Paulo: Vitruvius, ano 17, n. 115.09, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/17.115/6500>>. Acesso em: 16 fev. 2017).

⁴⁸⁸ A conferência não teve registro textual.

⁴⁸⁹ Em carta de 20/03/1953, Darcy escreve a Baldus convidando-o a proferir a fala de abertura do Museu do Índio, no mês seguinte. Nessa mesma carta, Darcy informa a Baldus que, caso houvesse o aceite, seria enviado um convite formal assinado pelo diretor do SPI, José da Gama Malcher.

⁴⁹⁰ A primeira exposição do museu contou com material recolhido por Darcy Ribeiro e sua equipe no período de 1949 a 1951, entre os índios Urubu no sul do Mato Grosso. “Sobre a primeira exposição não há relatos detalhados sobre as peças e nem mesmo registros fotográficos” (COUTO. *Armazém da memória. op. cit.*, p. 263).

⁴⁹¹ Relatório SE, sobre a criação do Museu do Índio. Sedoc-MI, 1953.

⁴⁹² COUTO, I. H. P. *Darcy e os Urubu: um caso entre colecionador e coleção*. 219 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

⁴⁹³ A autora Lília Schwarcz, em seu livro “O espetáculo das raças” (1993, p. 71-73), apresenta uma discussão acerca da criação de alguns museus no Brasil no século passado, como o Museu Nacional, criado em 1819, e o Museu Paulista, em 1894, ambos com aspirações em torno da botânica e da zoologia, por exemplo.

educacional, social e assistencial no cenário nacional.”⁴⁹⁴ A partir dessa perspectiva, o MI encontrava-se distante do padrão museológico e dos discursos vigentes em torno da questão indígena brasileira, colocando-se “a favor da causa indígena e buscando apresentar o índio sob uma nova perspectiva.”⁴⁹⁵ Nesse sentido, o MI estava em consonância com o discurso empreendido pela diretoria do SPI e fortemente influenciado pela atuação de Darcy Ribeiro no que tangia aos dilemas da causa indígena e no que se referia a apresentar o índio sob uma nova perspectiva, valorizando-o em sua cultura e língua nativas. Segundo Darcy, “*Tout y a été mis en oeuvre pour éveiller la sympathie á l'égard des indiens, présentés comme des êtres humains qui, dans les limites de leur culture et des ressourcers de leur habitat, ont apporté leurs solutions propres à des problemés humains universels.*”⁴⁹⁶ Durante sua gestão foram realizadas quatro exposições temáticas, listadas no quadro a seguir:

Título	Ano
Índio do Brasil	1953
Parque Indígena do Xingu	1954
Rondon: Civilizador dos Sertões	1955
Arte Indígena Brasileira	1956

Quadro 5 – Exposições temáticas anuais organizadas durante a gestão de Darcy Ribeiro no MI

Fonte: Elaboração própria com base nos relatório anuais da SE.

Sobre essas exposições, não há material nem imagens, porém encontrei em uma carta escrita por Berta Gleizer, esposa de Darcy Ribeiro no período, endereçada a Oracy Nogueira e sua esposa Lizette, uma bela descrição de uma das exposições mencionadas, a terceira delas (Rondon: Civilizador dos Sertões), conforme reproduzo:

A 19 deste inaugurou-se a terceira exposição do Museu do Índio. Está uma beleza, mas custou um trabalho imenso e sacrifícios mesmo para todo o pessoal da SE e os alunos do curso. Todos nos improvisamos em pintores, faxineiros, arrumadores de vitrines, carpinteiros, só vendo. O Darcy passou duas noites – praticamente em claro – no museu. Mas valeu a pena. É a exposição mais bonita que se fez [...]. O tema é Rondon, civilizador dos sertões. O General completa 90 anos em maio próximo e a exposição é em sua homenagem. Focaliza a sua obra de geógrafo, edificador de linhas telegráficas, incentivador da ciência e protetor dos índios. Para focalizar a obra

⁴⁹⁴ COUTO. *Darcy e os Urubu. op. cit.*, p. 65.

⁴⁹⁵ *Idem.*

⁴⁹⁶ Tradução livre: “O museu foi organizado de forma a suscitar simpatia para os índios, apresentando-os como seres humanos que, dentro das limitações de sua cultura e recursos do seu *habitat*, elaboraram suas próprias soluções para problemas humanos universais.” (RIBEIRO, D. Le Musée de l’indian. *Revista Museum*, Paris, n. 9. 1955, pp. 3-10, p. 3).

de geógrafo fizeram um mapa com o traçado antigo e a retificação feita por Rondon; num canto está o teodolito que utilizou para a determinação dos pontos geográficos. A edificação de linhas telegráficas está expressa num outro mapa, ao lado do qual está montado um poste telegráfico do qual sai um fio cobrindo a área onde foram estendidos os fios de um antigo aparelho telegráfico. Num outro painel estão desenhados espécimes de flora, fauna e mineralogia, uma estrutura geológica e um desenho de cabaça, representando a contribuição dos cientistas que acompanharam Rondon, com as capas dos respectivos livros. Finalmente, um painel sobre o Serviço de Proteção aos Índios e um retrato de Rondon, exaltando sua obra de proteção.⁴⁹⁷

Segundo Couto⁴⁹⁸, a criação do Museu do Índio representou uma tentativa de Darcy Ribeiro transferir, ou pelos menos dividir com o Museu Nacional, o espaço político por ele ocupado no campo da etnologia indígena no Rio de Janeiro. “A criação do MI poderia representar um novo espaço de discussão e de difusão de conhecimento da causa indígena pouco ou nada influenciado pelo MN”⁴⁹⁹.

É importante destacar que a relação entre o MN e o SPI pode ser observada desde a criação deste último em 1910, porém foi no final da década de 1930, com a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) que as instituições estabeleceram uma relação de cooperação em torno da questão indígena nacional, a qual ficou claramente expressa na redação dos Regimentos Internos do CNPI e do SPI. Reforçada pela presença de Heloisa Alberto Torres e Roquete-Pinto, então pesquisadores desse museu como membros do conselho, sendo que Heloisa Alberto Torres como diretora do MN possuía assento permanente no CNPI, conforme determinava o regimento. “Essa conjuntura fazia com que esse museu fosse a única agência científica a manter relações com as agências indigenistas”.⁵⁰⁰

Além disso, o MI⁵⁰¹ foi criado com o objetivo de ampliar a divulgação das atividades científicas do SPI ao longo do tempo e também de promover o ensino de Etnologia Brasileira, como descrito no relatório da SE sobre o ano de 1953. Nesse sentido, dois anos após sua inauguração, o museu sedia o primeiro curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (Caac), coordenado por Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão.

⁴⁹⁷ Carta de Berta Gleizer (BG) a ON e Lizette Nogueira (LN), 23/04/1955.

⁴⁹⁸ COUTO. *Darcy e os Urubu. op. cit.*

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 122.

⁵⁰⁰ COUTO. *Armazém da memória. op. cit.*, p. 164.

⁵⁰¹ O Museu do Índio permaneceu sob a coordenação do SPI até 1961, quando a sede do Serviço foi transferida para Brasília e o Museu permaneceu no Rio de Janeiro, agora integrando a Seção de Documentação e Divulgação do CNPI. Em 1967, com a criação da FUNAI (lei nº 5.371 de 05/12/1967), o SPI e o CNPI foram extintos e o Museu do Índio passou a integrar o organograma da FUNAI, subordinado à divisão de Estudos e Pesquisas do Departamento Geral de Planejamento Comunitário. Em 1978, o Museu mudou-se para a atual sede, à Rua das Palmeiras, em Botafogo. (MUSEU DO ÍNDIO. *Histórico*. Documento oficial. Rio de Janeiro, 2003).

4.2.1 Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (Caac)

O curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural (Caac) foi criado em 29 de outubro de 1954, a partir de um convênio firmado entre a diretoria do SPI, nas figuras de seu diretor Malcher e do chefe da Seção de Estudos desse órgão, Darcy Ribeiro, e da diretoria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na figura do Secretário Geral Anísio Teixeira⁵⁰². O curso foi projetado para ter a duração de um ano, ou seja, nove meses de disciplinas teóricas e três meses dedicados ao trabalho de campo. Desse modo, estaria contribuindo diretamente para a formação de etnólogos interessados no trabalho de campo. Segundo Darcy Ribeiro, o curso foi organizado com o objetivo geral de proporcionar aos já licenciados em ciências sociais no país, o “ensino e o treinamento necessários para iniciarem carreiras de pesquisadores de campo da antropologia”⁵⁰³. Além disso, a criação do curso no âmbito do MI traria contornos científicos mais definidos ao SPI⁵⁰⁴, órgão sede do museu e, portanto, do curso. Seria a primeira vez que o SPI se vincularia ao sistema de ensino em antropologia.

Antes da empreitada do Caac, Heloisa Alberto Torres⁵⁰⁵ tentou criar, em 1950, um curso de pós-graduação em Antropologia no MN (submetido à Capes em 24/08/1953), recuperando a ideia da formação de antropólogos profissionais, porém não teve êxito na empreitada⁵⁰⁶. Antes, porém, ela foi responsável por outros cursos no âmbito do MN, como: “Estudos nacionais de etnografia do Brasil” (1932); “Evolução das teorias etnográficas” (1933); e “A mulher entre os índios do Brasil” (1934).⁵⁰⁷

⁵⁰² Anísio Teixeira (1900-1971) foi um importante cientista social no âmbito da criação de políticas educacionais no Brasil. Especializou-se em Ciências Sociais na Universidade de Columbia – NY na década de 1920. Na volta ao Brasil, na década de 1930 assumiu a presidência da Associação Brasileira de Educação (ABE). Em 1946, passou uma temporada em Paris onde foi conselheiro da UNESCO. No Brasil, na década de 1950, foi secretário geral da CAPES e do INEP. Em 1963 foi reitor da UNB, sendo deposto com o Golpe militar de 1964. Fonte: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁵⁰³ Relatório Caac de Darcy Ribeiro. MI, 1957.

⁵⁰⁴ Em 1952 é contratado para assumir a chefia da Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI, Eduardo Galvão e em 1954 é contratado Roberto Cardoso de Oliveira como etnólogo do Museu do Índio, ampliando assim a atuação científica no âmbito do referido órgão. (Dados disponíveis no documento intitulado “Dados-Bibliográficos de Darcy Ribeiro”, Ministério da Agricultura. Série SPI. MI, [s.d.]).

⁵⁰⁵ Heloisa Alberto Torres atuou como conselheira e como presidente do CNPI entre 1939 e 1957, durante esse período apresentou intervenções que se caracterizaram pela defesa constante do aperfeiçoamento das técnicas etnográficas do CNPI e SPI, além de articular junto ao governo federal a regulamentação da carreira de antropólogo e da constante preparação científica de etnógrafos atuantes nos órgãos indigenistas do país. Sobre a atuação de Heloisa Alberto Torres no CPI, ver: FREIRE. *Idem*; RIBEIRO. *Heloisa Alberto Torres. op. cit.*

⁵⁰⁶ FREIRE. *Indigenismo e antropologia. op. cit.*

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 88.

O Caac foi, então, o primeiro curso de especialização em Antropologia Cultural a partir de uma abordagem mais ampla. Entre os objetivos do curso estava a contribuição direta para a formação de técnicos, “pessoal especializado em antropologia”, capazes de compor os quadros de diversos órgãos públicos e científicos, como o caso do Museu Nacional, Museu Goeldi, Museu Paulista, Museu Paraense e o próprio MI. Entretanto, nenhum dos alunos que concluíram o curso estava vinculado ao MI, ou mesmo ao SPI de forma geral, o que se devia, talvez, pela exigência de dedicação exclusiva durante a formação⁵⁰⁸. Sobre essa questão, Darcy afirmou:

A Seção de Estudos do SPI não tem qualquer atribuição diretamente assistencial. Seus propósitos fundamentais são, primeiro, promover o estudo etnográfico das populações indígenas e a documentação através de fotografias, filmes e gravações sonoras de todos os aspectos das culturas indígenas suscetíveis destes tipos de registros; e segundo, através destes estudos, contribuir para o aprimoramento dos métodos assistenciais do SPI e para prestar orientação à sua Diretoria [...]. É, portanto, à luz destes propósitos que se deve examinar as vantagens e contribuições práticas do curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural.

O curso funcionou durante dois anos letivos, entre 1955 e 1956. Nesse período, fizeram parte do corpo docente formal, e também proferiram conferências temáticas, grandes antropólogos do período, como: Roberto Cardoso de Oliveira, Eduardo Galvão, José Bonifácio, Kalervo Oberg, Luiz de Castro Faria, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Joaquim Mattoso⁵⁰⁹, como disposto no quadro abaixo:

Conferências /Seminários	Professor(es) Responsável(eis)
Introdução à Antropologia Geral	Darcy Ribeiro
Introdução à Antropologia Biológica*	Castro Faria
Introdução à Antropologia Cultural	Darcy Ribeiro, Kalervo Oberg, Eduardo Galvão e Luís da Costa Pinto
Introdução à Antropologia Brasileira	Darcy Ribeiro, Edison Carneiro, Manuel Diegues Jr.
Estudos Brasileiros de Antropologia	Darcy Ribeiro, Castro Faria, Eduardo Galvão, Kalervo Oberg, Costa Pinto, Charles Wagley, J. Honório Rodrigues, Marina Vasconcelos, Vitor Nunes Leal e Mattoso Câmara

*Nesse seminário, eram abordados os conceitos de raça e de preconceitos raciais, ambos os temas ficavam a cargo do professor Luís da Costa Pinto

Quadro 6 – Seminários Caac

Fonte: Elaboração própria com base nos Anais IIRBA⁵¹⁰.

Como objetivo do curso, Darcy Ribeiro descreveu:

⁵⁰⁸ O curso oferecia uma bolsa pela dedicação integral: “Os estagiários terão ajuda mensal de Cr\$ 3.000,00 durante o curso, e os aprovados receberão uma bolsa de Cr\$ 20.000,00 para a realização de uma pesquisa de campo” (Relatório de Darcy Ribeiro. Herbert Serpa. MDR, [s.d.]).

⁵⁰⁹ MATTOS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*, p. 117-118.

⁵¹⁰ CASTRO FARIA, L. Curso de aperfeiçoamento em antropologia cultural. In: ABA. *Anais da II Reunião. op. cit.*, p. 346-347.

Este curso virá preencher uma das lacunas do nosso ensino superior que, embora ministrando cursos básicos de Antropologia não conta com nenhum curso de nível mais alto, capaz de proporcionar uma formação que abra perspectivas de profissionalização seja no campo da pesquisa ou da aplicação prática. Os cursos de Geografia e História e o de Ciências Sociais das nossas Faculdades de Filosofia bem como os da Escola Brasileira de Administração Pública estão orientados para preparem professores secundários ou administradores e não têm condições de propiciar um preparo adequado em métodos de pesquisas. Esta precariedade ficou manifesta ainda recentemente quando se procurou jovens com formação em Antropologia para colaborar em programas de pesquisa levados a efeito no Estado da Bahia e no Rio e, ainda agora, na organização de um plano de pesquisa de comunidades na Amazônia. Em todos aqueles casos se perderam não somente oportunidades de aperfeiçoamento nos métodos de trabalho de campo por não existir pessoa devidamente preparada para aproveitá-las, como também ocasiões únicas de proporcionar a pessoal brasileiro um conhecimento direto e vivo das situações e problemas característicos de vastas regiões do país.⁵¹¹

A preferência por homens para compor o quadro de alunos do curso aparece também em carta de Darcy Ribeiro a Eduardo Galvão, de 24/01/1955. Na carta, ele informa que a inauguração do curso está prevista para março daquele ano e segue: “tem aparecido candidatos, sobretudo mulheres, o que não seria de todo mal, se fossem realmente boas. Infelizmente teremos de aceitar no mínimo três donas, para quatro rapazes, tal é a desproporção dos sexos interessados na antropologia [...]”

Essa questão de gênero não é discutida de modo formal por Darcy Ribeiro em qualquer documentação referente à criação do Caac, apenas em correspondências pessoais. Em 21/12/1954, Thales de Azevedo⁵¹² escreve a Darcy Ribeiro pedindo que este aceite sua filha Maria David Azevedo, aluna do 3º ano de ciências sociais da Universidade da Bahia, para o curso, por meio de transferência. A transferência foi aceita e Maria passou a cursar o Caac já na sua primeira turma em 1955, tendo Darcy Ribeiro como orientador do trabalho final. Sobre a experiência da filha no curso, Thales de Azevedo escreve o seguinte a Darcy: “Maria tem escrito sempre muito satisfeita com o curso e animada com o trabalho de campo.”⁵¹³

Para a primeira turma, o Caac recebeu mais de 70 inscrições. Dessas, foram inicialmente selecionados 22 candidatos, os quais foram submetidos a uma entrevista, seguida de uma prova escrita sobre um tema escolhido pelo candidato de um lista de dez. Após essa etapa, apenas oito

⁵¹¹ Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural. Darcy Ribeiro. Microfilme 380, fotograma 1077. Cedoc-MI, 1956.

⁵¹² Thales de Azevedo (1904-1995) formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1927, porém, “acabou trocando a medicina pelas ciências sociais. Para tal decisão, muito contribuiu o seu ingresso, em 1943, na recém-criada Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, onde tornou-se professor de antropologia e etnografia”. Seguiu assim carreira nas ciências sociais. Atou na área da educação brasileira ao lado de Anísio Teixeira nas décadas de 40 e 50 e lecionou na Universidade de Columbia na década de 1970. Fonte: DICIONÁRIO. *op. cit.*

⁵¹³ Carta de Thales de Azevedo (TA) a DR, 21/10/55.

candidatos foram aprovados e deram início ao curso em 1955. Segundo Darcy Ribeiro, a limitação de vagas era prevista a fim de permitir um acompanhamento maior de cada aluno. A dinâmica de formação era dividida em duas partes fundamentais: as aulas teóricas, com duração de nove meses, e o trabalho de campo, com duração de três meses. A primeira parte do curso era composta por seminários semanais com duração de duas horas cada, na qual antropólogos e pesquisadores convidados debatiam sobre seus estudos, metodologia e trabalhos de campo. Além disso, eram programadas reuniões de orientação também semanais entre os alunos e seus respectivos orientadores (professores do curso), para fins da elaboração do projeto de pesquisa de campo, realizadas na segunda parte do curso. Destaco, ainda, que todos os alunos do Caac deveriam estagiar no Museu do Índio, com uma carga horária de quatro horas por dia em trabalhos de classificação de documentação, entre outras⁵¹⁴. A primeira turma foi composta pelos seguintes alunos:

Aluno	Curso anterior de formação na área
Maria Lais Mora Mousinho	Licenciada e bacharela em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (UB)
Maurício Brett de Menezes	Licenciado e bacharel em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da UB
Marcelo José Moretzson de Andrade	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
Maria David de Azevedo	Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia de Salvador-BA
Wilma Elias	Bacharela e licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de São Paulo
Sérgio Lamare	Bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia Católica do Rio de Janeiro
Antonio Pimentel Wintz	Bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da UB
Adalberto Dadel Beck	Graduado pelo <i>Summer Institute of Linguistics</i> de Oklahoma-EUA

Quadro 7 – Primeira turma do Caac e suas respectivas formações

Fonte: Elaboração própria a partir da documentação disponível no Memorial Darcy Ribeiro.

Entre os alunos aprovados para a primeira turma, somente quatro deles concluíram o curso: Maria Mousa Mousinho, Marcelo José Moretzson de Andrade, Maria David de Azevedo e Wilma Elias.

Como já assinalai, os alunos do Caac participavam das atividades do MI, enquanto cumpriam seus estágios, auxiliando na catalogação de material etnográfico e da documentação

⁵¹⁴ Essas informações encontram-se no relatório do SPI, sobre a criação do Caac (Sedoc-MI, 1955).

fotográfica da SE; na organização das exposições anuais; e até no atendimento ao público. Os trabalhos dos alunos contribuíram para o conhecimento de grupos indígenas, através dos trabalhos de campo realizados na segunda parte do curso, como no caso dos levantamentos feitos por Marcelo José Moretzson de Andrade entre os índios Maxakali, de Minas Gerais.

A pesquisa foi realizada nos primeiros meses de 1956, no Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, em Belo Horizonte. O objetivo do estudo era compreender como se processava a interação dos índios com a população sertaneja vizinha ao posto. Entre as principais questões levantadas por Moretzson, está a precariedade da assistência aos índios no referido PI, e sobre isso, apresenta algumas sugestões, como: aumentar o gado, para provimento dos índios; enviar periodicamente remessas de medicamentos, manter um enfermeiro no posto, além de garantir que o Estado providencie a assistência aos índios de forma mais efetiva; e, por fim, construir um engenho e instalar instrumentos para ralar a mandioca.⁵¹⁵ Desse modo, cabe ressaltar que o trabalho de campo gerou um diagnóstico da situação do PI visitado, sobretudo em relação à assistência sanitária empreendida aos índios.

No ano seguinte o Caac recebe uma nova turma formada pelos seguintes alunos:

Aluno	Curso anterior de formação na área
Carlos Araújo Moreira Neto	Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná
Dalto Moreira de Araújo	Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia do Distrito Federal
Jorge Guimarães de Oliveira	Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da UB
Lygia Estevão de Oliveira	Museologista do Museu do Estado do Recife-PE
Maria Heloisa Fenelon Costa	Curso em Belas Artes pela UB
Maria Pelegrini	Bacharela e licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Nobue Myasaki	Bacharel e licenciado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo
Hugo dos Santos	Graduado em Administração pela Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas-RJ

Quadro 8 – Segunda turma do Caac e suas respectivas formações

Fonte: Elaboração própria a partir da documentação disponível no Memorial Darcy Ribeiro.

⁵¹⁵ Possivelmente essas orientações não foram realizadas de fato no PI, porém as recomendações constam nos documentos oficiais do SPI daquele ano. (Fotograma 2089-2102/ CD: 02235. Sedoc-MI, 1956).

Dessa segunda turma, concluíram o curso os seguintes alunos: Carlos Araújo Moreira Neto, Dalto Moreira de Araújo, Jorge Guimarães de Oliveira, Lygia Estevão de Oliveira e Maria Heloisa Fenelon. Entre eles, destacou-se o estudo de Maria Heloisa Fenelon⁵¹⁶ sobre a mudança do papel social da mulher Karajá, a partir das atividades artísticas desenvolvidas no grupo indígena. A pesquisa foi realizada no Posto Indígena Getúlio Vargas, na Ilha do Bananal, em Goiás. O estudo ofereceu ao SPI importantes informações acerca da estrutura social e econômica daquele grupo, o que o permitiria assistir com mais propriedade os Karajá daquela região do país.

Ao longo desses dois anos de curso, Darcy Ribeiro orientou alguns trabalhos de campo, conforme organizado no quadro a seguir:

Aluno(a)	Título da Pesquisa	Ano
Marcelo José Moretzohn de Andrade	A assimilação dos Índios Maxakali de Minas Gerais	1955
Maria Lais Mora Mousinho e Wilma Elias Bier	Socialização da criança e o papel social da mulher na Vila de Monte Verde	1955
Maria David de Azevedo	Socialização da criança em Abrantes, Bahia	1955
Carlos de Araújo Moreira Neto	A expansão da sociedade nacional no sudeste do Pará e seu impacto sobre os grupos indígenas locais	1956
Dalton Moreira de Araújo	Estudo de uma comunidade de pescadores, Ilha de Convivência, município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro	1956
Jorge Guimarães de Oliveira	Vida econômica de uma comunidade rural: o município de São João da Barra, Rio de Janeiro	1956
Lygia Estevão de Oliveira	O processo de socialização da criança em Catuama, Estado de Pernambuco	1956
Maria Heloisa Fenelon Costa	A arte e o artista na cultura Karajá	1956

Quadro 9 – Trabalhos de campo orientados por Darcy Ribeiro no Caac

Fonte: Elaboração própria a partir da documentação disponível no Memorial Darcy Ribeiro.

Nesse contexto, o Caac significou uma investida importante no campo do ensino e da formação de antropólogos voltados para a valorização do trabalho de campo, sobretudo a partir da temática rural, presente na maioria dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos. Mais uma investida de Darcy Ribeiro no âmbito do SPI para a valorização de sua perspectiva científica em torno das questões ligadas aos índios e suas interfaces com o mundo rural circunvizinho.

⁵¹⁶ Heloisa Fenelon após a conclusão do Caac foi contratada em 1958 como naturalista do Museu Nacional, é enquadrada como antropóloga daquela instituição em 1960. Em 62 e 63, faz estágios no Museu do Homem e no Museu de Artes e Tradições Populares, em Paris. A partir de 64 é a responsável pelo Setor de Etnografia e Etnologia no Museu Nacional, onde, no ano seguinte, passa a pesquisadora em regime de dedicação exclusiva. Na década de 60 divulga a temática da arte indígena, em especial suas pesquisas sobre os índios Karajá... (VIANNA. H. Coleções etnográficas do Museu Nacional. *Boletim ABA*, 27. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_22_RBA/html/ABA/boletins/b27/index.htm>. Acesso em: 21 mar. 2017).

Além disso, fica clara, já nesse período, a preferência na formação de pesquisadores de campo em detrimento da formação de professores da área, questão que anos mais tarde marcou em definitivo o distanciamento de Darcy Ribeiro das universidades.

Também como parte desse processo de afirmação e formação de um campo de pesquisa, e também de seu lugar como produtor de conhecimento etnológico a respeito dos índios do Brasil, focalizo na atuação de Darcy Ribeiro como professor da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e na sua ativa participação na criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), além da participação em outras sociedades científicas.

4.3 A representatividade institucional e a docência no ensino superior

Lucia Lipp de Oliveira⁵¹⁷ afirma que, no Rio de Janeiro da década de 1950, não havia ainda espaços acadêmicos bem definidos no âmbito das ciências sociais, ainda que já funcionassem os cursos da Faculdade Nacional de Filosofia, porém sem autonomia didática e administrativa. Por essa razão fundamental, a autora compreende a criação de outros centros fora da universidade, capazes de produzir os debates científicos em torno da sociedade brasileira daquele momento histórico. Seguindo esse argumento, insiro nesse contexto a ABA, órgão estruturado para unir a produção antropológica brasileira do período, com sede no Rio de Janeiro, local também da Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, que definiu em termos regimentais e temáticos a criação efetiva da ABA dois anos mais tarde.

Tais preocupações com espaços de atuação e a representatividade das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro pareciam ser também questões para Darcy Ribeiro, como se verifica a partir do convite que recebeu para fazer parte da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), criada em 1950, com o objetivo unir cientistas sociais em torno de temas como metodologia científica e ensino e processos de mudança social⁵¹⁸. Darcy Ribeiro torna-se membro da SBS ainda em 1950 a convite de Oracy Nogueira. Em carta, Darcy aceita o convite para ingressar na SBS, reitera a importância da criação de uma sociedade com tais características em São Paulo, porém sugere que tão logo se crie sessões estaduais, a fim de ampliar o debate e possibilitar uma maior contribuição de pesquisadores de outras cidades:

Era manifesta a necessidade, entre nós, de uma instituição que juntasse os profissionais no campo da Sociologia para troca de experiências e fixação de

⁵¹⁷ OLIVEIRA, *As ciências. op. cit.*

⁵¹⁸ LIMA, N. T. *Sociedade Brasileira de Sociologia: 60 anos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

orientações. Coube a São Paulo, nosso maior centro de Estudos Sociais, criá-la e manter sua sede. Agora me parece indispensável um segundo passo, a fundação de sessões estaduais nas cidades como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre e outras, assegurando a todos os membros os benefícios que esperamos e aproveitando a contribuição de cada um para que seus objetivos sejam alcançados.⁵¹⁹

A primeira Reunião Brasileira de Antropologia (IRBA) ocorreu entre os dias 8 e 14 de novembro de 1953 no Museu Nacional do Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura e por intermédio da Reitoria da Universidade do Brasil. Essa reunião foi organizada pelos antropólogos Edgard Roquette-Pinto (presidente), Heloisa Alberto Torres, Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro, Edson Carneiro, Bastos Ávila, Maria Júlia Pourchet Passos, M. Diégues Jr., José Bonifácio M. Rodrigues, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Luís de Castro Farias.

A mesa diretora da reunião foi composta por Herbert Baldus (presidente), Thales de Azevedo (1º vice-presidente), J. Loureiro Fernandes (2º vice-presidente), M. Diégues Jr. e René Ribeiro (secretários). A IRBA apresentou discussões em torno dos problemas de ensino da antropologia; possibilidades de pesquisa e de exercício da atividade técnico-profissional (instituições oficiais e particulares); o indígena; o negro, o branco povoador, imigrantes de diferentes origens; estudo de comunidades; áreas regionais; cultura e personalidade; antropologia física; arqueologia; linguística⁵²⁰.

Além disso, reuniu trabalhos antropológicos realizados no Brasil até o momento, funcionando como uma espécie de balanço acerca da produção científica. Também nessa primeira reunião foi instituído um regulamento interno que determinava a data da próxima reunião, os temas a serem abordados das mesas de debates, os perfis aceitos para os membros da reunião, as quotas a serem pagas pelos membros e a estrutura da composição das mesas de discussão.

Darcy Ribeiro teve participação na estruturação dessa reunião e, em carta a Baldus, expõe suas expectativas para o evento, sobretudo no que tangia à oportunidade de conhecer o que estava sendo produzido em antropologia no país:

Os antropólogos do Rio estão agitados com o preparo da Primeira Reunião de Antropologia, programada para a primeira quinzena de novembro. Será, ao menos, uma oportunidade de conhecer o pessoal do interior que se ocupa do assunto. Serão preparados de encomenda alguns informes gerais para garantir algum rendimento porque é perigoso confiar no envio de teses. D. Heloisa é dona do brinquedo e parece muito interessada em levar a coisa adiante, quando

⁵¹⁹ Carta de DR-ON, 05/06/1950.

⁵²⁰ LINS RIBEIRO, G. Depoimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 46, n. 2, 2003.

mais não seja para fazer um brilhareco diante de sua futura banca de concurso.⁵²¹

Herbert Baldus, no entanto, não se mostra animado com o evento e responde apresentando duras críticas ao formato da reunião, chegando a afirmar que a produção científica do Rio de Janeiro não o interessava, salvo apenas os trabalhos produzidos por Eduardo Galvão e por seu discípulo Darcy Ribeiro:

A respeito da reunião de antropologia: encaro com sentimentos mistos todo esse assunto. Existem apenas dois etnólogos formados e produtivos no Rio: você e o Galvão. Vocês dois são as únicas pessoas lá que cientificamente me interessam. Uma reunião com vocês será pra mim sempre um grande prazer, mas esse negócio de relatores, votação e aprovação, isto é, o aparelhamento característico de congressos sul-americanos, desconhecido na Europa, e pelo que sei, também na América do Norte, considero coisa indigna de cientista, pois cada qual provavelmente só apresentaria um trabalho da especialidade em que é autoridade não precisando do aplauso de um rebanho do qual a maior parte não entende nada do assunto.⁵²²

A crítica de Baldus parecia querer reafirmar o pioneirismo e o destaque da escola paulista diante do momento de ampliação dos espaços institucionais no âmbito das ciências sociais no Brasil do período. Nesse momento específico de conformação de um campo de análise e atuação profissional, muitas investidas acadêmicas e institucionais foram empreendidas no país, não somente no eixo Rio-São Paulo: caso da Bahia, por exemplo, estado que sediou a segunda Reunião Brasileira de Antropologia (IIRBA), ocorrida entre 3 e 8 de julho de 1955, na Faculdade de Filosofia de Salvador-BA, conforme estabelecido dois anos antes no regulamento interno instituído por ocasião da IRBA. Diferente do formato da primeira reunião, a edição realizada em Salvador foi idealizada pelos próprios antropólogos e as sessões foram subdivididas em conferências e simpósio temáticos.

Darcy Ribeiro fez parte da comissão organizadora⁵²³ e apresentou quatro palestras distintas. A primeira, em uma conferência com o título “Uirá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio Urubu que sai à procura de Deus”; a segunda: “Convívio e contaminação: e feitos dissociativos da depopulação por epidemias entre índios”⁵²⁴; a terceira: “Um programa de ensino da cadeira de Língua Tupi”⁵²⁵; e a quarta conferência, intitulada:

⁵²¹ Carta de DR-HB, 12/05/1953.

⁵²² Carta de HB-DR, 10/08/1953.

⁵²³ Darcy Ribeiro foi secretário da ABA entre 1955 e 1957, membro do Conselho Científico entre 1958 e 1963, e presidente entre 1959 e 1961.

⁵²⁴ Artigo discutido e contextualizado no capítulo 3 desta tese.

⁵²⁵ Será abordado nesse capítulo no âmbito da atuação de Darcy Ribeiro como docente na FNFfi.

“Estudos de etnologia indígena: atividades científicas do Museu do Índio, Serviço de Proteção aos Índios”.

O texto da primeira conferência, publicado nos anais da IIRBA, em 1957, narra a história de um índio Urubu que se matou em 1939 na vila de São Pedro, no Maranhão. Nessa conferência, Darcy Ribeiro recupera a história do índio Urubu, Uriá, que perdeu seu filho para uma epidemia que atingiu sua aldeia no fim da década de 1930. De acordo com relatos presentes nos documentos oficiais do SPI, revisitados por Darcy Ribeiro e também nos depoimentos da família (mulher e filhos) de Uriá ao etnólogo, por ocasião da visita aos Urubu, em 1951, registrou-se que após a morte de seu filho, o índio Uriá teria entrado em um estado de profunda tristeza, de “desengano”, que o levou a investidas em busca da redenção mitológica figurada em Maíra, a divindade da criação na mitologia Urubu. Nessa busca, o índio deixou sua aldeia, seu grupo e seguiu em direção à capital São Luís, nesse percurso sofreu o desprezo e a violência da “civilização”, foi espancado e preso pela polícia da cidade. Na prisão, foi encontrado pelos funcionários do SPI, que o levariam de volta à sua aldeia, como supunham desejar Uriá. Esse, porém, se lança ao rio Pindará, conhecido como *habitat* de peixes-piranha, suicidando-se.

A lenda em torno do suicídio de Uriá, acompanhada dos relatos recolhidos por Darcy anos mais tarde sobre o ocorrido, perfazem a interpretação do etnólogo em torno da fascinação do índio com as “coisas” dos brancos e mesmo com a vinculação de Maíra à civilização, como no trecho citado acerca da cosmogonia Tupi, na versão dos Urubu em torno da figura mítica de Maíra: “A morada de Maíra é de pedra, de espelho, não há nada de madeira lá. Maíra se veste com roupa como espelho, tem também um espelho na testa, olha por ele e vê longe quem se encaminha para sua morada.”⁵²⁶ E, além disso, destaca o caráter violento do contato entre índios e brancos no trecho em que narra a busca de Uriá por Maíra, no caminho para São Luís:

Para Uriá este era o roteiro da morada de Maíra. Como era inevitável, encontrara logo as ranchadas dos pioneiros sertanejos, através das quais nossa sociedade se expande em seu avanço pela orla da mata maranhense. Ora, esta é precisamente a gente que estando mais próxima dos índios e mais desamparada nos ermos, inóspitos e desolados em que se encontra, mais o teme.⁵²⁷

Para Darcy Ribeiro, esse temor do desconhecido teria sido o motivo para o espancamento do índio naquele contexto.

⁵²⁶ RIBEIRO, D. Uirá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio Urubu que sai à procura de Deus. In: ABA. *Anais da II Reunião. op. cit.*, p. 24.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 26.

Em torno do suicídio de um índio da região do Maranhão, Darcy Ribeiro traz à cena antropológica, no âmbito da IIRBA, temas como: os efeitos dissociativos das epidemias, a violência do contato, a frágil atuação do SPI e a importância do conhecimento e da valorização da cultura material e imaterial dos grupos indígenas para melhor assisti-los. Esses temas eram recorrentes em suas palestras, textos institucionais e em sua produção acadêmica ao longo de sua trajetória como “antropólogo de índios”, o que justificaria, por exemplo, a publicação desse texto (na íntegra) em diversos periódicos ao longo dos anos subsequentes. Em 1957, foi publicado na revista “Anhembi”, em 1974 no livro “Uriá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo”; e, em 1997, no livro “Darcy gentidades”⁵²⁸.

Outra fala de Darcy na IIRBA foi: “Estudos de Etnologia indígena: atividades científicas do Museu do Índio, Serviço de Proteção aos Índios”. Nessa seção, Darcy Ribeiro enfatiza o caráter científico dos estudos em relação à temática indígena, implementado no SPI, sobretudo a partir da criação do Museu do Índio, com a contratação de novos profissionais especializados aos quadros e da cooperação com outras instituições científicas e com profissionais da saúde em prol da assistência indígena. Darcy argumentou que se tornavam cada vez mais necessários estudos etnológicos que abordassem a “demografia, os índices de natalidade, fecundidade e mortalidade, os efeitos dissociativos das epidemias” entre outros a fim de compreender melhor a cultura e o contexto social em que se inseriam as populações indígenas brasileiras. É nesse sentido que, segundo Darcy Ribeiro, a orientação científica do SPI estaria contribuindo para a questão indígena do país.

Um dos resultados alcançados pela reunião, além de um amplo debate sobre o campo da antropologia no Brasil na década de 1950, foi a constituição formal da ABA, com sede no Rio de Janeiro. De acordo com a resolução de criação, a ABA⁵²⁹ seria um “órgão de âmbito nacional destinado a congregar os especialistas em Antropologia com exercício nos setores profissionais do ensino e da pesquisa.”⁵³⁰ Com a criação dessa associação, instituiu-se também a primeira diretoria formada por antropólogos: Luiz de Castro Farias, do MN, como presidente da associação; Darcy Ribeiro, do SPI, como secretário, e Roberto Cardoso de Oliveira, também do MN, como tesoureiro.

As falas apresentadas na IIRBA obedeceram às subdivisões temáticas definidas entre Pré-História (Paleontologia e Arqueologia); Antropologia Física; Antropologia Cultural e

⁵²⁸ *Idem. Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo*. São Paulo: Paz Terra, 1974.; *Idem. Darcy gentidades*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1997.

⁵²⁹ Sobre a história da ABA, ver: CORREA, M. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília: ABA, 2003, p. 46-49; CARDOSO DE OLIVEIRA. *Depoimento. op. cit.*

⁵³⁰ Regulamento de criação da ABA (ABA. *Anais da II Reunião. op. cit.*).

Social; Linguística; Folclore e Problemas profissionais e de ensino da Antropologia. Como membros, seriam aceitos professores universitários, docentes livres, assistentes e auxiliares de antropologia, etnologia e outras ciências sociais; também técnicos, pesquisadores diplomados e estudantes de nível superior em antropologia, etnologia e outras ciências sociais; e, por fim, autores de publicações e outros trabalhos de valor nos referidos campos de atuação.

A IIRBA contou com a apresentação de 33 conferências temáticas e cerca de dez instituições de pesquisa brasileiras e internacionais, dispostas por ordem de fala no quadro seguinte:

Conferencista	Título da conferência	Instituição de origem
Darcy Ribeiro	Uirá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio Urubu que sai à procura de Deus	SPI e UB
Herbert Baldus	A distinção entre História e Arqueologia	Museu Paulista e ELSP – São Paulo
Carlos Ott	Notas sobre arqueologia da Bahia	Universidade da Bahia
Valentim Calderón	Reclassificação de algumas pinturas rupestres epipaleolíticas	Faculdade Católica de Filosofia da Bahia
Hiroshi Saito	Habilitação rural de japoneses nos estados de São Paulo e do Paraná	ELSP – São Paulo
Egon Schaden	Karl Von den Steinen e a etnografia brasileira	USP
Darcy Ribeiro	Efeitos dissociativos da depopulação por epidemias entre índios	SPI e UB
Pierre Verger	O estado Erê	Bahia e Dakar, A.O.F
René Ribeiro	Personalidade e cultura	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife-PE
Dom Alcuino Meyer	A tribo Pauxiana e sua língua comparada com o idioma Macuxi	OSB, Bahia
Aldemiro Brochado	Pesquisas em torno do prognatismo superior	Universidade da Bahia e Universidade Católica de Filosofia da Bahia
Olintho Orsini	Mancha mongólica em Minas Gerais	Universidade de Minas Gerais
Hildegardes C. Viana	O breviário das aparadeiras e sendeironas	Comissão Baiana de Folclore
Carlos Castaldi	Aculturação dos italianos em São Paulo	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, MEC, Rio de Janeiro
Thales de Azevedo	Aculturação e urbanização	Universidade da Bahia e Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia, <i>Columbia University</i>
Carlos Galvão Krebs	Adaptações do folclore para uso escolar	Secretaria de Educação e Cultura, Rio Grande do Sul
Darcy Ribeiro	Um programa de ensino da cadeira de Língua Tupi	SPI e UB
Herbert Baldus*	Etnologia indígena	Museu paulista e ELSP – São Paulo
Egon Schaden*	Problemas de ensino em Antropologia	USP

René Ribeiro*	Etnopsicologia: atividades do Instituto Joaquim Nabuco	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – Recife-PE
Maria Alice Pessôa	A antropologia nos cursos da Fundação Getúlio Vargas	Não identificado
Frederico Edelweiss	Considerações em torno da 2ª conjugação Tupi	Universidade da Bahia
Margarida Sinay Neves	Antropologia e educação popular	Pró-Matre da Bahia
Maria Carmelita Ayres Hutchinson	Notas preliminares ao estudo da família no Brasil	Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia – Columbia University
Carlos Galvão Krébs	Curso experimental de danças folclóricas no Rio Grande do Sul	Secretaria de Educação e Cultura, Rio Grande do Sul
Darcy Ribeiro	Política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios	SPI e UB
Egon Schaden	Estudos de Aculturação no Brasil	USP
Maria Izaura Pereira de Queiroz (Relatado por Josideth da Silva Gomes)	O movimento messiânico do contestado e o folclore	USP e <i>École Pratique des Hautes Études</i> , Sorbone-Paris
Fernando Henrique Cardoso, Renato Jardim Moreira e Otávio Ianni (Relatado por Maria Azevedo)	Relações raciais entre brancos e pretos no Brasil meridional	USP
Harry W. Hutchinson	A estrutura de uma comunidade do nordeste açucareiro	Professor visitante da Universidade da Bahia e do Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia, <i>Columbia University</i>
Charles Wagley	Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia, <i>Columbia University</i>	<i>Columbia University</i> – Nova York
O. Orsini	O museu de Arqueologia	Universidade de Minas Gerais
Herbert Baldus (Encerramento solene)	Contribuições do príncipe Maximiliano de Wied aos estudos dos índios no Brasil	Museu paulista e ELSP – São Paulo

Quadro 10 – Conferências da IIRBA

Fonte: Elaboração própria a partir da documentação disponível no Memorial Darcy Ribeiro.

A organização e os temas discutidos em ambas as reuniões, além da criação da ABA⁵³¹, demonstram o interesse de perpetuação de uma comunidade científica em torno da antropologia

⁵³¹ Na década de 1950, Darcy Ribeiro esteve vinculado não somente à ABA e à SBS, mas também fez parte de outras Sociedades de Pesquisa. Em 1953, foi membro do Comitê de Antropologia da Comissão de História do Instituto Pan-americano de Geografia e História – Órgão da União Pan-Americana, com sede no México; em 1955, foi membro correspondente da Société des Americanistes de Paris e da Comissão de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação – CBPE. Em 1956, tornou-se sócio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e,

no Brasil do período. Julgo importante marcar a participação de Darcy Ribeiro nesse processo, não como indivíduo, mas como parte de uma intelectualidade em formação, buscando espaços de discussão e também de profissionalização, além de informar sobre as principais questões debatidas e sobre as tensões estabelecidas no ensino e na pesquisa antropológicas no país.

4.3.1 Cadeira de Etnografia e Língua Tupi

Na mesma agitada década de 1950, Darcy Ribeiro recebeu um convite para lecionar⁵³² a disciplina Etnologia Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi)⁵³³. Não seria a primeira experiência docente dele, porém seria a primeira no ensino superior, e mais uma oportunidade de ingressar na carreira acadêmica, depois do concurso para a cadeira de Arthur Ramos na disciplina Antropologia Etnologia, no início daquela década. A referida disciplina tornou-se obrigatória nos cursos de filosofia, a partir do decreto lei nº 2.311, de 3 de setembro de 1954⁵³⁴. O convite teria partido de uma indicação feita pelo Departamento de Geografia, História e Ciências Sociais e aprovado pela Congregação da Universidade⁵³⁵. Se, por um lado, representava uma colocação profissional importante na carreira de Darcy Ribeiro, por outro, poderia significar uma escolha metodológica em torno da sua atuação profissional, pois teria que dedicar menos tempo às pesquisas de campo. Essa preocupação pautou a dúvida quanto ao aceite para assumir a cadeira na FNFi e foi registrada em algumas correspondências trocadas com seus pares à época, como em carta a Alfred Métraux:

Fui convidado para ser professor de Etnografia Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e ainda estou bastante hesitante sobre a conveniência de

em 1958, membro da *American Anthropological Association*. (Dados Biobibliográficos, Darcy Ribeiro, Ministério da Agricultura. MI, [s.d.]).

⁵³² Antes, porém, lecionou a disciplina Etnologia Brasileira na Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, da Fundação Getúlio Vargas, entre 1953 e 1955, e ministrou um curso de antropologia para médicos psicanalistas, no Instituto de Medicina Psicológica (Dados Biobibliográficos. Ministério da Agricultura MI, [s.d.]). Não encontrei, no entanto, nas fontes primárias, ou mesmo secundárias, maiores informações sobre tais atividades docentes.

⁵³³ “A Faculdade Nacional de Filosofia é gestada a partir do decreto n.º 1.063, de 20 de janeiro de 1939, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e o ministro Gustavo Capanema que transfere os cursos da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Em 27 de março do mesmo ano, o ministro encaminha ao presidente o projeto de decreto-lei, organizando a Faculdade Nacional de Filosofia. Em 4 de abril de 1939, através do decreto-lei n.º 1.190, institui a Faculdade Nacional de Filosofia, tendo por finalidades: a. preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; b. preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e c. realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto do seu ensino.” (Informações disponíveis em: <<http://www.fe.ufrj.br/fnfi.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017).

⁵³⁴ Porém, pouco foi alterado na estrutura dos cursos, que já possuíam a disciplina Etnografia Brasileira, e poucos eram os professores que conheciam a língua tupi. “A lei foi totalmente ignorada e em nada foi alterada a prática de ensino da antropologia” (CASTRO FARIA, 1993, p. 14-15 *apud* MATTOS. *Darcy Ribeiro. op. cit.*).

⁵³⁵ Carta de DR-HB, 02/10/1954.

aceitar. Por um lado será uma obrigação a mais a afastar-me das pesquisas, mas terá a vantagem de proporcionar-me uma posição social que me permitirá trabalhar mais à vontade.⁵³⁶

A mesma questão é levantada em carta a Oracy Nogueira:

A dificuldade está em que março deveria ser o mês de minha partida para campo para concluir a pesquisa sobre os índios Urubu. Não posso mudar o período da pesquisa porque os meses que falta cobrir para completar o ciclo anual são exatamente os de abril a junho. Penso conciliar as duas coisas, condicionando a aceitação da cadeira a iniciar-se o curso no segundo semestre. Mas [...] se não aceitarem a condição e contratarem outro professor entre tantos candidatos que existem? Então teria perdido a última oportunidade de uma cátedra dentro do meu campo. Salvo por concurso, dentro de quatro anos, concorrendo com aquele que entrasse agora.⁵³⁷

Em resposta, Oracy Nogueira fala sobre a importância da pesquisa com os índios Urubu, mas o aconselha fortemente à deixá-los para o futuro e aceitar o convite para “lecionar na Faculdade”⁵³⁸. Ainda sobre o tema, em uma carta mais longa, se comparada às demais apresentadas, Darcy Ribeiro escreve a seu mestre Baldus. O tema é enunciado como uma “novidade especial” e segue contando sobre o convite que recebeu para reger a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi na FNF: i

Fui convidado para reger a cadeira recém-fundada de Etnografia Brasileira e Língua Tupi na Faculdade Nacional de Filosofia. Havia tão grande concorrência que me vi obrigado a aceitar sem maiores exames a indicação de meu nome pelo Departamento de Geografia e História e Ciências Sociais à congregação que o aprovou. Se tudo correr bem assumirei um contrato anual automaticamente renovável até a abertura do concurso. Vamos agora ao conselho: vale a pena aceitar isto, considerando que ira atrapalhar minha vida de pesquisador?⁵³⁹

Na mesma carta, Darcy envia o programa que elaborou para o curso e pede a orientação do mestre, antes de apresentá-lo à Congregação da Universidade. Segundo ele, o objetivo do curso seria “estimular [no aluno] a vocação para pesquisas e dar uma compreensão mais aprofundada das razões pelas quais nós [os antropólogos] nos metemos no mato a conversar com os índios.”⁵⁴⁰ A parte do programa sobre a Língua Tupi seria reduzido, voltado apenas para a história da língua, e afirma: “ademais não sei Tupi além do necessário para pedir Chibé⁵⁴¹ a

⁵³⁶ Carta de DR-AM, 02/10/1954.

⁵³⁷ Carta de DR-ON, 02/11/1954.

⁵³⁸ Carta de ON-DR, 02/11/1954.

⁵³⁹ Carta de DR-HB, 02/10/1954.

⁵⁴⁰ *Idem*.

⁵⁴¹ “Chibé” (do tupi xibé), também conhecido como jacuba, é uma espécie de papa de farinha com água, consumida entre os índios da região Amazônica. (Informação disponível em: <<https://www.xapuri.info/gastronomia/chibe-culinaria-amazonica/>>. Acesso em: 25 maio 2017).

um índio Urubu.”⁵⁴² A preocupação de Darcy era também de não repetir a dinâmica empreendida por Arthur Ramos na referida disciplina que, segundo ele, dedicava-se ao ensino de uma etnografia *stricto-sensu*. Bem como não gostaria de seguir a metodologia de Plínio Ayrosa⁵⁴³, primeiro catedrático da disciplina. A proposta de Darcy Ribeiro era apresentar os conceitos da etnografia de forma mais ampla e mais contextualizada, como demonstra em seu plano de curso⁵⁴⁴.

A disciplina oferecida por Darcy Ribeiro na FNFi dialogava diretamente com a cadeira de Antropologia e Etnografia, a qual Darcy teve interesse anos antes em assumir como professor catedrático. Porém, como já assinalado nesta tese, precisamente no capítulo 2, o concurso não chegou a ser realizado e quem assumiu a vaga deixada por Arthur Ramos foi sua assistente Marina Vasconcellos. Caberia à disciplina de Etnografia e Língua Tupi o aprofundamento do estudo das culturas e das línguas indígenas que mais contribuíram na formação da sociedade e da cultura brasileira, restringindo-se ao ensino da etnografia indígena.

Nesse sentido, a disciplina tinha por objetivo apresentar aos alunos uma “nova perspectiva de profissionalização, contribuindo para a formação dos quadros especializados que se fazem necessários tanto para o estudo das populações indígenas como para o trabalho em instituições assistenciais como o Serviço de Proteção aos Índios.”⁵⁴⁵ Darcy Ribeiro propunha, ainda, enfatizar a questão conceitual dos processos de aculturação e assimilação, em seus termos, temas bastante caros às suas pesquisas de campo e à sua experiência no SPI. Nesse sentido, é possível inferir que ele buscou dar à disciplina um tom diferente das edições passadas, sobretudo no que se referia à metodologia de pesquisa e ao olhar do etnólogo para a questão do contato entre índios e brancos.

⁵⁴² Carta de DR-HB, 02/10/1954.

⁵⁴³ Bacharel em Letras pelo antigo Ginásio de Ciências e Letras. Graduou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Esteve encarregado de um curso de tupi no Centro do Professorado Paulista, antes de ingressar na Faculdade de Filosofia em 1934. Foi homenageado diversas vezes e foi sócio de várias academias. Autor de muitos trabalhos antes e depois de assumir a cadeira de Etnologia Brasileira e Tupi Guarani, se destacando no período anterior: “Palavras de origem tupi na linguagem popular do Brasil”, de 1934. “Curriculum Vitae” do Prof. Plínio Ayrosa. (ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, São Paulo: USP, 1937, p. 322).

⁵⁴⁴ O referido plano de curso foi apresentado por Darcy Ribeiro por ocasião da IIRBA, em 1955, antes, portanto do início das aulas. Desse modo, é possível que ao longo do curso algumas mudanças possam ter sido efetuadas, as quais não tive acesso.

⁵⁴⁵ Programa do Curso Etnologia Brasileira e Língua Tupi – FNfi, Darcy Ribeiro. Conferência, IIRBA, 1955. (ABA. *Anais da II Reunião. op. cit.*).

Objetivos gerais
<ol style="list-style-type: none"> 1- Aplicar ao estudo das culturas indígenas do Brasil atual, os conhecimentos ministrados na cadeira de Antropologia e Etnologia. 2- Familiarizar o estudante com os métodos de pesquisa de campo e de reconstrução histórica da moderna Etnografia e com as técnicas de pesquisa da Linguística Comparada. 3- Desenvolver o interesse pelos estudos indigenistas, dando especial atenção à análise das culturas e línguas indígenas que influíram mais profundamente na formação da sociedade e cultura brasileira. 4- Abrir aos estudantes perspectivas de profissionalização, tanto no campo das pesquisas etnográficas e linguísticas, como no da aplicação de conhecimentos científicos na solução de problemas suscitados no processo de aculturação e assimilação das populações indígenas.
A- Etnografia Brasileira
<p>I- Esquema conceitual dos estudos etnográficos: reportando-se aos conhecimentos ministrados pela cadeira de Antropologia e Etnologia serão recordados os conceitos fundamentais que orientam as pesquisas etnográficas, aplicando-os à análise de culturas indígenas do Brasil atual.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Conceito operativo de cultura: natureza e realidade da cultura; estrutura e dinâmica da cultura e condicionantes biológicos e ambientais da cultura. 2- Classificação do conteúdo da cultura: <ol style="list-style-type: none"> a- Nível adaptativo – a relação entre os homens e as coisas: análise da cultura dos índios Urubu como exemplo de adaptação especializada à floresta tropical; adaptação dos índios Nambikuára a uma região de descampados. b- Nível associativo – as relações dos homens entre si: o sistema associativo Timbira, exemplo de uma organização social altamente complexa; a organização social Tupinambá. c- Nível ideológico – estudo dos produtos mentais da vida social: a concepção do mundo dos índios Guarani; a mitologia e a religião dos índios Kadiwéu; a vida cerimonial dos índios Bororo; cerâmica artística dos Karajá; arte plumária dos índios Urubu; artes gráficas dos Kadiwéu. 3- Processos culturais <ol style="list-style-type: none"> a- Mudança cultural – aculturação; marginalidade; o processo de aculturação dos índios Bororo; análise dos fatores dissociativos da cultura Xokleng.
<p>II- Metodologia dos estudos etnográficos: estudo dos pressupostos teóricos, dos propósitos e da metodologia de cada um dos campos de especialização dos estudos etnográficos, através da análise de monografias exemplares.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- As pesquisas de observação direta: análise de monografias que exemplifiquem diferentes abordagens no estudo de campo das culturas indígenas. 2- As pesquisas de reconstrução histórica: as obras de Alfred Métraux e de Florestan Fernandes sobre os Tupinambá. 3- Os estudos difusionistas: análise dos estudos de Nordenskiöld, W. Schmidt, Frederici em sua metodologia e em seus fundamentos teóricos. 4- As classificações de áreas culturais: critérios utilizados e resultados obtidos por Wissle Kroeber, Cooper, Steward e Murdock. 5- As obras de síntese: W. Schmidt, Krickeberg, E. Pinto, Pericot Y Garcia, Randin, A. Ramos, J. Steward e outros.
<p>III- O papel das culturas indígenas na formação da sociedade brasileira: as questões analisadas até agora em seu aspecto mais teórico alcançarão aqui uma aplicação prática na análise da influência exercida pelas culturas indígenas como uma das matrizes da sociedade brasileira e dos problemas de aculturação e assimilação de tribos indígenas, que se apresentam em nossos dias.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- O processo de tupinização do europeu e do africano no Brasil. 2- O processo de assimilação das populações indígenas no Brasil moderno: <ol style="list-style-type: none"> a- Brasil indígena no século XX; b- Política indigenista brasileira: a obra missionária; a assistência oficial do Serviço de Proteção aos Índios;

c- Processo de assimilação e aculturação: tipos e situações de contato; a interação ecológica; a interação econômica; o processo aculturativo; a assimilação ou enquistamento.

B- Língua Tupi

I- Importância dos estudos de linguística americana: a multiplicidade de famílias linguísticas representadas no Brasil e a contribuição que seu estudo pode proporcionar ao desenvolvimento da linguística comparada.

II- As línguas indígenas do Brasil: os esforços de classificação das línguas indígenas do Brasil. Lugar do Tupi-Guarani como uma família linguística entre cerca de 40 registradas no território nacional.

- 1- Classificações linguísticas;
- 2- As grandes famílias linguísticas brasileiras.
- 3- As línguas Halófilas.

III- Dialetoologia do Tupi-Guarani: distribuição espacial e sucessão temporal dos vários dialetos da língua Tupi-Guarani.

- 1- Os dialetos do “Tupi-Puro”:
 - a- Grupo Se;
 - b- Grupo Ye;
 - c- Grupo He;
 - d- Grupo Ta;
- 2- O “Tupi-Ímpuro”:
 - a- O grupo Mundukuru, Juruaya;
 - b- O grupo Yurúna, Xipáva, Manitsáwá;
 - c- A língua Arikeên;
 - d- A língua Mawe;
- 3- Dialeto Tupi não classificados:
 - a- Parakaná;
 - b- Asurini;
 - c- Timirên e outros.

IV- Tupinologia crítica: análise das fontes primárias para o estudo do Tupi-Guarani.

- 1- As fontes primárias para os estudos do Tupi-Guarani:
 - a- Anchieta – Figueira – Araújo – Bettendorff;
 - b- Montoya – Restivo;
 - c- Estudos de dialetos modernos.
- 2- Os mestres brasileiros de tupinologia:
 - a- Couto Magalhães;
 - b- Batista Caetano;
 - c- Barbosa Rodrigues;
 - d- Teodoro Sampaio;
- 3- Os estudos modernos de tupinologia.
- 4- Características da língua Tupi-Guarani: noções básicas da língua Tupi-Guarani que oferecem interesse prático a futuros licenciados em Ciências Sociais e Geografia e História e sejam capazes de despertar e orientar vocações para os estudos de linguística americana.
 - a- Fonologia;
 - b- Gramática;
 - c- Semântica.

V - A língua geral: análise das modificações sofridas pela língua Tupi-Guarani, em virtude de seu emprego pelos missionários e colonos. Desenvolvimento histórico da língua geral, sua difusão e variações regionais. Caracterização dos dialetos atuais.
1- Formação e desenvolvimento.
2- Difusão e variações regionais.
3- Áreas de difusão atual: a- O “Avanheê” do sul de Mato Grosso; b- O “Nheêngatu” do Rio Negro – Amazonas.
VI- Influência do Tupi-Guarani no Português do Brasil: estudo das contribuições da língua Tupi ao Português do Brasil, especialmente no vocabulário geográfico, faunístico e florístico.

Quadro 11 – Programa de Etnografia Brasileira e Língua Tupi – Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras – Universidade do Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir do programa disponível nos arquivos SEMEAR – Fundo HAT e nos anais da IIRBA.

Ao fim, Darcy Ribeiro faz uma nota alertando que os grupos indígenas citados no programa de curso poderão ser substituídos eventualmente, “atentando-se ao desenvolvimento dos estudos de Etnografia brasileira”.⁵⁴⁶

A primeira parte do curso seria dedicada à metodologia da pesquisa de campo à reconstrução histórica da etnografia no Brasil, a fim de garantir aos alunos maior aproximação com a teoria e com os estudos indigenistas realizados até o momento, “dando especial atenção à análise das culturas e línguas indígenas”⁵⁴⁷. A segunda parte do curso, sobre a língua Tupi, abordaria a questão linguística sob uma visão comparada, como desenvolve Darcy Ribeiro:

Mais do que o ensino da língua Tupi, em suas características fonéticas, gramaticais e semânticas, foi nossa preocupação ao elaborar o programa, despertar e orientar vocações que acaso se manifestem para os estudos de linguística comparada. Embora o Tupi seja a língua indígena que mais contribuiu para o português do Brasil, o que justifica um zelo especial em seu estudo, não podemos esquecer que constitui apenas uma das quarenta famílias linguísticas registradas em nosso território e exatamente a melhor conhecida. Por outro lado, das duas centenas de dialetos em que aquelas famílias linguísticas se subdividem, talvez apenas uma dezena esteja adequadamente documentada, mesmo para fins meramente classificatórios. Nestas circunstâncias, a tarefa que se impõe é antes de tudo, a formação de especialistas para o levantamento e estudo destas línguas e dialetos indígenas, muitas das quais correm o perigo de desaparecer antes que sejam documentadas.⁵⁴⁸

Darcy Ribeiro assume a cadeira de Etnologia e Língua Tupi na FNFi, em 1955, como professor regente, entretanto não há informações sobre o período em que atuou e nem mesmo

⁵⁴⁶ ABA. *Anais da II Reunião. op. cit.* Fala sobre a disciplina e também no SEMEAR Fundo HAT.

⁵⁴⁷ *Idem.*

⁵⁴⁸ *Idem.*

se levou a cabo o programa proposto⁵⁴⁹. Além dessa cadeira, ele esteve ao longo da década de 1950 envolvido em outras atividades docentes, como as elencadas a seguir:

1953 – Ministra um curso de Antropologia para médicos psicanalistas, no Instituto de Medicina Psicológica do RJ; Inaugura o curso introdutório de Antropologia na Escola de Sociologia e Política anexa à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais e elabora um projeto de curso de especialização e doutoramento para a mesma faculdade.

1955 – Pronuncia uma série de conferências sobre o “processo de assimilação dos índios no Brasil moderno” no Centro de pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná.

1957-1958 – Ministra as disciplinas: Antropologia Cultural e Etnografia Brasileira no Curso de Treinamento de Pesquisadores Sociais, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. Darcy organiza e dirige esse curso nos anos de 1957 e 1958 a convite do Ministério da Educação em parceria com Anísio Teixeira⁵⁵⁰.

A primeira metade da década de 1950 foi, sem dúvida, importante para a carreira de antropólogo de Darcy Ribeiro, sobretudo em relação a seus “fazimentos”: a participação no projeto UNESCO, a criação do MI, do Caac, da organização e diretoria da ABA e outras sociedades científicas e a experiência docente no ensino superior. Além disso, Darcy participou ativamente de debates em torno da questão indígena nacional como representante do SPI:

1951 – Darcy Ribeiro participa como membro do Comitê de peritos em questões indígenas da Organização Internacional do Trabalho – OIT; preside a Comissão de Estudos e Planejamento do problema indígena do sul do Pará e pacificação dos grupos hostis, reunida em Belém.

1952 – Realiza uma viagem a Goiânia para uma reunião com o governador do Estado à época, Ludovico, para tratar de assuntos referentes à assistência aos índios daquele Estado; Realiza também uma viagem a Belém do Pará para uma reunião com representantes do Estado sobre assuntos administrativo do SPI.⁵⁵¹

Também na década de 1950, Darcy Ribeiro realiza inúmeras pesquisas de campo que foram base para todas as suas observações antropológicas em torno da temática indígena nacional, destacadas no quadro a seguir:

⁵⁴⁹ Provavelmente Darcy deixou a cadeira em 1963 quando assumiu a chefia da Casa Civil, no governo do presidente João Goulart. No ano seguinte, com a instauração da ditadura militar, seguiu para o primeiro período de exílio no Uruguai. De acordo com suas memórias, após seu retorno ao Brasil, e da lei da anistia, em 1979, retomou o posto de professor de antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 467).

⁵⁵⁰ Esses dados estão presentes no documento intitulado Dados Biobibliográficos de Darcy Ribeiro, encontrado nos arquivos do Museu do Índio do Rio de Janeiro, sem data especificada. Sobre cada um deles, porém, não encontrei maiores informações.

⁵⁵¹ Dados presentes no documento “Trabalhos feitos na SE por Darcy Ribeiro em 1952” (Relatório ao MA. MI, 1952).

Ano	Grupos indígenas	Região /Estado	Observações
1947	Kaiwá (Guarani); Terena (Aruak) e Kadiwéu (Mbayá-Guaikurú)	Sul do Mato Grosso	Condições de vida Estudos etnológicos Estudos linguísticos
1947/1948	Kadiwéu	Pantanal do Mato Grosso	Estudos etnológicos
1948	Ofaié	Mato Grosso do Sul	Estudos etnológicos e linguísticos
1949/1951*	Urubu-Kaapor	Maranhão	Amplo programa de pesquisas etnológicas Registro cinegráfico e sonográfico da cultura
1953	Kaingang e Xokleng	Santa Catarina	Estudos etnológicos
1953	Karajá	Ilha do Bananal, Goiás	
1953	Bororo	Mato Grosso	
1953	Kamayura e Kuikuru	Alto Xingu, Mato Grosso	
1955	Diversos Grupos / Não especificados	Formadores do Xingu, Mato Grosso	Orientar a filmagem de um documentário sobre a vida cerimonial e aspectos culturais dos índios daquela região

*Darcy Ribeiro permaneceu seis meses em 1949 e seis meses em 1951.

Quadro 12 – Pesquisas de Campo de Darcy Ribeiro no SPI

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos do Museu do Índio e do Memorial Darcy Ribeiro.

E como resultado de suas observações em campo, em diálogo com uma bibliografia da época e apoiado nas discussões também de sua época, sobre o contato entre índios e brancos, Darcy Ribeiro produziu inúmeros artigos científicos sobre o tema. De trabalhos científicos elenco nessa seção também os relatórios e pareceres técnicos feitos por Darcy no âmbito do SPI, como disposto no quadro:

Ano	Título	Fonte/ Documento	País
1947	Notas críticas sobre a atuação do SPI no Sul do Mato Grosso	Relatório ao SPI – Condições de vida e dados demográficos	BR
1948	Problemas atuais do SPI	Relatório ao SPI	BR
1948	Sistema Familiar Kadiwéu	Revista do Museu Paulista	BR
1950	Religião e Mitologia Kadiwéu	CNPI	BR
1950	40 anos de atividades do SPI do Vale do Gurupi	Relatório ao SPI	BR
1951	Arte Kadiwéu	Separata da Cultura	BR
1951	Notícias dos Ofaié-Chavante	Revista do Museu Paulista	BR
1951	Atividades científicas da Seção de Estudos do SPI	Revista Sociologia*	BR
1951	Notícia dos Ofaié-Chavante	Revista do Museu Paulista	BR
1951	A arte dos índios Kadiwéu	Separata Revista Cultura para a SE do SPI	BR
1953	Organização administrativa do SPI	Relatório ao SPI	BR

1953	Anteprojeto de lei regulamentando o art. 216 da Constituição Federal	Relatório ao SPI	BR
1953	Plano de Pacificação dos Índios do Pará	Relatório ao SPI e ao governo do Estado do Pará	BR
1953	Atividades científicas da SE do SPI	Relatório ao SPI	BR
1954	Os índios Urubu: ciclo anual de atividades de subsistência de uma tribo na floresta tropical	Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*	BR
1954	Roteiro e orientação para o filme: “Os índios Urubu”	SE do SPI	BR
1954	Os índios e a Valorização econômica da Amazônia	Relatório ao SPI e à SPVEA	BR
1954	Atividades da SE e do Museu do Índio	Relatório ao SPI	BR
1955	<i>The Museum of the Indian</i>	<i>Museum</i> – UNESCO	FR
1955	<i>Um museo contra el Preconcepto</i>	Américas – União Pan-Americana	EUA
1955	Os índios Urubu: ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo na floresta tropical	Anais do XXXI Congresso de Americanistas	BR
1955	Resposta ao questionário da OIT	39ª Conferência Internacional do Trabalho	SWZ ⁵⁵²
1956	Convívio e contaminação: defeitos dissociativos da população provocada por epidemias em grupos indígenas	Revista Sociologia *	BR
1957	Uriá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio que saiu à procura de Deus	Revista Anhembi *	Brasil
1957	Apresentação de trabalhos científicos ⁵⁵³	Anais da IIRBA	Brasil
1957	Arte Plumária dos Índios Kaapor	Civilização Brasileira	Brasil
1957	Culturas e línguas indígenas do Brasil	Separata da revista Educação e Ciências Sociais *	Brasil
1958	Cândido Mariano da Silva Rondon	Revista de Antropologia	Brasil
1958	O indigenista Rondon	Revista Cultura	
1959	A obra indigenista de Rondon	América Indígena	México
1960	<i>Un concepto de integración social</i>	América indígena	México
1962	A política indigenista brasileira	Ministério da Agricultura – SAI	Brasil

(*) Possui outras edições/ publicações

Quadro 13 – Produção acadêmica de Darcy Ribeiro sobre a temática indígena no período pré-exílio (1947-1964)⁵⁵⁴

Fonte: Elaboração própria a partir de documentos do Museu do Índio e do Memorial Darcy Ribeiro.

⁵⁵² Não pude localizar o questionário e/ou os registros dessa apresentação. Apenas uma passagem em Ribeiro (*Falando de índios. op. cit.*, p. 38): “passei dois meses discutindo com os sábios que insistiam na tolice liberal de que não se podia negar aos índios nenhuma liberdade, nem de vender sua terras, nem de se escravizarem a si mesmos.”

⁵⁵³ Especificados nesse capítulo.

⁵⁵⁴ Ainda nesse período, Darcy Ribeiro publicou as seguintes obras: O programa de pesquisas em cidades-laboratório. *Revista Educação e Ciências Sociais*, v. 3, n. 3, 1958, pp. 13-30; Anísio Teixeira, pensador e homem de ação. In: TEIXEIRA, A. *Pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960; A universidade de Brasília. *Revista Educação e Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, 1960, pp. 33-99 (Texto publicado também em 1962, sob o mesmo título, pela Imprensa Universitária do Ceará).

A produção científica ou acadêmica de Darcy Ribeiro acompanhada de sua atuação institucional e docente foi particularmente intensa na década de 1950. Tão intensa que é possível afirmar que foi nesse período que se fundamentaram as bases para publicações e republicações futuras de muitas de suas teses em torno da questão indígena nacional. A produção acadêmica sobre o índio no Brasil é expressiva para um jovem recém-formado como bacharel em Ciências Sociais e funcionário de um órgão público destinado a prestar assistência aos índios do país. É certo que a trajetória de Darcy Ribeiro não pode ser compreendida como isolada, sobretudo na década de 1950, período de intensa produção científica no âmbito das ciências sociais no Brasil e no mundo, ainda abalado pelos horrores da guerra, porém, merece destaque sua atuação como intelectual e articulador de políticas públicas acerca da questão indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nunca escrevi nada com tão grande emoção [o romance Maíra, 1976], mesmo porque meu tema ali era dar expressão ao que aprendi, no longo convívio com os índios, sobre a dor de ser índio, mas também sobre a glória e o gozo de ser índio. Enquanto o escrevi, eu estava lá na aldeia com eles. Era, outra vez, um jovem etnólogo, aprendendo a ver seu povo e a ver o meu mundo com os olhos deles. (Darcy Ribeiro)⁵⁵⁵.

O objetivo desta tese foi o recuperar a trajetória de Darcy Ribeiro no âmbito da antropologia indígena, sobretudo a partir de sua vinculação ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre 1947 e 1956. Tratei, portanto, do jovem que trocou Minas Gerais por São Paulo e os estudos em medicina pelas ciências sociais. Ele se formou bacharel em ciências sociais pela Escola Livre de Sociologia de São Paulo (ELSP), onde teve o primeiro contato com a Etnologia Indígena através de seu professor, e posterior interlocutor, Herbert Baldus. Também pela mediação de Baldus, Darcy Ribeiro iniciou sua carreira no SPI em 1947, como naturalista – único termo à época para designar sua função de observação e pesquisa acerca do índio no Brasil.

Ao dedicar minha análise a esse período específico do percurso profissional de Darcy Ribeiro, pude acompanhar a construção de sua obra e de sua atuação institucional em torno da questão indígena, sobretudo na década de 1950, um momento histórico importante para se refletir sobre os dilemas dos antropólogos frente aos projetos de desenvolvimento do país. Em uma dimensão mais ampla, busquei analisar a trajetória de Darcy Ribeiro como um fio condutor para compreender os mecanismos e as redes intelectuais que atribuíram aos cientistas sociais no pós-guerra a função de mediadores dos conflitos e dos novos paradigmas sociais. Acentuei o papel da antropologia na reformulação da discussão acerca do índio no Brasil, ainda que de forma circunstancial e incompleta em sua experiência histórica, sobretudo a partir da atuação institucional e da produção científica de Darcy Ribeiro no âmbito do SPI.

A trajetória de Darcy Ribeiro foi marcada também pelas inúmeras parcerias intelectuais, algumas delas reveladas na vasta correspondência depositada nos seus arquivos pessoais, que se constituiu um material de grande importância para o desenvolvimento desta tese. A análise do material arquivístico, combinada à análise de sua produção intelectual (textos científicos e relatórios oficiais) e também de sua ação institucional, permitiram-me traçar o

⁵⁵⁵ RIBEIRO. *Confissões. op. cit.*, p. 166.

percurso intelectual e profissional de Darcy Ribeiro no período escolhido, caracterizado por seu interesse fundamental pela questão indígena brasileira.

O argumento central defendido nesta tese é de que Darcy Ribeiro desenvolveu importantes reflexões sobre o índio no Brasil, ao mesmo tempo em que tentou inserção acadêmica no período proposto para essa reflexão. Desenvolvo esse argumento a partir da análise de algumas investidas nesse sentido, como: publicação de artigos para revistas especializadas, participações em congressos da área, em sociedades científicas e em concursos para docente em universidades. Essa dinâmica é evidenciada principalmente na correspondência com seu “mestre” Herbert Baldus.

Como procurei ressaltar no primeiro capítulo da tese, a trajetória de Darcy Ribeiro em São Paulo foi marcada pela militância política no PCB, pela aproximação definitiva com as ciências sociais e pelo início da parceria pessoal e intelectual com Berta Gleizer, a quem dedico uma seção nesse mesmo capítulo, onde procurei pontuar a importância fundamental da parceria estabelecida entre eles, enquanto casados e mesmo depois de separados. Berta acompanhou o marido nas principais expedições que realizou entre os índios assistidos pelo SPI, como assistente de pesquisa, foi responsável pela datilografia de seus diários de campo e de muitas de suas correspondências e o acompanhou também no período do exílio. Na volta para o Brasil, separou-se de Darcy e constituiu carreira na antropologia, porém continuou sistematizando o material de campo dele, sendo ela a primeira pessoa a organizar seu arquivo pessoal.

Ainda nesse capítulo, analisei a criação da ELSP na década de 1930 e seu papel de destaque no cenário de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Destaquei as diferenças no projeto científico e pedagógico da instituição na década de 1940, que passaria a valorizar a pesquisa empírica, sobretudo a partir da contratação de novos professores estrangeiros, entre eles Herbert Baldus, responsável pela disciplina Etnologia Brasileira. Nesse contexto institucional, analisei o processo de formação acadêmica de Darcy Ribeiro, sua aproximação com o tema da etnologia indígena e o início da relação intelectual estabelecida com Baldus, que teve continuidade após a conclusão do seu curso de bacharelado em 1946.

No capítulo 2, analisei o início de sua trajetória profissional no SPI e a relação mestre-discípulo, ou de orientação de longa duração, como denominei, estabelecida com Herbert Baldus, durante todo o período que esteve vinculado ao órgão. A contratação de Darcy Ribeiro em 1947 para atuar na Seção de Estudos do SPI, marcaria a tentativa de desenvolver no órgão uma perspectiva científica em torno da questão indígena. Foi a partir da análise da correspondência trocada com Baldus, que pude mapear os temas e também os principais

diagnósticos aos quais Darcy Ribeiro atribuiu urgência em seu tempo sobre as populações indígenas brasileiras.

No terceiro capítulo, voltei minhas atenções para o diagnóstico de Darcy Ribeiro sobre a queda demográfica indígena, principalmente a partir da relação: doença e desestruturação social. Analisei também o projeto de parceria institucional entre a SPVEA e o SPI no contexto da política de integração territorial e dos projetos de desenvolvimento empreendidos no interior do país, com o objetivo de compreender o dilema presente na atuação antropológica de Darcy diante da relação entre políticas de desenvolvimento regional e assistência ao índio no país.

No último capítulo, recuperei a contribuição de Darcy Ribeiro no âmbito da antropologia indígena, através de seus “fazimentos” institucionais e de sua produção científica, que justificam a importância do recorte cronológico e temático proposto nesta tese. Ainda que seus estudos científicos sobre a política e a cultura indígena brasileira tenham sido publicados e até popularizados anos mais tarde, foram as pesquisas realizadas no âmbito do SPI que o informou e também o formou como antropólogo dedicado ao “problema indígena brasileiro”. Entre as contribuições de Darcy Ribeiro exploradas nesse capítulo, destaco a sua participação no “Projeto UNESCO” sobre as relações raciais no Brasil. Para esse projeto foram convidados importantes cientistas sociais brasileiros no cenário da época e coube à Darcy realizar o estudo sobre a relação entre índios e brancos na sociedade nacional, o que demonstrou o reconhecimento de seu papel no âmbito da antropologia indígena do período. Nesse contexto, analisei também sua participação na elaboração do projeto de lei que previa a criação do Parque Indígena do Xingu, a criação do Museu do Índio e do curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, em parceria com a Capes. A participação de Darcy Ribeiro na ABA e sua atuação como docente de Etnologia e Língua Tupi também foram abordados nesse capítulo.

Não é demais concluir que a produção científica e a atuação institucional de Darcy Ribeiro entre 1947 e 1956, precisamente o período que esteve vinculado ao SPI, foi intensa e importante para o debate em torno da questão indígena nacional.

Recuperar a contribuição de Darcy Ribeiro na década de 1950 sobre a questão indígena nacional me parece significativa para refletir sobre os dilemas que permaneceram e até se agravaram em período recente da história do Brasil. Questões do presente que destacam a vulnerabilidade das populações indígenas brasileiras, mesmo depois da aprovação da Constituição de 1988, reafirmam a atualidade do debate que se reforça em um momento de crise democrática marcada pelo retrocesso, tanto no que tange à revogação de reservas naturais, quanto no tocante à criminalização da atividade científica de antropólogos que atuaram na demarcação de terras indígenas na última década no país.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALMANAQUE Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ALMEIDA, M. W. B. A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais da definição do objeto da antropologia In: PEIXOTO, F. A.; PONTES, H.; SCHWARCS, L. (Org.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2004.

ANDRADE, R. P. *A Amazônia vai ressurgir!:* saúde e saneamento na Amazônia do primeiro governo Vargas (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

_____. *A Amazônia na era do desenvolvimento:* saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

ANTROPOLOGIA. Revista do Museu Paulista. Nova Série, v. 14, 1963.

ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: 1934-1935. São Paulo: USP, 1937.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1957.

AZARA, F. *Voyages dans l'Amérique meridionale*. Paris: [s.:n.], 1809. v. 2; BOGGIANI, G. *Os Caduveu*. São Paulo: Liv. Martins Editora, 1945

AZEVEDO, F. (Org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

BALDUS, H. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Editora Nacional; Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1937.

_____. A necessidade do trabalho indianista no Brasil. Fala da aula inaugural da disciplina Etnologia Brasileira na ELSP. *Revista do Arquivo Municipal*, LVII, 1939, pp. 139-150.

_____. Tribos da Bacia do Araguaia e o serviço de Proteção aos Índios. *Revista do Museu Paulista*, Nova série, São Paulo, v. 2, 1948.

_____. Antropologia aplicada e o indígena brasileiro. *Ahembi*, São Paulo, n. 40, 1960.

BARROSO-HOFFMAN, M. *et al.* A administração pública e os povos indígenas. In: FALEIROS, V.; NUNES, S.; FLEURY, S. (Org.). *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: Inesc, 2004.

BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. In: SEMINÁRIO: A SOCIOLOGIA DA CULTURA NO BRASIL E A OBRA DE SERGIO MICELI. São Paulo: USP, 2005.

_____; _____. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, C. B. M.; MARTINS, H. T. S. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia.* São Paulo: Anpocs, 2010a.

_____; _____. Para uma sociologia dos intelectuais. Seminário: A Sociologia da Cultura no Brasil e a Obra de Sergio Miceli. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, 2010b, pp. 889-919.

BATISTA, D. *O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BIGIO, E. S. *Cândido Rondon: a integração nacional.* Rio de Janeiro: Contraponto; Petrobras, 2000.

BÔAS, G. V. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOMENY, H. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BOTELHO A.; BASTOS, E. R., VILLAS BÔAS, G. (Org.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil.* Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOTELHO, A. Passagens para o Estado-Nação: a tese de Costa Pinto. *Lua Nova*, São Paulo, v. 77, 2009, pp. 147-177.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____; _____. *Pensamento social brasileiro: um campo vasto ganhando forma.* Lua nova, São Paulo, v. 82, 2011, pp. 11-16.

BOTELHO, E. U. *Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997): afinidade e autonomia.* Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BRITO, C. A. G. *Medicina e antropologia: atenção à saúde no Serviço de Proteção aos Índios (1942-1956).* Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

BRITO, C. A. G.; LIMA, N. T. Antropologia e medicina: assistência à saúde no Serviço de proteção aos índios (1942-1956). *Boletim do Museu paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 8, n. 1, jan./abr. 2013, pp. 95-112.

BURKE, Peter. Fronteiras culturais: barreiras e contatos. *Revista Cult*, São Paulo, abr. 2007.

CALLADO, Ana Arruda. Berta Ribeiro: Aos índios com amor. Rio de Janeiro: batel, 2016.

CAMARGO, M. R. M. Escreva-me urgente: um estudo dos elos comunicativos na carta. In: BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S.; MIGNOT, A. C. V. (Org.). *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CAMPOS, A. L. V. *Políticas internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 18.

CANDIDO, A. A faculdade no centenário da abolição. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 34, p. 21-30, 1992.

CAPELATO, M. H. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História).

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Pós-graduação em antropologia no Museu Nacional. *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil*, v. 1, 1962.

_____. Aculturação e fricção interétnica. *América Latina*, ano 6, n. 3, jul./set. 1963.

_____. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; São Paulo: EDUSP, 1978.

_____. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira. In: _____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

_____. Depoimento. *Rev. Antropol.*, v. 46, n. 2, 2003.

_____. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres *et al.* (Org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Editora UFF, 2004. pp. 21-32.

CASAZZA, I. F. *Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961)*. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

CASER, A. T. *O medo do sertão: doenças e ocupação do território na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

CASTRO FARIA, L. Curso de aperfeiçoamento em antropologia cultural. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1957. p. 346-347.

CASTRO FARIA, L. Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia. *Revista do Museu Paulista*, v. 14, 1963, pp. 17-37.

_____. A antropologia no Brasil: depoimento sem compromissos de um militante em recesso. *Anuário Antropológico* 82 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 228-250.

CASTRO, J. *Condições de vida das classes operárias do Recife*. Recife: Departamento de Saúde Pública, 1935.

COELHO, H. R. *A exumação da memória*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. *Darcy Ribeiro*. Belo Horizonte: CEL/UFMG, 1997. (Série Encontros com Escritores Mineiros, 4).

_____. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. *ALETRIA: revista de estudos de literatura*. Belo Horizonte: POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v. 6, 2002.

_____. (Org.). *Las memorias de la memoria: el exilio de Darcy Ribeiro en Uruguay – entrevistas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

COIMBRA JR., C. E. A. O sarampo entre sociedades indígenas brasileiras e algumas considerações sobre a prática da saúde pública entre estas populações. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./fev. 1987, pp. 22-37.

COOPER, F.; PACKARD, R. The history and politics of development knowledge. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Berkeley, 2005. pp. 126-140.

CORREA, M. *História da Antropologia no Brasil (1930 – 1960): testemunhos* – Emílio Willems, Donald. São Paulo: Vértice Editora, 1987.

_____. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 6, fev. 1988.

_____. A antropologia no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. v. 2.

_____. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 1, 1997.

_____. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003a.

CORREA, M. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília: ABA, 2003b.

COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

COSTA, D. C. Política Indigenista e assistência à saúde Noel Nutels e o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. *Cadernos de saúde pública*, v. 4, n. 3, out./dez. 1987, pp. 338-401.

COSTA, H. Fotografia: comunicação e cultura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA INTERCOM. 32., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Intercom, 2009.

COUTO, I. H. P. *Darcy e os Urubu: um caso entre colecionador e coleção*. 2005. 219f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Armazém da memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA, A. C. *Entre os índios do Xingu*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

CUNHA, M. T. S. Por hoje é só. Cartas entre amigas. In: BASTOS, M. H. C.; CUNHA, M. T. S.; MIGNOT, M. C. V. (Org.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

DAMASCENO, D. P. C. *Darcy Ribeiro e a formação do campo científico no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

DANTES, M. A. *Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DEL VECCHIO, A. Preâmbulo: as influências presente nos anos de formação da Escola Livre de sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. (Org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953*. 2. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2009. pp. 11-26.

_____; DIEGUEZ, C. A sociologia aplicada no Brasil: a importância da ELSP e das pesquisas de padrão de vida em São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 33., Caxambu, 2009. *Anais eletrônicos...* Caxambu: Anpocs, 2009. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt30-11/2100-advecchio-a-sociologia/file>>. Acesso em: 25 set. 2017.

- DENEVAN, W. M. The aboriginal population of Amazonia. In: _____ (Org.). *The native population of the Americas in 1492*. Madison: University of Wisconsin Press, 1976. pp. 205-234.
- DIACON, T. A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira>. Acesso em: 27 set. 2017.
- DIEGUES, A. C. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DOMINGUES, M. H. B. Tradução cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 3, n. 1, abr. 2008, pp. 31-49.
- SCOREL, S.; TEIXEIRA, L. A. História das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L. *et al. Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 [1937].
- FABIAN, J. Ethnography and intersubjectivity loose ends. *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, v. 4, n. 1, 2014, pp. 199-209.
- FARIA, L. C. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1957.
- FERGUSON, J. *The anti-politics machine: development, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- FERNANDES, F. *A organização social dos Tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1963.
- _____. *Mudanças sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. Edusp, 1979.
- FIGUEIROA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional – 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FIGUEREDO, R. E. D. *Histórias de uma antropologia da boa vizinhança: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas de assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. São Paulo: Forense Universitária, 1983.

FREIRE, C. A. R. *Indigenismo e antropologia: o conselho nacional de proteção aos índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

_____. A criação do Conselho Nacional de Proteção aos índios e o indigenismo interamericano (1939-1955). *Boletim do Museu do Índio*. Documentação. n. 5, dez. 1996.

_____. *O SPI na Amazônia: política indigenista e conflitos regionais – 1910-1932*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – Funai, 2007. (Série Publicação Avulsa do Museu do Índio, 2).

FREYRE, G. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro*. Rio de Janeiro, 2011.

GAGLIARDI, J. M. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1989.

GARNELO, L.; MACEDO, G.; BRANDÃO, L. C. *Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil*. Brasília: Organização Pan Americana da Saúde, 2003.

GOMES, A. C. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: _____ et al. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.

_____. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

GOMES, L. M. R. *Movimentos sociais na obra de Arthur Reis*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. GOMES, M. Fé de ofício. In: RIBEIRO, D. *Testemunho*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2001. pp. 247-307.

GONÇALVES, M. A. Introdução. In: GALVÃO, E. *Diários de campo entre os tenetehara e índios do Xingu*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Museu do Índio, 1996. pp. 11-23.

GONÇALVES, M. A. Darcy: o brasileiro. Entrevista publicada originalmente na Folha de São Paulo, em 08/02/1995. In: ZARVOS, G. *Darcy Ribeiro: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

GUIMARÃES, M. S. F. P. *Um olhar atrás da escrita: o pensamento de Benedito Nunes sobre a Amazônia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

GUIMARÃES, R. E. M. *A Escola de Chicago e a sociologia no Brasil: a passagem de Donald Pierson pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

HALL, S. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: _____ (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. pp. 276-316.

HAMILTON, W.; FONSECA, C. M. O. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, 2003, pp. 791-825.

HARDMAN, F. F. A Amazônia como voragem da história: impasses de uma representação literária. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 15, 2007. pp. 207-221.

HEYMANN, L. Q. Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, jul./dez. 2005, pp. 43-58.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1998.

_____. Pouca saúde e muita saúde: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: ARMUS, D.; HOCHMAN, G. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, supl.1, jul. 2009.

_____. Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, out./dez. 2014.

_____; SILVA, R. Campanhas públicas, populações (quase) invisíveis: endemias rurais e indígenas na saúde pública brasileira. In: TEIXEIRA, C. C.; GARNELO, L. (Org.). *Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

IPPOLITO, N. A educação higiênica nos parques infantis de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 2, n. 4, out., 1944.

JUNQUEIRA, C.; CARVALHO, E. A. (Org.). *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.

JUNQUEIRA, C. Alguns dados sobre a população Cinta Larga. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 4., Águas de São Pedro, 1984. *Anais...*, n. 3, pp. 1585-1587. Águas de São Pedro: Abep, 1984.

KANTOR, I.; MACIEL, D.; SIMÕES, J. (Org.). *Escola Livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953 – depoimentos*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.

KUBITSCHKE, J. *Programa de saúde pública do candidato*. São Paulo: L. Nicollini, 1955.

LABRADOR, J. S. *El Paraguay Católico*. Buenos Aires: [s.:n.], 1910.

LARAIA, R. Arranjos poliândricos na sociedade suruí. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, v. 14, 1963, pp. 71-75.

LEMOS, R. *Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LIMA, N. T.; BOTELHO, A. *Duas viagens amazônicas e o espectro de Euclides da Cunha: malária e civilização em Carlos Chagas e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro [s.d.]. Mimeo.

_____.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

_____. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, supl., jul. 1998.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ Iuperj, UCAM, 1999.

_____.; SANTOS, R. V.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Introdução à Rondônia de Edgard Roquette-Pinto. In: ROQUETTE-PINTO, E. (Org.). *Rondônia: antropologia, etnografia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Academia Brasileira de Letras, 2005. pp. 25-39.

_____. Como se tornar sociólogo: itinerários na sociologia brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008.

_____.; SÁ, D. M. Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência. In: _____.; _____. (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008. pp. 57-84. No prelo.

_____. *Sociedade Brasileira de Sociologia: 60 anos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

LIMA, N. T.; MAIO, M. C. Ciências sociais e educação sanitária: a perspectiva da Seção de Pesquisa Social do Serviço Especial de Saúde Pública na década de 1950. *História, Ciências Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, jun. 2010.

_____. (Coord.). *Cartografias do rural no pensamento social brasileiro*. Fundação Oswaldo Cruz. Projeto Faperj, Edital: E_15 – Apoio a projetos de pesquisa na área de humanidades. Rio de Janeiro, 2011.

LIMONGI, F. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. v.1, pp.11-87.

LINS RIBEIRO, G. Depoimento. *Revista Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, 2003.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOWRIE, S. H. Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 15, ago. 1935.

LUCA, T. R.; MARTINS, A. L. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACIEL, L. A. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/FAPESPE, 1998.

MAIA, J. M. E. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, pp. 628.

_____. *Estado, território e imaginação social: o caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

MAIO, M.C.; SANTOS, R. V. (Orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

_____. *A história do projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999.

_____. O projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, jun./ago. 2000, pp. 115-128

_____; SÁ, M. R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 6, Supl, set. 2000, pp. 975-1017.

_____; LIMA, N. T. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 2, maio/ago. 2009.

MARQUES, A. A trajetória do arquiteto Aldary Toledo: onde estão os desenhos do Centro Petroquímico da Petrobrás em Camaçari? *Drops*, São Paulo: Vitruvius, ano 17, n. 115.09, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/17.115/6500>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MASSI, F. P. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP-Editora Vértice, 1989. v. 1. p. 410-459.

MATTOS, A. L. L. B. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MCSWEENEY, K.; ARPS, S. A demographic turnaround: the rapid growth of indigenous populations in lowland Latin America. *Latin American Research Review*, v. 40, 2005, pp. 3-29.

MEGGERS, B. J. Prefácio à edição norte-americana. In: RIBEIRO, D. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975a. pp. 9-15.

MELATTI, J. C. A antropologia no Brasil: um roteiro. *BIB*, n. 17, 1984.

MENEZES, M. L. P. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas: Unicamp, 2000.

MENDOZA, E. S. G. *Sociologia da antropologia urbana no Brasil: a década de 70*. 325 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MICELI, S (Org.). *A história das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995. v. 1.

_____. Intelectuais brasileiros. In: _____ (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: Capes, 1999. pp. 109-147.

MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOREIRA, E. *Ideias para uma concepção geográfica da vida*. Belém: Ed. SEMEC, 2012.

MOREIRA, V. M. L. Vazios demográficos ou territórios indígenas? *Dimensões – Revista de História da UFES*, n. 11, jul./dez. 2000.

MORGAN, L. H. A sociedade antiga. In: CASTRO, C. (Org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. pp. 41-65.

MUSEU DO ÍNDIO. *Histórico*. Documento oficial. Rio de Janeiro, 2003.

MUSSOLINI, G. Os meios de defesa contra as moléstias e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororó. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n. 110, 1946, pp. 7-152.

NASCIMENTO, A. S. *Dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil*. 400 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

NASH, Roderick. The american invention of national parks. *American Quarterly*, v. 22, n. 3, autumn 1970, pp. 726-735.

NORA, P. *Entre memória e história*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

OLIVEIRA, H. *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

OLIVEIRA, J. P. A paixão de um intelectual-atou. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 fev. 1995.

OLIVEIRA, L. L. As ciências no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp; Sumaré; Fapesp, 1995. v. 2.

_____. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2. ed. São Paulo: Editora Sumaré; Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999. pp. 147-181.

OLIVEIRA, L. R. C. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Editora Unb, 2010. pp. 25-38.

OLIVEIRA, N. S. *Estudos de comunidade, ciências sociais e saúde: o ciclo de pesquisas no Vale do São Francisco na década de 1950*. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, P. E. *Cada qual tem um pouco de médico e louco: políticas de saúde indígenas*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

OLIVEIRA, R. C. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terêna. *Boletim do Museu Nacional*, n. 18, 1958, pp. 1-17.

PAIVA, C. H. A. A saúde pública em tempos de burocratização: o caso do médico Noel Nutels. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.10, dez. 2003, pp. 827-852.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Abep, 2005.

PASSADOR, L. H. *Herbert Baldus e a antropologia do Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PAZ, M. C. *Noel Nutels: a política indigenista e a assistência à saúde no Brasil Central (1943-1973)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PEIRANO, M. G. S. *Entrevista com Darcy Ribeiro*. 13 dez. 1978. Site oficial. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/entrevistas/darcy_ribeiro.pdf>. Acesso: 25 maio 2016.

_____. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese (Doutorado) – Universidade de Harvard, Cambridge-Massachusetts, 1981.

_____. *Os antropólogos e suas linhagens: a procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reis*. Brasília: [s.:n.], 1990. (Série Antropologia, 102).

_____. A antropologia e suas linhagens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 6, 1991, pp. 43-50.

_____. A antropologia como ciência social. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, 2000, pp. 219-232.

PEREIRA, J. B. B. Egon Schaden: a pessoa e o acadêmico. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 1, 2013.

PEREIRA, P. A. P. *Paradoxo da burocracia: um estudo de caso na Amazônia brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1976.

PESAVENTO, S. J. História e literatura: uma *velha-nova* história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [on-line], 28 jan. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 23 set. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. *Roger Bastide*, professor da Universidade de São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez. 1994, pp. 215.

RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro. Andes, 1957.

RAMOS, A. R. *Ethnology brazilian style*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990. (Trabalhos em Ciências Sociais, Série Antropologia, 89).

RIBEIRO, A. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, D. Sistema familiar Kadiwéu. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, v. 2, 1948.

_____. *Religião e mitologia Kadiwéu*. [s.:l.]: Edição do Serviço de Proteção ao Índio, 1950.

_____. Atividade científica da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 4, 1951, pp. 363-83.

_____. Le Musée de l'indian. *Revista Museum*, Paris, n. 9, 1955, pp. 3-10.

_____. Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia*, v. 18, 1956, pp. 3-50.

_____. *A arte plumária dos índios Kaapor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957a.

_____. Uirá vai ao encontro de Maíra: as experiências de um índio Urubu que sai à procura de Deus. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1957b.

_____. O programa de pesquisas em cidades-laboratório. *Revista Educação e Ciências Sociais*, v. 3, n. 3, 1958, pp. 13-30.

_____. Anísio Teixeira, pensador e homem de ação. In: TEIXEIRA, A. *Pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960a.

_____. A universidade de Brasília. *Revista Educação e Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, 1960b, pp. 33-99.

_____. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962.

_____. *O processo civilizatório*. São Paulo: Cia das Letras, 1968.

_____. *As américas e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a.

_____. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.

RIBEIRO, D. *Os brasileiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____. *Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo*. São Paulo: Paz Terra, 1974.

_____. *O dilema da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

_____. *Depoimento 1978*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1985. (História Oral, História da Ciência – Convênio FINEP/CPDOC).

_____. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990.

_____. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

_____. *Diários índios: os Urubu-Kapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. Prefácio. In: _____. *Os índios e a civilização*. 7. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996b. p. 11-12.

_____. *Darcy gentildades*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1997a.

_____. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997b.

_____. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997c.

_____. Relatórios do antropólogo Darcy Ribeiro 1949/1950. *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, documentação n. 6, 1997d.

_____. *Falando de Índios*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2010.

RIDENTI, M. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

RIST, G. *The history of development: from Western origins to global faith*. London & New York; Cape Town, Zed Books: UCT Press, 1999.

ROQUE, R.; WAGNER, K. A. (Ed.). *Engaging colonial knowledge: reading european archives in world history*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan. 2012, pp. 1-32.

ROSA, F. T. R. *A aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SÁ, D. M.; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, 2008, pp. 779-810.

SÁ, L. V. *Rondon: o agente público e político*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANJEK, R. A vocabulary for fieldnotes. In: _____ (Ed.). *Fieldnotes: the makings of anthropology*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1990. pp. 92-121.

SANTOS, W. G. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz, 2002.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993a. 287p.

_____. Os museus etnográficos brasileiros: “Polvo é povo, molusco também é gente”. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil-1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993b. pp. 67-98.

SCHADEN, E. Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil. *Sociologia*, v. 7, n. 4, 1945.

_____. O estudo do índio brasileiro: ontem e hoje. *Revista de História*, São Paulo, v. 5, 1953, pp. 385-401.

SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas: Revista de Historia Intelectual*, n. 4, 2000, p. 149-191.

SILVA, O. S. O antropólogo Herbert Baldus. *Revista Antropologia*, São Paulo, v. 43, n. 2, 2000.

_____. Os Wapixána: uma situação de contato interétnico. *Revista do Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA*, Boa Vista, v. 1, n. 1, out. 2007, p. 51-74.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIDO, A. C. Los Payaguá. *Revista do Museu Paulista*, v. 3, n. s., 1982, pp. 129-270.

SOUSA, A. B. L.; SCHWEICKARDT, J. C. “O Sesp nunca trabalhou com índios”: a (in)visibilidade dos indígenas na atuação da Fundação Serviços de Saúde Pública no estado do Amazonas. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 4, out./dez. 2013, pp. 1635-1655.

SOUZA LIMA, A. C. *Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

SOUZA LIMA, A. C. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.). *sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, UFRJ, 1987.

_____. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992a.

_____. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992b.

SOUZA LIMA, A. C. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____; BARROSO-HOFFMAN, M. Estado e povos indígenas no Brasil. In: _____; _____ (Org.). *Estado e povos indígenas: bases para uma política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

SPIRANDELLI, C. C. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova/ Fundação Oswaldo Cruz, 1976.

STEWART, J. H. The native population of South America. In: _____. (Org.). *Handbook of south american indians*. Washington: Government Printing Office, 1949. v. 5, p. 655-668.

TURNER, T. S. *Social organization and political organization among the northern Cayapo*. Thesis (Ph.D of Social Relations) – Harvard University, Cambridge, 1966.

VASCONCELLOS, G. F. *Darcy Ribeiro: a razão iracunda*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.

VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883- 1951)*. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VIANNA, H. *Coleções etnográficas do Museu Nacional. Boletim ABA, 27*. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_22_RBA/html/ABA/boletins/b27/index.htm>. Acesso em: 21 mar. 2017.

VIEGAS, S. M.; MAPRIL, J. Mutualidade e conhecimento etnográfico. *Etnográfica*, v. 16, n. 3, 2012, pp. 513-524.

_____. Darcy Ribeiro: uma visão transformacional da história. In: SIMPÓSIO CIÊNCIAS SOCIAIS CRUZADAS (BRASIL-PORTUGAL). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.

VILAÇA, A. *Quem somos nós: os Wari' encontram os brancos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

VILLAS BÔAS, G. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

WAGLEY, C. Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapirapé. *Sociologia*, v. 4, 1942, pp. 407-411.

WAGLEY, C.; HARRIS, M. *Minorities in the New World: six case studies*. New York: Columbia University Press, 1958.

_____. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

WEGNER, R. O sentimento de reforma agrária no pensamento social brasileiro. In: STARLING, H. M.; RODRIGUES, H. E.; TELLES, M. (Org.). *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

WELPER, E.; BARBOSA, P. Nemuendajú e os índios do sul do Brasil. *Tellus*, ano 13, n. 24, jan./jun. 2013, pp. 385-407

ZARVOS, G. *Darcy Ribeiro: evolução de uma teoria para a América Latina*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

_____. *Darcy Ribeiro: encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

ZEITLYN, D. Anthropology in and of the archives: possible futures and contingent pasts – archives as anthropological surrogates. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, 2012, pp. 461-480.

Arquivos consultados

❖ Arquivo Memorial Darcy Ribeiro (MDR)

- ✓ Série: Correspondência Geral / Subsérie: Correspondentes
- ✓ Série: Documentos pessoais
- ✓ Série: Edições / Subsérie: Correspondência diversa
- ✓ Série: Indigenismo / Subsérie: Serviço de Proteção aos Índios

- ✓ Série: Entidades e Instituições / Subsérie: Documentos diversos
- ✓ Série: Instituições diversas
- ✓ Série: Produção intelectual
- ✓ Série: Assuntos Gerais
- ❖ Acervo digitalizado do Setor de Documentação (Sedoc) – Museu do Índio, Funai, Rio de Janeiro
 - ✓ Microfilmes: 1 A; 380; 381; 382; 387.
- ❖ Acervo do Centro de Documentação da Fundação Escola Livre de Sociologia de São Paulo (Cedoc – Fesp-SP)
 - ✓ Pasta Darcy Ribeiro
 - ✓ Anuários
 - ✓ *Clipping* jornalístico
- ❖ Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (SEMEAR)

Fundo: Heloisa Alberto Torres

ANEXOS

ANEXO A

Mapeamento temático e cronológico das correspondências entre Darcy Ribeiro e Herbert Baldus

Doc	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data
1	Herbert Baldus	Berta	Carta 1: sobre a organização da Reunião Brasileira de Antropologia. Carta 2: sobre o discurso de Darcy na sessão inaugural da Reunião Brasileira de Antropologia.	s/d
2	Darcy Ribeiro	-----	Parece ser a minuta do discurso para as comemorações do 20º aniversário do ELSP.	s/d
3	Não identificado	Herbert Baldus	Verso do doc. 2: ataque de bandoleiros contratados por fazendeiros na aldeia dos Canelas.	s/d
4	Não identificado	Não identificado	Carta manuscrita totalmente inteligível.	s/d
5	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata do trabalho de campo etnológico entre os Kadiwéu.	RJ, 04/02/1948
6	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 5: “notas críticas” sobre o trabalho de campo.	RJ, 04/02/1948
7	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre o sistema familiar Kadiwéu; trata de um futuro trabalho sobre aculturação; e notas sobre artefatos para estudo de desenhos Kadiwéu.	RJ, 05/04/1948
8	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 6: sobre o plano de trabalho do SE de 1948.	RJ, 05/04/1948
9	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata do trabalho do prof. Boudin; pede para ver o Tomo 3 da obra “El Paraguay católico”, de José Sanchez Labrador.	SP, 27/04/1948
10	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Pedido de ajuda para publicação de artigo sobre suas pesquisas de campo entre os Kadiwéu.	SP, 19/05/1948
11	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata sobre as possibilidades do SPI viabilizar pesquisas de campo já programadas.	RJ, 24/05/1948
12	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 11: termina a carta sem maiores informações.	RJ, 24/05/1948
13	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Traz respostas e sugestões a um trabalho feito por Darcy acerca do sistema de parentesco dos Kadiwéu.	SP, 03/06/1948

14	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Traz notas sobre algumas informações da carta anterior.	SP, 29/09/1948
15	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre Pesquisas etnológicas e a contribuição intelectual de Baldus.	RJ, 01/08/1949
16	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 15: trata da introdução metodológica de Darcy a Baldus.	RJ, 01/08/1949
17	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 16: critica a administração do SPI.	RJ, 01/08/1949
18	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre a bibliografia de Darcy acerca de um artigo.	SP, 09/08/1949
19	Berta	Herbert Baldus	Traz a reprodução de uma carta de Darcy por Berta, endereçada a Baldus; agradece a ajuda e trata sobre os Kadiwéu, preparando um artigo sobre arte decorativa.	RJ, 27/11/1949
20	Berta	Herbert Baldus	Continuação do doc. 19: Sobre assuntos burocráticos do SE e do Museu do Índio, pedindo para que Baldus peça cooperação para o programa de pesquisas do Museu.	RJ, 27/11/1949
21	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Agradece a transcrição que Berta fez da carta e dá sugestões sobre a pesquisa atual do Darcy: aprender a língua e fazer levantamento da cultura material, fazer um estudo genealógico, cultura espiritual e da organização social. Sugere que ele peça bolsa para conhecer os índios do Novo México e do Arizona.	SP, 07/12/1949
22	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre uma grave epidemia de sarampo entre os grupos indígenas estudados.	RJ, 24/02/1950
23	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 22: sobre a convivência entre índios e brancos, “apaixonados pelas bugigangas”.	RJ, 24/02/1950
24	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 23: termina falando sobre os desafios da viagem.	RJ, 24/02/1950
25	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Docs. 22 e 23 (duplicata).	RJ, 24/02/1950
26	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Docs.. 22 e 23 (duplicata).	RJ, 24/02/1950
27	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Aconselha-o a se inscrever no concurso da cadeira de Arthur Ramos – FNFfi.	SP, 24/04/1950
28	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata da terminologia de parentesco e notas do sistema familiar Tembé e Timbira, do sistema familiar Urubu, da genealogia de mais de 100 nomes dos Urubu em nove gerações sucessivas.	RJ, 26/04/1950
29	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 28: sobre problemas burocráticos da SE.	RJ, 26/04/1950

30	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 29: sobre teses e publicações.	RJ, 26/04/1950
31	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Conversas sobre o concurso da Faculdade de Filosofia. E sobre a possibilidade de Reeditar os estudos de Almeida Prado sobre Tocantins.	RJ, 10/05/1950
32	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 31: termina a carta sem maiores informações.	RJ, 10/05/1950
33	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre a pesquisa de Darcy e sua utilização na revista do Museu Paulista.	SP, 19/05/1950
34	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata dos assuntos: contato com Simeão Leal acerca da coleção de monografias etnográficas; volume 3 da Revista; François-Xavier Beghin e seu Handbook of South American Indians, volume 3.	SP, 07/07/1950
35	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre suas pesquisas etnológicas.	RJ, 15/07/1950
36	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 35: sobre convites que não aceitou e sobre os índios.	RJ, 15/07/1950
37	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre quais trabalhos iriam ser publicados: Coleção Etnologia Brasileira ou Coleção Índios do Brasil.	SP, 29/07/1950
38	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Comenta sobre a quase conclusão do trabalho sobre religião e mitologia dos Kadiwéu; primeira aparição e menção a palavra "Ofaié".	RJ, 21/08/1950
39	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 38: notícias sobre as pessoas, Métraux no Brasil, Luiz de Aguiar Costa Pinto, A. Ramos. Pergunta se sabe de alguém interessado em um tembetá de quartzo branco, que Malcher conseguiu com um índio Kruatire.	RJ, 21/08/1950
43	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Pergunta a Darcy sobre o costume do caçador em comer a carne das caças nas tribos estudadas.	SP, 27/09/1950
41	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trabalho sobre religião e mitologia Kadiwéu.	RJ, 30/10/1950
42	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 41: responde a questão da carta anterior do Baldus e sobre o costume do caçador, e sobre publicações e bolsa de pesquisa.	RJ, 30/10/1950
43	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Anexo aos docs. 41 e 42: relato etnográfico no Alto Capim e Alto Guamá (Tocantins).	RJ, 30/10/1950
44	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Anexo aos docs. 41 e 42, parte 2.	RJ, 30/10/1950
45	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Anexo aos docs. 41 e 42: traz textos das ilustrações do artigo Notícia dos Ofaié.	RJ, 30/10/1950

46	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Traz notas e observações de Baldus sobre uma tese de Darcy, enviada por correio e revisada por Baldus.	SP, 28/11/1950
47	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre a verba para impressão da Revista, volume 5; e sobre bibliografias para situar Schaden.	SP, 09/01/1951
48	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata da viagem a Bolívia para estudo, e contato com os etnólogos Ernst Beaglehole e Horace Miner.	RJ, 09/01/1951
49	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Nota sobre atraso no artigo dos Ofaié.	RJ, 13/01/1951
50	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata de notações musicais dos índios; reclamação dos burocratas que estão no SPI.	RJ, 22/02/1951
51	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Conversas e agradecimentos.	SP, 01/03/1951
52	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre a reestruturação do SPI e trâmites burocráticos.	RJ, 07/03/1951
53	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Conversas sobre uma futura resenha a ser publicada no Boletim Bibliográfico da Biblioteca de São Paulo.	SP, 21/03/1951
54	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Continuação do doc. 53: amostras do senso do índio sul-americano; em <i>post scriptum</i> ; Baldus agradece o presente que chegou, um “aguayo” e “idollillos”, que mostra o senso estético do índio sul americano; e diz que não se importa se sua pesquisa ficar para o próximo ano.	SP, 21/03/1951
55	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Conversas sobre o Prêmio Fábio Prado e o Prêmio de Poesias de 1950.	SP, 07/05/1951
56	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Conversas sobre a viagem das cartas 51/52 (35 e 36).	RJ, 12/05/1951
57	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 56: sobre a Semana do Índio e pesquisas.	RJ, 12/05/1951
58	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre os preparativos para a viagem a Belém, em relação a assuntos do SPI e, em seguida, para trabalho com os Urubu, com Francis Huxley.	RJ, 19/06/1951
59	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Doc. 58 (duplicata).	RJ, 19/06/1951
60	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre os Urubu, sobre publicações, texto da Conferência e relatório Nimuendajú.	SP, 26/07/1951
61	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Viagem às aldeias dos Urubu.	P.I. Gonçalves Dias, 29/07/1951

62	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre visitas às aldeias nessa viagem, sobre a metodologia vantajosa de visitas simultâneas e sobre os Urubu.	RJ, 20/12/1951
63	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 62: estudo dos Urubu e a observação que o Xamanismo constitui o objeto central de estudo e partida.	RJ, 20/12/1951
64	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 63: sobre organização social.	RJ, 20/12/1951
65	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 64: sobre uma pessoa que o acompanhou durante a viagem e que teve problemas. Não pude identificar o personagem a quem se referiu.	RJ, 20/12/1951
66	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Carta 1: planejamento de viagem para a aldeia dos Kaingang. Carta 2: sobre publicações e viagem a Curitiba para início da pesquisa sobre os Kaingang.	SP, 28/09/1951 e 28/12/1951
67	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Conversas pessoais.	SP, 05/01/1952
68	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata da viagem aos Kaingang, no Rio Grande do Sul.	SP, 21/02/1952
69	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Cita que Métraux encomendou um trabalho sobre política indigenista do Brasil para a UNESCO. Diz que estava lendo antigos e trabalhos sobre os Kaingang e pede ajuda sobre o problema da assimilação. Acha necessário fazer um balanço crítico sobre os 40 anos do SPI e explica o esboço do trabalho.	RJ, 27/03/1952
70	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 69: Sobre o projeto de filme sobre tribo indígena no Brasil, com Nilo como diretor.	RJ, 27/03/1952
71	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Reestruturação do Museu e sobre o convite a Darcy para tomar o lugar de Baldus como etnólogo responsável.	SP, 08/04/1952
72	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Darcy nega o convite para o cargo no Museu Paulista.	RJ, 21/04/1952
73	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 72: termina a carta falando sobre Métraux.	RJ, 21/04/1952
74	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Faz comentários sobre a proposta de estudos de política indigenista do Brasil.	SP, 30/04/1952
75	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Traz informações pessoais sobre trâmites com Malcher.	SP, 06/05/1952
76	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre a introdução do livro do Baldus e sobre o estudo da UNESCO. E também sobre integração e enquistamento, aculturação e assimilação.	RJ, 28/05/1952

77	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 76: sobre a ideologia da SPI e a posição do índio na sociedade.	RJ, 28/05/1952
78	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 77: sobre o problema de assimilação do índio, devido a nossa estrutura social.	RJ, 28/05/1952
79	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Menciona que Schultz pesquisou muito bem as artes gráficas e plásticas dos Kadiwéu; leitura e opiniões sobre “falso dilema” da teoria hegeliana.	SP, 06/06/1952
80	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre a viagem que fez por Goiás e Pará para conseguir terras para os índios Caiapó e Xerente; responde as colocações de Baldus em outra carta sobre seu artigo e o “falso dilema”.	RJ, 08/07/1952
81	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 80: continua a expor suas colocações, e sobre o processo de aculturação.	RJ, 08/07/1952
82	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 81: pede que diga sua oposição sobre o processo de aculturação e questiona se há alguma tribo brasileira sendo integrada à sociedade.	RJ, 08/07/1952
83	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Afirma que voltou da Europa e que não conseguiu inscrever o SPI como membro nos Congressos de Cambridge e Viena; e sobre as resenhas em inglês publicadas na revista.	SP, 15/12/1952
84	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata: da proposta do Ministério da Agricultura para prestar cooperação; chegada de Phillipson; viagem do prof. Sérgio, deixando o Museu por dois anos na direção de outrem; e do trabalho para a UNESCO, que corre bem.	RJ, 19/12/1952
85	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 84: restante da carta em manuscrito, inteligível.	RJ, 19/12/1952
86	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Faz considerações e felicitações pessoais.	SP, 29/12/1952
87	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Traz um relato de sua estadia no Rio de Janeiro.	RJ, 20/03/1953
88	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 87: Sobre Eduardo (amigo deles), de seu respeito pelo conhecimento que tem sobre os Kaign-hogn; faz uma lista de pedidos.	RJ, 20/03/1953
89	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 88: termina a carta sem maiores informações.	RJ, 20/03/1953
90	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre a inauguração do Museu do Índio; envio dos volumes 2, 3 e 4 da Revista para Eduardo.	SP, 27/03/1953

91	José Maria da Gama Malcher, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios	Herbert Baldus	Convite para a inauguração do Museu do Índio.	RJ, 09/04/1953
92	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Considerações pessoais entre os dois; menção ao prédio de educação, solicitado ao governador.	SP, 22/04/1953
93	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata da primeira Reunião de Antropologia no RJ.	RJ, 12/05/1953
94	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Mesma carta doc. 93: segue o tema da Reunião de Antropologia.	RJ, 12/05/1953
95	Herbert Baldus	J. Malcher	Traz: nota avisando que chegou a carta aérea do dia 12 do mês corrente e diz que falou com Schultz por telefone sobre isto; e cópia da carta pedindo remessa de prestação de contas de expedição científica.	SP, 29/05/1953
96	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Explica acontecimentos com os índios e a incidência de varíola; sobre as discussões sobre o tema do Congresso de Antropologia, que decidiram ser um seminário; diz que falou com Malcher sobre a verba da viagem de Schultz.	RJ, 25/07/1953
97	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata da autorização para publicar na Revista Museu Paulista; e da Reunião de Antropologia.	SP, 10/08/1953
98	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Traz notas e observações sobre os Kaingang paulistas; preparação do Congresso Americanistas; solicitação de avião da FAB com ministro da Aeronáutica.	SP, 04/02/1954
99	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão	Trata da apresentação do Sr. Mario Baldi, sertanista e dedicado aos índios, aos dois.	SP, 12/02/1954
100	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Programa UNESCO; BIT; e faz sugestão de contato com a União Panamericana.	RJ, 24/04/1954
101	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata da organização do Congresso de Americanistas, citando os norte-americanos que confirmaram. Pede auxílio ao SPI para promover uma excursão de dois dias aos postos do Araguaia e Xingu, com avião para 20 passageiros, para o Congresso.	SP, 06/05/1954

102	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Dá notícias sobre a organização do Simpósio, buscando patrocinadores, e dá detalhes sobre a excursão à região do Xingu.	RJ, 30/05/1954
103	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Solicita o envio de um avião para o Xingu; sobre a pesquisa para a UNESCO e dos trâmites burocráticos dessa pesquisa.	SP, 03/06/1954
104	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Faz felicitações sobre o livro acerca dos Kadiwéu; sobre a leitura da monografia; e cinema.	SP, 26/06/1954
105	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata da excursão aérea e trabalho de campo no Xingu.	SP, 16/07/1954
106	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre o programa elaborado para o Curso; da pesquisa sobre os Urubu; e de problemas administrativos do SPI.	RJ, 02/10/1954
107	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 106: Sobre o aceite para reger a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi na Faculdade Nacional de Filosofia, e pede conselho a Baldus; envia o programa do curso, tendo o propósito de estimular a vocação para pesquisas.	RJ, 02/10/1954
108	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Faz um balanço econômico sobre materiais a serem impressos.	SP, 09/10/1954
109	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Trata da pesquisa com os Urubu e da licença do Museu; além da pesquisa para a UNESCO.	RJ, 11/ 1954
110	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 109: sobre Miner e o mal-entendido.	RJ, 11/ 1954
111	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata do artigo sobre os Urubu e diagrama; e do <i>Speech</i> sobre a assimilação dos índios no Brasil, feito por Darcy, o qual Baldus cobra que seja publicado.	SP, 07/01/1955
112	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Traz sugestão de estudos e trabalho de campo sobre os índios.	RJ, 21/04/1955
113	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 112: Aprovação o projeto de David Maybury.	RJ, 21/04/1955
114	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Continuação do doc. 113: Sugestão ao Instituto de Imigração e Colonização para contratar o prof. Willems para pesquisas sobre a assimilação de alemães e outros grupos europeus e para tratar dos problemas de colonização com sertanejos. Traz nota de Berta falando sobre seus estudos.	RJ, 21/04/1955
115	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Nota manuscrita sobre o Congresso de Americanistas.	SP, 20/02/1956

116	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Convite para ser representante brasileiro no Congresso Internacional dos Americanistas.	RJ, 15/06/1956
117	Herbert Baldus	Darcy e Berta	Agradecimento pelas indicações de estudos sobre Culturas indígenas e Línguas Obsoletas.	SP, 06/11/1957
118	Herbert Baldus	Berta e Darcy e outros	Carta 1: auxílio para o seu aluno inglês, David Maybury Lewis, para a visita aos Akauê-chavante; e pergunta sobre o avião para o dia 29/08 (falta continuação da carta). Carta 2: recomendação do etnólogo suíço Hans Dietschy, que pretende estudar os índios Karajá, depois do Congresso; pergunta sobre o avião. Carta 3: pedido de envio dos trabalhos apresentados no congresso. Carta 4: aviso sobre a publicação de “crítica desejada” na revista Anhembi.	SP, 05/06/1954; 22/07/1954; 14/09/1954; 14/12/1957.
119	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Traz a leitura de resenha de Baldus, e dica sobre a crítica de Baldus à obsolescência.	RJ, 28/12/1957
120	Darcy Ribeiro	Herbert Baldus	Sobre trabalhos em atraso e pede ajuda para conseguir hospedagem para o Comas, em São Paulo, dizendo que está tentando com amigos em alguns estados.	RJ, 31/05/1958
121	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Sobre o convite de Comas para estadia e apresentação em seminário na Escola.	SP, 26/06/1958
122	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata do contato com Florestan Fernandes; faz pedido de colaboração para um novo volume da Revista do Museu Paulista.	SP, 14/01/1960
123	Herbert Baldus	Darcy Ribeiro	Trata de assuntos bancários.	SP, 24/06/1960
124	Herbert Baldus	Darcy	Agradece o auxílio do CAPES para a estadia na Europa; sobre o Congresso de Americanistas em Viena, da pesquisa e dos contatos que fez.	SP, 12/09/1960
125	Herbert Baldus	Darcy	Anexo ao doc. 124: trata da carta ao presidente Juscelino, em nome do Congresso Internacional de Americanistas. também sobre ameaças aos índios Xetá.	SP, 12/09/1960
126	Herbert Baldus	Berta	Conversas pessoais sobre Darcy.	SP, 16/11/1960
127	Berta	Herbert Baldus	Trata de carimbos indígenas para coleção do Museu Nacional; faz crítica a Felicitas Barreto e sua etnologia.	RJ, 23/11/1960

128	Herbert Baldus	Berta	Traz agradecimentos e pedido de carimbos para uma exposição.	SP, 25/11/1960
129	Herbert Baldus	Darcy e Berta	Felicitações de ano novo; sobre o Pitaguari e os índios Xeréu, e sobre o livro “Estórias e lendas dos índios”.	SP, 04/01/1961
130	Berta	Herbert Baldus	Traz comentários sobre a Antologia das Lendas, e da burocracia do Museu do Índio.	RJ, 30/01/1961
131	Herbert Baldus	Berta	Trata do trabalho do Pitaguari; resenha do Livro das Felicitas a ser publicado na Revista do Museu Paulista.	SP, 09/02/1961
132	Herbert Baldus	Berta	Trata do contato de Baldus com Cacá Diegues e Castro; cita Morse novamente.	SP, 03/04/1963
133	Berta	Herbert Baldus	Sobre a organização da conferência; sugere Morse para pedir material; trata do aniversário de um ano da UnB; sugere o tema “O ensino da antropologia física e paleontologia humana”.	Brasília, 20/04/1963
134	Herbert Baldus	Berta	Trata da sugestão para Darcy apresentar trabalho sobre “antropologia na UnB” ou “política indigenista”; faz menção ao projeto Handbook brasileiro.	SP, 06/05/1963
135	Berta	Herbert Baldus	Sobre data e título da conferência para a reunião de antropologia, mas que Darcy talvez não possa assumir a responsabilidade. Discorre também sobre o trabalho de Darcy na UnB.	Brasília, 20/05/1963
136	Herbert Baldus	Berta	Carta 1: felicitações por Darcy assumir a Casa Civil. Carta 2: lamenta a ausência dele na VI Reunião Brasileira de Antropologia e diz que foi um sucesso, com representantes de muitos países.	SP, 18/06/1963 e 16/07/1963
137	Herbert Baldus	Berta	Assuntos pessoais	SP, 31/07/1963

ANEXO B

Mapeamento Temático e cronológico das correspondências entre Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão

Doc.	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data	Referências
1	Galvão	Darcy	Começa a carta “criticando” Carlos por não voltar da viagem e nem dar uma explicação para a ausência; informa que a fala de Comas, no museu, sobre problemas indigenistas, “foi provocativa”; e que também conferenciou na faculdade, “com direito a reitor”. Diz ainda que a turma dos linguistas estabeleceu base em Belém; e que Crocker arranja problemas com SPI.	s/d	Clara/ Egler/ Tito/ Comas/ Desmond Derbyshire/ Protasio/ Yder, do Museu de Copenhague/ Crocker/ Kozak/ João Carvalho.
2	Não identificado (Berta)	Gugu e Clarinha	Comenta o desentendimento observado entre as cartas de Darcy e Galvão, dizendo que espera a réplica do Galvão, mas sabendo que dará tudo certo. Diz que as cartas são o retrato dos dois em seus piores momentos.	s/d	Peter/ Eva/ Carlos/ D. Fininha/ D. Letícia.
3	Não identificado (Berta)	Gugu e Clarinha	Continuação do doc. 2: finaliza sem maiores informações.	s/d	Carlos.
4	Galvão	Darcy	Parece ser uma minuta do docs. 17/18. Explica em poucas palavras que não ficará à frente do projeto de Santarém, proposto por Darcy.	s/d	
5	Galvão	Não identificado	Dá informes gerais sobre a obra da casa e como está ficando a reforma; sobre um curso de planejamento na Amazônia, para o qual foi convidado, por Benedito Silva, para ministrar aulas, e reclama da carga horária: “full time”, “intensivo”, “planejamento”, e “comissões”, definem o clima. Ainda sobre a possibilidade de Darcy participar do encerramento curso; diz que está “cuspindo” a antropologia sem muito entusiasmo; e comenta sobre a turma.	Belém, 03/10/55	Bebeco Redfield/ Ze Candido/ Wagley/ Heloisa/ Rondon/ Artur Cezar/ Sternberg/ Valverde/ Valorização/ Maria Alice.

6	Galvão	Darcy	Informa que está quase um mês viajando e sobre os problemas de Waupes.	Waupes, Rio Negro, Amazonas, 03/11/1954	SPI/ Padre salesiano Antonio.
7	Galvão	Malcher, Darcy e demais protetores	Informa sobre a viagem que está fazendo, contando sobre o local e seus problemas.	Rio Içana, 14/11/1954	Foerthmann.
8	Darcy	Galvão e Clara	Informa que viu as primeiras provas do livro do Galvão, “Santos e Visagens”. Tirou férias e fez planos para viajar, mas que a preguiça só o deixou escrever duas comunicações que estava devendo ao Baldus.	13/12/1954	Simões/ Brasileira – “Série 5a. – Bibl. Pedag. Brasileira – Vol, 284 Eduardo Galvão – Santos e Visagens”.
9	Darcy	Galvão e Clara	Continuação do doc. 8: sobre o Museu e sobre a redução de verba no momento que chegou o filme mandado pela UNESCO; e sobre o adiamento da viagem do Foerthmann.	13/12/1954	Anisio/ Castro/ Malcher/ S.O.A/ Foerthmann/ Valorização/ Tridiano/ Mota/ Chico.
10	Darcy	Galvão e Clara	Parece ser a continuação do doc. 9: termina a carta sem maiores informações.	13/12/1954	
11	Harry Shapiro (chefe do Departamento de Antropologia do American Museum of Natural History)	Galvão	Traz cópia de parte de uma carta em inglês com notícias sobre Mr. Jurgens, informando que assim que ele chegou ao destino da viagem a trabalho, os nativos passavam por uma grave epidemia de sarampo e, assim, uma quantidade considerável de filmagem se tornou sem valor, porque alguns dos participantes do seu documentário morreram ou ficaram tão doentes que não poderiam continuar. Afirma que precisou desistir, com esperança de voltar assim que a situação melhorasse, mas que não seria breve; e diz que tem trocado correspondências com Darcy Ribeiro, não só no que se refere às coleções etnográficas, mas também sobre documentários.	4/1/1955	
12	Galvão	Darcy	Sobre os problemas de saúde enfrentados enquanto viajava, discorre sobre um telegrama que recebeu da SA, pedindo remessa de contas referentes ao suprimento de 40 mil	Boca do Waupes, 12/01/1955	

			cruzeiros até dia 20, e reclama por não terem pedido antes, pois estava de partida para o Waupes e não tinha tempo de reunir todos os recibos.		
13	Darcy	Galvão e Clara	Inicia a carta informando ser uma carta que Berta escrevera e ele assinou, alegando estar sem tempo devido à escrita do livro. Também sobre o curso de antropologia, sobre o adiamento do plano de filmar na Amazônia, por falta de verba; e diz que chegou o material da UNESCO para o “Fronteiras da Civilização”.	Rio, 24/01/1955	D. Leticia/ SPI/ Simões/ Foerthmann/ Valorização/ Aboim/ Serôa da Mota.
14	Darcy	Galvão e Clara	Continuação do doc. 13: continua dando notícias sobre os projetos que trabalha e comenta que o mais importante é a entrega da prestação de contas ao Tribunal de Contas até dia 5 de fevereiro. Trata ainda sobre livros e publicações que estão sendo feitas e preparadas para publicação.	Rio, 24/01/1955	Malcher/ General Borges Fortes/ “relatório da S.E”/ Projeto do I.I.I/ Comas/ Gâmio/ “relatório da S.O.A”/ Diegues/ Castro/ Edison/ “Publicação dos Tenetehara”/ Simeão/ Simões/ Enio/ “as provas do ‘Santos...’”.
15	Darcy	Galvão e Clara	Continuação do doc. 14: Afirma que Galvão será “autor bendito em livros neste país”, o quê merece ser comemorado. Termina a carta dizendo que o Conselho de Pesquisas escreveu pedindo a bibliografia de Galvão, e pede para ele mandar cópia da bibliografia do Baldus.	Rio, 24/01/1955	
16	Galvão	Darcy	Descrição do Museu Paraense, da coleção e disposição, e a necessidade de se fazer modificações. Ainda comenta sobre estar procurando casa e sobre o novo estilo de vida.	Belém, 20/08/1955	Bordalo/ Peter.
17	Galvão	Darcy	Parece ser continuação do doc. 16: Notícias pessoais e diz que Clara está “crente que é bibliotecária”, pois está organizando a biblioteca.	Belém, 20/08/1955	Zé Candido/ Olimpio/ Artur Cezar/ Peter/ Bordalo/ Barata.
18	Clara	Berta	Carta equivalente à carta do doc. 39: dá novidades sobre o local que moram, Santa Maria de Belém, e sobre o museu, elogiando a biblioteca, no que se refere às publicações	Belém, 18/09/1955	Benedito da Fundação/ Wagley/ Egler/ Flavio, arquiteto/ D. Fininha.

			antigas. Informa sobre o convite que Galvão recebeu para dar um curso de 6h por dia durante um mês, mas ficou decidido que M. Alice ia dividir o trabalho com ele. Diz que Galvão ficou um mês na diretoria do museu, mas decidiu não ficar.		
19	Darcy?	Galvão	Este PDF possui duas páginas. O remetente reclama da demora em escrever e faz referência à carta de Clara (doc. 43); dá notícias sobre o grupo; critica Castro por ter aceitado ser substituído de Wagley, pois o mesmo aconselhou o Baldus a não aceitar por questões “patrióticas” (grifo do autor). O remetente cita ainda o projeto que Rondon pediu ao Ministro, a nomeação de uma comissão para rever o projeto do PIX, e sobre seu cargo de assessor. Escreve ainda uma lista de esclarecimentos que deu na primeira reunião.	Rio, 22/09/1955	Mota/ Lincoln/ Robertinho/ Simões/ Castro/ Wagley/ Baldus/ Heloísa/ Tarcísio/ Rondon/ Jaguaribe/ Getúlio/ Marechal/ Oliveira/ Serôa/
20	Darcy?	Galvão	Continuação do doc. 19: termina a carta dando notícias e sem maiores informações.	Rio, 22/09/1955	Simone/ Orlando/ Custódio.
21	Galvão	Darcy e Berta	Sobre como se estabeleceram ao chegar em Belém e sobre o museu, dando suas impressões. Comenta também sobre a política local.	Belém, 02/10/1955	
22	Galvão	Roberto?	Parece ser a continuação do doc. 21: dá pareceres sobre algumas pessoas, informando que Walter Egler é o novo diretor, e de verbas da Valorização. Dá lembranças a Patrícia.	Belém, 03/10/1955	Hugo/ Peter/ Malcher/ Fontes/ Artur Cezar/ Instituto de Manaus/ Olimpio/ Socrates Bomfim.
23	Darcy	Galvão	Pergunta onde estava o texto descritivo das gravuras do seu Tenetehara, questionando se havia mais uma cópia, além daquela que mandou para Simeão, pois perdera tal cópia. Conta sobre o caso da cadeira de Antropologia e Etnologia da FBC.	Rio, 08/10/1955	Castro/ DH/ Anísio/ Klineberg/ Wagley/ CP (pessoa).
24	Darcy	Galvão	Continuação do doc. 23: Sobre o cursinho (CAAC) em que dá aula; comenta que descobriram um livro do Nadel e, por isso, foi obrigado a ler, e diz que valeu a pena pelo T. Persona e C. Lewis, comentando sobre os conceitos que viu (ver	Rio, 08/10/1955	CP (pessoa) / Berta/ Marcelo.

			comentário). Pede para que Galvão leia o livro e comente a respeito.		
25	Galvão	Darcy	Dá informes gerais sobre um curso em andamento, sobre o “clubinho de antropologia” e sobre o instituto. Comenta sobre os projetos de Bordalo, e sobre a sua mudança de hábitos em virtude da modalidade de trabalho <i>full-time</i> . Também dá informes sobre a casa.	Belém, 21/10/1955	Maria Alice/ Raul Bitencourt/ Barata/ Gustavo Barroso/ Bordalo.
26	Galvão	Darcy	Continuação do doc. 25: Conta da situação do Instituto e do museu; também do Programa da Valorização e a disputa da escolha de um novo nome para substituir Artur Cezar. Sobre a administração atual, afirma que parece estar destruindo tudo propositalmente, a fim de não deixar nada para Barata, que vem vencendo a disputa pelos votos do eleitorado do interior. Comenta ainda sobre material de textos, legendas e fotos que se perderam ao serem enviados a imprensa.	Belém, 21/10/1955	Olimpio/ Tito Cavalcanti/ Artur Cezar/ Alvaro Adolfo/ Juscelino/ Simeão.
27	Darcy	Galvão	Afirma que não anda fazendo nada além de pensar em um apartamento que quer comprar e nas burocracias do museu. Dá informes gerais sobre sua saúde e sobre a indecisão da nomeação da diretoria do SPI.	Rio, 02/03/1956	Robertinho/ Malcher/ Heloisa/ Mota.
28	Darcy	Galvão	Continuação do doc. 27 sobre a inauguração de um seminário sul-americano sobre ensino das Ciências Sociais, convocado pela UNESCO, e diz que vai aproveitar a oportunidade para promover seu curso. Dá informes do curso que ministra e informa que a CAPES irá continuar patrocinando.	Rio, 02/03/1956	Linquinho/ Castro.
29	Galvão?	Darcy e Berta?	Dá pareceres sobre pessoas diversas e sobre os preparativos para a inauguração do Museu Goeldi.	Belém, 30/07/1956	Berta Megers/ Fontes/ Tridiano/ Lucinerges Couto/ Boudin/ Peter.
30	Berta	Galvão	informa sobre o caso do SPI e que foi publicado uma crônica no domingo pela Eneida, chamando Darcy de jovem sábio e glória nacional. Discorre sobre novidades, e diz que René	Rio, 19/08/1956	Caso do SPI/ Benjamin Campos/ Heloísa/ José Candido/ Josino/ Roberto Moreira.

			Ribeiro pediu a Darcy que arranjasse alunos para uma pesquisa de um ano na Amazônia.		
31	Berta	Galvão	Continuação do doc. 30: termina a carta dando mais alguns informes e perguntando sobre a saúde de Gugu (Galvão).	Rio, 19/08/1956	“Os Leacock/ Castro/ “trabalho do Hurt”.
32	Galvão	Berta e Darcy	Informa sobre a inauguração do Museu Goeldi e outras notícias; comenta sobre uma carta de Rondon.	Belém, 05/10/1956	“Carta de Rondon”/ Orlando/ Jorge Oliveira/ Artur Cezar/ Frederico Barata/ Picasso/ Egler/ Governador Catete Pinheiro.
33	Galvão	Berta e Darcy	Continuação do doc. 32: explica a razão de as coisas não estarem indo bem, com relação às pesquisas e à organização do quadro do museu. E ainda sobre o tipo de pesquisa que queria que ele fizesse, mas no fim diz que conseguiu continuar com as suas pesquisas.	Belém, 05/10/1956	SPEVEA/ Artur Cezar/ Bouhid/ Carlos/ Gurupi.
34	Clara	Berta	Sobre a montagem da exposição do Museu Goeldi; comenta a politicagem do SPI e que, por isso, falta uma continuidade nos trabalhos.	Belém, 29/10/1956	Hugo/ Josino/ René Ribeiro.
	Clara	Berta	Continuação do doc. 33: Sobre o Programa da Valorização estar passando por fase difícil devido a cortes de verbas.	Belém, 29/10/1956	Bouhid/ “trabalho do Rio Negro”.
35	Galvão	Não identificado	Dá informes sobre a situação do curso de Ciências Sociais da faculdade local de Belém e a dificuldade em conseguir voluntários paraenses. Informa sobre viagens do Egler para tratar de verbas do CNPq.	Belém, 31/03/1957	CP (pessoa)/ Anisio/ Carlos/ Egler/ Reis/ SPEVEA/ Marcilio Viana/ Darcy/ FINEP.
36	Galvão	Não identificado	Continuação do doc. 35: Sobre as dificuldades de viajar, devido às enchentes nos rios e sobre o SPI, dizendo que nada mudou. Manda abraços para o Roberto.	Belém, 31/03/1957	Castro/ Serpa/ Wanda Ranke/ Lincoln/ Expedito/ S.E./ Chico Meireles/ Fontes/ João Carvalho/ Leacock.
37	Galvão	Berta e Darcy	Galvão discorre sobre sua viagem arqueológica com Peter por Santarém. Diz que duvida ter sido terra de indígenas.	Santarém, 08/06/1957	

38	Clara	Berta	Informa que Galvão está em Santarém e reclama da falta de continuidade de pessoal nas pesquisas e no museu.	Belém, 23/06/1957	Castro/ Crocker/ Zé Candido/ Novais/ “livro do Barbosa Rodrigues”.
39	Gugu (Galvão)	Não identificado (Berta ou Darcy?)	Responde questões da carta anterior e dá informes pessoais e institucionais. Afirma que se “JK andido” ficar mais uns anos e se não aparecer algum Lott para fazer o que fizeram com Café Filho, ele “sentará nas cadeiras dos Lacerdas e Roquetes”, e considera bom se ele fosse diretor do museu Goeldi. Diz que Boudin vai voltar a soltar a verba da antropologia. Informa ainda que fechou a equipe e que ficarão com a Divisão de Etnologia.	2/12/1957	Loulokta/ Helo/ material de Nimwendaju/ Apinaye/ Carlos / Frei Protassio/ Clara/ Rene/ Oracy.
40	Galvão	Darcy e Berta	Dá pareceres sobre pessoas diversas; informa que o caiapó Carlos apresentou a monografia sobre a frente pastoril, com base no material de Pau Darco e está preparando a parte sobre indústria extrativa.	Belém, 08/09/1958	Clara/ Frickel/ JKandido/ Desmond/ Reis/ Kaiapó Carlos/ Peter.
41	Galvão	Darcy	Responde ao pedido de Darcy sobre o projeto de Santarém e, em tons de ironia e exasperação, diz que não poderia ficar à frente de tal projeto, e nem poderia ser este o primeiro projeto do Museu Goeldi. Diz que Darcy está fazendo “aculturação do Costa Pinto”.	Belém, 11/9/1958	Carlos/ JRibeiro/ JAnisio/ Frei Protasio/ Peter/ Egler/ Novais/ Derbyshire/ Marcelo/ Heloisa/ Dalton/ Wagley.
42	Galvão	Darcy	Continuação do doc. 41: termina a carta informando sobre a mudança da diretoria do INPA.	Belém, 11/9/1958	Reis/ Tito/ Olimpio/ Mario Sampaio/ Clara/ Fortunato.
43	Oswaldo Belo de Amorim, Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro	Galvão	Cópia de ofício da Alfândega do Rio pedindo que seja apresentada defesa no prazo de 30 dias, em resposta ao ofício de 21/12/1956, acerca do termo de responsabilidade assinada pelo Sr. Jurgens em 30/7/1954, no Serviço de Isenção, para o pagamento de tributos sobre bagagens com material fotográfico e gravação, que vieram desacompanhadas do mesmo. Sendo fiador o Galvão, na época na qualidade de	19/09/1958	

			Diretor Substituto do SPI, deve ser ele o responsabilizado. (Anexo ao doc. 12)		
44	Darcy	Galvão	Resposta da carta de Galvão (docs. 17/18) sobre seu projeto de Santarém: diz que não quis substituir os planos de Galvão, que o museu deve ajudar a este projeto e que seis meses de desvio não comprometerão o Museu nem Galvão. Continua no doc. 14, sem grandes informações.	Rio, 20/09/1958	SPEVEA.
45	Galvão	Darcy	Informa sobre o problema da Alfândega (doc. 11), e o fato de ter recebido o ofício tarde, por via marítima, prejudicou o prazo da defesa; discorre sobre o ocorrido durante a viagem do Sr. Jurgens e, no fim, pede a Darcy que arranje um advogado.	05/10/1958	Harry Shapiro, chefe do Departamento de Antropologia do American Museum of Natural History/ Sr. Jurgens.
46	Darcy	Galvão	Sobre o problema com a Alfandega e diz que achava que a “cancela do SPI” iria resolver a situação (doc. 11). Dá notícias sobre o Comas, a fim de que o Galvão informe à imprensa local quando Comas chega em Belém. Aguarda notícias sobre “a novela de Santarém”.	Rio, 11/10/1958	Museu Goeldi/ Artur Cezar/ Tito/ C. Pinto/ Bazanella ou Bazznella/ Simposium sobre tarefas da Antropologia no Congresso de Costa Rica/ Boletim do C.P.A.L./ Anthropology Today/ Peter/ Carlos
47	Clara	Berta	Informa sobre os integrantes da equipe, dando pareceres sobre viagens e informações em geral; diz que recebeu visita do Comas e esposa, e este conferenciou no auditório do museu, e na Faculdade; pede notícias do Carlos. Trata sobre os “linguistas de Pike” chegaram para se estabelecer, e diz acreditar que o Museu e o Castro não os orientaram. Falta o final da carta.	Belém, 23/11/1958	Gugú (Galvão)/ Comas/ Thales e René/ Galvão/ Egler/ Napoleão e Barata/ os Hilbert (esposa Eva)/ Carlos/ “linguistas do Pike”/ Museu Nacional/ Castro/ os Desmond (esposa Grace).
48	Clara	Darcy e Berta	Informa sobre os integrantes da equipe, dando pareceres sobre viagens e informações em geral; cita que o Museu não foi incluído nos 30% da verba; que Galvão está há um mês na	Belém, 01/04/1959	Egler/ Galvão/ Sr. Jacob/ Carlos/ geólogo indú/ Chico Meirelles/ lancha da SPI/ Kosak/ João do Darci/ Frei Protásio/ Zé Candido/

			diretoria; e pede ao Darcy o livro de Wagley. Termina no documento 6, sem grandes informações.		Goeldi/ Galvão/ Loureiro/ Peter/ Capes.
49	Galvão	Darcy	Traz informações sobre o trabalho de antropólogo e de pessoas da equipe que ambos conhecem. E afirma que pela carta de Berta percebeu que a “catequese do Egler sobre Santarém” não deu certo.	Belém, 02/04/1959	CNPq/ Catequese do Egler/ Protasio/ Kozac/ Peter/ Carlos/ Jacob/ Loureiro/ Roberto Redfield Cardoso Bidney
50	Galvão	Darcy e Berta	Informa sobre problemas com verbas para a pesquisa e pede que façam pressão para conseguir dinheiro para a viagem do arqueólogo alemão Peter.	Belém, 28/06/1959	Loureiro/ Arqueólogo alemão Peter/ Protasio
51	Clara	Berta	Sobre os integrantes da equipe, dando pareceres sobre viagens e dá informações em geral. Diz que está com saudades de “espairecer dos trópicos”.	Belém, 10/10/1959	Centenário de Emílio Goeldi/ “Zoologia de Goeldi”/ Novaes/ Cory/ Loureiro/ Chetá/ Instituto de Ciências Econômicas e Sociais/ Castro/ Gugu (Galvão)/ “querida e velha Cap.”/ D. Laet/ Celia e Napoleão.
52	Darcy	Eduardo Galvão	Pede que sejam enviadas fichas com informações de tribos indígenas que ele desconhecia, citadas no artigo do destinatário, além de um artigo citado por Baldus em sua crítica. Diz precisar dessas informações, pois está na reta final do seu livro.	07/07/1968	Os Índios e a Civilização/ Malcher/ Loukotka/ Harald Schultz/ Journal de la Societé des Américanistes/ Revista do Museu Paulista vol. XV, 1964/ Melo Bastos e família.

ANEXO C

Mapeamento Temático e cronológico das correspondências entre Darcy Ribeiro e Donald Pierson

Doc.	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data	Referências
1	Donald Pierson	Darcy	Pede “a fineza” de devolver o seu artigo, caso o diretor da revista “Cultura” não queira publicar.	SP, s/d	
2	-----	-----	Guia de transferência de documentos FGV/CPDOC.	-----	
3	Donald Pierson	Darcy	Informa que em breve chegarão os quatro livros da biblioteca; envia o esboço do estudo que fez de uma comunidade rural paulista, e também outro esboço de uma possível segunda monografia, da mesma pesquisa. Ao fim, lista os artigos disponíveis para colaboração à revista “Cultura”, e pede que o diretor escolha. E traz o seguinte manuscrito em inglês: “D. Helen fica feliz por ter notícias em primeira mão, novamente, e espera que Darcy esteja gostando do trabalho”.	SP, 24/04/1950	BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
4	Donald Pierson	Darcy	Anexo ao doc. 42, página 1. Título: “Cruz das Almas”.	SP, 24/04/1950	
5	Donald Pierson	Darcy	Anexo ao doc. 42, página 2. Título: “Cruz das Almas”.	SP, 24/04/1950	
6	Donald Pierson	Darcy	Anexo ao doc. 42, página 3. Título: “Cruz das Almas”.	SP, 24/04/1950	
7	Donald Pierson	Darcy	Anexo ao doc. 42, página 1. Título: “Ciclo de vida em Cruz das Almas”. (<i>Outline</i> provisória)	SP, 24/04/1950	
8	Darcy	Donald Pierson	Inicia a carta agradecendo a contribuição para a sua formação, informando que pretende permanecer no Rio para elaborar material que estava juntando desde 1947 sobre o Kadiwéu, Ofaié e Urubu. Informa que Haidé pediu para avisar que o SESP irá organizar os serviços de saúde e	RJ, 10/05/1950	HAIÉ DOURADO/ SESP/ DR. ERNANI BRAGA/ SIMEÃO LEAL.

			saneamento no Vale de S. Francisco, com sede em Juazeiro; e sobre publicação na revista “Cultura”.		
9	Darcy	Donald Pierson	Continuação do doc. 8: Sobre o interesse de Leal em publicar a pesquisa sobre o ciclo de vida em Cruz das Almas, e termina comentando os estudos de Pierson.	RJ, 10/05/1950	
10	Donald Pierson	Darcy	Diz que nos próximos dias irá enviar o artigo “A família em Cruz das Almas”, sobre o estudo “O ciclo de vida em Cruz das Almas”, que está em vias de publicar em inglês, e pede a Darcy para ver o interesse de Leal em publicar em português.	SP, 17/07/1950	SMITHSONIAN INSTITUTION/ SIMEÃO LEAL/ LIVRARIA MARTINS.
11	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 10: pede para confirmar os livros recebidos, citando os títulos. Agradece as notícias sobre a organização dos serviços de saúde e saneamento em Juazeiro.	SP, 17/07/1950	HAI DÉ DOURADO.
12	Darcy	Donald Pierson	Sobre a publicação da monografia sobre Cruz das Almas que Leal se interessou em publicar na seção “Documentário” da Revista “Cultura”; comenta do livrinho sobre mitologia e religião dos Kadiwéus, e agradece a contribuição de Pierson.	RJ, 21/08/1950	S. LEAL.
13	Darcy	Donald Pierson	Informa que entregou o artigo do Pierson no “Observatório Econômico” e agradece por ter acolhido seu artigo. Trata das experiências para publicar um estudo sobre mitologia e religião Kadiwéu, e questiona sobre o <i>survey</i> do vale do São Francisco.	RJ, 20/11/1950	SIMEÃO LEAL/ PROF. BALDUS.
14	Donald Pierson	Darcy	Conta que recebeu sua carta de 20 de novembro; sobre os artigos, pedindo opinião de Simeão sobre seu artigo “Família”, e diz que o artigo de Darcy pode ser enviado ao Dr. Baldus. Responde ao questionamento sobre o “survey” do vale do São Francisco, relatando sobre sua viagem.	SP, 28/11/1950	“OBSERVATÓRIO ECONÔMICO”/ SIMEÃO LEAL/ DR. BALDUS/ OTAVIO/ LEVI.
15	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 14: segue seu relato e conta sobre a metodologia de trabalho; sobre as possibilidades de alguns estudos em outras comunidades diferentes; pede ao Darcy que, se essa ideia amadurecer, que ele peça licença do SPI ou	SP, 28/11/1950	JOÃO GOMES TEIXEIRA.

			encontre outra maneira para colaborar pelo menos durante 3 meses nesse empreendimento.		
16	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 15: conclui sem maiores informações.	SP, 28/11/1950	
17	Darcy	Donald Pierson	Informa que está devolvendo a relação de endereços de pessoas interessadas em Ciências Sociais.	RJ, 13/01/1951	MORSE.
18	Darcy	Donald Pierson	Envia os endereços de Orlando M. Carvalho e do professor Morse Belém Teixeira, como foi pedido, e diz que o motivo da demora foi o Congresso na Bolívia; pede opinião sobre sua tentativa de interpretação sociológica dos mitos dos Kadiwéus.	RJ, 09/02/1951	ORLANDO M. CARVALHO/ PROF. MORSE BELÉM TEIXEIRA.
19	Darcy	Donald Pierson	Sobre o envio de um cheque de 2 mil cruzeiros pelo artigo . Avisa que partirá em viagem às Aldeias dos Urubu no dia 23, e que ficará até novembro, deixando o novo endereço.	RJ, 21/06/1951	SIMEÃO LEAL.
20	Donald Pierson	Darcy	Informa que recebeu o cheque referente ao artigo dele publicado na revista "Cultura" e pede um exemplar. Deseja boa viagem ao novo trabalho de campo e o elogia.	SP, 27/06/1951	SIMEÃO LEAL/ KADIWÉU/ PROF. TEIXEIRA.
21	Darcy	Donald Pierson	Telegrama pedindo para ser avisado assim que ele chegasse ao Rio.	RJ, 27/11/1951	
22	Darcy	Donald Pierson	Continuação do doc. 21: verso sem maiores informações.	RJ, 27/11/1951	
23	Donald Pierson	Darcy	Em resposta ao telegrama recebido afirma quee nunca perdeu as esperanças de realizarem pesquisas juntos. Pergunta se Darcy poderá participar do projeto no vale de São Francisco, agora que terminou a tarefa que o prendia no Norte; e explica o plano da pesquisa.	SP, 20/12/1951	
24	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 23: informa quem são os outros diretores de pesquisa; e oferece a Darcy os créditos do estudo e os resultados publicados em seu nome. Explica que a	SP, 20/12/1951	OCTÁVIO DA COSTA EDUARDO/ ORACY NOGUEIRA/ FERNANDO

			demora em começar os estudos se dá pela burocracia no Rio, chegando o projeto ao gabinete do presidente. Ao final, diz que foi atacado pelo vírus do herpes zoster.		ALTENFELDER SILVA/ LEVI CRUZ/ PRESIDENTE DA REPÚBLICA/ ROMULO DE ALMEIDA/ CHRISTIANO MACHADO.
25	Donald Pierson	Darcy	Sobre a continuação do projeto do São Francisco, e que, provavelmente, será seu último trabalho no Brasil, e conta estar triste por Darcy poder ceder somente 6 meses para se associar a ele em estudos do Brasil.	SP, 04/02/1952	
26	Donald Pierson	Prof. Morse de Belém Teixeira	Afirma que uma vez pensou em convidá-lo para participar das pesquisas sobre o vale de São Francisco, mas pensou que não era de seu interesse, pois em 1950 e 18 de janeiro deste ano, Darcy disse que ele (Morse) escreveria a respeito. Trata ainda das pesquisas de ambos.	SP, 16/04/1952	
27	Donald Pierson	Prof. Morse de Belém Teixeira	Continuação do doc. 26: conclui pedindo uma cópia de seu estudo (assim que a termine), para estudar, junto à Comissão do vale do São Francisco, a possibilidade de publicá-lo junto às suas pesquisas, se for conveniente.	SP, 16/04/1952	
28	Darcy	Donald Pierson	Avisa, a pedido de Simeão Leal, que seu artigo será publicado no nº 5 da revista “Cultura”.	RJ, 08/08/1952	
29	D. Helen	Darcy	Cópia – Anexo ao doc. 28: diz que o Dr. Pierson estava querendo saber se o artigo “A família em Cruz das Almas” havia sido publicado na “Cultura”, se sim, que lhe remeta um exemplar da edição; se não, pede que envie o artigo de volta.	18/01/1954	
30	D. Helen	Darcy	Original do doc. 17: em <i>post scriptum</i> , pergunta por que o Darcy não foi visitá-los.	18/01/1954	
31	D. Helen	Darcy	Carta em Inglês. Diz que talvez a carta do dia 18/01/1954 (doc. 16) não tenha chegado e a envia em anexo, dizendo que Pierson está ansioso para resolver isso.	18/04/1954	

32	Donald Pierson	Darcy	. Elogia Darcy e pede, em <i>post scriptum</i> , informações de qual publicação tirou dados sobre a identificação botânica das plantas.	North Carolina, 02/02/1957	“MEDICINA DE FOLK”.
33	Donald Pierson	Darcy	Pede a edição da revista “Cultura” em que foi publicado seu artigo sobre a família em Cruz das Almas, e diz que espera que ele tenha recebido a carta do dia 02/02/1957 (doc. 15).	02/08/1957	
34	Donald Pierson	Darcy	Carta em Inglês. Diz que é bom ver que Darcy é o diretor da revista “Sociedade e educação” e o elogia por mais esta contribuição dele ao país.	06/09/1959	
35	Donald Pierson	Darcy	Agradece ao cartão de natal recebido pelo ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, e pede que ele o escreva para falar sobre seus planos e frustrações, mesmo que não seja mais ministro.	North Carolina, 23/03/1963	
36	Darcy	Donald Pierson	Lembra o passado e a contribuição de Pierson à sua formação e sobre as diferenças entre os dois, o objetivismo supostamente neutro de Pierson e a paixão política participativa de si, e dos posicionamentos distintos diante do campo da sociologia. Deixa endereço e telefone para manter contato.	RJ, 12/09/1980	
37	Donald Pierson	Darcy	Diz que conseguiu seu endereço, que ficou sabendo que Darcy esteve doente, e pede notícias. Tece-lhe elogios.	Flórida, 24/06/1981	
38	Donald Pierson	Darcy	Sobre o livro que pediu que fosse enviado ao Darcy, e sobre palavras e frases não exatas, informando que elas não constam no original, que foram incluídas durante a edição. Assim, ele pediu à professora Mariza que as corrigisse na próxima edição, e cita exemplos e a resposta da professora.	Flórida, 09/10/1987	PROFa. MARIZA CORREA/ PROF. EMILIO WILLEMS.
39	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 38: termina com a resposta da professora Mariza, dizendo que a editora da UNICAMP vai achar outro parceiro para editar o segundo volume.	Flórida, 09/10/1987	

40	Darcy	Donald Pierson	Sobre os tempos em que Pierson era seu professor; diz que ele se tornou um etnólogo, citando seu livro sobre os Kadiwéu, e que está enviando um exemplar. Diz que se tornou “antropólogo-teórico”, citando seus “Estudos de Antropologia da Civilização”, e que buscou criar uma teoria explicativa dos brasileiros e dos latino-americanos. E conta ainda que andou fazendo e reformando universidades pelo mundo afora.	RJ, 01/07/1988	
41	Darcy	Donald Pierson	Continuação do doc. 40: termina a carta dizendo que em seus trabalhos há muito o “dedo conformador” de Pierson, e de Baldus, outro professor a quem deve muito.	RJ, 01/07/1988	
42	Donald Pierson	Darcy	Sobre cartas anteriores e notícias recebidas, agradece a carta de 01/07/88 (doc. 2), e tece elogios a Darcy, de quando era seu aluno. Lembra quando teve que lhe dizer uma vez, na Escola de São Paulo, sobre a falta de recursos para continuar a bolsa de Darcy.	Flórida, 15/07/1988	JOÃO GOMES TEIXEIRA/ CHRISTIANO MACHADO/ JUSCELINO KUBITSCHK/DR. BALDUS.
43	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 42: Sobre o sonho de ter um dos mais importantes centros de pesquisas e de ensino nas ciências sociais da América Latina, onde trabalharia com ex-alunos como ele, mas sempre há falta de verbas. Por isso não queria competir com os pesquisadores brasileiros e conseguiu receber pelo Smithsonian Institution, cujo programa de pesquisas e de ensino de antropologia social no Brasil ele dirigiu. Assim, conseguiu enviar ao exterior, para aperfeiçoamento, diversos ex-alunos, citando vários, entre eles Oracy Nogueira. Trata de suas antigas intenções de pesquisa no vale do Rio São Francisco, mas que foi atacado por um vírus, que o deixou com dores, durante quatro anos e meio.	Flórida, 15/07/1988	
44	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 43: diz que seus planos acabaram devido à rixa entre a administração e o corpo docente, enquanto	Flórida, 15/07/1988	

			estava fora do país. Afirma que está terminando a tarefa de reler suas <i>professional papers</i> , de peneirá-las e que as enviará, por via aérea, ao Arquivo “no nosso querido Brasil”; que uma nova geração de cientistas sociais estavam interessados na história de sua disciplina no país; diz que já enviou 66 pacotes.		
45	Donald Pierson	Darcy	Continuação do doc. 44: Sobre sua saúde debilitada, com seus 88 anos, e da situação da Helena com os novos medicamentos.	Flórida, 15/07/1988	
46	Donald Pierson	Darcy	Agradece pelo envio da segunda edição de seu estudo de mitologia, religião e arte dos Kadiwéu; das dificuldades que está enfrentando, devido à cirurgia de sua esposa, Helena, e do seu próprio problema em dirigir, desde a “longa doença dos 50s” (l. 10). Ainda trata sobre a inflamação na mesma mão que quase perdeu de estafilococo e, ao final, tece elogios a Darcy.	Flórida, 10/10/1988	

ANEXO D

Mapeamento Temático e cronológico das correspondências entre Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes

Doc.	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data	Indexação
1	Florestan	Darcy e Berta	Manuscrita. Diz que conseguiu o endereço deles porque encontrou Sontag no México; pergunta como vão os dois e elogia Berta por ter falado com clareza e convicção sobre seus livros e ideias, como “uma professora ensinando sobre o Darcy, como o Engels gostava de ensinar sobre Marx” (l. 11 – 13). Conta que esteve em setembro no Rio e pensou em ligar para Darcy, mas soube da permissão para sair, e de uma nova perspectiva de trabalho, que Darcy ficaria três meses na Venezuela, tendo contrato para trabalhar nos Estados Unidos. Explica como conseguiu o seu passaporte.	Toronto, s/d	SONTAG/ GOFREDO DA SILVA TELES/ ANTONIO CANDIDO.
2	Florestan	Darcy e Berta	Continuação do doc. 1: continua a explicar como conseguiu o seu passaporte; e reclama da situação do Brasil.	Toronto, s/d	EURÍPEDES.
3	Florestan	Darcy e Berta	Continuação do doc. 2: sobre viagem, sobre encontrar a família nas férias em Buenos Aires, e do dilema de levar a família (para Toronto), ou se vai definitivamente para lá (Buenos Aires?). Falta a próxima página dessa carta.	Toronto, s/d	
4	Florestan	Darcy	Manuscrita. Diz que Douglas se encarregará da comunidade do Norte do Paraná e que a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná permite a utilização dos dados recolhidos através de pesquisa por ela financiada. Mas o Dr. Hermann quer que Darcy escreva para ele diretamente. Informa que Douglas aceita as bases propostas e que o Celso se encarregará do projeto do RS.	SP, 21/01/1959	DUGLAS TEIXEIRA/ DR. HERMANN DE MORAIS BARROS/ CELSO DE RUI BEISIEGEL.

5	Florestan	Darcy	Continuação do doc. 4: Sobre um candidato (parece ser do projeto do RS); diz que se seu papel será meramente de intermediário em alguma investigação.	SP, 21/01/1959	
6	Florestan	Darcy	Informa que está enviando três artigos para a revista de Darcy, e que a que saiu no número especial de o “Diário de São Paulo” foi completado com as duas partes que faltavam.	SP, 02/06/1959	
7	Darcy	Florestan	Sobre sua tristeza ao ser proibido de ir ao México, de não ter podido encontrá-lo; conta também de sua vida pessoal e sobre pensamentos diversos. Diz que dará um cursinho de verão em Montevideú, se o deixarem sair. Ao final, informa sobre a nova ordem de prisão preventiva que decretaram para ele.	Caracas, 07/12/1969	“SARTRE”/ “MARCUSSE”/ “FANON”.
8	Florestan	Darcy e Berta	Pergunta sobre a conferência sobre classes na A.L. (América Latina), no México, em dezembro; compara o Estado Novo com os “dias atuais”; afirma que ninguém quer lhe dar emprego porque ninguém quer se arriscar, e que só conseguiu na Editora Nacional, sem remuneração e sem <i>status</i> , e conta de suas dificuldades.	Toronto, 20/09/1971	“BENITEZ ZENTENO”/ MARIA CONCEIÇÃO/ SERRA/ MYRIAN/ G. FREYRE.
9	Florestan	Darcy e Berta	Continuação do doc. 8: Sobre democracia, do lirismo revolucionário chileno, da volta definitiva ao Brasil e de frustração; porém, diz que está confiante com o futuro.	Toronto, 20/09/1971	BALDUS.
10	Darcy	Florestan	Sobre convites que recebeu, ou não, que está no exílio escrevendo livros, que fez muitas viagens e que trabalha como “boi de pobre”. Enfatiza que revisou os livros “Dilema...” e “O processo...”, fazendo relação com os fatos históricos das ditaduras militares da América Latina, que o obrigaram a fazê-lo. Diz que escreveu um livro sobre o Brasil, que possui dados, mas que não tem condições de escrever um capítulo “programático” (final), porque tem medo que a falta de convívio com os da sua terra o faça perder a capacidade de comunicação com eles, como aconteceram	Santiago, 18/10/1971	“O DILEMA DA AMÉRICA LATINA”.

			com muitos exilados, devido à falta de observação direta e convívio.		
11	Darcy	Florestan	Continuação do doc. 10: conta que por isso decidiu escrever a “Teoria crítica da cultura”, onde irá unir suas duas consciências: a do cientista e a do político. Também sobre suas ideias para o livro e suas reflexões sobre uma antropologia nova: a ideia era contribuir para uma antropologia prática, em oposição à antropologia aplicada, com os seguintes temas: alienação, educação, revolução.	Santiago, 18/10/1971	“TEORIA CRÍTICA DA CULTURA”/ “MARX”/ “ANTROPOLOGIA APLICADA”/ “ANTROPOLOGIA PRÁTICA”/ CLODOMIRO SANTOS DE MORAES/ OIT.

ANEXO E

Mapeamento Temático e cronológico das correspondências entre Darcy Ribeiro e Oracy Nogueira

Doc.	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data	Indexação
1	Berta	Oracy e Lizette	Acusa recebimento do artigo do Cortezão e informa estar enviando trabalhos; expõe sobre a inauguração da 3ª exposição do Museu do Índio, com o tema “Rondon, civilizador dos sertões”, pois o general completaria 90 anos em maio; e dá detalhes sobre a montagem dessa exposição.	RJ, 23/04/1955	S.E./ ARTIGO DO CORTEZÃO/ ÍNDIO XAVANTE.
2	Berta	Oracy e Lizette	Continuação do doc. 1: diz que Darcy ia pedir uma assinatura da revista “Sociologia” para o Prof. Pittard, presidente da Sociedade de Americanistas da “Suíça” e do Museu Etnográfico de Genebra, pois este deseja estabelecer um intercâmbio. Informa que está enviando um dossiê do Curso do Museu, sugerindo que seja incluído na revista, e que Darcy foi discursar em Niterói, junto à estátua de Araribóia. Dá o endereço do Prof. Pittard.	RJ, 23/04/1955	MIRTHES/ D. ANTONIETA/ REVISTA SOCIOLOGIA/ PROF. PITTARD/ SOCIEDADE AMERICANISTA DA SUIÇA/ ESTÁTUA DE ARARIBÓIA.
3	Berta e Darcy (?)	Oracy e Lizette	Carta incompleta, que parece começar por Berta: diz que está estagiando no Museu Nacional a convite do Tarciso. Já Darcy informa sobre: a organização da 1ª Reunião de Antropologia, que vinha sendo prometida há 10 anos. Ele conta que decidiu que será feito uma reunião simples para fazer o balanço da situação dos estudos antropológicos no Brasil.	s/d	FÁBIO PRADO/ RAMOS/ HELOÍSA/ COSTA PINTO/ G. RAMOS/ KAORO.
4	Darcy	Oracy Nogueira (?)	Carta incompleta. Sobre ser padrinho de casamento de Mário (acho que é irmão) e ser padrinho do filho do Guerreiro Ramos.	s/d	COSTA PINTO/ GUERREIRO RAMOS.
5	Lizette	Berta (?)	Carta incompleta. Manuscrita. sobre assuntos pessoais.	s/d	D. FININHA.
6	Lizette	Berta (?)	Carta incompleta. Manuscrita. sobre assuntos pessoais.	s/d	D. FININHA.
7	Oracy Nogueira	Darcy	Manuscrita. Diz que tem pensado muito sobre fazer um trabalho para o SPI no próximo ano, porém não vê	SP, 07/03/1949	BERTA/ SPI/ TRABALHO DE ITAPETININGA.

			conveniência, pois teria que deixar o trabalho de Itapetininga pela metade. Ainda diz que está com um programa de publicações, intencionando publicar 10 artigos no ano corrente, além de ter de concluir o trabalho citado.		
8	Oracy Nogueira	Darcy	Continuação do doc. 7: questiona sobre as revistas “Cultura” e diz que elaborou um artigo para esta. Informa que se vier resposta favorável de Niterói, voltará em junho.	SP, 07/03/1949	DR. LEAL/ REVISTA CULTURA/ MASCARENHAS/ REVISTA DE SOCIOLOGIA .
9	Darcy	Oracy Nogueira e Lizette	Dá algumas notícias e ressalta como o mundo deles está ruim; diz que esteve quase seis meses no Pará, com os índios Urubu, e que foi difícil porque os índios estavam com sarampo, que precisou ficar dois meses tratando deles antes de começar o trabalho. E sobre sua pesquisa, que em quatro anos terá um estudo completo de um grupo Tupi.	RJ, 04/05/1950	PIERSON/ SEMANA DO ÍNDIO/ KADIWÉU.
10	Darcy	Oracy Nogueira e Lizette	Continuação do doc. 9: sobre as revistas e publicações.	RJ, 04/05/1950	SIMEÃO.
11	Oracy Nogueira	Prof. Luiz de Aguiar Costa Pinto – Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil	Informa que a Sociedade Brasileira de Sociologia foi convidada a enviar um representante ao Congresso Mundial de Sociologia, explicando que para que os integrantes da Sociedade não residentes em São Paulo possam contribuir para a escolha deste representante, Oracy enviou, junto a esta carta, a lista dos que se manifestaram sobre o convite de adesão à associação.	SP, 16/05/1950	PROF. FERNANDO DE AZEVEDO/ PROF. FLORESTAN FERNANDES.
12	Darcy?	Oracy Nogueira	Agradece o convite para ingressar na Sociedade Brasileira de Sociologia e apresenta sua adesão; articula ainda sobre a necessidade de criar seções estaduais em cidades como Rio, Recife, Salvador, Porto Alegre e outras. (Esta parece ser uma carta formal de Darcy).	RJ, 05/06/1950	SIMEÃO.
13	Darcy	Oracy Nogueira	Sobre o recebimento da carta da Sociedade Brasileira de Sociologia, e diz que o “pessoal” gostou da ideia de criar uma	RJ, 05/06/1950	

			seção no Rio. Pede informações sobre a eleição e diz que gosta de suas conferências.		
14	Oracy Nogueira	Darcy e Berta	Conta que não escreveu antes porque não estava encontrando os livros, e que um está com o Prof. Baldus. E que só poderá atender ao pedido do Guerreiro, da declaração dos sociólogos e antropólogos sobre relações de raça, depois que voltar de viagem. Diz que aguarda o trabalho de Darcy para a revista e que ele escreva para o Congresso do Negro. Em manuscrito, Oracy listou os livros de Sociologia que ele tem, caso Darcy precise para o seu concurso, e avisa que não recebeu os números da (revista) “Cultura”.	SP, 05/07/1950	PATERNOSTRO/ LINTON/ MORRIS GINSBERG/ LIZETTE/ ANTÔNIO JOSÉ/ GUERREIRO.
15	Oracy Nogueira	Darcy	Manuscrito. Trata-se de um recado, avisando que está enviando pelo Paternostro um pacote em mãos.	SP, 07/07/1950	
16	Darcy	Oracy Nogueira	Informa recebeu que recebeu os livros e que Berta “deu para etnolar”, cuidando da mitologia e dos cantos Kadiwéu.	RJ, 15/07/1950	PATERNOSTRO/ OTÁVIO/ VÍTOR NUNES/ JOSUÉ/ CALMON/ “PASSING”.
17	Oracy Nogueira	Darcy e Berta	Informa que está resolvendo o caso do certificado de Berta, agradece a minuciosa carta sobre o Congresso do Negro e diz que espera para novembro seu segundo filho.	SP, 27/09/1950	
18	Oracy Nogueira	Darcy e Berta	Diz estar ofendido pelo dinheiro que enviaram por telegrama. Informa que está ocupadíssimo com o trabalho de Itapetininga e que colheu vasto material comparativo do valor do escravo com os bens de fôlego, da terra, etc, de 1773 a 1887; por isso está reescrevendo a tese. Pede que envie as apostilas, do Prof. Matos Peixoto, de Direito Romano.	SP, 18/10/1950	HORACIO BERLINCK CARDOSO.
19	Darcy	Oracy Nogueira	Encomenda ao Oracy os números da Revista de Sociologia a pedido do Simeão, e pede que consiga a coleção de publicações de Mário Wagner para si.	RJ, 13/11/1950	SIMEÃO LEAL.
20	Darcy	Oracy Nogueira	Pede que inscreva o livrinho no F. Prado (Prêmio Fabio Prado), sem esperança de ganhar mais que uma “menção honrosa”. Diz	RJ, 01/01/1951	

			que ainda não teve tempo de ver os tisiólogos, e informa que os livros que não chegaram.		
21	Oracy Nogueira	Darcy	Informa que voltou a tempo de os inscrever no Prêmio Fabio Prado, e que recebeu os livros e o dinheiro do banco. Pede que envie os estatutos da FGV, porque talvez tenha que organizar em São Paulo uma instituição semelhante.	SP, 12/01/1951	MARTINÓPOLIS/ SIMEÃO/ CARLOS/ CIRO DOS ANJOS.
22	Berta	Oracy Nogueira	Manuscrita. Avisa que está enviando os estatutos da FGV e que Darcy está em La Paz; Também sobre D. Dora e da relação com a Revista de Sociologia de Oracy. O irmão do Darcy, formado em medicina, leu o livro do Oracy e disse que arranjará a relação de tisiologistas de Belo Horizonte para ele, e o Darcy, os do Rio de Janeiro.	RJ, 24/01/1951	D. DORA WANDERLEY/ BOLETIM "BILIOGRAFIA ECONÔMICO SOCIAL".
23	Darcy	Oracy Nogueira	Dá notícias dizendo que Ciro dos Anjos saiu do IPASE e que Guerreiro Ramos foi nomeado para dirigir um dos serviços mais importantes do DASP, de onde virá a reestruturação do serviço público federal. E também sobre recursos para a pesquisa e que G. Ramos queria saber se estariam disponíveis para contratá-los.	RJ, 07/03/1951	CIRO DOS ANJOS/ GUERREIRO RAMOS/ PATER/ UNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.
24	Darcy	Oracy Nogueira	Continuação do doc. 23: Sugere como Oracy deve enviar carta ao G. Ramos, sobre as exigências para ser contratado. Diz que andou pela Bolívia e Peru, como delegado brasileiro em conferência de peritos em trabalho indígena.	RJ, 07/03/1951	CARLOS/ FABIO PRADO.
25	Oracy Nogueira (?)	Darcy e Berta	Sobre a aula inaugural no Curso de Técnicas de Pesquisa Social para Folcloristas, patrocinado pela Comissão Paulista de Folclore. Informa que falou com o ministro Renato de Almeida sobre o Darcy, e este disse que o Edison propôs incluí-lo na Comissão Nacional de... (Carta incompleta).	SP, 02/04/1951	PATER/ SIMEÃO/ MINISTRO RENATO DE ALMEIDA/ EDISON.
26	Oracy Nogueira	Darcy e Berta	Dá diversas notícias: dia 28 iria ao Rio, estava terminando o trabalho de Itapetininga e ia fazer o da UNESCO nas férias, que	SP, 11/06/1951	FABIO PRADO/ SERGIO BUARQUE DE HOLLANDA/ PAULO DUARTE.

			irá aos EUA em dezembro. Pergunta se viram a resenha de Religião e Mitologia, n. 7, vol. 3.		
27	Oracy Nogueira	Berta	Manuscrita. Pede notícias dela e de Darcy, e diz que seguirá para Chicago dia 1º de janeiro. Envia o endereço e pede que escreva para a escola porque onde estão morando, em casa própria, é fora de mão e não tem carteiro. Conta que está terminando o trabalho da UNESCO.	SP, 12/12/1951	
28	Darcy	Oracy Nogueira	Informa que assinou contrato com a UNESCO. Outro assunto da carta é sobre o “nosso prezadíssimo inglês”, que está no Brasil para estudar os índios Urubu, mas que para isto terá que pedir uma licença que só será possível, como em todos os casos, se for representando uma instituição. Darcy ajudou o inglês a pedido do Muller e da Escola.	RJ, 22/07/1952	UNESCO/ SPI/ ÍNDIOS URUBU/ MULLER.
29	Darcy	Oracy Nogueira	Continuação do doc. 1: expõe sua reclamação sobre as facilidades que o tal inglês teve com a sua ajuda; reclama de Muller, e diz que a intenção desta carta era pedir que Nogueira conversasse com ele a este respeito, porém, vê que ele não deve fazê-lo.	RJ, 22/07/1952	WAGLEY/ BALDUS/ LIZETTE.
30	Oracy Nogueira	Darcy	Telegrama. Informa que o secretário pareceu desinteressado.	SP, 03/09/1952	
31	Darcy	Oracy Nogueira e Lizette	Informa que conseguiu o dinheiro para a pesquisa de Oracy na aldeia dos índios Terena, uma casa, e passagens de ida e volta. Diz que ele deve enviar um plano de trabalho e dá os detalhes do que deve ser abordado no plano e no trabalho de campo. Explana como ele deve fornecer o relatório final ao SPI.	RJ, 24/10/1952	CARLOS SÁ/ ALDEIA TERENO/ POSTO INDÍGENA DE TAUNAY.
32	Darcy	Oracy Nogueira e Lizette	Continuação do doc. 31: finaliza, sem mais.	RJ, 24/10/1952	
33	Oracy Nogueira	Darcy e Berta	Informa que terá que cancelar a viagem a Mato Grosso, pois precisa terminar o trabalho de Itapetininga. Ao fim, pede opinião de Darcy se ele deve enviar carta ao SPI, pedindo	SP, 07/11/1952	

			desligamento da pesquisa; e que responda a carta sobre colaboração para a Revista Brasileira de Sociologia.		
34	Oracy Nogueira	Darcy e Berta	Pede desculpas por ter estado no Rio entre 7 e 9 de dezembro e não ter falado com eles; dá algumas notícias sobre os exames e pergunta sobre suas fotografias.	SP, 11/12/1953	CAMILO CECCHI(?)/ COSTA PINTO.
35	Darcy	Oracy Nogueira	Informa que estão todos ameaçados (inclusive Oracy e Lizette) a viver em Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará. Diz que todos vieram do congresso de Sociologia falando do Oracy, e pede que ele vá urgente visitá-lo.	RJ, 05/07/1954	“SOCIOLOGIA QUATROCENTONA AO LADO DO FLORESTÃO”
36	Darcy	Oracy Nogueira	Pede conselhos sobre seu dilema em aceitar o convite para reger a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi na Faculdade, com contrato a ser assinado em dezembro, e a necessidade em terminar a pesquisa sobre os índios Urubu, pois o ciclo em campo é de abril a junho. E também sobre as aulas que daria.	RJ, 25/09/1954	PLÍNIO AYROSA.
37	Darcy e Berta	Oracy Nogueira	Continuação do doc. 36: pede o programa do curso do Ayrosa e suas publicações, e o critica. Nova carta no mesmo PDF da Berta: expõe os problemas que o Darcy enfrenta com a política a favor dos índios e sobre um deputado do Amazonas que apresentou projeto de lei para a extinção do SPI, que entregaria seu patrimônio às Missões, e os funcionários passariam ao Serviço de Imigração e Colonização.	RJ, 25/09/1954	ANCHIETA/ IV CENTENÁRIO.
38	Oracy Nogueira (datilografada) e Lizette (à mão)	Darcy e Berta	Informa que começou a dar aulas de sociologia econômica em Santo André; pede que devolva uma cópia de sua comunicação na Reunião de Antropologia para publicar na revista do Schaden. Já Lizette discorre sobre: a vida pessoal e que começou a dar aula em Jacareí e também do elogio que Cortezão deu ao Darcy no jornal.	SP, 12/04/1955	SCHADEN/ REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA/ ROBERTO/ GALVÃO E CLARA/ CASTRO FARIA/ JAIME CORTEZÃO.
39	Lizette	Berta	Manuscrita. Informa que está enviando artigo do Cortesão em que menciona o “jovem mestre” (grifo da autora) Darcy. Pergunta como está o trabalho sobre a “plumária”(?); e diz que	SP, 19/04/1955	ARTIGO DO CORTESÃO/ IBIRAPUERA.

			seus alunos do Jacareí travaram contato com os trabalhos de Darcy e ficaram extasiados.		
40	Lizette	Berta	Continuação do doc. 39 (uma parte cortada): pede publicações relacionadas à religião, mitologia e arte dos índios Kadiwéus para a biblioteca, e mais cartões para mostrar em aula.	SP, 19/04/1955	ÍNDIOS KADIWÉUS (?)/ 1 REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA/ SCHADEN.
41	(Berta)	Lizette	Informa que resolveu enviar a carta mesmo não tendo encontrado a cópia da planta, pedindo ao Hélio outra cópia; sobre liberação de verbas para a pesquisa do Oracy e sobre os boatos de golpe.	RJ, 05/11/1955	HÉLIO JORGE BUCKER/ ORACY/ COSTA PINTO/ UDN.
42	Darcy	Oracy Nogueira	Conta sobre o programa de trabalho do Centro e que Moreira assumiu sua direção; informa que o Centro está bem financeiramente, mas que não definiram os objetivos por falta de “unidade de pontos de vista”; e expõe a situação de cada integrante. (Faltando a segunda página da carta)	RJ, 27/12/1955	ROBERTO MOREIRA/ CASTRO/ D. HELOÍSA/ ANÍSIO/ COSTA PINTO/ JOSILDETE/ JOSÉ BONIFÁCIO/ CASTALDI/ INGLÊS/ OTÁVIO EDUARDO/ LAMBERT/ SOCIÓLOGO DE CHICAGO HEAVINGHEARST (?).

ANEXO F

Mapeamento Temático e cronológico das correspondências entre Darcy Ribeiro e Thales de Azevedo

Doc	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data	Referências
01	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Elogia seu trabalho com os Kadiwéu: “Distinto colega, foi com a mais sincera satisfação que recebi há dias o seu excelente trabalho sobre a arte dos cadiuéu, que muito lhe agradeço, felicitando-o pelo grande serviço prestado à antropologia com essa obra”.	BA, 8/7/52	Programa de pesquisas sociais de Columbia University
03-07	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Ilegível		
08	Filha de Thales de Azevedo – Maria David de Azevedo	Darcy Ribeiro	Trata do Curso de Antropologia no Museu do Índio – CAAC. Indicação do próprio Darcy.	BA, 20/12/54	
09-11		Darcy Ribeiro	Ilegível		
12	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Elogia a publicação de Darcy e Berta sobre a arte plumária.	BA, 19/11/57	
13	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Trata de sua filha do CAAC.	s/data	
14	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	São anais da RA, os Uriá.	BA 26/10/55	
15	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Comunica sobre a formatura de sua filha e convida Darcy para dar um seminário na Bahia	S/d	
17	Darcy Ribeiro	Thales de Azevedo	Trata-se de um encaminhamento das mudanças para a publicação do referido artigo	S/d	
18	Darcy Ribeiro	Thales de Azevedo	Remete em anexo suas anotações sobre a 3ª Reunião de Antropologia: a conferência, a intervenção no debate dirigido por Baldus sobre etnologia brasileira, e o Programa de Etnologia e Língua Tupi.	S/d	

19/20	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Cobra o programa da cadeira de Etnologia.	BA, 21/7/55	
21	Darcy Ribeiro	Thales de Azevedo	Trata de sua apresentação na 2ª Reunião de Antropologia na Bahia. Tema da conferência: Uirá vai ao encontro de Maíra. Trata ainda dos efeitos da depopulação e ainda sobre o CAAC.	S/d	
22	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Sobre a hospedagem para a 2ª Reunião de Antropologia.	BA, 21/5/55	
23	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Indica sua filha para fazer o CAAC no Museu do Índio.	BA, 13/01/55	TA escreve de Caxias do Sul, onde estava fazendo uma pesquisa urbana sobre a estrutura de classes na zona industrial do interior gaúcho.
24	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Também trata sobre sua filha no CAAC, e de um pedido de bolsa CAPES para ela.	BA, 21/1/54	
25	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Sobre a demora na publicação dos anais da 1ª Reunião de Antropologia e sobre estar na coordenação da 2ª Reunião que dar-se-á entre os dias 24 e 30 de julho de 1955.	BA, 13/6/54	
26/27	Darcy Ribeiro	Thales de Azevedo	Sobre sua viagem a Europa, (Genebra) e sobre a repercussão da 1ª Reunião de Antropologia.	RJ, 30/5/55	
28/29	Thales de Azevedo	DR	Pergunta sobre a possibilidade de editar as contribuições da 1ª Reunião em livro.	BA, 2/2/54	
16	Thales de Azevedo	Darcy Ribeiro	Propõe mudanças para a publicação do artigo de Darcy sobre depopulação; da satisfação de sua filha Maria com o curso.	21/10/55	